GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

COLETÂNEA DE LEIS, DECRETOS

E ATOS NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO

FEDERAL E ESTADUAL

- 13ª COLETÂNEA -

Porto Alegre
2014

CORAG – COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS
Imprensa Oficial do Rio Grande do Sul

Diretor Presidente: VERA OLIVEIRA
Diretor Administrativo-Financeiro: DORVALINO SANTANA ALVAREZ
Diretor Industrial: MAURO OCHMAN
Assessora de Publicações Técnicas: MARIA HELENA BUENO GARGIONI
Editora.tecnica@corag.com.br - Telefone: (51) 3288-9761

Livrarias:
Loja: Centro: Rua Caldas Júnior, 261 – Porto Alegre
Telefones: (51) 3221-3516 – Fax: (51) 3224-6636
loja@corag.com.br

Centro Administrativo Fernando Ferrari
Av. Borges de Medeiros, 1501, 1º andar, Ala Sul – Porto Alegre
Telefone: (51) 3228-9221

CAPA
Autor: Antônio Albino Maciel
Técnica: Colagem com imagens pesquisadas na internet
Tema: Enfoque das normas que orientam e dão sustentação ao Sistema Estadual de Ensino

E-mail: ceed@ceed.rs.gov.br
Site: http://www.ceed.rs.gov.br

R585 RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. **Coletânea de Leis, Decretos e Atos Normativos da Educação Federal e Estadual**. 13ª Coletânea – Volume II. Porto Alegre, 2014. p. 359 Org. no CEED.

1. Educação - Legislação I. Título

CDU 37:006.35

GOVERNADOR DO ESTADO
Tarso Fernando Henz Genro

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Jose Clovis de Azevedo

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRESIDENTE
Cecília Maria Martins Farias

1º VICE-PRESIDENTE
Neusa Teresinha Machado Salaberry

2º VICE-PRESIDENTE
Thalisson Silveira da Silva

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHEIROS:

Andreia Cesar Delgado
Angela Maria Hübner Wortmann
Antonio Maria Melgarejo Saldanha
Antônio Quevedo Branco
Berenice Cabreira da Costa
Carmem Maria Craidy
Cecília Maria Martins Farias
Celso Floriano Stefanoski
Daniel Vieira Sebastiani
Domingos Antônio Buffon
Ibanor Möllmann
Jaqueline Moll
José Amaro Hilgert
Marcia Adriana de Carvalho
Marco Antonio Sozo
Maria Otilia Kroeff Susin
Marli Helena Kümpel da Silva
Neusa Teresinha Machado Salaberry
Neuza Mariza Franco Lopes
Hilário Bassotto
Thalisson Silveira da Silva

SECRETÁRIA-GERAL
Sonia Maria Mezzomo Schneider

COORDENADORA DA ASSESSORIA TÉCNICA
Mariza Terezinha Ferrão Pereira Borges

CHEFE DE GABINETE
Maria da Graça Fioriolli

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

ORGANIZAÇÃO
Mariza Terezinha Ferrão Pereira Borges

DIAGRAMAÇÃO
Vera Beatriz Barbosa da Silva

ASSESSORIA TÉCNICA
Beatriz Garrafiel Pimentel
Beatriz Kersting Machado
Carla Gonzales
Cimara Regina Grohs
Cleida Beatriz Fraga de Fraga
Dilvenia Diesel
Fabiana Gonçalves Neves
Glaci Tarragó Pereira
Gladis Helena Jorgens Prado
Inez Wünsch
José Adilson Santos Antunes
Leila Ritter Aroldi
Maria Isabel Gomes Jardim
Maria Izabel Queruz Eickhoff
Maria Lourdes Hübler Carvalho
Neli Alves Moreira
Olvania Grasselli
Rita Cleci Giordani
Rita Helena Gonçalves Figueiredo
Rosali Ruppel

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRESIDENTES 2011 – 2014
Sonia Maria Nogueira Balzano
Augusto Deon

VICE-PRESIDENTES 2011 – 2014
Augusto Deon
Richer Almeida Kniest
Raul Gomes de Oliveira Filho
Viviane Braz Trogildo
Marco Antonio Sozo

CONSELHEIROS 2011 – 2014
Antonio Avelange Padilha Bueno
Augusto Deon
Carlos Vilmar de Brum
Claudimir Rossetto
Claudomir Erli Feltes dos Santos
Dorival Adair Fleck
Dulce Miriam Delan
Elcira Lourdes Machado Bernardi
Érico Jacó Maciel Michel
Hilda Regina Silveira Albandes de Souza
Indiara Souza
Jacques Douglas Konzen
Jane Bohn
Mari Andréia Oliveira de Andrade
Maria Antonieta Schmitz Backes
Marisa Timm Sari
Neiva Matos Moreno
Paulo Ricardo Javiel Rezende
Raul Gomes de Oliveira Filho
Robison Giudici Minuzzi
Ruben Werner Goldmeyer
Sinthia Santos Mayer
Sonia Maria Nogueira Balzano
Vera Luiza Rübenich Zanchet
Viviane Braz Trogildo

S U M Á R I O – Volume I

APRESENTAÇÃO..... 9

1 – *LEGISLAÇÃO FEDERAL*

1.1 – Constituição da República Federativa do Brasil 11

1.2 – Leis..... 15

1.3 – Decretos..... 104

2 – ATOS DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

2.1 – Pareceres 113

2.2 – Resoluções 456

3 – ÍNDICE 528

S U M Á R I O - Volume II

APRESENTAÇÃO..... 548

4 – LEGISLAÇÃO ESTADUAL

4.1 – Constituição do Estado do Rio Grande do Sul 550

4.2 – Leis..... 556

4.3 – Decretos..... 656

5 – ATOS DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

5.1 – Indicações..... 665

5.2 – Pareceres 679

5.3 – Resoluções 781

6 – ÍNDICE 887

APRESENTAÇÃO

A aprovação, neste ano, da Lei federal nº 13.005, de 25 de junho, que institui o Plano Nacional de Educação, foi resultado da mobilização da sociedade brasileira, em especial, dos segmentos representativos da educação. Em decorrência desse fato, estados e municípios também se articulam para a construção dos seus planos que definirão as bases da política educacional para os próximos 10 anos.

O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul – CEEd/RS tem participado ativamente do Fórum Estadual de Educação do RS que coordena a elaboração do Plano Estadual e também das etapas municipais e estadual da Conferência Nacional de Educação - CONAE, com representação significativa na etapa nacional daquela Conferência, que acontecerá em Brasília de 19 a 23 de novembro de 2014.

Neste contexto de grande movimentação em busca de uma educação que, de fato, possa vir ao encontro das necessidades e expectativas da sociedade, lançamos a 13ª Coletânea de Leis, Decretos e Atos Normativos da Educação Federal e Estadual, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e com a Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas – CORAG.

A publicação desta Coletânea só foi possível pela sensibilidade da Seduc em abrir caminhos para que pudéssemos oferecer o resultado de muito estudo, discussões e busca de consensos consolidados na forma de Pareceres, Resoluções e Indicações. Este órgão de Estado, de representação plural e democrática dos segmentos da educação do Rio Grande do Sul evoca para si a responsabilidade de oferecer para o Sistema Estadual de Ensino, no menor prazo possível, o retorno às demandas da Administradora do Sistema, mantenedoras, escolas, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS e daqueles que buscam orientações para seus questionamentos.

Dentre as indicações, os pareceres e resoluções do CEEd, nos anos de 2011, 2012, 2013 e primeiro semestre de 2014, constam nesta Coletânea somente as indicações, pareceres normativos e resoluções. Os demais pareceres exarados pelo Conselho podem ser acessados pelo www.ceed.rs.gov.br.

Pela relevância dos temas, algumas normas merecem destaque:

Parecer CEEd n° 194, de 28 de janeiro de 2011, que orienta o Sistema Estadual de Ensino sobre a organização curricular do Ensino Fundamental de nove anos, em consonância com o Parecer CNE/CEB N° 11/2010 e a Resolução CNE/CEB nº 7/2010, especificamente quanto à organização dos três anos iniciais do ensino fundamental;

Parecer CEEd n° 241, de 11 de março de 2012, que acolhe a implantação do "Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA" nas escolas técnicas e de ensino médio da rede pública estadual do Rio Grande do Sul;

Parecer CEEd nº 156, de 27 de janeiro de 2012, que toma conhecimento da proposta da Secretaria da Educação de promover alterações em Planos de Estudos de cursos de ensino médio comum e Cursos Normais e em Planos de Curso de Educação Profissional, para o ano letivo de 2012, exclusivamente. Permite a aplicação emergencial e transitória dos denominados

"regimentos referência", exclusivamente no ano letivo de 2012. Determina que, no decorrer do ano de 2012, sejam encaminhados a exame os Regimentos Escolares dos Cursos Normais e seus respectivos Planos de Estudos. Determina que, no decorrer do ano de 2012, sejam encaminhadosa exame os Regimentos Escolares e os Planos de Curso dos cursos técnicos que vierem a ser oferecidos de forma integrada com o ensino médio;

Parecer CEEd nº 157, de 27 de janeiro de 2012, que orienta sobre o exercício do magistério em estabelecimentos do Sistema Estadual de Ensino, a título efetivo e emergencial.Consolida normas anteriormente exaradas;

Parecer CEEd nº 232, de 18 de março de 2013, que responde consulta sobre transferência de alunos entre instituições de ensino com diferentes organizações curriculares, no ensino médio;

Parecer CEEd nº 543, de 09 de julho de 2013, que responde consulta sobre matrícula de aluno, oriundo do ensino fundamental de 8 anos, em extinção, no ensino fundamental de 9 anos;

Resolução CEEd n° 314, de 04 de maio de 2011, que dispõe sobre o credenciamento e a autorização para funcionamento de educação infantil e de ensino fundamental de nove anos de duração no Sistema Estadual de Ensino, em decorrência da Lei federal nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006. Revoga a Resolução CEED nº 294, de 09 de julho de 2008;

Resolução CEEd nº 324, de 21 de novembro de 2012, que altera o inciso V e acrescenta o inciso XI ao artigo 18 da Resolução CEED nº 300, de 15 de julho de 2009, que estabelece normas complementares para a oferta da Educação a Distância – EaD no Sistema Estadual de Ensino;

Resolução CEEd nº 325, de 26 de julho de 2013, que fixa normas complementares para reconhecimento de cursos de Educação Superior ofertados por instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul em parceria com instituições do Sistema Federal de Ensino;

Resolução CEEd nº 327, de 02 de abril de 2014, que exige o documento competente, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul, altera e dá nova redação aos dispositivos referentes à Prevenção e Proteção Contra Incêndio constantes nas normas deste Conselho que tratam de credenciamento e/ou recredenciamento e autorização para funcionamento de cursos da Educação Básica e Educação Superior das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino.

Além das normas exaradas pelo Conselho Estadual de Educação, esta Coletânea apresenta as Constituições Federal e Estadual, as leis e decretos federais e estaduais e os atos do Conselho Nacional de Educação.

Este Colegiado ratifica nos seus atos a condição de Órgão de Estado atento aos reais anseios da comunidade escolar e acadêmica oferecendo um trabalho que vise à qualificação da educação gaúcha e ao protagonismo dos estudantes na construção de sua cidadania.

Cecília Maria Martins Farias
Conselheira Presidente

4 - LEGISLAÇÃO ESTADUAL

4.1 - Constituição do Estado do Rio Grande do Sul

.....

CAPÍTULO II
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO DESPORTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DO TURISMO

Seção I
Da Educação

Art. 196 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, baseada na justiça social, na democracia e no respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente e aos valores culturais, visa ao desenvolvimento do educando como pessoa e à sua qualificação para o trabalho e o exercício da cidadania.

Art. 197 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais do ensino;

VI - gestão democrática do ensino público; (Vide Lei nº 10.576/95)

VII - garantia de padrão de qualidade.

Art. 198 - O Estado complementará o ensino público com programas permanentes e gratuitos de material didático, transporte, alimentação, assistência à saúde e de atividades culturais e esportivas.

§ 1º - Os programas de que trata este artigo serão mantidos, nas escolas, com recursos financeiros específicos que não os destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, e serão desenvolvidos com recursos humanos dos respectivos órgãos da administração pública estadual.

§ 2º - O Estado, através de órgão competente, implantará programas específicos de manutenção das casas de estudantes autônomas que não possuam vínculo orgânico com alguma instituição.

Art. 199 - É dever do Estado:

I - garantir o ensino fundamental, público, obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso a ele na idade própria;

II - promover a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - manter, obrigatoriamente, em cada Município, respeitadas suas necessidades e peculiaridades, número mínimo de:

a) creches;

b) escolas de ensino fundamental completo, com atendimento ao pré-escolar;

c) escolas de ensino médio;

IV - oferecer ensino noturno regular adequado às condições do educando;

V - manter cursos profissionalizantes, abertos à comunidade em geral;

~~VI - prover meios para que, optativamente, seja oferecido horário integral aos alunos de ensino fundamental;~~

VI - prover meios para que, progressivamente, seja oferecido horário integral aos alunos do ensino fundamental; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 22/12/11)

VII - proporcionar atendimento educacional aos portadores de deficiência e aos superdotados;

VIII - incentivar a publicação de obras e pesquisas no campo da educação.

IX - prover meios para a oferta de cursos regulares no ensino superior público. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 64, de 18/04/12)

Art. 200 - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 1º - O não-oferecimento do ensino obrigatório e gratuito ou a sua oferta irregular, pelo Poder Público, importam responsabilidade da autoridade competente.

§ 2º - Compete ao Estado, articulado com os Municípios, recensear os educandos para o ensino fundamental, fazendo-lhes a chamada anualmente.

§ 3º - Transcorridos dez dias úteis do pedido de vaga, incorrerá em responsabilidade administrativa a autoridade estadual ou municipal competente que não garantir, ao interessado devidamente habilitado, o acesso à escola fundamental.

§ 4º - A comprovação do cumprimento do dever de freqüência obrigatória dos alunos do ensino fundamental será feita por meio de instrumento apropriado, regulado em lei.

Art. 201 - Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º - Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsa integral de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem comprovadamente insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas ou cursos regulares na rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

§ 2º - A lei disciplinará os critérios e a forma de concessão dos recursos e de fiscalização, pela comunidade, das entidades mencionadas no “caput” a fim de verificar o cumprimento dos requisitos dos incisos I e II.

~~§ 3º - O Estado aplicará meio por cento da receita líquida de impostos próprios na manutenção e desenvolvimento do ensino superior comunitário, cabendo a lei complementar regular a alocação e fiscalização desse recurso.~~

§ 3º - O Estado aplicará 0,5% (meio por cento) da receita líquida de impostos próprios na manutenção e desenvolvimento do ensino superior comunitário, através de crédito educativo e de bolsa de estudos, integral ou parcial, cabendo à lei complementar regular a alocação e

fiscalização desse recurso. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13/12/01) (Regulamentado pela LEC nº 10.713/96)

Art. 202 - O Estado aplicará, no exercício financeiro, no mínimo, trinta e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

§ 1º - A parcela de arrecadação de impostos transferida pelo Estado aos Municípios não é considerada receita do Estado para efeito do cálculo previsto neste artigo.

~~§ 2º - Não menos de dez por cento dos recursos destinados ao ensino previstos neste artigo serão aplicados na manutenção e conservação das escolas públicas estaduais, através de transferências trimestrais de verbas às unidades escolares, de forma a criar condições que lhes garantam o funcionamento normal e um padrão mínimo de qualidade.~~ (Declarada a inconstitucionalidade do dispositivo na ADI nº 820, DJE, 29/02/08)

§ 3º - É vedada às escolas públicas a cobrança de taxas ou contribuições a qualquer título. (Vide Lei nº 10.875/96)

Art. 203 - Anualmente, o Governo publicará relatório da execução financeira da despesa em educação, por fonte de recursos, discriminando os gastos mensais.

§ 1º - Será fornecido ao Conselho Estadual de Educação, semestralmente, relatório da execução financeira da despesa em educação, discriminando os gastos mensais, em especial os aplicados na construção, reforma, manutenção ou conservação das escolas, as fontes e critérios de distribuição dos recursos e os estabelecimentos e instituições beneficiados.

§ 2º - A autoridade competente será responsabilizada pelo não-cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 204 - O salário-educação ficará em conta especial de rendimentos, administrada diretamente pelo órgão responsável pela educação, e será aplicado de acordo com planos elaborados pela administração do sistema de ensino e aprovados pelo Conselho Estadual de Educação.

Art. 205 - O Estado adotará o critério da proporcionalidade na destinação de recursos financeiros ao ensino municipal, levando em consideração obrigatoriamente:

I - o percentual orçamentário municipal destinado à educação pré-escolar e ao ensino fundamental;

II - o número de alunos da rede municipal de ensino;

III - a política salarial do magistério;

IV - a prioridade aos Municípios que possuam menor arrecadação tributária.

~~Art. 206 - O sistema estadual de ensino compreende as instituições de educação pré-escolar e de ensino fundamental e médio, da rede pública e privada, e os órgãos do Poder Executivo responsáveis pela formulação das políticas educacionais e sua administração.~~

~~Parágrafo único - Os Municípios organizarão seus sistemas de ensino em regime de colaboração com os sistemas federal e estadual.~~

Art. 206. O sistema estadual de ensino compreende: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 18/04/12)

I - as instituições de ensino mantidas pelo Poder Público Estadual; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 18/04/12)

II - as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público Municipal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 18/04/12)

III - as instituições de ensino fundamental e de ensino médio criadas e mantidas pela iniciativa privada e, quando não existir sistema municipal de ensino, as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;(Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 64, de 18/04/12)

IV - os órgãos de educação estaduais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 18/04/12)

§ 1.º O Estado organizará seu sistema de ensino em regime de colaboração com os sistemas municipais e federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 18/04/12)

§ 2.º Na organização do Sistema Estadual de Ensino, o Estado definirá com os municípios formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 18/04/12)

Art. 207 - O Conselho Estadual de Educação, órgão consultivo, normativo, fiscalizador e deliberativo do sistema estadual de ensino, terá autonomia administrativa e dotação orçamentária própria, com as demais atribuições, composição e funcionamento regulados por lei.

§ 1º - Na composição do Conselho Estadual de Educação, um terço dos membros será de livre escolha do Governador do Estado, cabendo às entidades da comunidade escolar indicar os demais. (Dispositivo suspenso por liminar concedida na ADI n.º 854, DJU, 06/10/95)

§ 2º - O Conselho Estadual de Educação poderá delegar parte de suas atribuições aos Conselhos Municipais de Educação.

Art. 208 - A lei estabelecerá o plano estadual de educação, de duração plurianual, em consonância com o plano nacional de educação, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino nos diversos níveis, e à integração das ações desenvolvidas pelo Poder Público que conduzam à:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade de ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica.

Art. 209 - O Conselho Estadual de Educação assegurará ao sistema estadual de ensino flexibilidade técnico-pedagógico-administrativa, para o atendimento das peculiaridades socioculturais, econômicas ou outras específicas da comunidade.

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas do ensino fundamental e médio.

§ 2º - Será estimulado o pluralismo de idiomas nas escolas, na medida em que atenda a uma demanda significativa de grupos interessados ou de origens étnicas diferentes.

Art. 210 - É assegurado o Plano de Carreira ao Magistério Público Estadual, garantida a valorização da qualificação e da titulação do profissional do magistério, independentemente do nível escolar em que atue, inclusive mediante a fixação de piso salarial.

Parágrafo único - Na organização do sistema estadual de ensino, serão considerados profissionais do magistério público estadual os professores e os especialistas de educação.

Art. 211 - O Estado promoverá:

I - política com vista à formação profissional nas áreas do ensino público estadual em que houver carência de professores;

II - cursos de atualização e aperfeiçoamento ao seus professores e especialistas nas áreas em que estes atuarem, e em que houver necessidade;

III - política especial para formação, em nível médio, de professores das séries iniciais do ensino fundamental.

§ 1º - Para a implementação do disposto nos incisos I e II, o Estado poderá celebrar convênios com instituições.

§ 2º - O estágio relacionado com a formação mencionada no inciso III será remunerado, na forma da lei.

Art. 212 - É assegurado aos pais, professores, alunos e funcionários organizarem-se, em todos os estabelecimentos de ensino, através de associações, grêmios ou outras formas.

Parágrafo único - Será responsabilizada a autoridade educacional que embaraçar ou impedir a organização ou o funcionamento das entidades referidas neste artigo.

Art. 213 - As escolas públicas estaduais contarão com conselhos escolares, constituídos pela direção da escola e representantes dos segmentos da comunidade escolar, na forma da lei. (Vide Lei nº 10.576/95)

~~§ 1º - Os diretores das escolas públicas estaduais serão escolhidos, mediante eleição direta e uninominal, pela comunidade escolar, na forma da lei.~~ (Declarada a inconstitucionalidade do dispositivo na ADI nº 578, DJU, 18/05/01)

§ 2º - Os estabelecimento públicos de ensino estarão à disposição da comunidade, através de programações organizadas em comum.

Art. 214 - O Poder Público garantirá educação especial aos deficientes, em qualquer idade, bem como aos superdotados, nas modalidades que se lhes adequarem.

§ 1º - É assegurada a implementação de programas governamentais para a formação, qualificação e ocupação dos deficientes e superdotados.

§ 2º - O Poder Público poderá complementar o atendimento aos deficientes e aos superdotados, através de convênios com entidades que preencham os requisitos do art. 213 da Constituição Federal.

§ 3º - O órgão encarregado do atendimento ao excepcional regulará e organizará o trabalho das oficinas protegidas para pessoas portadoras de deficiência, enquanto estas não estiverem integradas no mercado de trabalho.

Art. 215 - O Poder Público garantirá, com recursos específicos que não os destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos.

§ 1º - Nas escolas públicas de ensino fundamental dar-se-á, obrigatoriamente, atendimento ao pré-escolar.

§ 2º - A atividade de implantação, controle e supervisão de creches e pré-escolas fica a cargo dos órgãos responsáveis pela educação e saúde.

Art. 216 - Todo estabelecimento escolar a ser criado na zona urbana deverá ministrar ensino fundamental completo.

§ 1º - As escolas estaduais de ensino fundamental incompleto, na zona urbana, serão progressivamente transformadas em escolas fundamentais completas.

§ 2º - Na área rural, para cada grupo de escolas de ensino fundamental incompleto, haverá uma escola central de ensino fundamental completo que assegure o número de vagas suficiente para absorver os alunos da área.

§ 3º - O Estado, em cooperação com os Municípios, desenvolverá programas de transporte escolar que assegurem os recursos financeiros indispensáveis para garantir o acesso de todos os alunos à escola. (Regulamentado pela Lei nº 9.161/90)

§ 4º - Compete a Conselhos Municipais de Educação indicar as escolas centrais previstas no § 2º.

Art. 217 - O Estado elaborará política para o ensino fundamental e médio de orientação e formação profissional, visando a:

I - preparar recursos humanos para atuarem nos setores da economia primária, secundária e terciária;

II - atender às peculiaridades da formação profissional, diferenciadamente;

III - auxiliar na preservação do meio ambiente;

IV - auxiliar, através do ensino agrícola, na implantação da reforma agrária.

Art. 218 - O Estado manterá um sistema de bibliotecas escolares na rede pública estadual e exigirá a existência de bibliotecas na rede escolar privada, cabendo-lhe fiscalizá-las.

Art. 219 - As escolas públicas estaduais poderão prever atividades de geração de renda como resultante da natureza do ensino que ministram, na forma da lei. (Regulamentado pela Lei nº 10.310/94)

Parágrafo único - Os recursos gerados pelas atividades previstas neste artigo serão aplicados na própria escola, em benefício da educação de seus alunos.

4.2 LEIS

LEI Nº 13.669, DE 13 DE JANEIRO DE 2011.

Institui o Projeto "Música nas Escolas" no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - Fica instituído o Projeto "Música nas Escolas" no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, objetivando facilitar o acesso dos alunos da rede pública estadual ao aprendizado da arte da música e suas mais variadas manifestações, alinhado com os valores e diretrizes da educação integral.

Art. 2º - Para a realização do Projeto previsto no art. 1º, as escolas deverão oferecer as atividades de forma gratuita e aberta, incluindo equipamento e material didático, bem como 1 (uma) refeição para os alunos que permanecerem durante os 2 (dois) turnos na escola.

Parágrafo único - Para participarem das atividades extraclasse relacionadas com o Projeto, os estudantes deverão comprovar índices de frequência e desempenho escolar satisfatório.

Art. 3º - O Projeto será coordenado e supervisionado pelo Comitê de Educação Integral, formado por profissionais com notoriedade e comprovada participação no segmento da arte-educação, a ser criado mediante decreto, pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º - Será permitido a empresas públicas, privadas, Organizações Não Governamentais ONGs, entidades religiosas e filantrópicas apoiarem as atividades extraclasse desenvolvidas nas escolas de ensinos Fundamental e Médio, devidamente cadastradas no Comitê.

§ 2º - O Comitê de Educação Integral terá a incumbência de manifestar-se quanto à adesão da(s) escola(s), bem como manterá cadastramento dos interessados em participar do Projeto.

§ 3º - Os mantenedores participantes do Projeto assumirão o compromisso do pagamento das despesas relacionadas com as atividades extraclasse conforme programação operacional e orçamentária previamente aprovada pelo Comitê de Educação Integral.

Art. 4º - As empresas que vierem participar no apoio deste Projeto poderão utilizar os benefícios da Lei n.º 10.846, de 19 de agosto de 1996, que institui o Sistema Estadual de Financiamento e Incentivo às Atividades Culturais, autoriza a cobrança de taxas de serviços das instituições culturais e dá outras providências.

Art. 5º - Esta Lei poderá ser regulamentada para garantir a sua execução.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 13 de janeiro de 2011.

* Publicada no Diário Oficial do Estado nº 011, de 14 de janeiro de 2011.

LEI Nº 13.721, DE 28 DE ABRIL DE 2011.

Determina aos clubes de futebol sediados no Rio Grande do Sul que assegurem matrícula em instituição de ensino aos jogadores menores de 20 (vinte) anos a eles vinculados, e dá outras providências.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.**

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º Os clubes de futebol oficiais do Estado do Rio Grande do Sul devem assegurar que estejam matriculados em instituição de ensino, pública ou particular, todos os jogadores menores de 20 (vinte) anos até a conclusão do Ensino Médio, com os quais possuam qualquer forma de vínculo, zelando pela sua frequência e aproveitamento escolar.

Parágrafo único. Consideram-se clubes oficiais as associações devidamente registradas e reconhecidas pela Federação Gaúcha de Futebol.

Art. 2º Os clubes de futebol que não regularizarem a situação de matrícula escolar dos jogadores de futebol menores de 20 (vinte) anos a eles vinculados ficarão impedidos de participar de jogos, torneios, campeonatos e competições oficiais no Estado.

Art. 3º Os clubes de futebol terão a responsabilidade de encaminhar à Federação Gaúcha de Futebol, anualmente, os comprovantes de matrícula e, semestralmente, os atestados de frequência escolar dos jogadores menores de 20 (vinte) anos .

Parágrafo único. A não entrega dos comprovantes de matrícula e de freqüência escolar dos jogadores menores de 20(vinte) anos, pelos clubes, oficiais, à Federação Gaúcha de Futebol, presumirá o descumprimento desta Lei, acarretando a aplicação de penalidade.

Art. 4º Esta Lei poderá ser regulamentada para garantir sua fiel execução.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 28 de abril de 2011.

---

* Publicada no Diário Oficial do Estado nº 082, de 29 de abril de 2011.

LEI Nº 13.990, DE 15 DE MAIO DE 2012.

Introduz modificações na Lei n.º 10.576, de 14 de novembro de 1995, que dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público e dá outras providências.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º Na Lei nº 10.576, de 14 de novembro de 1995, e alterações, que dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público e dá outras providências, ficam introduzidas as seguintes modificações:

I - o art. 4º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4º A administração dos estabelecimentos de ensino será exercida pelos seguintes órgãos:

I - Equipe Diretiva – ED – integrada pelo Diretor, pelo Vice-Diretor e pelo Coordenador Pedagógico; e

II - Conselho Escolar.";

II - o "caput" do art. 5º e seu inciso I passam a ter nova redação, conforme segue:

"Art. 5º A autonomia da gestão administrativa, financeira e pedagógica dos estabelecimentos de ensino será assegurada:

I - pela indicação do Diretor e do(s) Vice-Diretor(es), mediante votação direta da comunidade escolar;

.....";

III - o art. 6º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 6º A administração do estabelecimento de ensino será exercida por uma Equipe Diretiva – ED – integrada pelo Diretor, pelo Vice-Diretor e pelo Coordenador Pedagógico que deverá atuar de forma integrada e em consonância com as deliberações do Conselho Escolar.”;

IV - o “caput” do art. 7º passa a ser o que segue:

“Art. 7º Os Diretores e os Vice-Diretores das escolas públicas estaduais serão indicados pela comunidade escolar de cada estabelecimento de ensino, mediante votação direta por meio de chapa.

.....”;

V - o inciso X do art. 8º passa a ter nova redação, acrescentando-se o inciso XV como segue:

“Art. 8º .....

.....

X - realizar, anualmente, os procedimentos do Sistema Estadual de Avaliação e apresentar seus resultados, juntamente com aqueles decorrentes da avaliação externa e interna, ao Conselho Escolar, bem como as propostas que visem à melhoria da qualidade do ensino e ao alcance das metas estabelecidas;

.....

XV - coordenar os procedimentos referentes ao recebimento, execução, prestação de contas e aplicação dos recursos financeiros transferidos às escolas por órgãos federais, estaduais, municipais ou doações para a manutenção e o desenvolvimento do ensino, nos temos do art. 41 desta Lei.”;

VI - o art. 9º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 9º O período de administração do Diretor e do Vice-Diretor corresponde a mandato de três anos, permitida uma recondução sucessiva.

§ 1º A posse do Diretor e do Vice-Diretor ocorrerá ao final do ano letivo, em data a ser marcada pela Secretaria da Educação.

§ 2º A frequência, antes da posse, do Diretor e do Vice-Diretor escolhidos a curso de gestão escolar de, no mínimo quarenta horas, promovido pela Secretaria da Educação do Estado, é considerada parte do processo de indicação da direção da escola.”;

VII - o “caput” do art. 10 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 10. A vacância da função de Diretor ou de Vice-Diretor ocorrerá por conclusão da gestão, renúncia, destituição, aposentadoria ou morte.

.....”;

VIII - o “caput” do art. 11 passa a ter nova redação, conforme segue:

“Art. 11. Ocorrendo a vacância da função de Diretor, excetuada a hipótese prevista no art. 12, iniciar-se-á o processo de nova indicação, conforme o previsto nos arts. 22, 23 e 24 desta Lei, no prazo máximo de dez dias letivos.

.....”;

IX - o “caput” do art. 13 passa a ter nova redação, conforme segue:

“Art. 13. A destituição do Diretor ou do Vice-Diretor indicados somente poderá ocorrer motivadamente:

.....”;

X - o “caput” do art. 15 passa a ter a seguinte redação, acrescentando o § 3º com o seguinte teor:

“Art. 15. O Vice-Diretor do estabelecimento de ensino será escolhido juntamente com o Diretor dentre os membros do Magistério e servidores, em exercício no estabelecimento de ensino, conforme requisitos dos incisos I e II do art. 20 e seus parágrafos, podendo ser designado seu substituto legal, assumindo a função sob o compromisso de, em seis meses, frequentar curso de qualificação para Diretores.

.....

§ 3º Ocorrendo vacância do(s) Vice-Diretor(es), o(s) sucessor(es) será(ão) indicado(s) pelo Diretor da Escola para completar o mandato.”;

XI - o título da Seção III do Capítulo I do Título I passa a ser o que segue:

“TÍTULO I
DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO
.....

CAPÍTULO I
DA AUTONOMIA NA GESTÃO ADMINISTRATIVA
.....

Seção III
Do Processo de Indicação de Diretores e de Vice-Diretores
.....”;

XII - o art. 19 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 19. O processo de indicação de Diretores e de Vice-Diretores de estabelecimentos de ensino público estaduais será feito mediante votação direta pela comunidade escolar e participação em curso de qualificação para a função.”;

XIII - o art. 20 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 20. Poderá concorrer à função de Diretor ou de Vice-Diretor(es) todo membro do Magistério Público Estadual ou servidor, em exercício no estabelecimento de ensino, devendo integrar uma chapa e preencher os seguintes requisitos:

I - possuir curso superior na área de Educação;

II - ser estável no serviço público estadual;

III - concordar expressamente com a sua candidatura;

IV - ter, no mínimo, três anos de efetivo exercício no Magistério Público Estadual ou no serviço público estadual;

V - comprometer-se a frequentar curso para qualificação do exercício da função que vier a ser convocado após indicado;

VI - apresentar plano de ação para implementação na comunidade, abordando, no mínimo, os aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos da escola;

VII - estar em dia com as obrigações eleitorais;

VIII - não estar, nos cinco anos anteriores à data do registro da chapa, sofrendo efeitos de sentença penal condenatória;

IX - não ter sido condenado em processo disciplinar administrativo em órgão integrante da Administração Pública Direta ou Indireta, nos cinco anos anteriores à data do registro da chapa;

X - não estar concorrendo a um terceiro mandato consecutivo na mesma ou em outra unidade escolar; e

XI - não ocupar cargo eletivo regido pela Justiça Eleitoral, em qualquer nível.

§ 1º Nas escolas com trinta ou mais integrantes no segmento magistério-servidores, a chapa referida no ‘caput’ deste artigo deverá ter o apoio expresso de, no mínimo, dez membros da comunidade escolar, sendo cinco do segmento magistério-servidores e cinco do segmento pais-alunos, vedado o apoio a mais de uma chapa.

§ 2º Com relação ao pleito de 2012, excepcionalmente, o requisito estipulado no inciso X deste artigo não se aplica aos Diretores e Vice-Diretores no exercício dessa função quando da publicação desta Lei.

§ 3º Nas escolas de ensino fundamental até o quinto ano ou equivalente e de educação infantil, poderá concorrer o membro do Magistério Público Estadual e/ou servidor habilitado em nível médio - modalidade Normal.

§ 4º Nas escolas técnicas estaduais, não havendo candidatos habilitados, será facultada a indicação de membro do Magistério Público Estadual e/ou servidor, em exercício na mesma, que comprove titulação mínima específica de técnico, correspondente à terminalidade do respectivo estabelecimento de ensino.

§ 5º Nenhum candidato poderá concorrer, simultaneamente, em mais de uma chapa e em mais de um estabelecimento de ensino.”;

XIV - o § 4.º do art. 22 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 22. .....

.....

§ 4º Se, ainda assim, não for atingido o percentual mínimo, a Secretaria da Educação designará Diretor e Vice-Diretor(es) aqueles que, em exercício na escola, apresentarem maior titulação na área da educação.

.....”;

XV - o art. 24 passa a ter nova redação, conforme segue:

“Art. 24. Serão considerados indicados os candidatos da chapa que obtiverem 50% (cinquenta por cento) mais um dos votos válidos, não computados os votos brancos e nulos.

§ 1º Na hipótese de haver mais de duas chapas e nenhuma alcançar o percentual de votos previstos no ‘caput’ deste artigo, far-se-á nova votação em segundo turno, até quinze dias após a proclamação do resultado.

§ 2º Se no resultado do primeiro turno permanecer em segundo lugar mais de uma chapa com a mesma votação, qualificar-se-á ao segundo turno a chapa cujo candidato a Diretor tenha mais idade.

§ 3º Na definição do resultado final, será respeitada a proporcionalidade de 50% (cinquenta por cento) dos votos para o segmento pais-alunos e de 50% (cinquenta por cento) para o segmento magistério-servidores.";

XVI - no art. 25, o § 4º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 25. .....

.....

§ 4° Somente poderão compor a Comissão Eleitoral, como representantes de seu segmento, alunos com idade mínima de quatorze anos completos, ou aqueles matriculados a partir do quinto ano ou equivalente.

.....";

XVII - o "caput" do art. 28 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 28. A comunidade escolar, com direito a votar, de acordo com o art. 21 desta Lei, será convocada pela Comissão Eleitoral, por meio de edital, na segunda quinzena de outubro, para, na segunda quinzena de novembro, proceder-se à indicação.

.....";

XVIII - no art. 28, a alínea "a" do § 1.º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 28. .....

§ 1º .....

a) pré-requisitos e prazos para inscrição, homologação e divulgação dos candidatos da chapa;

.....";

XIX - no art. 29, o "caput" e o § 1.º passam a ter nova redação, e ficam acrescidos os incisos V e VI, conforme segue:

"Art. 29. Os candidatos a Diretor e Vice-Diretor deverão entregar à Comissão Eleitoral, até quinze dias após a publicação do edital, juntamente com o pedido de inscrição:

.....

V - comprovante de regularidade eleitoral; e

VI - declaração de que não sofre os efeitos de sanção penal condenatória nem de processo disciplinar administrativo em órgão da Administração Pública Direta ou Indireta nos últimos cinco anos, bem como que não concorre a um terceiro mandato consecutivo.

§ 1.º Os candidatos a Diretor e a Vice-Diretor deverão entregar à Comissão Eleitoral, no ato de sua inscrição, o plano de ação visando à melhoria da qualidade do desempenho escolar.

.....";

XX - o art. 32 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 32. A Comissão Eleitoral credenciará até três fiscais, por chapa, para acompanhar o processo de votação, escrutínio e divulgação dos resultados.";

XXI - o § 1.º do art. 37 passa a ser único, com a redação a seguir:

"Art. 37. .....

Parágrafo único. Será encaminhado à Secretaria da Educação, juntamente com os resultados da indicação, o Plano Integrado da Escola e o compromisso do Diretor e do(s) Vice- Diretor(es) indicados de implementá-lo.";

XXII - o art. 38 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 38. Se a escola não realizar o processo de indicação por falta de candidatos, serão designados Diretor e Vice-Diretor os membros do Magistério ou servidores, estáveis e em exercício na escola, que possuírem maior titulação na área educacional, os quais deverão, em até seis meses, frequentar curso de qualificação para a função.";

XXIII - o art. 39 passa a ter a redação a seguir:

"Art. 39. O processo de indicação do Diretor e do Vice-Diretor nos estabelecimentos de ensino estaduais, criados após a publicação desta Lei, será iniciado no prazo de noventa dias, contados da publicação do ato de autorização de funcionamento.

Parágrafo único. Enquanto não assumirem o Diretor e o(s) Vice-Diretor(es) indicados, nos termos desta Lei, será designado para dirigir a escola membro do Magistério ou servidor, estável, em exercício no estabelecimento de ensino, que possuir maior titulação na área da Educação e que aceite a indicação.";

XXIV - o art. 41 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 41. Os Conselhos Escolares, resguardados os princípios constitucionais, as normas legais e as diretrizes da Secretaria da Educação, terão funções consultiva, deliberativa, executora e fiscalizadora nas questões pedagógico-administrativo-financeiras.

Parágrafo único. Os Conselhos Escolares, entes sem fins lucrativos e devidamente inscritos no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, constituirão as Unidades Executoras das escolas da rede pública estadual do Rio Grande do Sul responsáveis pelo recebimento, execução, prestação de contas e aplicação dos recursos financeiros transferidos às escolas por órgãos federais, estaduais, municipais ou doações para a manutenção e o desenvolvimento do ensino.";

XXV - o art. 59 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 59. O mandato de cada membro de Conselho Escolar terá a duração de três anos, sendo permitida apenas uma recondução sucessiva.";

XXVI - o "caput" do art. 66 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 66. Fica instituído, na forma desta Lei, o suprimento mensal de recursos financeiros às escolas da rede pública estadual de ensino e às Coordenadorias Regionais de Educação para custear as suas despesas de manutenção, desenvolvimento e qualificação do ensino.

.....”;

XXVII - o inciso II do art. 67 passa a ter nova redação, conforme

segue: “Art. 67. .....
.....

II - a aquisição de móveis e equipamentos, material didático-pedagógico-administrativo; e

.....”;

XXVIII- o art. 74 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 74. Sem prejuízo das responsabilidades penais, civis e administrativas cabíveis, perderá a função o Diretor de escola ou Coordenador Regional de Educação que não prestar contas ou aplicar irregularmente os recursos recebidos, inclusive os previstos no art. 41 desta Lei.”;

XXIX - fica acrescido o art. 112, com a seguinte redação:

“Art. 112. Aplica-se ao processo de eleição de Diretores, Vice-Diretores e Conselho Escolar, no que couber, as disposições do Código Eleitoral (Lei Federal n.º 4.737, de 15 de julho de 1965, e alterações posteriores) especialmente os arts. 296, 297, 299, 300, 301, 302, 307, 308, 309, 312, 315, 323, 324, 325, 326, 332, 334, 348, 349, 350 e 354 desse diploma legal.”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 15 de maio de 2012.

* Publicada no Diário Oficial do Estado nº 094, de 16 de maio de 2012.

LEI Nº 14.038, DE 6 DE JULHO DE 2012.

Institui o Programa Universidade para Todos no Rio Grande do Sul – PROUNI RS.

Art. 1.º Fica instituído o Programa Universidade para Todos no Rio Grande do Sul – PROUNI RS –, com o objetivo de promover a formação de recursos humanos em cursos superiores de base tecnológica, por meio da concessão de bolsas de estudo para estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, oferecidas em instituições comunitárias de ensino superior sediadas no Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. No âmbito do PROUNI RS, poderão ser concedidas outras modalidades de bolsas complementares ao Programa Universidade Para Todos – PROUNI, instituído pela Lei Federal n.º 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que possam contribuir com a permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior e com a formação acadêmica dos alunos,

estimulando o interesse pela pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico. (Incluído pela Lei n.º 14.451/14)

Art. 2.º O Poder Executivo designará os órgãos responsáveis pela gestão do Programa de que trata esta Lei, cuja estrutura será composta por um Conselho Gestor, na forma estabelecida por decreto.

Parágrafo único. Os cursos a distância poderão ser ofertados mediante aprovação do Conselho Gestor.

§ 1.º Os cursos a distância poderão ser ofertados mediante aprovação do Conselho Gestor. (Renumerado pela Lei n.º 14.451/14)

§ 2.º A concessão das modalidades de bolsas no âmbito do PROUNI RS serão definidas pelo Conselho Gestor do Programa conforme avaliação dos objetivos e metas estabelecidos. (Incluído pela Lei n.º 14.451/14)

Art. 3.º Para os efeitos desta Lei, considera-se bolsas de estudo as semestralidades ou anuidades escolares fixadas pelo Conselho Gestor do PROUNI RS.

Art. 3.º Para os efeitos desta Lei, considera-se: (Redação dada pela Lei nº 14.451/14)

I - bolsas de estudo: as semestralidades ou anuidades escolares fixadas pelo Conselho Gestor do PROUNI RS; (Redação dada pela Lei n.º 14.451/14)

II - bolsa permanência: o benefício destinado exclusivamente para custeio das despesas educacionais de beneficiário de bolsa integral do PROUNI federal; e (Redação dada pela Lei n.º 14.451/14)

III - bolsa de iniciação tecnológica: o auxílio concedido, conforme estabelecido no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS. (Redação dada pela Lei n.º 14.451/14)

Parágrafo único. A bolsa de iniciação tecnológica tem por objetivo estimular os jovens do ensino superior nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação. (Redação dada pela Lei nº 14.451/14)

Art. 4.º A bolsa de estudo será concedida ao estudante que atenda aos seguintes requisitos:

I - ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;

II - comprovar renda bruta mensal familiar correspondente a, no máximo, três vezes o valor definido em lei para o menor piso salarial no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul;

II - comprovar renda familiar bruta mensal “per capita” correspondente a, no máximo, 1,5 (um inteiro e cinco décimos) vezes o valor definido em lei para o menor piso salarial no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul; (Redação dada pela Lei n.º 14.213/13)

III - comprovar residência no Estado do Rio Grande do Sul há, no mínimo, dois anos, contados da data de inscrição no Programa;

IV - não possuir diploma de graduação nem estar matriculado em outro curso de ensino superior; e

IV - não possuir diploma de graduação; e (Redação dada pela Lei n.º 14.213/13)

V - não ter sido desligado anteriormente de programas de bolsas similares, devido ao descumprimento ou à violação de normas estabelecidas.

Parágrafo único. Para a seleção destes estudantes, o Conselho Gestor do PROUNI RS deve buscar estratégias específicas de acolhimento para a inclusão de jovens oriundos dos programas sociais desenvolvidos pelos governos municipais, estadual e federal, tais como Bolsa Família, RS Mais Igual, PROJOVEM, PROEJA, PROTEJO, Jovem Aprendiz e outros projetos desenvolvidos com o caráter de elevação de escolaridade para jovens em situação de vulnerabilidade social.

§ 1.º Para a seleção destes estudantes, o Conselho Gestor do PROUNI RS deve buscar estratégias específicas de acolhimento para a inclusão de jovens oriundos dos programas sociais desenvolvidos pelos governos municipais, estadual e federal, tais como Bolsa Família, RS Mais Igual, PROJOVEM, PROEJA, PROTEJO, Jovem Aprendiz e outros projetos desenvolvidos com o caráter de elevação de escolaridade para jovens em situação de vulnerabilidade social. (Renumerado pela Lei n.º 14.451/14)

§ 2.º Para concessão das bolsas referidas nos inciso II e III do art. 3.º desta Lei, o estudante deve ser beneficiário do PROUNI RS ou do PROUNI federal. (Incluído pela Lei n.º 14.451/14)

Art. 5.º Serão instituídas cotas sociais, beneficiando estudantes negros, índios e com deficiência, conforme critérios e percentual definidos na forma de regulamento.

Art. 6.º Para efeitos do previsto nesta Lei, considera-se negro, índio ou deficiente aquele que assim se declare expressamente no momento da inscrição.

§ 1.º A aferição da condição declarada pelo candidato será realizada por equipe especializada, definida pelo Conselho Gestor do PROUNI RS.

§ 2.º Caso a equipe especializada conclua, na verificação da condição declarada, que o estudante inscrito não se enquadra na condição de bolsista beneficiado por cota social de que trata este artigo, inexistindo má-fé, o estudante permanecerá no processo de seleção, concorrendo em igualdade de condições com os demais.

Art. 7.º A manutenção da bolsa pelo beneficiário, observado o prazo máximo para a conclusão do curso de graduação, dependerá do cumprimento de requisitos de desempenho acadêmico, estabelecidos em norma expedida pelo Conselho Gestor.

Art. 8.º Será facultada, uma vez, aos bolsistas do PROUNI RS, a troca de curso, na mesma instituição, até o final do primeiro semestre, condicionada à existência de vagas firmadas por meio de convênio.

Art. 9.º O bolsista fica obrigado a oferecer contrapartida de vinte horas em cada semestre correspondentes à participação em atividades de iniciação científica e/ou de extensão universitária, devendo ser realizadas na área do respectivo curso e na região onde o aluno resida ou estude, as quais serão organizadas e acompanhadas pelas instituições comunitárias de ensino superior, e avaliadas pelo Conselho Gestor.

Parágrafo único. No caso da bolsa de iniciação tecnológica, no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação da FAPERGS, a contrapartida deverá observar o previsto no Edital do Programa. (Incluído pela Lei n.º 14.451/14)

Art. 10. As bolsas concedidas no âmbito do Programa não serão acumuláveis com qualquer auxílio ou benefício de outra fonte, com a mesma finalidade, ressalvadas as bolsas,

auxílios ou descontos concedidos pela própria instituição de ensino participante e as bolsas de iniciação científica.

Art. 11. O estudante beneficiado pelo PROUNI RS será pré-selecionado de acordo com critérios definidos pelo Conselho Gestor ou de acordo com os resultados e com o perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM –, e, na etapa final, será selecionado pela instituição de ensino superior, segundo seus próprios critérios.

Parágrafo único. O beneficiário do PROUNI RS responde legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por ele prestadas.

§ 1.º O beneficiário do PROUNI RS responde legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por ele prestadas. (Renumerado pela Lei n.º 14.451/14)

§ 2.º Não se aplica o disposto neste artigo aos beneficiários das bolsas previstas nos incisos II e III do art. 3.º desta Lei, tendo em vista a exigência estabelecida no § 2.º do art. 4.º desta Lei. (Incluído pela Lei n.º 14.451/14)

Art. 12. A inscrição para seleção das instituições de ensino no PROUNI RS dar-se-á mediante edital público, por semestre.

Art. 12. A seleção das instituições de ensino e dos(as) estudantes beneficiários(as) das bolsas do PROUNI RS dar-se-á mediante edital público, lançado de acordo com a periodicidade estabelecida pelo Conselho Gestor do Programa. (Redação dada pela Lei nº 14.451/14)

§ 1.º O edital público será:

I - publicado, na íntegra, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, com antecedência mínima de trinta dias;

II - publicado, de forma resumida, por duas vezes, com intervalo de quinze dias entre a primeira e a segunda publicação, em jornal de grande circulação no Estado; e

III - disponibilizado, na íntegra, na internet, no site oficial da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS –, na mesma data de publicação do Diário Oficial do Estado, devendo permanecer disponível aos interessados durante todo o período de validade do edital.

§ 2.º O resultado das entidades cadastradas, com a consequente definição do número de bolsas a serem atribuídas a cada uma, será publicado na íntegra, no Diário Oficial do Estado e no site da FAPERGS.

§ 2.º O resultado das entidades cadastradas, com a consequente definição do número de bolsas a serem atribuídas a cada uma, bem como dos(as) beneficiários(as) de bolsas será publicado na íntegra, no Diário Oficial do Estado e no site da FAPERGS. (Redação dada pela Lei n.º 14.451/14)

Art. 13. A bolsa de estudo será cancelada automaticamente, com o desligamento do aluno do Programa, nos seguintes casos:

I - aproveitamento acadêmico insuficiente: o estudante que não for aprovado, com percentual mínimo a ser definido pelo Conselho Gestor, em disciplinas cursadas em cada período letivo;

II - abandono, desistência do curso ou trancamento de matrícula;

III - transferência para outra instituição de ensino; e

IV - apresentação de falsa documentação ou fraude na prestação das informações, visando à concessão ou à manutenção da bolsa, sem prejuízo das cominações legais a que se achar sujeito o responsável pelo ilícito praticado.

§ 1.º A instituição de ensino deverá comunicar ao Conselho Gestor nos casos de cancelamento automático previstos neste artigo, sob pena de perda do direito ao crédito relativo às bolsas de estudo concedidas.

§ 2.º Em qualquer caso de cancelamento, a bolsa de estudo poderá ser redistribuída para outro aluno classificado da mesma instituição, obedecendo os critérios de seleção do PROUNI RS, com efeitos a partir da data da substituição do bolsista.

§ 3.º O não preenchimento das vagas definidas pelo Conselho Gestor deverá ser informado pela instituição de ensino originalmente beneficiada para que as vagas possam ser redistribuídas.

Art. 13-A. O cancelamento da concessão das bolsas previstas nos incisos II e III do art. 3.º desta Lei, será procedido mediante o desligamento do PROUNI federal ou do PROUNI RS, conforme o caso, de acordo com o procedimento estabelecido pelo Conselho Gestor do PROUNI RS. (Incluído pela Lei n.º 14.451/14)

Art. 14. A instituição de ensino que aderir ao PROUNI RS apresentará ao Conselho Gestor, semestralmente, de acordo com o respectivo regime curricular acadêmico:

I - o controle de frequência mínima obrigatória dos bolsistas, correspondente a setenta e cinco por cento da carga horária do curso;

II - o aproveitamento dos bolsistas no curso, considerando-se, especialmente, o desempenho acadêmico; e

III - a evasão de bolsistas por curso e turno, bem como o total de alunos matriculados, relacionando os estudantes vinculados ao PROUNI RS.

Art. 15. A instituição de ensino selecionada para participar do Programa deverá:

I - firmar compromisso por meio do instrumento próprio com a instância executiva do PROUNI RS, aquiescendo às condições e às obrigações vigentes no Programa, especialmente quanto à oferta de bolsas de estudo aos beneficiários, até o quantitativo que lhe for fixado pelo Conselho Gestor;

I - firmar compromisso por meio do instrumento próprio com a instância executiva do PROUNI RS, aquiescendo às condições e às obrigações vigentes no Programa, especialmente quanto à oferta de bolsas de estudo, bolsa permanência e bolsa de iniciação tecnológica aos beneficiários, até o quantitativo que lhe for fixado pelo Conselho Gestor; (Redação dada pela Lei n.º 14.451/14)

II - assegurar aos candidatos selecionados pelo Programa isenção da taxa de inscrição em processo seletivo para admissão aos cursos; e

III - assegurar a renovação da bolsa de estudo nas condições estabelecidas pelo Programa, para rematrícula do bolsista até a conclusão do curso.

III - assegurar a renovação da bolsa de estudo e da bolsa permanência nas condições estabelecidas pelo Programa, para rematrícula do bolsista até a conclusão do curso; (Redação dada pela Lei n.º 14.451/14)

IV - observar as regras estabelecidas para concessão da bolsa de iniciação tecnológica. (Incluído pela Lei n.º 14.451/14)

Art. 16. A denúncia do termo de adesão, por iniciativa da instituição, não implicará ônus ao Poder Público nem prejuízo para o estudante beneficiado pelo PROUNI RS, que gozará do benefício concedido até a conclusão do curso, respeitadas as normas internas da instituição, inclusive as disciplinares.

Art. 17. O curso considerado insuficiente pelo Ministério da Educação, segundo critérios de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES –, por duas avaliações consecutivas, será desvinculado do PROUNI RS, sem prejuízo do estudante já matriculado.

Art. 18. No prazo de até trinta dias, contados após o início do ano letivo, o Poder Executivo publicará no site oficial da FAPERGS os seguintes dados:

I - nome do aluno;

II - instituição de ensino;

III - curso;

IV - carga horária; e

V - valor da bolsa.

Art. 18-A. O valor máximo da bolsa permanência e de iniciação tecnológica será equivalente ao praticado na política federal de bolsas de iniciação científica, e será divulgado por meio de edital. (Incluído pela Lei n.º 14.451/14)

Art. 18-B. As regras complementares sobre concessão, distribuição, manutenção e cancelamento de bolsas serão estabelecidas em regulamento, inclusive quanto ao aproveitamento e à frequência mínima a ser exigida do(a) estudante. (Incluído pela Lei nº 14.451/14)

Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários à execução do PROUNI RS.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 6 de julho de 2012.

---

* Atualizada até a Lei n.º 14.451, de 15 de janeiro de 2014.

LEI Nº 14.278 DE 26 DE JULHO DE 2013

Institui a Política Estadual de Incentivo à Permanência de Jovens e Adultos no Meio Rural através da Qualificação da Oferta Educacional e dá outras providências.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1.º Esta Lei institui a Política Estadual de Incentivo à Permanência de Jovens e Adultos no Meio Rural através da Qualificação da Oferta Educacional, tendo como finalidades:

I - a implementação de ações públicas voltadas ao estímulo e à garantia de permanência do educando na área rural a partir da criação de condições para a escolha do campo como lugar para viver e da agricultura como profissão;

II - a qualificação do educando em atividades rurais, a fim de que o mesmo adquira as habilidades necessárias para desenvolver uma unidade de produção rural, de base familiar e sustentável.

Art. 2.º A Política Estadual de Incentivo à Permanência de Jovens e Adultos no Meio Rural através da Qualificação da Oferta Educacional tem como diretrizes:

I - a ação conjunta dos órgãos públicos, em especial os da educação, com o intuito de oferecer aos jovens e adultos rurais uma formação integral, adequada a sua realidade, que lhes permita atuar como agricultores qualificados técnica e administrativamente, além de tornarem-se homens e mulheres em condições de exercer plenamente sua cidadania;

II - o estabelecimento de ações permanentes e articuladas entre entes públicos, privados de caráter comunitário e sociedade civil para fomentar no jovem rural o sentido de comunidade, vivência grupal e desenvolvimento do espírito associativo, bem como a consciência de que é possível, através de técnicas de produção adequadas, de transformação e de comercialização, viabilizar uma agricultura sustentável, sem agressão e prejuízos ao meio ambiente;

III - a melhoria da qualidade de vida dos agricultores, através da aplicação de conhecimentos técnico-científicos associados ao conhecimento popular, articulados pela Pedagogia da Alternância; e

IV - o desenvolvimento de práticas capazes de organizar melhor as ações de extensão rural, de agricultura familiar, de produção de alimentos, de saúde, de nutrição e de âmbito cultural das comunidades.

Art. 3.º A Política Estadual de Incentivo à Permanência de Jovens e Adultos no Meio Rural através da Qualificação da Oferta Educacional orienta-se pelos seguintes objetivos:

I - qualificar o educando em atividades rurais, a fim de que o mesmo adquira as habilidades necessárias para desenvolver uma unidade de produção rural, de base familiar e sustentável;

II - oferecer educação de qualidade aos filhos dos agricultores familiares, de modo que eles desenvolvam projetos experimentais em suas propriedades, aprendendo a trabalhar com saúde e segurança, obtendo melhoria para toda a família;

III - desencadear um trabalho de aproximação com todas as comunidades e articulação com as instituições, com vista a provocar melhorias para todos os envolvidos na educação rural;

IV - valorizar a cultura e as experiências dos jovens como fonte de conhecimento válido, utilizando-as como ponto de partida para transformações de suas condições de vida, reforçando os princípios de respeito pelos valores culturais das comunidades envolvidas;

V - instrumentalizar os jovens agricultores com conhecimentos mais amplos sobre as diversas ciências, dando ênfase às ciências agrárias;

VI - formar cidadãos críticos, criativos e atuantes nos processos decisórios da comunidade; e

VII - incentivar os educandos a desenvolver projetos produtivos construídos a partir da escola e apoiados com recursos públicos.

Art. 4.º São instrumentos da Política Estadual de Incentivo à Permanência de Jovens e Adultos no Meio Rural através da Qualificação da Oferta Educacional, dentre outros, os seguintes:

I - o Projeto Estadual de Incentivo à Permanência de Jovens e Adultos no Meio Rural através da Qualificação da Oferta Educacional, aqui definido como conjunto de elementos de informação, diagnóstico, definição de objetivos, metas e instrumentos de execução e avaliação que consubstanciam, organizam e integram o planejamento e as ações desta Política Estadual;

II - a Rede Estadual de Incentivo à Permanência de Jovens e Adultos no Meio Rural através da Qualificação da Oferta Educacional, aqui definida como conjunto de agentes institucionais que, no âmbito de suas respectivas competências, agem de modo permanente e articulado para o cumprimento dos princípios e objetivos desta Política Pública;

III - a colaboração entre diferentes entes públicos, privados e níveis de poder.

Art. 5.º A Administração Pública Estadual poderá implementar programa de apoio técnico ou financeiro para instituições educacionais, sem fins lucrativos e de caráter comunitário, que desenvolvam ou ofereçam cursos gratuitos de ensino médio ou de educação profissionalizante com conteúdo e método fundamentado, entre outros, na Pedagogia da Alternância.

Parágrafo único. A Administração Pública poderá dar tratamento diferenciado ou preferencial para instituições de ensino geridas ou comprometidas com o desenvolvimento ou valorização da agricultura familiar.

Art. 6.º Para os efeitos desta Lei, considera-se Pedagogia da Alternância a organização curricular, pedagógica e metodológica específicas que possibilitem aos jovens e adultos educandos alternarem períodos de estudos no ambiente socioescolar com o ambiente socioprofissional, possibilitando a convivência com a família, a comunidade e a organização.

Art. 7.º Os demais órgãos públicos, especialmente aqueles das áreas da agricultura, do desenvolvimento rural, do meio ambiente, da ciência e tecnologia e da economia solidária, entre outros, poderão valer-se desta Lei para viabilizar programas próprios em consonância com os princípios, os objetivos, as ações e os serviços de apoio desta Política Pública.

Art. 8.º Esta Lei poderá ser regulamentada para garantir a sua execução.

Art. 9.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 26 de julho de 2013.

* Publicada no DOE nº 144, de 29 de julho de 2013.

LEI COMPLEMENTAR Nº 14.376, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013.

Estabelece normas sobre Segurança, Prevenção e Proteção contra Incêndios nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.**

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei Complementar seguinte:

CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS E DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Ficam estabelecidas, através desta Lei Complementar, para as edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul, as normas sobre Segurança, Prevenção e Proteção contra Incêndio, competências, atribuições, fiscalizações e sanções administrativas decorrentes do seu descumprimento.

Parágrafo único. A presente Lei Complementar baliza a atuação das administrações públicas municipais e a edição de legislações locais, dado que se trata de lei complementar na forma dos arts. 24 e 30 da Constituição Federal e art. 130 da Constituição do Estado.

Art. 2.º São objetivos desta Lei Complementar:

I - preservar e proteger a vida dos ocupantes das edificações e áreas de risco, em caso de incêndio;

II - estabelecer um conjunto de medidas eficientes de prevenção contra incêndio;

III - dificultar a propagação do incêndio, preservando a vida, reduzindo danos ao meio ambiente e ao patrimônio;

IV - proporcionar meios de controle e extinção do incêndio;

V - dar condições de acesso para as operações do Corpo de Bombeiros Militar do Estado Rio Grande do Sul - CBMRS -;

VI - proporcionar a continuidade dos serviços nas edificações e áreas de risco de incêndio;

VII - definir as responsabilidades e competências de legislar em âmbito estadual, respeitando as dos demais entes federados;

VIII - estabelecer as responsabilidades dos órgãos competentes pelo licenciamento, prevenção e fiscalização contra incêndios e sinistros deles decorrentes;

IX - definir as vistorias, os licenciamentos e as fiscalizações às edificações e áreas de risco de incêndio;

X - determinar as sanções nos casos de descumprimento desta Lei Complementar.

Art. 3.° As medidas de segurança contra incêndio nas edificações e áreas de risco de incêndio atenderão ao previsto no art. 144, § 5.º, "in fine", da Constituição Federal e art. 130 da Constituição do Estado.

Art. 4.º As edificações e áreas de risco de incêndio deverão possuir Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio - APPCI -, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul - CBMRS.

Parágrafo único. Estão excluídas das exigências desta Lei complementar:

I - edificações de uso residencial exclusivamente unifamiliares;

II - residências exclusivamente unifamiliares, localizadas no pavimento superior de ocupação mista com até dois pavimentos, e que possuam acessos independentes.

Art. 5.º Fica proibida, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, a expedição de quaisquer licenças e/ou autorizações precárias, provisórias e definitivas de funcionamento, pelo município no âmbito de suas competências, sem a apresentação, por parte do proprietário ou de seu procurador, ou pelo responsável pelo uso da edificação, do Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndios - APPCI - expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul - CBMRS.

Parágrafo único. No caso de conformidade entre os projetos apresentados e a execução da edificação ou alteração dela, com os aprovados, poderá ser emitido pelo município no âmbito de suas competências Certificação de Regularidade, ficando entretanto o funcionamento, o uso e a ocupação da edificação subordinados à apresentação do APPCI.

CAPÍTULO II
DOS CONCEITOS E DAS DEFINIÇÕES

Art. 6.º Para efeito desta legislação, são adotadas as definições abaixo descritas:

I - acesso é o caminho a ser percorrido pelos usuários do pavimento, constituindo a rota de saída horizontal, para alcançar a escada ou a rampa, área de refúgio ou descarga, nas edificações com mais de um pavimento, ou o espaço livre exterior, nas edificações térreas. Os acessos podem ser constituídos por corredores, passagens, vestíbulos, antecâmaras, sacadas, varandas e terraços;

II - altura da edificação:

a) altura ascendente é a medida em metros entre o ponto que caracteriza a saída ao nível da descarga, sob a projeção do paramento externo da parede da edificação, ao ponto mais baixo do nível do piso do pavimento mais baixo da edificação;

b) altura da edificação ou altura descendente é a medida em metros entre o ponto que caracteriza a saída ao nível da descarga, sob a projeção do paramento externo da parede da

edificação, ao ponto mais alto do piso do último pavimento. Como paramento externo da parede da edificação pode ser considerado o plano da fachada do pavimento de descarga, se os pavimentos superiores constituírem corpo avançado com balanço máximo de 1,20m (um metro e vinte centímetros), excluídas as marquises;

III - ampliação é o aumento da área construída da edificação;

IV - análise é o ato de verificação das exigências das medidas de segurança contra incêndio das edificações e áreas de risco de incêndio, no processo de segurança contra incêndio;

V - andar é o volume compreendido entre dois pavimentos consecutivos, ou entre o pavimento e o nível superior à sua cobertura;

VI - área da edificação é o somatório da área a construir e da área construída de uma edificação;

VII - áreas de risco de incêndio é o ambiente externo à edificação que contém armazenamento de produtos inflamáveis ou combustíveis, instalações elétricas ou de gás e similares, que deverá seguir legislação municipal referente aos Estudos de Viabilidade Urbana - EVU -, para a devida finalidade da edificação;

VIII - ático é a parte do volume superior de uma edificação, destinada a abrigar máquinas, piso técnico de elevadores, caixas de água e circulação vertical;

IX - Alvará de Prevenção e Proteção contra Incêndio - APPCI - é a certificação emitida pelo CBMRS de que a edificação vistoriada está de acordo com a legislação vigente, conforme o Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio - PPCI -;

X - carga de incêndio é a soma das energias caloríficas possíveis de serem liberadas pela combustão completa de todos os materiais combustíveis contidos num ambiente, pavimento ou edificação, inclusive o revestimento das paredes, divisórias, pisos e tetos;

XI - capacidade lotação é a relação entre o conjunto de medidas necessárias que as edificações devem possuir, a fim de permitir o fácil acesso de auxílio externo para o combate ao fogo e a desocupação e a proteção da integridade física de seus ocupantes;

XII - compartimentação são medidas de proteção passiva, constituídas de elementos de construção resistentes ao fogo, destinados a evitar ou a minimizar a propagação do fogo, calor e gases, interna ou externamente ao edifício, no mesmo pavimento ou para pavimentos elevados consecutivos;

XIII - Conselho Estadual de Segurança, Prevenção e Proteção Contra Incêndio - COESPPCI - é o órgão superior normativo e consultivo para os assuntos de que trata esta Lei Complementar;

XIV - Controle e Extração de Fumaça é o sistema usado para confinar a fumaça e os gases quentes sob determinadas condições nas partes superiores dos ambientes por meio de barreiras, como vigas, painéis ou cortinas e forçar a sua circulação por caminhos predeterminados como dutos, por meios naturais ou mecânicos, para o lado exterior da edificação por aberturas de extração específicas;

XV - Corpo Técnico do CBMRS é composto pelos oficiais do Corpo de Bombeiros Militar detentores do Curso de Especialização e/ou por engenheiros e arquitetos do quadro de oficiais militares ou contratados pelo órgão;

XVI - edificação é a área construída destinada a abrigar atividade humana ou qualquer instalação, equipamento ou material;

XVII - edificação e área de risco existente é a construção ou área de risco construída ou regularizada anteriormente à publicação desta Legislação, com documentação comprobatória, desde que mantidas a área e a ocupação da época e não haja disposição em contrário dos órgãos responsáveis pela concessão de alvarás de funcionamento e de segurança contra incêndio, observados os objetivos desta;

XVIII - edificação residencial unifamiliar é aquela destinada ao uso exclusivamente residencial, térrea ou assobradada conforme o estabelecido pelas Tabelas de Classificação constantes nos Anexos A (Classificação) e B (Exigências);

XIX - edificação térrea é a construção de um pavimento, podendo possuir mezaninos cuja somatória de áreas deve ser menor ou igual à terça parte da área do piso de pavimento, não excedendo 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados);

XX - emergência é a situação crítica e fortuita que representa perigo à vida, ao meio ambiente e ao patrimônio, decorrente de atividade humana ou fenômeno da natureza que obriga a uma rápida intervenção operacional;

XXI - medidas de segurança contra incêndio são o conjunto de dispositivos ou sistemas a serem instalados nas edificações e áreas de risco de incêndio, necessário para evitar o surgimento de um incêndio, limitar sua propagação, possibilitar sua extinção e ainda propiciar a proteção à vida, ao meio ambiente e ao patrimônio;

XXII - mezanino é uma plataforma elevada circulável que subdivide parcialmente um andar em dois que, em excedendo 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), deverá, para fins de prevenção, ser considerado outro pavimento;

XXIII - mudança de ocupação ou de uso consiste na alteração de atividade ou uso que resulte na mudança de classificação (Grupo ou Divisão) da edificação ou área de risco, contidas nas Tabelas nos Anexos A (Classificação) e B (Exigências);

XXIV - ocupação ou uso é a atividade ou uso de uma edificação;

XXV - ocupação mista é a edificação que abriga mais de um tipo de ocupação;

XXVI - ocupação predominante é a atividade ou uso principal exercido na edificação;

XXVII - nível de descarga é o nível no qual uma porta externa conduz a um local seguro no exterior;

XXVIII - pavimento é o plano de piso;

XXIX - pesquisa de incêndio consiste na apuração das causas, desenvolvimento e consequências dos incêndios atendidos pelo CBMRS, mediante exame técnico das edificações, materiais e equipamentos, no local ou em laboratório especializado;

XXX - piso é a superfície superior do elemento construtivo horizontal sobre a qual haja previsão de estocagem de materiais ou onde os usuários da edificação tenham acesso irrestrito;

XXXI - Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio - PPCI - é um processo que contém os elementos formais, que todo o proprietário ou responsável pelas áreas de risco de incêndio e edificações, excetuando as de ocupação unifamiliares de uso exclusivamente residencial, deve encaminhar ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul - CBMRS -, conforme orientações do referido órgão. O PPCI será exigido na sua forma completa ou simplificada, de acordo com o uso, a classificação e a atividade desenvolvida na edificação;

XXXII - Plano Simplificado de Prevenção e Proteção Contra Incêndio - PSPCI - é um processo que contém um conjunto reduzido de elementos formais, em função da classificação de ocupação e uso da edificação, que dispensa a apresentação do Projeto de Prevenção e Proteção Contra Incêndio - PrPCI - em conformidade com esta Lei Complementar e Resolução Técnica do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul – RTCBMRS -, cuja a responsabilidade das informações fornecidas é exclusiva do proprietário ou do responsável pelo uso da edificação;

XXXIII - Projeto de Prevenção e Proteção Contra Incêndio - PrPCI - é o projeto técnico, constante do PPCI, que contém o conjunto de medidas que visam prevenir e evitar o incêndio, permitir o abandono seguro dos ocupantes da edificação e áreas de risco de incêndio, dificultar a propagação do incêndio, proporcionar meios de controle e extinção do incêndio e permitir o acesso para as operações do Corpo de Bombeiros. O PrPCI será elaborado por

profissional registrado e com a devida atribuição no Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA/Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA (Sistema CONFEA/CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul - CAU-RS -, acompanhado da devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART/CREA - ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT/CAU-RS -;

XXXIV - reforma são as alterações nas edificações e áreas de risco de incêndio, sem aumento de área construída;

XXXV - responsável técnico é o profissional habilitado no sistema CONFEA/CREA ou CAU-RS para elaboração e/ou execução de projetos e obras de atividades relacionadas à segurança contra incêndio;

XXXVI - Resoluções Técnicas do Corpo de Bombeiros - RTCBMRS ou RT - é o conjunto de documentos técnicos do CBMRS, elaborado pelo Corpo Técnico do CBMRS, que regulamenta as medidas de segurança contra incêndio nas edificações e áreas de risco de incêndio, respeitadas as normas técnicas existentes, consultado o COESPPCI;

XXXVII - risco específico é a situação que proporciona uma probabilidade aumentada de perigo à edificação, tais como: caldeira, casa de máquinas, incineradores, centrais de gás combustível, transformadores, geradores, fontes de ignição e materiais inflamáveis;

XXXVII – segurança contra incêndio é o conjunto de ações e recursos internos e externos à edificação e áreas de risco de incêndio que permitem controlar a situação de incêndio;

XXXIX – Serviços Civis Auxiliares de Bombeiros são organizações civis que têm por finalidade auxiliar os CBMRS nas atividades complementares de combate ao fogo e defesa civil;

XL - subsolo é o (s) pavimento (s) de uma edificação situado (s) abaixo do pavimento térreo, de acordo com a NBR 9.077/2001 - “Saídas de emergências em edificações” e RTCBMRS;

XLI - vistoria de segurança contra incêndio (vistoria) é a verificação “in loco” do cumprimento das exigências das medidas de segurança contra incêndio nas edificações e áreas de risco de incêndio.

CAPÍTULO III
DA ABRANGÊNCIA E DA APLICAÇÃO

Art. 7.º As exigências de segurança previstas nesta Legislação aplicam-se às edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul, devendo ser observadas em especial, por ocasião:

I - da construção de uma edificação e área de risco de incêndio;

II - da reforma ou adequação de uma edificação existente;

III - da mudança de ocupação ou uso;

IV - da ampliação de área construída;

V - do aumento na altura da edificação;

VI - da regularização das edificações existentes ou áreas de risco de incêndio;

VII - do risco ou modificação da carga de incêndio;

VIII - da capacidade de lotação ou sua alteração.

§ **1.º** As exigências de segurança nestas ocasiões deverão seguir os critérios técnicos para classificação das edificações e áreas de risco de incêndio desta Lei Complementar, devendo atender ao estabelecido nas Tabelas dos Anexos A (Classificação) e B (Exigências).

§ **2.º** Nas ocupações mistas, para determinação das medidas de segurança, proteção e prevenção contra incêndio a serem implantadas, adota-se o conjunto das exigências de maior nível de segurança para a edificação, avaliando-se os respectivos usos, as áreas, as alturas e a carga de incêndio, observando ainda:

I - nas edificações térreas, quando houver compartimentação entre as ocupações mistas, as exigências devem ser determinadas em função de cada ocupação;

II - nas edificações com mais de um pavimento, quando houver compartimentação entre as ocupações mistas, as exigências de controle de fumaça e de compartimentação horizontal (de áreas) podem ser determinadas em função de cada ocupação. As áreas destinadas exclusivamente para uso residencial estão isentas do sistema de chuveiros automáticos.

§ 3.º VETADO.

CAPÍTULO IV
SERVIÇO DE SEGURANÇA, PREVENÇÃO E PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

Art. 8.º O Serviço de Segurança, Prevenção e Proteção Contra Incêndio - SSPPCI - é constituído para os fins desta Lei Complementar pelo CBMRS e pelos Serviços Civis Auxiliares de Bombeiros, de acordo com as competências fixadas nesta Lei Complementar e no Decreto Estadual n.º 37.313, de 20 de março de 1997.

§ **1.º** Os Serviços Civis Auxiliares de Bombeiros dispostos no “caput” deste artigo são constituídos pelos Corpos de Bombeiros Municipais, pelos Corpos de Bombeiros Voluntários, pelos Corpos de Bombeiros Comunitários ou Mistos e pelos Corpos de Bombeiros Particulares do tipo Brigada de Incêndio.

§ **2.º** O bom desempenho e a correta aplicação das políticas públicas de prevenção, proteção e segurança contra incêndio são deveres dos poderes públicos e da sociedade.

CAPÍTULO V
CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA, PREVENÇÃO E PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO – COESPPCI

Art. 9.º Fica criado, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, o Conselho Estadual de Segurança, Prevenção e Proteção Contra Incêndio - COESPPCI -, como órgão superior normativo e consultivo para os assuntos de que trata esta Lei Complementar.

§ **1.º** O COESPPCI é um órgão representativo dos diversos segmentos relacionados à segurança, prevenção e proteção contra incêndio no Estado do Rio Grande do Sul e será regulamentado através de ato do Poder Público Estadual.

§ **2.º** Cabe ao COESPPCI, quando estudos e bibliografias técnicas assim apontarem, dar início às atualizações no que concerne às tabelas técnicas.

§ **3.º** Fica criado, no âmbito do COESPPCI, o Conselho Regional de Segurança, Prevenção e Proteção Contra Incêndios – CORPPCI –, órgão auxiliar de caráter regional, constituído nos moldes do Conselho Estadual, onde houver os Comandos Regionais de Corpo de Bombeiro Militar do RS – CRBMRS.

CAPÍTULO VI
DAS COMPETÊNCIAS, ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

art. 10. Compete ao Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul – CBMRS –, ouvido seu corpo técnico, regulamentar, analisar, vistoriar, fiscalizar, aprovar as medidas de segurança, expedir o Alvará de Prevenção e Proteção contra Incêndio – APPCI – e aplicar as sanções previstas nesta Lei Complementar, bem como estudar e pesquisar medidas de segurança contra incêndio em edificações e áreas de risco de incêndio.

§ **1.º** O APPCI terá prazo de validade de 1 (um) ano e 3 (três) anos, de acordo com a classificação de ocupação e uso da edificação, previstas na Tabela 1 do Anexo A (Classificação) e risco de carga de incêndio, conforme Tabela 3, Anexo A (Classificação).

§ **2.º** O APPCI terá prazo de validade de 1 (um) ano para as edificações classificadas quanto à ocupação no Grupo F da Tabela 1 do Anexo A (Classificação) - “Locais de Reunião de Público”, com risco de carga de incêndio médio e alto, conforme Tabela 3 do Anexo A (Classificação) e locais de elevado risco de incêndio e sinistro, conforme RTCBMRS.

§ **3.º** O APPCI terá prazo de validade de 3 (três) anos para as demais edificações e áreas de risco de incêndio.

Art. 11. Quando da instrução do PPCI, para obtenção do APPCI para as edificações e áreas de risco de incêndio, cabe aos proprietários e/ou responsáveis técnicos apresentar o detalhamento técnico dos projetos e instalações das medidas de segurança contra incêndio e, ao responsável pela execução das medidas de segurança, prevenção e proteção contra incêndio, compete o fiel cumprimento do que foi projetado de acordo com as normas técnicas vigentes nesta legislação.

Art. 12. Nas edificações e áreas de risco de incêndio já construídas, é de inteira responsabilidade do proprietário ou do responsável pelo uso, a qualquer título:

I - utilizar a edificação de acordo com o uso para o qual foi licenciada;

II - tomar todas as providências cabíveis para a adequação e/ou mudança de uso da edificação e das áreas de risco de incêndio às exigências desta Lei Complementar;

III - encaminhar com antecedência mínima de 2 (dois) meses ao CBMRS o pedido de renovação do APPCI, sob pena das sanções previstas nesta Lei Complementar.

Art. 13. O proprietário ou o responsável pelo uso da edificação obriga-se a manter as medidas de segurança, prevenção e proteção contra incêndio, em condições de utilização, providenciando sua adequada manutenção.

§ **1.°** O não cumprimento do disposto no “caput” deste artigo implicará nas sanções administrativas previstas nesta Lei Complementar, independentemente das responsabilidades civis e penais cabíveis.

§ **2.°** Por ocasião da realização de acordos extrajudiciais e/ou termos de ajustamento de condutas, o CBMRS e o órgão municipal responsável deverão ser notificados para participar e acompanhar as deliberações, bem como fiscalizar o cumprimento das medidas pactuadas.

Art. 14. Compete ao órgão municipal responsável pela expedição do Alvará de Funcionamento da Edificação a fiscalização e a aplicação da sanção administrativa prevista no art. 41, inciso IV, desta Lei Complementar.

Art. 15. Os eventos temporários em espaços abertos com afluência de público deverão ter seu uso regulado pelas administrações municipais, atendendo às Resoluções Técnicas do CBMRS.

Art. 16. Compete ao CBMRS realizar vistorias ordinárias e extraordinárias, de acordo com a ocupação e uso das edificações.

§ **1.º** As vistorias ordinárias dar-se-ão por ocasião da liberação e da renovação do APPCI, conforme segue:

I - anual, para as edificações classificadas quanto à ocupação no Grupo F da Tabela 1 do Anexo A (Classificação) - "Locais de Reunião de Público", com risco de carga de incêndio médio e alto, conforme Tabela 3 do Anexo A (Classificação) e locais de elevado risco de incêndio e sinistro, conforme RTCBMRS;

II - 3 (três) anos para as demais ocupações.

§ **2.º** As vistorias extraordinárias dar-se-ão a partir de denúncia de irregularidades ou em atividades de fiscalização organizadas a partir de iniciativa dos órgãos públicos competentes.

Art. 17. Compete ao CBMRS e ao município, em qualquer tempo, se constatado caso de risco aos usuários e ao funcionamento da edificação, a sua interdição.

Art. 18. Será obrigatória a constituição de Brigada de Incêndio nas edificações, levando em consideração um percentual da população fixa, estabelecido de acordo com o grupo e a divisão de ocupação, conforme Resolução Técnica do CBMRS ou normas técnicas vigentes.

Parágrafo único. Os locais de eventos ou reuniões com mais de 200 (duzentas) pessoas ficam obrigados a dispor da presença de Bombeiro ou Brigadista, de acordo com Resolução Técnica do CBMRS.

CAPÍTULO VII
DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Art. 19. A tramitação do Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio - PPCI -, devidamente instruído, inicia-se com o protocolo junto ao CBMRS.

§ 1.º A inobservância, pelo interessado, das disposições contidas nesta Lei Complementar, na sua regulamentação e nas respectivas Resoluções Técnicas do Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Rio Grande do Sul - RTCBMRS -, acarretará no indeferimento do processo.

§ 2.º Constatado pelo CBMRS o atendimento das exigências contidas nesta Lei Complementar, na sua regulamentação e nas respectivas Resoluções Técnicas do Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Rio Grande do Sul - RTCBMRS -, será expedido o APPCI.

§ 3.º As medidas de segurança contra incêndio devem ser projetadas e executadas através do PrPCI, por profissional habilitado, engenheiro ou arquiteto, registrado e com a devida atribuição no Sistema CONFEA/CREA ou CAU-RS, acompanhado das devidas Anotação de

Responsabilidade Técnica – ART/CREA – ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT/CAU-RS –, exceto no processo simplificado – PSPCI.

§ **4.º** O requerente, sempre que solicitar formalmente, será comunicado por escrito ou meio eletrônico, quanto ao resultado da análise ou da vistoria prevista no processo.

§ **5.º** VETADO.

§ **6.º** Os valores relativos às cobranças de taxas com base na Lei n.º 8.109, de 19 de dezembro de 1985, e alterações, referentes a serviços especiais não emergenciais, constituir-se-ão em receita estadual, repassada aos municípios, mediante convênio, para fundos municipais criados com o objetivo de auxiliar o reequipamento e o aprimoramento do CBMRS.

Art. 20. O APPCI será expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul - CBMRS -, por meio do seu corpo técnico, desde que as edificações, as áreas de risco de incêndio e a construção provisória de eventos temporários estejam com suas medidas de segurança contra incêndio executadas de acordo com a sua regulamentação e afixados junto às portas de acesso e em local visível ao público.

§ 1.º A vistoria pode ser realizada:

I - de ofício;

II - mediante solicitação do proprietário, do responsável pelo uso, do responsável técnico ou de autoridade competente.

§ **2.º** Na vistoria, compete ao CBMRS a verificação da execução das medidas de segurança contra incêndio previstas, não se responsabilizando pela instalação, manutenção ou utilização indevida.

§ **3.º** Após a emissão do APPCI, constatada irregularidade nas medidas de segurança contra incêndio previstas nesta legislação, o CBMRS poderá interditar imediatamente a edificação e iniciar procedimento administrativo regular para sua cassação.

Art. 21. O PSPCI destina-se às edificações que apresentem todas as características abaixo:

I - de classe de risco de incêndio baixo, conforme Tabela 3 do Anexo A (Classificação);

II - com área total edificada de até 750m² (setecentos e cinquenta metros quadrados);

III - com até 2 (dois) pavimentos;

IV – VETADO.

§ **1.º** Excetuam-se do disposto neste artigo os depósitos e revendas de GLP a partir de 521kg (quinhentos e vinte e um quilogramas), os depósitos de combustíveis e inflamáveis e as edificações com central de GLP.

§ **2.º** Excetuam-se também o Grupo F, “Local de Reunião de Público” - edificações que possuam risco de carga de incêndio médio e alto - conforme Tabela 3 do Anexo A (Classificação) e instruídos com base na NBR 14.432/2000 “Exigências de resistência ao fogo de elementos construtivos de edificações” ou Norma Nacional vigente, bem como locais de elevado risco de incêndio e sinistro, conforme RTCBMRS.

§ **3.º** Para as edificações e áreas de risco de incêndio que não estejam enquadradas na Tabela 3 do Anexo A (Classificação), aplica-se a regra de cálculo definida na NBR 14.432/2000 “Exigências de resistência ao fogo de elementos construtivos de edificações”.

§ **4.º** São de inteira responsabilidade do proprietário ou do responsável pelo uso da edificação as informações prestadas para a instrução do PSPCI.

Art. 22. O proprietário, o responsável pelo uso ou o responsável técnico poderão solicitar informações sobre o andamento do processo ou do pedido de vistoria ao CBMRS.

Parágrafo único. O andamento do expediente administrativo poderá ser consultado na internet em sitio eletrônico a ser definido pelo CBMRS.

Art. 23. Das decisões proferidas nos processos pelo CBMRS caberá recurso conforme regulamentação.

Art. 24. As legislações municipais devem seguir o mesmo padrão e exigências mínimas desta legislação.

Art. 25. Na ausência de legislação estadual, nacional e Normas Brasileiras – NBR –, poderão ser aplicadas as normas internacionais tecnicamente reconhecidas, sendo que a apresentação de norma técnica internacional deverá estar acompanhada de tradução juramentada para a língua portuguesa.

Art. 26. Caberá ao COESPPCI a análise dos casos que necessitem ou utilizem soluções técnicas diversas daquelas previstas nesta Lei Complementar, bem como as edificações e as áreas de risco de incêndio, cuja ocupação e uso não se encontre entre aquelas constantes nas Tabelas dos Anexos A (Classificação) e B (Exigências).

Art. 27. A tramitação dos processos administrativos do PPCI e do PSPPCI será regulamentada pelo CBMRS, por meio de Resolução Técnica - RTCBMRS e de Portarias.

CAPÍTULO VIII
DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

Art. 28. As edificações e áreas de risco de incêndio serão classificadas considerando as seguintes características, conforme critérios constantes nas Tabelas dos Anexos A (Classificação) e B (Exigências):

I - altura;

II - área total construída;

III - ocupação e uso;

IV - capacidade de lotação;

V - carga de incêndio.

Parágrafo único. Os Projetos de Prevenção Contra Incêndio - PrPCI - deverão ser elaborados considerando os critérios de classificação das edificações.

Art. 29. Para fins de aplicação desta legislação, na mensuração da altura da edificação, não serão considerados:

I - os subsolos destinados exclusivamente a estacionamento de veículos, vestiários, instalações sanitárias e áreas técnicas sem aproveitamento para quaisquer atividades ou permanência humana;

II - os pavimentos superiores destinados, exclusivamente, a áticos, casas de máquinas, barriletes, reservatórios de água e assemelhados;

III - os mezaninos cuja área não ultrapasse 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) da área total do pavimento onde situa;

IV - o pavimento superior da unidade duplex do último piso de edificação de uso residencial.

Art. 30. Para implementação das medidas de segurança contra incêndio, a altura da edificação a ser considerada é a definida na alínea "a" do inciso II do art. 6.º.

Art. 31. Para fins de aplicação desta Legislação, no cálculo da área a ser protegida com as medidas de segurança contra incêndio, não serão computados:

I - telheiros, com laterais abertas, destinados à proteção de utensílios, caixas d'água, tanques e outras instalações desde que não tenham área superior a $10m^2$ (dez metros quadrados);

II - platibandas e beirais de telhado até 3m (três metros) de projeção;

III - passagens cobertas, com largura máxima de 3m (três metros), com laterais abertas, destinadas apenas à circulação de pessoas ou de mercadorias;

IV - coberturas de bombas de combustível e de praças de pedágio, desde que não sejam utilizadas para outros fins e sejam abertas lateralmente;

V - reservatórios de água;

VI - piscinas, banheiros, vestiários e assemelhados, no tocante a sistemas hidráulicos, alarme de incêndio e quadras esportivas com cobertura e sem paredes;

VII - escadas enclausuradas, incluindo as antecâmaras;

VIII - dutos de ventilação das saídas de emergência.

Art. 32. A ocupação e o uso das edificações de que trata esta Lei Complementar são as definidas nos incisos XXIII, XXIV, XXV e XVI do art. 6.º, combinados com os arts. 24 e 25 desta legislação, sendo classificadas em grupos e suas divisões serão estabelecidas conforme a Tabela 1 constante no Anexo A (Classificação).

Art. 33. A capacidade de lotação das edificações de que trata esta Lei Complementar é a definida no inciso XI do art. 6.º , combinado com os arts. 24 e 25 desta legislação, e deve servir de referência para dimensionar as rotas de saída, saídas de emergência e desocupação, controle de fumaça e brigada de incêndio, sendo que a mesma será estabelecida conforme as tabelas constantes nos Anexos A (Classificação) e B (Exigências) tendo como base a NBR 9.077/2001 - "Saídas de emergências em edificações", ou RTCBMRS, ou norma nacional, ou norma municipal que regre a matéria.

Art. 34. A carga de incêndio das edificações de que trata esta Lei Complementar é a definida no inciso X do art. 6.º, combinado com os arts. 24 e 25 desta legislação, e é estabelecida conforme Tabela 3 (Carga de Incêndio) constante no Anexo A (Classificação), especificada por ocupação ou uso na NBR 14.432/2000 - "Exigências de resistência ao fogo de elementos construtivos de edificações", ou RTCBMRS.

Art. 35. Para efeitos desta legislação, todos os critérios de medidas de segurança, prevenção e proteção contra incêndio nas edificações e áreas de risco de incêndio serão estabelecidos conforme critérios constantes nas Tabelas dos Anexos A (Classificação) e B (Exigências).

Parágrafo único. Os casos omissos de enquadramento do tipo de edificação constantes nas Tabelas A (Classificação) e B (Exigências), especialmente as edificações com caráter regional (Centros de Tradição Gaúcha - CTG's -, salões paroquiais, salões comunitários) e os ginásios de esportes comunitários e escolares, serão objeto de regulamentação do Corpo de Bombeiros Militares do Rio Grande do Sul.

CAPÍTULO IX
DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

Art. 36. As edificações e as áreas de risco de incêndio serão dotadas das seguintes medidas de segurança, que serão fiscalizadas pelo CBMRS:

I - restrição ao surgimento e propagação de incêndio ;

II - resistência ao fogo dos elementos de construção;

III - controle de materiais de acabamento;

IV - detecção e alarme;

V - saídas de emergência, sinalização, iluminação e escape;

VI - separação entre edificações e acesso para as operações de socorro;

VII - equipamentos de controle e extinção do fogo;

VIII - proteção estrutural em situações de incêndio e sinistro;

IX - administração da segurança contra incêndio e sinistro;

X - extinção de incêndio;

XI - controle de fumaça e gases;

XII - controle de explosão.

§ **1.º** Outras medidas poderão ser adotadas mediante prévia consulta e autorização do COESPPCI.

§ **2.º** O CBMRS poderá realizar pesquisas de incêndio objetivando avaliar o desempenho das medidas previstas neste artigo, podendo ser realizadas através de órgãos públicos ou privados, tecnicamente habilitados.

CAPÍTULO X
DAS EXIGÊNCIAS E DA FISCALIZAÇÃO

Art. 37. A exigência e a fiscalização das medidas de segurança contra incêndio, aplicáveis às edificações e às áreas de risco de incêndio previstas nesta Lei Complementar, deverão obedecer ao estabelecido nas Tabelas constantes dos Anexos A (Classificação) e B (Exigências).

§ 1.º Ao Corpo de Bombeiros da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul – CBMRS – compete a expedição e a adequação das Resoluções Técnicas e dos critérios de execução das medidas de segurança, visando atender a novas tecnologias e aos casos omissos nesta Lei Complementar.

§ 2.º Serão objetos de análise pelo COESPPCI os casos que necessitem de soluções técnicas diversas daquelas previstas nesta Lei Complementar, bem como as edificações e as áreas de risco de incêndio cuja ocupação e uso não se encontrem entre aquelas constantes nas Tabelas dos Anexos A (Classificação) e B (Exigências).

Art. 38. Os materiais e equipamentos de segurança contra incêndio utilizados nas edificações e áreas de risco de incêndio deverão ser certificados por órgãos acreditados, nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO XI
DAS PENALIDADES E SUA APLICAÇÃO
Seção I
Das Penalidades

Art. 39. Constitui infração, passível de penalidades, o descumprimento das normas de segurança contra incêndio estabelecidas nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. A especificação das infrações será objeto de regulamentação desta Lei Complementar, considerando a gravidade, as atenuantes e as agravantes.

Art. 40. As penalidades e as sanções administrativas a serem aplicadas pelo descumprimento desta Lei Complementar são:

I - advertência;

II - multa;

III - interdição; e

IV - embargo.

Art. 41. As penas de advertência, multa e interdição serão aplicadas pelo CBMRS ao proprietário ou ao responsável pelo uso da edificação, em conformidade com a gravidade das infrações que serão objeto de regulamentação desta Lei Complementar.

§ **1.º** Compete ao município embargar as edificações cujos proprietários ou responsáveis não tenham observado o disposto nesta Lei Complementar.

§ **2.º** Os valores das multas serão reajustados anualmente mediante aplicação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M - ou de índice que venha a substituí-lo.

§ **3.º** Ocorrendo simultaneamente duas ou mais infrações, a penalidade será cumulativa.

§ **4.º** Os valores relativos às multas arrecadadas pelo CBMRS deverão constituir-se em receita para o Fundo de Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar ou para os Fundos Municipais criados com o objetivo de adoção de medidas de prevenção e proteção contra incêndios através de convênio e, na sua inexistência, constituirão receitas para o Fundo Estadual de Segurança Pública.

§ 5.º As penalidades de interdição ou embargo serão aplicadas quando persistir a irregularidade constatada, mesmo após a aplicação das sanções administrativas previstas nesta Lei Complementar.

Art. 42. Quando a situação justificar, pela iminência de risco à vida ou à integridade física de pessoas, o CBMRS ou o município, no âmbito de suas competências, deve proceder à interdição ou embargo imediato, total ou parcial.

§ **1.º** O proprietário ou responsável pela edificação ou áreas de risco de incêndio será comunicado através do Auto de Interdição ou Embargo para cumprir as exigências apresentadas,

permanecendo o local interditado ou embargado até o cumprimento integral das exigências ou julgamento favorável do recurso interposto pelo interessado.

§ **2.º** Exauridos os procedimentos administrativos previstos nesta Lei Complementar e havendo o descumprimento pelo proprietário ou responsável pelo uso da edificação ou área de risco de incêndio das medidas determinadas pelos órgãos competentes, o CBMRS e/ou o município, no âmbito de suas competências, tomarão as medidas legais cabíveis.

§ **3.º** Ocorrendo a situação prevista no § 2.º, o infrator não estará isento das multas correspondentes.

§ **4.°** Após o cumprimento integral das exigências legais e administrativas, o proprietário ou responsável pela edificação ou área de risco de incêndio deverá solicitar nova vistoria ao CBMRS e ao órgão municipal responsável, a qual deverá ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 43. O CBMRS, durante a realização das vistorias, poderá solicitar ao proprietário ou responsável pela edificação e área de risco de incêndio testes dos equipamentos de prevenção, bem como exigir documentos relacionados à segurança, prevenção e proteção contra incêndio.

Seção II
Do Direito de Defesa

Art. 44. Em todas as penalidades ou sanções previstas, caberá recurso administrativo no âmbito dos respectivos órgãos e em órgão superior em segunda instância, conforme regulamentação desta Lei Complementar.

Seção III
Dos Procedimentos de Aplicação

Art. 45. O CBMRS e o município, no âmbito de suas competências, no ato da fiscalização em edificações e áreas de risco de incêndio, constatando o descumprimento desta Lei Complementar, devem proceder à expedição de notificação ao respectivo proprietário ou responsável, estabelecendo orientações, apresentando exigências, indicando os itens de infração e fixando prazo para seu integral cumprimento, com vista a sua regularização junto à Administração Pública.

Art. 46. Decorrido o prazo da notificação, e não havendo o cumprimento das exigências apresentadas, será lavrado o auto de infração.

Parágrafo único. O pagamento da multa não isentará o responsável do cumprimento das exigências e demais sanções previstas nas esferas cível e penal.

CAPÍTULO XII
DO TRATAMENTO ÀS MICROEMPRESAS, ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E AOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

Art. 47. As microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais, nos termos das legislações pertinentes, terão tratamento simplificado para regularização das edificações, visando à celeridade no licenciamento, conforme Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Parágrafo único. O CBMRS deverá emitir instruções através de RTCBMRS tipificando os enquadramentos e o tratamento das empresas referidas no “caput” deste artigo.

Art. 48. As microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais poderão ser licenciados mediante certificados eletrônicos, por meio de sítio do Governo na rede de alcance mundial, conforme RTCBMRS.

§ **1.º** Para a obtenção do certificado, o interessado deverá apresentar, eletronicamente, informações e declarações atestadas por Responsável Técnico habilitado, quando o enquadramento da ocupação e uso da edificação assim o exigir, certificando desta forma o cumprimento das exigências de segurança contra incêndio no empreendimento objeto do licenciamento.

§ **2.º** Após a emissão do APPCI os certificados eletrônicos de licenciamento têm imediata eficácia para fins de abertura do empreendimento constante deste capítulo.

§ **3.º** Os municípios terão acesso privilegiado ao sítio de que trata o “caput”, com vista ao acompanhamento de todos os pedidos de certificado eletrônico em tramitação, nas suas diferentes fases, em seu âmbito territorial.

Art. 49. O CBMRS e o município, no âmbito de suas competências, após a emissão do APPCI poderão, a qualquer tempo, proceder à verificação das informações e das declarações prestadas, por meio de vistorias e de solicitação de documentos.

CAPÍTULO XIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 50. O CBMRS, deverá adequar-se ao cumprimento desta Lei Complementar.

Art. 51. O CBMRS, órgão responsável pela expedição do APPCI, deverá disponibilizar na rede mundial de computadores a relação dos estabelecimentos autorizados ao funcionamento, informando as datas de emissão, vencimento, nome do responsável técnico quando necessário, data da última fiscalização, requisitos de funcionamento e da capacidade de lotação do estabelecimento, de acordo com o disposto na Lei Federal n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 52. Ao CBMRS caberá o planejamento e a orientação junto aos órgãos municipais prestadores dos serviços de água e esgoto, ou seus concessionários, para instalação de hidrantes públicos, sendo destes a responsabilidade por sua instalação, funcionamento e manutenção.

Art. 53. Caberá ao Estado do Rio Grande do Sul e aos municípios que o constituem, no âmbito de suas competências, adotarem as medidas legais necessárias para a aplicação desta Lei Complementar.

§ **1.º** Os municípios, com população de até 20.000 (vinte mil) habitantes, poderão constituir consórcios para atender as disposições desta Lei Complementar.

§ **2.º** Fica autorizado ao Estado do Rio Grande do Sul e aos municípios que o constituem, no âmbito de suas competências, firmar convênios para que através de seus corpos técnicos sejam feitas as análises e aprovação do PPCI, sendo que compete única e exclusivamente ao CBMRS a vistoria e a emissão do APPCI.

Art. 54. Aprovada a legislação, as atuais RTCBMRS continuarão vigendo até a edição de novas resoluções compatíveis com esta legislação.

Art. 55. As edificações já existentes deverão adaptar-se às disposições desta Lei Complementar no prazo de até 5 (cinco) anos, contados da sua publicação.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará as condições de efetivação da adaptação à legislação, respeitando a legislação federal vigente.

Art. 56. Na primeira semana do mês de julho, em que se comemora o “Dia do Bombeiro”, poderão ser realizadas simulações de evacuação de ocupantes e testes de equipamentos de prevenção e segurança contra incêndios.

Parágrafo único. O disposto no “caput” será regulamentado pelo órgão estadual responsável pela segurança, prevenção e proteção contra incêndios no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 57. Os municípios deverão atualizar sua legislação, recepcionando o disposto na presente Lei Complementar, no prazo máximo de 12 (doze) meses.

Art. 58. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 59. Fica revogada a Lei n.º 10.987, de 11 de agosto de 1997.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 26 de dezembro de 2013.

---

* Publicada no DOE n.º 250, de 27 de dezembro de 2013.

ANEXO A

CÓDIGO ESTADUAL SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

TABELAS DE CLASSIFICAÇÃO

TABELA 1

CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO QUANTO À OCUPAÇÃO

Grupo	Ocupação/Uso	Divisão	Descrição	Exemplos
A	Residencial	A-1	Habitação unifamiliar	Casas térreas ou assobradadas (isoladas e não isoladas) e condomínios horizontais
		A-2	Habitação multifamiliar	Edifícios de apartamento em geral
		A-3	Habitação coletiva	Pensionatos, internatos, alojamentos, mosteiros, conventos, residências geriátricas. Capacidade máxima de 16 leitos
B	Serviço de Hospedagem	B-1	Hotel e assemelhado	Hotéis, motéis, pensões, hospedarias, pousadas, albergues, casas de cômodos, divisão A-3 com mais de 16 leitos
		B-2	Hotel residencial	Hotéis e assemelhados com cozinha própria nos apartamentos (incluem-se *apart-hotéis*, *flats*, hotéis residenciais)
C	Comercial	C-1	Comércio com baixa carga de incêndio	Artigos de metal, louças, artigos hospitalares e outros
		C-2	Comércio com média e Alta carga de incêndio	Edifícios de lojas de departamentos, magazines, armarinhos, galerias comerciais, supermercados em geral, mercados e outros
		C-3	*Shopping centers*	Centro de compras em geral (*shopping centers*)
D	Serviço profissional	D-1	Local para prestação de serviço profissional ou condução de negócios	Escritórios administrativos ou técnicos, instituições financeiras (que não estejam incluídas em D-2), repartições públicas, cabeleireiros, centros profissionais e assemelhados
		D-2	Agência bancária	Agências bancárias e assemelhados
		D-3	Serviço de reparação (exceto os classificados em G-4)	Lavanderias, assistência técnica, reparação e manutenção de aparelhos eletrodomésticos, chaveiros, pintura de letreiros e outros
		D-4	Laboratório	Laboratórios de análises clínicas sem internação, laboratórios químicos, fotográficos e assemelhados
		D-5	Teleatendimento em Geral	“Call-center”; televendas e assemelhados

E	Educacional e cultura física	E-1	Escola em geral	Escolas de primeiro, segundo e terceiro graus, cursos supletivos e pré-universitário e assemelhados
		E-2	Escola especial	Escolas de artes e artesanato, de línguas, de cultura geral, de cultura estrangeira, escolas religiosas e assemelhados
		E-3	Espaço para cultura física	Locais de ensino e/ou práticas de artes marciais, natação, ginástica (artística, dança, musculação e outros) esportes coletivos (tênis, futebol e outros que não estejam incluídos em F-3), sauna, casas de fisioterapia e assemelhados. Sem arquibancadas.
		E-4	Centro de treinamento profissional	Escolas profissionais em geral
		E-5	Pré- escola	Creches, escolas maternais, jardins de infância
		E-6	Escola para portadores de deficiências	Escolas para excepcionais, deficientes visuais e Auditivos e assemelhados
F	Local de Reunião De Público	F-1	Local onde há objeto de valor inestimável	Museus, centro de documentos históricos, galerias de arte, bibliotecas e assemelhados
		F-2	Local religioso e velório	Igrejas, capelas, sinagogas, mesquitas, templos, cemitérios, crematórios, necrotérios, salas de Funerais e assemelhados
		F-3	Centro esportivo e de exibição	Arenas em geral, estádios, ginásios, piscinas, rodeios, autódromos, sambódromos, pista de patinação e assemelhados. Todos com arquibancadas
		F-4	Estação e terminal de passageiro	Estações rodoferroviárias e marítimas, portos, metrô, aeroportos, heliponto, estações de transbordo em geral e assemelhados
		F-5	Arte cênica e auditório	Teatros em geral, cinemas, óperas, auditórios de estúdios de rádio e televisão, auditórios em geral e assemelhados
		F-6	Clube social e diversão	Boates, casas de shows, casas noturnas, clubes em geral, salões de baile, restaurantes dançantes, clubes sociais, bingo, bilhares, tiro ao alvo, boliche e assemelhados
		F-7	Construção provisória e evento temporário	Eventos temporários, circos e assemelhados
		F-8	Local para refeição	Restaurantes, lanchonetes, bares, cafés, refeitórios, Cantinas e assemelhados

		F-9	Recreação pública	Jardim zoológico, parques recreativos e Assemelhados
		F-10	Exposição de objetos ou animais	Salões e salas para exposição de objetos ou animais. Edificações permanentes
G	Serviço automotivo e assemelhados	G-1	Garagem sem acesso de público e sem abastecimento	Garagens automáticas, garagens com manobristas
		G-2	Garagem com acesso de público e sem abastecimento	Garagens coletivas sem automação, em geral, sem abastecimento (exceto veículos de carga e coletivos)
		G-3	Local dotado de abastecimento de combustível	Postos de abastecimento e serviço, garagens (exceto veículos de carga e coletivos)
		G-4	Serviço de conservação, manutenção e reparos	Oficinas de conserto de veículos, borracharia (sem recauchutagem). Oficinas e garagens de veículos de carga e coletivos, máquinas agrícolas e rodoviárias, retificadoras de motores
		G-5	Hangares	Abrigos para aeronaves com ou sem abastecimento
		G-6	Marinas e garagens Náuticas	Garagem de barcos e assemelhados
H	Serviço de saúde e institucional	H-1	Hospital veterinário e assemelhados	Hospitais, clínicas e consultórios veterinários e assemelhados (inclui-se alojamento com ou sem adestramento)
		H-2	Local onde pessoas requerem cuidados especiais por limitações físicas ou mentais	Asilos, orfanatos, abrigos geriátricos, hospitais psiquiátricos, reformatórios, tratamento de dependentes de drogas, álcool. E assemelhados. Todos sem celas
		H-3	Hospital e assemelhado	Hospitais, casa de saúde, prontos-socorros, clínicas com internação, ambulatórios e postos de atendimento de urgência, postos de saúde e puericultura e assemelhados com internação
		H-4	Edificações das forças armadas e de segurança Pública	Quartéis, delegacias e assemelhados
		H-5	Local onde a liberdade das pessoas sofre restrições	Hospitais psiquiátricos, manicômios, reformatórios, prisões em geral (casa de detenção, penitenciárias, presídios) e instituições assemelhadas. Todos com celas
		H-6	Clínica e consultório médico e odontológico	Clínicas médicas, consultórios em geral, unidades de hemodiálise, ambulatórios e assemelhados. Todos sem internação

I	Indústria	I-1	Locais onde as atividades exercidas e os materiais utilizados apresentam baixo potencial de incêndio. Locais onde a carga de incêndio não chega a 300MJ/m^2	Atividades que utilizam pequenas quantidades de materiais combustíveis. Aço, aparelhos de rádio e som, armas, artigos de metal, gesso, esculturas de pedra, ferramentas, jóias, relógios, sabão, serralheria, suco de frutas, louças, máquinas
		I-2	Locais onde as atividades exercidas e os materiais utilizados apresentam médio potencial de incêndio. Locais com carga de incêndio entre 300 a 1.200MJ/m^2	Artigos de vidro, automóveis, bebidas destiladas, instrumentos musicais, móveis, alimentos, marcenarias, fábricas de caixas
		I-3	Locais onde há alto risco de incêndio. Locais com carga de incêndio superior a 1.200 MJ/m²	Atividades industriais que envolvam inflamáveis, materiais oxidantes, ceras, espuma sintética, grãos, tintas, borracha, processamento de lixo
J	Depósito	J-1	Depósitos de material incombustível	Edificações sem processo industrial que armazenam tijolos, pedras, areias, cimentos, metais e outros materiais incombustíveis. Todos sem embalagem
		J-2	Todo tipo de Depósito	Depósitos com carga de incêndio até 300MJ/m^2
		J-3	Todo tipo de Depósito	Depósitos com carga de incêndio entre 300 a 1.200MJ/m^2
		J-4	Todo tipo de Depósito	Depósitos onde a carga de incêndio ultrapassa a 1.200MJ/m²
L	Explosivo	L-1	Comércio	Comércio em geral de fogos de artifício e assemelhados
		L-2	Indústria	Indústria de material explosivo
		L-3	Depósito	Depósito de material explosivo
M	Especial	M-1	Túnel	Túnel rodoferroviário e marítimo, destinados a transporte de passageiros ou cargas diversas

	M-2	Líquido ou gás inflamáveis ou combustíveis	Edificação destinada a produção, manipulação, armazenamento e distribuição de líquidos ou gases inflamáveis ou combustíveis
	M-3	Central de comunicação e energia	Central telefônica, centros de comunicação, centrais de transmissão ou de distribuição de energia e assemelhados
	M-4	Propriedade em transformação	Locais em construção ou demolição e assemelhados
	M-5	Silos	Armazéns de grãos e assemelhados
	M-6	Terra selvagem	Floresta, reserva ecológica, parque florestal e Assemelhados
	M-7	Pátio de contêineres	Área aberta destinada a armazenamento de Contêineres

Nota: Edificações não enquadradas nesta Tabela devem observar o § 2.º do art. 9.º deste Código.

TABELA 2

CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES QUANTO À ALTURA

Tipo	**Altura**
I	Térrea
II	H ≤ 6,00 m
III	6,00 m < H ≤ 12,00 m
IV	12,00 m < H ≤ 23,00 m
V	23,00 m < H ≤ 30,00 m
VI	Acima de 30,00 m

TABELA 3

CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO QUANTO À CARGA DE INCÊNDIO

Risco	**Carga de Incêndio MJ/m²**
Baixo	até 300MJ/m²
Médio	Entre 300 e 1.200MJ/m²
Alto	Acima de 1.200MJ/m²

TABELA 3.1

CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO QUANTO À CARGA DE INCÊNDIO ESPECÍFICAS POR OCUPAÇÃO

Ocupação/Uso	Descrição	Divisão	Carga de Incêndio (qfi) em MJ/m²
Residencial	Alojamentos estudantis	A-3	300
	Apartamentos	A-2	300
	Casas térreas ou sobrados	A-1	300
	Pensionatos	A-3	300
Serviços de Hospedagem	Hotéis	B-1	500
	Motéis	B-1	500
	Apart-hotéis	B-2	500
***Comercial varejista, Loja *Ver tabela 3.3**	Açougue	C-1	40
	Animais ("pet shop")	C-2	600
	Antiguidades	C-2	700
	Aparelhos eletrodomésticos	C-1	300
	Aparelhos eletrônicos	C-2	400
	Armarinhos	C-2	600
	Armas	C-1	300
	Artigos de bijouteria, metal ou vidro	C-1	300
	Artigos de cera	C-2	2100
	Artigos de couro, borracha, esportivos	C-2	800
	Automóveis	C-1	200
	Bebidas destiladas	C-2	700
	Brinquedos	C-2	500
	Calçados	C-2	500
	Artigos de couro	C-2	700
	Drogarias (incluindo depósitos)	C-2	1000
	Artigos de esportes	C-2	800
	Ferragens	C-1	300
	Floricultura	C-1	80
	Galeria de quadros	C-1	200
	Joalheria	C-1	300
	Livrarias	C-2	1000
	Lojas de departamento ou centro de compras (shoppings)	C-2/ C3	800
	Materiais de construção	C-2	800
	Máquinas de costura ou de escritório	C-1	300
	Materiais fotográficos	C-1	300
	Móveis	C-2	400
	Papelarias	C-2	700
	Perfumarias	C-2	400
	Produtos têxteis	C-2	600
	Relojoarias	C-2	500
	Supermercados (vendas)	C-2	600
	Tapetes	C-2	800
	Tintas e vernizes	C-2	1000

Serviços profissionais	Verduras frescas	C-1	200
Pessoais e técnicos	Vinhos	C-1	200
	Vulcanização	C-2	1000
	Agências bancárias	D-2	300
	Agências de correios	D-1	400
	Centrais telefônicas	D-1	200
	Cabeleireiros	D-1	200
	Copiadora	D-1	400
	Encadernadoras	D-1	1000
	Escritórios	D-1	700
	Estúdios de rádio ou de televisão ou de Fotografia Laboratórios químicos	D-1 D-4	300 500
	Laboratórios (outros)	D-4	300
	Lavanderias	D-3	300
	Oficinas elétricas	D-3	600
	Oficinas hidráulicas ou mecânicas	D-3	200
	Pinturas	D-3	500
	Processamentos de dados	D-1	400
Educacional e cultura física	Academias de ginástica e similares	E-3	300
	Pré-escolas e similares	E-5	300
	Creches e similares	E-5	300
	Escolas em geral Bibliotecas	E-1/E-2/E-4/E-6 F-1	300 2000
	Cinemas, teatros e similares	F-5	600
	Circos e assemelhados	F-7	500
	Centros esportivos e de exibição	F-3	150
Locais de reunião de Público	Clubes sociais, boates e similares	F-6	600
	Estações e terminais de passageiros	F-4	200
	Exposições	F-10	Adotar Anexo B ou C
	Igrejas e templos	F-2	200
	Lan house, jogos eletrônicos	F-6	450
	Museus	F-1	300
	Restaurantes	F-8	300
Serviços automotivos e assemelhados	Estacionamentos	G-1/G-2	200
	Oficinas de conserto de veículos e Manutenção	G-4	300
	Postos de abastecimentos (tanque enterrado)	G-3	300
	Hangares	G-5	200
Serviços de saúde e Institucionais	Asilos	H-2	350
	Clínicas e consultórios médicos ou Odontológicos	H-6	300
	Hospitais em geral	H-1/H-3	300
	Presídios e similares	H-5	200
	Quartéis e similares	H-4	450
***Industrial**	Veterinárias	H-1	300
	Aparelhos eletroeletrônicos, fotográficos,	I-2	400

Ocupação/Uso	Descrição	Divisão	Carga de Incêndio (qfi) em MJ/m²
	Ópticos		
	Acessórios para automóveis	I-1	300
	Acetileno	I-2	700
	Alimentação (alimentos)	I-2	800
	Aço, corte e dobra, sem pintura, sem Embalagem	I-1	40
	Artigos de borracha, cortiça, couro, feltro, Espuma	I-2	600
	Artigos de argila, cerâmica ou porcelanas	I-1	200
	Artigos de bijuteria	I-1	200
	Artigos de cera	I-2	1000
	Artigos de gesso	I-1	80
	Artigos de madeira em geral	I-2	800
	Artigos de madeira, impregnação	I-3	3000
	Artigos de mármore	I-1	40
	Artigos de metal, forjados	I-1	80
	Artigos de metal, fresados	I-1	200
	Artigos de peles	I-2	500
	Artigos de plásticos em geral	I-2	1000
	Artigos de tabaco	I-1	200
	Artigos de vidro	I-1	80
***Ver tabela 3.3**	Automotiva e autopeças (exceto pintura)	I-1	300
	Automotiva e autopeças (pintura)	I-2	500
	Aviões	I-2	600
	Balanças	I-1	300
	Barcos de madeira ou de plástico	I-2	600
	Barcos de metal	I-2	600
	Baterias	I-2	800
	Bebidas destilada	I-2	500
	Bebidas não alcoólicas	I-1	80
	Bicicletas	I-1	200
	Brinquedos	I-2	500
	Café (inclusive torrefação)	I-2	400
	Caixotes barris ou pallets de madeira	I-2	1000
	Calçados	I-2	600
	Carpintarias e marcenarias	I-2	800
	Cera de polimento	I-3	2000
	Cerâmica	I-1	200
	Cereais	I-3	1700
	Cervejarias	I-1	80
	Chapas de aglomerado ou compensado	I-1	300
	Chocolate	I-2	400
***Industrial** ***Ver tabela 3.3**	Cimento	I-1	40
	Cobertores, tapetes	I-2	600
	Colas	I-2	800
	Colchões (exceto espuma)	I-2	500
	Condimentos, conservas	I-1	40
	Confeitarias	I-2	400
	Congelados	I-2	800

Ocupação/Uso	Descrição	Divisão	Carga de Incêndio (qfi) em MJ/m²
	Couro, curtume	I-2	700
	Couro sintético	I-2	1000
	Defumados	I-1	200
	Discos de música	I-2	600
	Doces	I-2	800
	Espumas	I-3	3000
	Estaleiros	I-2	700
	Farinhas	I-3	2000
	Feltros	I-2	600
	Fermentos	I-2	800
	Ferragens	I-1	300
	Fiações	I-2	600
	Fibras sintéticas	I-1	300
	Fios elétricos	I-1	300
	Flores artificiais	I-1	300
	Fornos de secagem com grade de madeira	I-2	1000
	Forragem	I-3	2000
	Frigoríficos	I-3	2000
	Fundições de metal	I-1	40
	Galpões de secagem com grade de madeira	I-2	400
	Galvanoplastia	I-1	200
	Geladeiras	I-2	1000
	Gelatinas	I-2	800
	Gesso	I-1	80
	Gorduras comestíveis	I-2	1000
	Gráficas (empacotamento)	I-3	2000
	Gráficas (produção)	I-2	400
	Guarda-chuvas	I-1	300
	Instrumentos musicais	I-2	600
	Janelas e portas de madeira	I-2	800
	Jóias	I-1	200
	Laboratórios farmacêuticos	I-1	300
	Laboratórios químicos	I-2	500
	Lápis	I-2	600
	Lâmpadas	I-1	40
	Latas metálicas, sem embalagem	I-1	100
	Laticínios	I-1	200
	Malas, fábrica	I-2	1000
	Malharias	I-1	300
***Industrial** ***Ver tabela 3.3**	Máquinas de lavar de costura ou de escritório	I-1	300
	Massas alimentícias	I-2	1000
	Mastiques	I-2	1000
	Matadouro	I-1	40
	Materiais sintéticos	I-3	2000
	Metalúrgica	I-1	200
	Montagens de automóveis	I-1	300

Ocupação/Uso	Descrição	Divisão	Carga de Incêndio (qfi) em MJ/m²
	Motocicletas	I-1	300
	Motores elétricos	I-1	300
	Móveis	I-2	600
	Olarias	I-1	100
	Óleos comestíveis e óleos em geral	I-2	1000
	Padarias	I-2	1000
	Papéis (acabamento)	I-2	500
	Papéis (preparo de celulose)	I-1	80
	Papéis (procedimento)	I-2	800
	Papelões betuminados	I-3	2000
	Papelões ondulados	I-2	800
	Pedras	I-1	40
	Perfumes	I-1	300
	Pneus	I-2	700
	Produtos adesivos	I-2	1000
	Produtos de adubo químico	I-1	200
	Produtos alimentícios (expedição)	I-2	1000
	Produtos com ácido acético	I-1	200
	Produtos com ácido carbônico	I-1	40
	Produtos com ácido inorgânico	I-1	80
	Produtos com albumina	I-3	2000
	Produtos com alcatrão	I-2	800
	Produtos com amido	I-3	2000
	Produtos com soda	I-1	40
	Produtos de limpeza	I-3	2000
	Produtos graxos	I-2	1000
	Produtos refratários	I-1	200
	Rações balanceadas	I-2	800
	Relógios	I-1	300
	Resinas	I-3	3000
	Resinas, em placas	I-2	800
	Roupas	I-2	500
	Sabões	I-1	300
	Sacos de papel	I-2	800
	Sacos de juta	I-2	500
	Serralheria	I-1	200
	Sorvetes	I-1	80
	Sucos de Fruta	I-1	200
***Industrial** ***Ver tabela 3.3**	Tapetes	I-2	600
	Têxteis em geral (tecidos)	I-2	700
	Tintas e solventes	I-3	4000
	Tintas e vernizes	I-3	2000
	Tintas látex	I-2	800
	Tintas não inflamáveis	I-1	200
	Transformadores	I-1	200
	Tratamento de madeira	I-3	3000
	Tratores	I-1	300
	Vagões	I-1	200

Ocupação/Uso	Descrição	Divisão	Carga de Incêndio (qfi) em MJ/m²
	Vassouras ou escovas	I-2	700
	Velas de cera	I-3	1300
	Vidros ou espelhos	I-1	200
	Vinagres	I-1	80
	Vulcanização	I-2	1000

TABELA 3.2

CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO QUANTO À CARGA DE INCÊNDIO RELATIVA À ALTURA DE ARMAZENAMENTO (DEPÓSITOS)

Tipo de material	Carga de incêndio (q) em MJ/m²					
	Altura de armazenamento (em metros)					
	1	2	4	6	8	10
Açúcar	3780	7560	15120	22680	30240	37800
Açúcar, produtos de	360	720	1440	2160	2880	3600
Acumuladores/baterias	360	720	1440	2160	2880	3600
Adubos químicos	90	180	360	540	720	900
Alcatrão	1530	3060	6120	9180	12240	15300
Algodão	585	1170	2340	3510	4680	5850
Alimentação (alimentos industrializados)	1530	3060	6120	9180	12240	15300
Aparelhos eletroeletrônicos	180	360	720	1080	1440	1800
Aparelhos fotográficos	270	540	1080	1620	2160	2700
Bebidas alcoólicas	360	720	1440	2160	2880	3600
Borracha	12870	25740	51480	77220	102960	128700
Artigos de borracha	2250	4500	9000	13500	18000	22500
Brinquedos	360	720	1440	2160	2880	3600
Cabos elétricos	270	540	1080	1620	2160	2700
Cacau, produtos de	2610	5220	10440	15660	20880	26100
Café cru	1305	2610	5220	7830	10440	13050
Caixas de madeira	270	540	1080	1620	2160	2700
Calçado	180	360	720	1080	1440	1800
Celulóide	1530	3060	6120	9180	12240	15300
Cera	1530	3060	6120	9180	12240	15300
Cera, artigos de	945	1890	3780	5670	7560	9450
Chocolate	1530	3060	6120	9180	12240	15300
Colas combustíveis	1530	3060	6120	9180	12240	15300
Colchões não sintéticos	2250	4500	9000	13500	18000	22500
Cosméticos	248	495	990	1485	1980	2475
Couro	765	1530	3060	4590	6120	7650
Couro, artigos de	270	540	1080	1620	2160	2700
Couro sintético	765	1530	3060	4590	6120	7650
Couro sintético, artigos de	360	720	1440	2160	2880	3600
Depósitos de mercadorias incombustíveis em pilhas de caixas de madeira ou de Papelão	90	180	360	540	720	900
Depósitos de mercadorias incombustíveis em pilhas de caixas de plástico	90	180	360	540	720	900

Depósitos de mercadorias incombustíveis em estatantes metálicas (sem embalagem)	9	18	36	54	72	90
Depósitos de paletes de madeira	1530	3060	6120	9180	12240	15300
Espumas sintéticas	1125	2250	4500	6750	9000	11250
Espumas sintéticas, artigos de	360	720	1440	2160	2880	3600
Farinha em sacos	3780	7560	15120	22680	30240	37800
Feltro	360	720	1440	2160	2880	3600
Feno, fardos de	450	900	1800	2700	3600	4500
Fiação, produtos de fio	765	1530	3060	4590	6120	7650
Fiação, produtos de lã	855	1710	3420	5130	6840	8550

Tipo de material	**Carga de incêndio (q) em MJ/m²**					
	Altura de armazenamento (em metros)					
	1	**2**	**4**	**6**	**8**	**10**
Fósforos	360	720	1440	2160	2880	3600
Gorduras	8100	16200	32400	48600	64800	81000
Gorduras comestíveis	8505	17010	34020	51030	68040	85050
Grãos, sementes	360	720	1440	2160	2880	3600
Instrumentos de ótica	90	180	360	540	720	900
Legumes, verduras, hortifrutigranjeiros	158	315	630	945	1260	1575
Leite em pó	4050	8100	16200	24300	32400	40500
Lenha	1125	2250	4500	6750	9000	11250
Madeira em troncos	2835	5670	11340	17010	22680	28350
Madeira, aparas	945	1890	3780	5670	7560	9450
Madeira, restos de	1350	2700	5400	8100	10800	13500
Madeira, vigas e tábuas	1890	3780	7560	11340	15120	18900
Malte	6030	12060	24120	36180	48240	60300
Massas Alimentícias	765	1530	3060	4590	6120	7650
Materiais de construção	360	720	1440	2160	2880	3600
Materiais sintéticos	2655	5310	10620	15930	21240	26550
Material de escritório	585	1170	2340	3510	4680	5850
Medicamentos, embalagem	360	720	1440	2160	2880	3600
Móveis de madeira	360	720	1440	2160	2880	3600
Móveis, estofados sem espuma sintética	180	360	720	1080	1440	1800
Painel de madeira aglomerada	3015	6030	12060	18090	24120	30150
Papel	3780	7560	15120	22680	30240	37800
Papel prensado	945	1890	3780	5670	7560	9450
Papelaria, estoque	495	990	1980	2970	3960	4950
Produtos farmacêuticos, estoque	360	720	1440	2160	2880	3600
Peças automotivas	360	720	1440	2160	2880	3600
Perfumaria, artigos de	225	450	900	1350	1800	2250
Pneus	810	1620	3240	4860	6480	8100
Portas de madeira	810	1620	3240	4860	6480	8100
Produtos químicos combustíveis	450	900	1800	2700	3600	4500
Queijos	1125	2250	4500	6750	9000	11250
Resinas sintéticas	1890	3780	7560	11340	15120	18900
Resinas sintéticas, placas de	1530	3060	6120	9180	12240	15300
Sabão	1890	3780	7560	11340	15120	18900
Sacos de papel	5670	11340	22680	34020	45360	56700
Sacos de plástico	11340	22680	45360	68040	90720	113400

Tabaco em bruto	765	1530	3060	4590	6120	7650
Tabaco, artigos de	945	1890	3780	5670	7560	9450
Tapeçarias	765	1530	3060	4590	6120	7650
Tecidos em geral	900	1800	3600	5400	7200	9000
Tecidos sintéticos	585	1170	2340	3510	4680	5850
Tecidos, fardos de algodão	585	1170	2340	3510	4680	5850
Tecidos, seda artificial	450	900	1800	2700	3600	4500
Toldos ou lonas	450	900	1800	2700	3600	4500
Velas de cera	10080	20160	40320	60480	80640	100800
Vernizes	1125	2250	4500	6750	9000	11250
Vernizes de cera	2250	4500	9000	13500	18000	22500

TABELA 3.3

CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO QUANTO À CARGA DE INCÊNDIO
MÉTODO PARA LEVANTAMENTO DA CARGA DE INCÊNDIO ESPECÍFICA

1. Os valores da carga de incêndio específica para as edificações destinadas a depósitos, explosivos e ocupações especiais podem ser determinados pela seguinte expressão:

$$q_{fi} = \frac{(\sum M_i H_i)}{A_f}$$ **Onde:**

qfi - valor da carga de incêndio específica, em megajoule por metro quadrado de área de piso;

Mi - massa total de cada componente (i) do material combustível, em quilograma. Esse valor não pode ser excedido durante a vida útil da edificação exceto quando houver alteração de ocupação, ocasião em que (Mi) deve ser reavaliado;

Hi - potencial calorífico específico de cada componente do material combustível, em megajoule por quilograma, conforme Tabela C.1;

Af - área do piso do compartimento, em metro quadrado.

1.1 O levantamento da carga de incêndio deverá ser realizado conforme item 5 (Procedimentos) desta IT.

ANEXO B

CÓDIGO ESTADUAL SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO
TABELAS DE EXIGÊNCIAS

TABELA 4
EXIGÊNCIAS PARA EDIFICAÇÕES EXISTENTES

PERÍODO DE EXISTÊNCIA DA EDIFICAÇÃO E ÁREAS DE RISCO	**ÁREA CONSTRUÍDA ≤ 750 m² e ALTURA ≤ 12 m**	**ÁREA CONSTRUÍDA > 750 m² e/ou ALTURA > 12 m**
QUALQUER PERÍODO ANTERIOR À VIGÊNCIA DO ATUAL CÓDIGO	Conforme Tabela 5	Conforme Tabelas 6

NOTAS GERAIS:

a - Os riscos específicos devem atender às Resoluções Técnicas respectivas e às regulamentações do Corpo de Bombeiros Militar do Estado Rio Grande do Sul;

b - As instalações elétricas e o sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais.

TABELA 5

EXIGÊNCIAS PARA EDIFICAÇÕES COM ÁREA MENOR OU IGUAL A 750 M^2 E ALTURA INFERIOR OU IGUAL A 12,00 M

Medidas de Segurança contra Incêndio	**A, D, E e G**	**B**	**C**	**F**			**H**		**I e J**	**L**
				F1 F2, F3, F4, F7 e F8	F5 e F6	F9 e F10	H1, H4H2, H3 e H6	e H5		L1
Controle de Materiais de Acabamento	-	X	-	X4	X	-	-	X	-	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X[1]	X[2]	X[1]	X[3]	X[3]	X[3]	X[1]	X[1]	X[1]	-
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Brigada de Incêndio	X[6]	-	-	X[4]	X[4]	X[4]	-	X	-	X
Plano de Emergência				X[4]	X[4]					
Detecção Automática				X[7]	X[5]-7			X		
Controle de Fumaça					X[5]					

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Somente para as edificações com mais de 2 pavimentos;

2 – Estão isentos os motéis que não possuam corredores internos de serviços;

3 – Para edificação com lotação superior a 50 pessoas ou edificações com mais de dois pavimentos. 4 – Exigido para lotação superior a 200 pessoas.

5 – Exigido somente para F-5 e F- 6 para lotação superior a 200 pessoas, locais sem ventilação natural (janelas) permanente e para locais em subsolos ocupados, devem possuir alarme setorizado na central de segurança.

6 – Para E-5 e E-6

7- Exigido somente para F-5 e F-6 para lotação superior a 200 pessoas

Obs.: Para F-5 F-6 F-7 observar ainda as exigências da Resoluções Técnicas (RTCBMRS) específicas.

NOTAS GERAIS:
a – Para o Grupo M (especiais) ver tabelas específicas;
b – Para a Divisão G-5 (hangares): prever sistema de drenagem de líquidos nos pisos para bacias de contenção à distância. Não é permitido o armazenamento de líquidos combustíveis ou inflamáveis dentro dos hangares;
c – Para a Divisão L-1 (Explosivos), atender a RTCBMRS específica. As Divisões L- 2 e L-3 somente serão avaliadas pelo Corpo de Bombeiro Militar do Rio Grande do Sul através do seu Corpo Técnico; d – Os subsolos das edificações devem ser compartimentados com PCF P-90 em relação aos demais pisos contíguos. Para subsolos ocupados ver Tabela 7;
e – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais; f – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas normas técnicas específicas;
g – Depósitos em áreas descobertas, observar as exigências da Tabela 6J;
h – No cômputo de pavimentos, desconsiderar os pavimentos de subsolo quando destinados a estacionamento de veículos, vestiários e instalações sanitárias, áreas técnicas sem aproveitamento para quaisquer atividades ou permanência humana.
i – Para lotação superior a 500 pessoas, do grupo F-6 com Carga de Incêndio de Risco Médio e Alto será exigido sistema de chuveiros automático – podendo a reserva ser para 30 minutos.
j - Para edificações sem ventilação natural (janelas) exige-se controle de fumaça.

TABELA 6ª
EDIFICAÇÕES DO GRUPO A COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2
OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO A – RESIDENCIAL**					
Divisão	A-2, A-3 e Condomínios Residenciais					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio				X	X	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X[2]	X[2]	X[2]
Controle de Materiais de Acabamento	-	-	-	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X[1]
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X
Alarme de Incêndio				X[3]	X[3]	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X
Hidrante	X	X	X	X	X	X

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 80 m;

2 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça somente nos átrios;

3 – Pode ser substituído pelo sistema de interfone, desde que cada apartamento possua um ramal ligado à central, que deve ficar numa portaria com vigilância humana 24 horas e tenha uma fonte autônoma, com duração mínima de 60 min.

NOTAS GERAIS:

a – O pavimento superior da unidade *duplex* do último piso da edificação não será computado para a altura da edificação;

b – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais; c – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;

d – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas Instruções Técnicas;

e – O sistema de hidrante e mangotinhos será exigido para edificações com área construída superior a 750 m²;

f – para condomínios horizontais unifamiliares com “raio” superior a 300 metros da portaria exigido sistema de hidrante urbano. (observar impossibilidade de acesso de viatura de bombeiros até a edificação) e para habitação multifamiliar mangotinhos.

TABELA 6B
EDIFICAÇÕES DO GRUPO B - ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO B – SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM**					
Divisão	B-1 e B-2					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Horizontal (áreas)	-	X[1]	X[1]	X[2]	X[2]	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X[3]	X[3]	X[7]
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X9
Plano de Emergência	-	-	-	-	-	X[8]
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X4	X4	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	X4;5	X[5]	X	X	X
Alarme de Incêndio	X[6]	X[6]	X[6]	X[6]	X[6]	X[6]
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X
Hidrante	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	-	X	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X8

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Pode ser substituída por sistema de chuveiros automáticos;

2 – Pode ser substituída por sistema de detecção de incêndio e chuveiros automáticos;

3 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;

4 – Estão isentos os motéis que não possuam corredores internos de serviço;

5 – Os detectores de incêndio devem ser instalados em todos os quartos;

6 – Os acionadores manuais devem ser instalados nas áreas de circulação;

7 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, até 60 metros de altura, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações, sendo que para altura superior deve-se, adicionalmente, adotar as soluções contidas em RTCBMRS;

8 – Acima de 60 metros de altura;
9 – Deve haver Elevador de Emergência para altura acima de 60 m.

NOTAS GERAIS:

a – As instalações elétricas e o Sistema de Para Raios e Descargas Atmosféricas – SPDA, devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;
b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;
c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas Instruções Técnicas.

TABELA 6C
EDIFICAÇÕES DO GRUPO C COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO C – COMERCIAL**					
Divisão	C-1, C-2 e C-3					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Horizontal (áreas)	X[1]	X[1]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]
Compartimentação Vertical	-	-	-	X[8;9]	X[3]	X[10]
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X[6]
Plano de Emergência	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]	X	X
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	X[5]	X[5]	X[5]	X	X	X
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emerg.	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos				X[11]	X	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X[7]

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Pode ser substituído por sistema de chuveiros automáticos;
2 – Pode ser substituída por sistema de detecção de incêndio e chuveiros automáticos;
3 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;
4 – Para edificações de divisão C-3 (*shopping centers*);
5 – Somente para as áreas de depósitos superiores a 750m²;

6 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior
que 60 m; 7 – Acima de 60 metros de altura;
8 – Pode ser substituída por sistema de detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;
9 – Deve haver controle de fumaça nos átrios, podendo ser dimensionados como sendo padronizados conforme RTCBMRS específica;
10 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, até 60 metros de altura, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações, sendo que para altura superior deve-se, adicionalmente, adotar as soluções contidas nas RTCBMRS específicas;
11 – Exceto para as edificações comerciais com baixa carga de incêndio.
NOTAS GERAIS:
a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;
b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;
c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS .

d- para edificações sem ventilação natural (janelas) exige-se controle de fumaça.

TABELA 6D
EDIFICAÇÕES DO GRUPO D COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO D – SERVIÇOS PROFISSIONAIS**					
Divisão	D-1, D-2, D-3 e D-4					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Horizontal (áreas)	X1	X1	X1	X2	X2	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X6;7	X3	X8
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X[5]
Plano de Emergência	-	-	-	-	-	X[4]
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	-	-	X	X	X
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	-	X	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X[4]

NOTAS ESPECÍFICAS:
1 – Pode ser substituída por sistema de chuveiros automáticos;
2 – Pode ser substituída por sistema de detecção de incêndio e chuveiros automáticos;
3 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;
4 – Edificações acima de 60 metros de altura;
5 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;
6 – Pode ser substituída por sistema de detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;
7 – Deve haver controle de fumaça nos átrios, podendo ser dimensionados como sendo padronizados conforme RTCBMRS pertinente.
8 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, até 60 metros de altura, exceto para as compartimentações das

fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações, sendo que para altura superior deve-se, adicionalmente, adotar as soluções contidas em RTCBMRS própria.

NOTAS GERAIS:
a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;
b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;
c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS .

TABELA 6E
EDIFICAÇÕES DO GRUPO E COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO E – EDUCACIONAL E CULTURAL**					
Divisão	E-1, E-2, E-3, E-4, E-5 e E-6					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X[1]	X[1]	X[2]
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X[3]
Plano de Emergência	X	X	X	X	X	X
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	-	-	X 5	X	X
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emergência.	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	-	-	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X[4]

NOTAS ESPECÍFICAS:
1 – A compartimentação vertical será considerada para as fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;
2 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, até 60 metros de altura, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações, sendo que para altura superior deve-se, adicionalmente, adotar as soluções contidas nas RTCBMRS pertinentes;
3 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;
4 – Acima de 60 metros de altura.
5- Nas áreas de apoio (biblioteca, laboratórios, escritórios, reprografia, casas máquinas, refeitórios etc.)

NOTAS GERAIS:
a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;
b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;
c – Os locais destinados a laboratórios devem ter proteção em função dos produtos utilizados;
d – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS;
e – O sistema de hidrante e mangotinhos será exigido para edificações com área construída superior a 750m².

TABELA 6F.1
EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO F-1 e F-2 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO F – LOCAIS DE REUNIÃO DE PÚBLICO**											
Divisão	F-1 (museu)						F-2 (igrejas)					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**						**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	x2	x3	x7	-	-	-	x1	x3	x7
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	x5
Plano de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	X	X	X	X	X	X	-	-	-	-	X	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	x6	-	-	-	-	-	x6

NOTAS ESPECÍFICAS:
1 – A compartimentação vertical será considerada para as fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;
2 - Pode ser substituída por sistema de chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;
3 – Pode ser substituída por detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;
4 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;
5 – Acima de 60 metros de altura;
6 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, até 60 metros de altura, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações, sendo que para altura superior deve-se, adicionalmente, adotar as soluções contidas nas RTCBMRS referentes a compartimentações.

NOTAS GERAIS:
a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;
b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;
c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas Instruções Técnicas;
d – O sistema de hidrante e mangotinhos será exigido para edificações, do Grupo F-2, com área construída superior a 750 m² .

TABELA 6F.2
EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO F-3, F-9 E F-4 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO F – LOCAIS DE REUNIÃO DE PÚBLICO**											
Divisão	F-3 e F-9						F-4					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**						**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X[1]	X[1]	X	-	-	-	X[1]	X[2]	X
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X[5]	X	X	X	X	X	X[5]
Plano de Emergência	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	-	-	-	-	-	X[9]	X[9]	X[9]	X[9]	X[9]	X[9]
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	X[7]	X[7]	X[7]	X[8]	X[8]	X[8]	X[8]	X	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X[6]	-	-	-	-	-	X[6]

NOTAS ESPECÍFICAS:
1 – A compartimentação vertical será considerada para as fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;
2 – Pode ser substituída por controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;

3- somente para locais com público acima de 1000 pessoas – (terminais de passageiros e assemelhados)
4 – Somente para a divisão F-3;
5 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;
6 – Acima de 60 metros de altura;
7 – Não exigido nas arquibancadas. Nas áreas internas, verificar exigências conforme o uso ou ocupação específica. Para divisão F-3, verificar também a Instrução Técnica pertinente;
8 – Exigido para áreas edificadas superiores a 10.000 m². Nas áreas internas, verificar exigências conforme o uso ou ocupação específica;
9 – Para os locais onde haja carga de incêndio como depósitos, escritórios, cozinhas, pisos técnicos, casa de máquinas etc., e nos locais de reunião onde houver teto ou forro falso com revestimento combustível.

NOTAS GERAIS:
a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;
b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;
c – Os locais de comércio ou atividades distintas das divisões F-3, F-4 e F-9 terão as medidas de proteção conforme suas respectivas ocupações;
d – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas Resoluções Técnicas.

TABELA 6F.3

EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO F-5, F-6 E F-8 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO F – LOCAIS DE REUNIÃO DE PÚBLICO**											
Divisão	F-5 e F-6						F-8					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**						**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Horizontal (áreas)	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X	X	-	-	-	X[1]	X	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X[2]	X[2]	X	-	-	-	X[2]	X[2]	X
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X[5]
Plano de Emergência				X[4]	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	X[3]	X[3]	X[3]	X	X	X	-	-	-	X	X	X
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emerg.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	X7	X7	X7	X7	X	X	-	-	-	-	-	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X[6]	-	-	-	-	-	X[6]

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Pode ser substituída por sistema de detecção de incêndio e chuveiros automáticos;

2 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos;

3 – Exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;

4 – Para os locais onde haja carga de incêndio como depósitos, escritórios, cozinhas, pisos técnicos, casa de máquinas etc. e nos locais de reunião onde houver teto ou forro falso com revestimento combustível;

5 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;

6 – Acima de 60 metros de altura.

7 – Somente para f-6

NOTAS GERAIS:

a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;

b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;

c – Nos locais de concentração de público, é obrigatória, antes do início de cada evento, a explanação ao público da localização das saídas de emergência, bem como dos sistemas de segurança contra incêndio existentes no local;

d – Iluminação de balizamento nas rotas de saída (luz-piloto permanente) e para edificações sem ventilação natural (janelas) exige-se controle de fumaça.

TABELA 6F.4
EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO F-7 E F-10 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO F – LOCAIS DE REUNIÃO DE PÚBLICO**											
Divisão	**F-7**						**F-10**					
Medidas de Segurança contra incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**						**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Horizontal (áreas)	-	-	-	-	-	-	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X[2]	X[2]	X
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X[4]
Plano de Emergência	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X
Alarme de Incêndio	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X[5]

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Pode ser substituída por sistema de chuveiros automáticos;

2 – Pode ser substituída por sistema de detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos shafts e dutos de instalações;

3 – Somente para locais com público acima de 1.000 pessoas;

4 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;

5 – Acima de 60 metros de altura.

NOTAS GERAIS:

a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;

b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;

c – A Divisão F-7 com altura superior a 6 metros será submetida à COESPPCI para definição das medidas de Segurança contra incêndio;

d – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS.

TABELA 6G.1
EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO G-1 E G-2 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M² OU ALTURA
SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO G – SERVIÇOS AUTOMOTIVOS E ASSEMELHADOS**					
Divisão	G-1 e G-2					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X[4]	X[4]	X[4]
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X[2]
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	-	-	-	-	X
Alarme de Incêndio	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	-	X	X
Controle de Fumaça	-	-	-	X[3]	X[3]	X[3]

NOTAS ESPECÍFICAS:
1 – Deve haver pelo menos um acionador manual, por pavimento, a no máximo 5 m da saída de emergência;
2 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;
3 – Acima de 15 metros de altura, sendo dispensado caso a edificação seja aberta lateralmente;
4 – Exigido para as compartimentações das fachadas e selagens dos shafts e dutos de instalações.

NOTAS GERAIS:
a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;
b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;
c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS.

TABELA 6G.2
EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO G-3 E G-4 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA
SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação **GRUPO G – SERVIÇOS AUTOMOTIVOS E ASSEMELHADOS e uso**

Divisão	G-3						G-4					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**						**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Horizontal (áreas)	-	-	-	-	-	-	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X[5]	X[5]	X[5]	-	-	-	X[5]	X[5]	X[5]
Controle de Materiais De Acabamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X[3]	X	X	X	X	X	X[3]
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X
Alarme de Incêndio	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	-	X	X	-	-	-	-	X	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X[4]	-	-	-	-	-	X[4]

NOTAS ESPECÍFICAS:
1 – Pode ser substituída por sistema de chuveiros automáticos;
2 – Deve haver pelo menos um acionador manual, por pavimento, a no máximo 5 m da saída de emergência;
3 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;
4 – Acima de 60 metros de altura;
5 **–** Exigido para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações.

NOTAS GERAIS:
a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;
b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;
c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS.

TABELA 6G.3
EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO G-5 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA
SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**Divisão G-5 – HANGARES**					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Vertical	-	X	X	X	X	X
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X
Plano de Emergência	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	X[1]	X	X	X	X	X
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X
Extintores	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X
Sistema de Espuma	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Somente para áreas superiores a 5.000 m²;
2 – Prever extintores portáteis e extintores sobrerrodas, conforme regras da RTCBMRS específica;

3 – Não exigido entre 750 m² e 2.000 m². Para áreas entre 2.000 m² e 5.000 m², o sistema de espuma pode ser manual. Para áreas superiores a 5.000 m², o sistema de espuma deve ser fixo por meio de chuveiros, tipo dilúvio, podendo ser setorizado; quando automatizado, deve-se interligar ao sistema de detecção automática de incêndio. Para o dimensionamento ver as RTCBMRS específicas.

NOTAS GERAIS:

a – As instalações elétricas e SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;

b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;

c – Deve haver sistema de drenagem de líquidos nos pisos dos hangares para bacias de contenção à distância;

d – Não é permitido o armazenam/ento de líquidos combustíveis ou inflamáveis dentro dos hangares;

e – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS

TABELA 6H.1
EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO H-1 E H-2 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M2 OU ALTURA
SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO H – SERVIÇOS DE SAÚDE E INSTITUCIONAL**											
Divisão	H-1						H-2					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**						**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X[3]	X[4]	X[7]	-	-	-	X[3]	X[4]	X[7]
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X[6]	X	X	X	X	X	X[5]
Plano de Emergência	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	-	-	-	-	X	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]
Alarme de Incêndio	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	x6	-	-	-	-	-	x6

NOTAS ESPECÍFICAS:

1- Os detectores deverão ser instalados em todos os quartos;
2 – Acionadores manuais serão obrigatórios nos corredores;
3 – Pode ser substituída por sistema detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos shafts e dutos de instalações;
4 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos shafts e dutos de instalações;
5 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;
6 – Acima de 60 metros de altura;
7 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, até 60 metros de altura, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos shafts e dutos de instalações, sendo que para altura superior deve-se, adicionalmente, adotar as soluções contidas na RTCBMRS específica.

NOTAS GERAIS:

a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as RTCBMRS;
b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;
c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS.

TABELA 6H.2
EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO H-3 E H-4 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA
SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso **GRUPO H – SERVIÇOS DE SAÚDE E INSTITUCIONAL**

Divisão	H-3						H-4					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação Quanto à altura (em metros)**						**Classificação quanto À altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	XXXX				X	XXXXXX						X
Compartimentação Horizontal (áreas)	-	x7	x7	x7	x7	X	-	-	-	-	-	-
Compartimentação Vertical	-	-	x9	x3	x3	x8	-	-	-	x3	x3	x8
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Plano de Emergência	X	X	X	X	X	X	-	-	-	-	-	-
Saídas de Emergência	X	X	X	X[4]	X[4]	X[4]	X	X	X	X	X	X[5]
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X	-	-	-	-	-	-
Alarme de Incêndio	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X[6]	-	-	-	-	-	X[6]

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Dispensado nos corredores de circulação;

2 – Acionadores manuais serão obrigatórios nos corredores;

3 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto as compartimentações das fachadas e selagens dos shafts e dutos de instalações;

4 – Deve haver Elevador de Emergência;

5 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;

6 – Acima de 60 metros de altura;

7 – Pode ser substituída por chuveiros automáticos;

8 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, até 60 metros de altura, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos shafts e dutos de instalações, sendo que para altura superior deve-se, adicionalmente, adotar as soluções contidas nas RTCBMRS pertinentes.

9 – Exigido para selagens dos shafts e dutos de instalações;

10 – As áreas administrativas devem ser consideradas como D-1 e hotéis de trânsito devem ser enquadrados como B-1.

NOTAS GERAIS:
a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as RTCBMRS;
b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;
c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS.

TABELA 6H.3
EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO H-5 E H-6 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA
SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO H – SERVIÇOS DE SAÚDE E INSTITUCIONAL**											
Divisão	H-5 (presídios...)						H-6 (clínicas...)					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**						**Classificação Quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima De 30	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Horizontal (áreas)	-	-	-	-	-	-	X[6]	X[6]	X[6]	X[7]	X[7]	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X	X	X	-	-	-	X 8;9	X[3]	X 10
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X 4	X	X	X	X	X	X 4
Plano de Emergência	X	X	X	X	X	X	-	-	-	-	-	-
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X[5]	-	-	-	-	-	X[5]

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Para a Divisão H-5, as prisões em geral (Casas de Detenção, Penitenciárias, Presídios etc.) não é necessário detecção automática de incêndio. Para os hospitais psiquiátricos e assemelhados, prever detecção em todos os quartos;
2 – Somente nos quartos, se houver;
3 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos shafts e dutos de instalações;
4 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que
60 m;
5 – Acima de 60 metros de altura;
6 – Pode ser substituída por sistema de chuveiros automáticos;
7 – Pode ser substituída por sistema de detecção de incêndio e chuveiros automáticos;
8 – Pode ser substituída por sistema de detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos shafts e dutos de instalações;
9 – Deverá haver controle de fumaça nos átrios, podendo ser dimensionados como sendo padronizados conforme RTCBMRS específica;
10 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, até 60 metros de altura, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos shafts e dutos de instalações, sendo que para altura superior deve-se, adicionalmente, adotar as soluções contidas na RTCBMRS específica.

NOTAS GERAIS:
a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as RTCBMRS;
b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;
c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS.

TABELA 6I.1
EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO I-1 E I-2 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO I – INDUSTRIAL**											
Divisão	I-1 (risco baixo)						I-2 (risco médio)					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**						**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Horizontal (áreas)	-	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	-	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]
Compartimentação Vertical	-	-	-	X	X	X	-	-	-	X	X	X
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X[2]	X	X	X	X	X	X[2]
Plano de Emergência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	X
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X[3]	-	-	-	-	-	X[3]

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Pode ser substituída por sistema de chuveiros automático;

2 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;

3 – Acima de 60 metros de altura.

NOTAS GERAIS:

a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as RTCBMRS;

b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;

c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS.

TABELA 6I.2
EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO I-3 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO I – INDUSTRIAL**					
Divisão	I-3 (risco alto)					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Horizontal (áreas)	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X[3]	X[3]	X
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X[2]
Plano de Emergência	X	X	X	X	X	X
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	-	-	X	X	X
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	X	X	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Pode ser substituída por sistema de chuveiros automáticos;
2 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;
3 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos shafts e dutos de instalações.

NOTAS GERAIS:
a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as RTCBMRS específicas;
b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;
c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS.

TABELA 6J.1
EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO J-1 E J-2 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO J – DEPÓSITO**											
Divisão	J-1 (material incombustível)						J-2 (risco baixo)					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**						**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Horizontal (áreas)	-	-	-	-	-	-	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X[2]	X[2]	X	-	-	-	X[5]	X[5]	X
Controle de Materiais de Acabamento	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X[3]
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	X
Alarme de Incêndio	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X[4]	-	-	-	-	-	X[4]

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Pode ser substituída por sistema de chuveiros automáticos;
2 – Exigido para as compartimentações das fachadas e selagens dos shafts e dutos de instalações;
3 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;
4 – Acima de 60 metros de altura;
5 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos shafts e dutos de instalações.

NOTAS GERAIS:

a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as RTCBMRS;
b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;
c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS;
d – Em qualquer tipo de ocupação, sempre que houver depósito de materiais combustíveis (J-2, J-3 e J-4), dispostos em áreas descobertas, serão exigidos nestes locais:
d.1: Proteção por sistema de hidrantes e brigada de incêndio para áreas delimitadas de depósito superiores a 2.500 m²;
d.2: Proteção por extintores, podendo os mesmos ficar agrupados em abrigos nas extremidades do terreno, com percurso máximo de 50 m;
d.3: Recuos e afastamentos das divisas do lote (terreno): limite do passeio público de 3,0 m; limite das divisas laterais e dos fundos de 2,0 m; limite de bombas de combustíveis, equipamentos e máquinas que produzam calor e outras fontes de ignição de 3,0 m;
d.4: O depósito deverá estar disposto em lotes máximos de 20 metros de comprimento e largura, separados por corredores entre os lotes com largura mínima de 1,5 m.

TABELA 6J.2
EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO J-3 E J-4 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO J – DEPÓSITO**											
Divisão	J-3 (risco médio)						J-4 (risco alto)					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**						**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Horizontal (áreas)	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X[3]	X[3]	X	-	-	-	X[3]	X[3]	X
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X[2]	X	X	X	X	X	X[2]
Plano de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	-	-	X	X	X	-	-	-	X	X	X
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	X	X	X	-	-	-	X	X	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X

NOTAS ESPECÍFICAS:
1 – Pode ser substituída por sistema de chuveiros automáticos;
2 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;
3 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos shafts e dutos de instalações.

NOTAS GERAIS:
a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as RTCBMRS;
b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;

c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS;
d – Em qualquer tipo de ocupação, sempre que houver depósito de materiais combustíveis (J-2, J-3 e J-4), dispostos em áreas descobertas, serão exigidos nestes locais:
d.1: Proteção por sistema de hidrantes e brigada de incêndio para áreas delimitadas de depósito superiores a 2.500 m²;
d.2: Proteção por extintores, podendo os mesmos ficar agrupados em abrigos nas extremidades do terreno, com percurso máximo de 50 m;

d.3: Recuos e afastamentos das divisas do lote (terreno): limite do passeio público de 3,0 m; limite das divisas laterais e dos fundos de 2,0 m; limite de bombas de combustíveis, equipamentos e máquinas que produzam calor e outras fontes de ignição de 3,0 m;
d.4: O depósito deverá estar disposto em lotes máximos de 20 metros de comprimento e largura, separados por corredores entre os lotes com largura mínima de 1,5 m.

TABELA 6M.1
EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO DE DIVISÃO M-1

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO M – ESPECIAIS**			
Divisão	M-1 TÚNEL			
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Extensão em metros (m)**			
	Até 200	De 200 a 500	De 500 a 1.000	Acima de 1.000[1]
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X
Controle de Fumaça	X	X	X	X
Plano de Emergência	-	X	X	X
Brigada de Incêndio	-	X	X	X
Iluminação de Emergência	-	X	X	X
Sistema de Comunicação	-	-	X	X
Sistema de Circuito de TV (monitoramento)	-	-	-	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X
Extintores	-	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	-	X	X	X

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Túneis acima de 1.000 metros de extensão devem ser regularizados mediante apreciação do COESPPCI de acordo com norma nacional específica.

NOTAS GERAIS:

a – Atender às exigências e condições particulares para as medidas de segurança contra incêndio de acordo com a RTCBMRS sobre túnel rodoviário;
b – As instalações elétricas devem estar em conformidade com as RTCBMRS;
c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS.

TABELA 6M.2
EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO DE DIVISÃO M-2 (QUALQUER ÁREA E ALTURA)

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO M – ESPECIAIS**				
Divisão	M-2 – Líquidos e gases combustíveis e inflamáveis				
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Tanques ou cilindros e processos**		**Plataforma de carregamento**	**Produtos acondicionados**	
	Líquidos até 20 m^3 ou gases até 10m^3 (b)	Líquidos acima de 20 m^3 ou gases acima de 10m^3 (b)		Líquidos até 20 m^3 ou gases até 12.480kg	Líquidos acima de 20 m^3 ou gases acima de 12.480kg
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	-	-	-	X	X
Compartimentação Horizontal (áreas)	-	-	-	X	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X	X
Controle de Materiais de Acabamento	-	-	-	X	X
Saídas de Emergência	-	-	X	X	X
Plano de Emergência	-	X	-	-	X
Brigada de Incêndio	-	X	X	-	X
Iluminação de Emergência	-	-	-	$_X$1,3	X^3
Detecção de Incêndio	-	-	-	-	X
Alarme de Incêndio	-	X	X	-	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X

Hidrante e Mangotinhos	-	X	X[2]	-	X
Resfriamento	-	X	X[2]	-	X
Espuma	-	X	X[2]	-	X

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Somente quando a área construída for superior a 750 m² ;
2 – Somente para líquidos inflamáveis e combustíveis, conforme exigências da RTCBMRS (proteção para líquidos inflamáveis e combustíveis);
3 – Luminárias à prova de explosão.

NOTAS GERAIS:
a – devem ser verificadas as exigências quanto ao armazenamento e processamento (produção, manipulação etc.) constante da RTCBMRS sobre Segurança contra Incêndio para líquidos inflamáveis e combustíveis; Instrução Técnica sobre Manipulação, armazenamento, comercialização e utilização de GLP e RTCBMRS sobre Comercialização, distribuição e utilização de gás natural;
b – considera-se para efeito de gases inflamáveis a capacidade total do volume em água que o recipiente pode comportar, expressa em m³ (metros cúbicos);
c – as instalações elétricas e SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais.

TABELA 6M.3
EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO DE DIVISÃO M-3

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO M – ESPECIAIS**					
Divisão	M-3 – Centrais de Comunicação e Energia					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação Quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Horizontal (áreas)	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X	X	X
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X
Plano de Emergência	-	-	-	X	X	X
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	-	X	X	X	X
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X

Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	X[1]	X[1]	X

NOTA ESPECÍFICA:
1 – O sistema de chuveiros automáticos para a divisão M-3 pode ser substituído por sistema de gases, através de supressão total do ambiente.

NOTAS GERAIS:
a – Para as subestações elétricas deve-se observar também os critérios da RTCBMRS específica que trate sobre estações/subestação elétrica;
b – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;
c – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;
d – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS.

TABELA 6M.4
EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO M-4 E M-7 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO M – ESPECIAIS**	
Divisão	M-4 e M-7	
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**	
	M-4 (qualquer altura)	M-7 (térreo – áreas externas)
Acesso de Viatura na Edificação	X	X
Saídas de Emergência	X[1]	X[1]
Brigada de Incêndio	X	X
Sinalização de Emergência	X	X
Extintores	X	X

NOTAS ESPECÍFICAS:
1 – Para M-4: aceitam-se as próprias saídas da edificação, podendo as escadas ser do tipo NE.

Para M-7: aceitam-se os arruamentos entre as quadras de armazenamento.

NOTAS GERAIS:
a – Observar também as exigências da RTCBMRS para pátio de contêiner;
b – As áreas a serem consideradas para M-7 são as áreas dos terrenos abertos (lotes) onde há depósito de contêineres;
c – Quando houver edificação (construção) dentro do terreno das áreas de riscos, deve-se também verificar as exigências particulares para cada ocupação. Casos específicos, adotar Comissão Técnica;

d – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;
e – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS.

TABELA 6M.5 EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO M-5						
Grupo de ocupação e uso	**GRUPO M – ESPECIAIS**					
Divisão	M-5					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X
Plano de Emergência	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]
Controle de Temperatura	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]
Chuveiros Automáticos	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]
Controle de Fontes de Ignição	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]
Controle de “Pós”	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]
SPDA	X	X	X	X	X	X

NOTAS ESPECÍFICAS:
1 – Áreas de risco que possuam mais de um depósito de silagem;
2 – Somente para as áreas de circulação;
3 – Observar regras e condições particulares para essa medida na RTCBMRS de armazenamento em silos;
4 – Nas áreas com acúmulo de pós.

NOTAS GERAIS:
a – Observar ainda as exigências particulares da RTCBMRS de armazenamento em silos;
b – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as RTCBMRS;
c – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;
d – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS.

TABELA 7
EXIGÊNCIAS ADICIONAIS PARA OCUPAÇÕES EM SUBSOLOS DIFERENTES DE ESTACIONAMENTO

Área ocupada (m²) no(s) subsolo(s)		**Ocupação do Subsolo**	**Medidas de segurança adicionais no subsolo**
No primeiro ou segundo Subsolo	Até 50	Todas	- Sem exigências adicionais
	Entre 50 e 100	Depósito	- Depósitos individuais[1] com área máxima até 5m² cada, ou - Depósitos individuais[1] com área máxima até 25m² cada e Detecção automática de incêndio no depósito, ou - Chuveiros automáticos[2] de resposta rápida no depósito, ou Controle de fumaça.
		Divisões F-1, F-2, F-3, F-5, F-6, F-10	- Ambientes subdivididos[1] com área máxima até 50m² e detecção automática de incêndio em todo o subsolo, ou - Chuveiros automáticos[3] de resposta rápida em todo subsolo, ou Controle de fumaça.
	Outras ocupações		- Ambientes subdivididos[1] com área máxima até 50m² e detecção automática de incêndio nos ambientes ocupados, ou - Chuveiros automáticos[2] de resposta rápida nos ambientes ocupados, ou - Controle de fumaça.
	Entre 100 e 250	Depósito	- Depósitos individuais[1] com área máxima até 5m² cada, ou - Ambientes subdivididos[1] com área máxima até 50m², detecção automática de incêndio no depósito e exaustão[4], ou - Chuveiros automáticos[3] de resposta rápida no depósito e Exaustão[4] ou - Controle de fumaça.
		Divisões F-1, F-2, F-3, F-5, F-6, F-10	- Detecção automática de incêndio em todo o subsolo, exaustão[4] e duas saídas de emergência ou - Chuveiros automáticos[3] de resposta rápida em todo o subsolo e exaustão[4], ou - Controle de fumaça.

			- Detecção automática de incêndio nos ambientes ocupados e exaustão [4], ou - Controle de fumaça.
	Outras ocupações		- Chuveiros automáticos [3] de resposta rápida nos ambientes ocupados e exaustão [4], ou - Controle de fumaça.
	Entre 250 e 750	Depósito [5]	- Depósitos individuais [1], em edificações residenciais, com área máxima até 5m² cada, ou - Detecção automática de incêndio em todo o subsolo e Exaustão [4] ou - Chuveiros automáticos [3] de resposta rápida em todo o subsolo e Exaustão [4], ou - Controle de fumaça.
		Divisões F-1, F-2, F-3, F-5, F-6, F-10	- Detecção automática de incêndio em todo o subsolo, exaustão [4] e duas saídas de emergência em lados opostos, ou - Chuveiros automáticos [3] de resposta rápida em todo o subsolo e Exaustão [4], ou - Controle de fumaça.
	Acima de 750	Outras ocupações	- Detecção automática de incêndio em todo o subsolo e Exaustão [4] ou - Chuveiros automáticos [3] de resposta rápida em todo o subsolo e Exaustão [4], ou - Controle de fumaça.
		Depósito [5]	- Depósitos individuais [1], em edificações residenciais, com área máxima até 5m² cada, ou - Chuveiros automáticos [3] de resposta rápida e detecção automática de incêndio, em todo o subsolo, duas saídas de emergência em lados opostos e controle de fumaça.
		Outras ocupações	- Chuveiros automáticos [3] de resposta rápida e detecção automática de incêndio, em todo o subsolo, duas saídas de emergência em lados opostos e controle de fumaça.
Nos demais Subsolos	Até 100	Depósito	- Depósitos individuais [1] com área máxima até 5m² cada, ou - Depósitos individuais [1] com área máxima até 25m² cada e Detecção automática de incêndio no depósito, ou - Chuveiros automáticos [2] de resposta rápida no depósito, ou - Controle de fumaça.

		Divisões F-1, F-2, F-3, F-5, F-6, F-10	- Detecção automática de incêndio em todo o subsolo, exaustão[4] e duas saídas de emergência ou - Chuveiros automáticos[3] de resposta rápida em todo o subsolo e Exaustão[4], ou - Controle de fumaça.
		Outras ocupações	- Detecção automática de incêndio nos ambientes ocupados e Exaustão[4], ou - Chuveiros automáticos[2] de resposta rápida nos ambientes ocupados e exaustão[4], ou - Controle de fumaça.
	Acima de 100	Depósito[5]	- Depósitos individuais[1], em edificações residenciais, com área máxima até 5m² cada, ou - Chuveiros automáticos[2] de resposta rápida e detecção automática de incêndio, em todo o subsolo, duas saídas de emergência em lados opostos e controle de fumaça.
		Outras ocupações	- Chuveiros automáticos[3] de resposta rápida e detecção automática de incêndio, em todo o subsolo, duas saídas de emergência em lados opostos e controle de fumaça.

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – As paredes dos compartimentos devem ser construídas com material resistente ao fogo por 60 minutos, no mínimo;

2 – Pode ser interligado à rede de hidrantes pressurizada, utilizando-se da bomba e da reserva de in-cêndio dimensionada para o sistema de hidrantes;

3 – Pode ser interligado à rede de hidrantes pressurizada, utilizando-se da reserva de incêndio dimensionada para o sistema de hidrantes, entretanto a bomba de incêndio deve ser dimensionada considerando o funcionamento simultâneo de seis bicos e um hidrante. Havendo chuveiros automáticos instalados no edifício, não há necessidade de trocar os bicos de projeto por bicos de resposta rápida;

4 – Exaustão natural ou mecânica nos ambientes ocupados conforme estabelecido na RTCBMRS sobre controle de fumaça;

5 – Somente depósitos situados em edificações residenciais.

NOTAS GERAIS:

a – Ocupações permitidas nos subsolos (qualquer nível) sem necessidade de medidas adicionais: garagem de veículos, lavagem de autos, vestiários até 100m², banheiros, áreas técnicas não habitadas (elétrica, telefonia, lógica, motogerador) e assemelhados;

b – Entende-se por medidas adicionais àquelas complementares às exigências prescritas ao edifício;

c – Além do contido neste Regulamento, os subsolos devem também atender às exigências contidas nos respectivos Códigos de Obras Municipais, principalmente quanto à salubridade e ventilação;

d – Para área total ocupada de até 750 m², se houver compartimentação, de acordo com a RTCBMRS pertinente, entre os ambientes, as exigências desta tabela poderão ser consideradas individualmente para cada compartimento;
e – O sistema de controle de fumaça será considerado para os ambientes ocupados.

LEI Nº 14.461, DE 16 DE JANEIRO DE 2014.

Regulamenta o inciso VI do art. 199 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1.º Fica regulamentado o inciso VI do art. 199 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, estabelecendo que o Estado proverá os meios para que, progressivamente, seja oferecido horário integral aos(às) alunos(as) do ensino fundamental das escolas da rede pública estadual.

Art. 2.º As Escolas de Tempo Integral terão carga horária igual ou superior a sete horas diárias, nos turnos manhã e tarde, para os(as) alunos(as) matriculados(as) nas séries do ensino fundamental.

Parágrafo único. Para fins do estabelecido no "caput" deste artigo, a implementação da carga horária, em cada unidade escolar, dar-se-á de forma progressiva e uniforme a partir das séries iniciais.

Art. 3.º As Escolas de Tempo Integral deverão oferecer, no mínimo, quatro alimentações diárias aos(às) alunos(as), respeitando as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, em especial:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento dos(as) alunos(as) e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a faixa etária e estado de saúde dos (das) alunos(as), nos termos da Lei n.º 13.845, de 13 de dezembro de 2011;

II - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e, preferencialmente, pela agricultura familiar e pelos(as) empreendedores(as) familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

III - o direito à alimentação escolar, visando à garantia da segurança alimentar e nutricional dos(as) alunos(as), com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos(as) alunos(as) que necessitem de atenção específica e aqueles(as) que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Art. 4.º Os(as) professores(as) e servidores(as) que atuarem no atendimento aos(às) alunos(as) matriculados(as) nas Escolas de Tempo Integral receberão capacitação específica e continuada para o desempenho de suas funções.

Parágrafo único. O Poder Executivo Estadual poderá convocar os(as) professores(as) que desempenharem suas funções nas Escolas de Tempo Integral para o regime de quarenta horas, nos termos do art. 19 da Lei n.º 11.005, de 19 de agosto de 1997.

Art. 5.º O plano pedagógico curricular da Escola de Tempo Integral será elaborado pela Secretaria da Educação, tendo como objetivo:

I - promover a permanência do(a) educando(a) na escola, criando as condições de melhor aprendizado;

II - proporcionar aos(às) alunos(as) ações e exercícios no campo social, cultural, esportivo e tecnológico dentro da escola e em ambientes coletivos diversificados;

III - oferecer a interdisciplinariedade e a transdisciplinariedade, fazendo com que ocorra a articulação entre o núcleo comum curricular e as demais atividades estabelecidas no inciso II deste artigo;

IV - incentivar a participação da comunidade no processo educacional, promovendo a construção da cidadania;

V - adequar as atividades educacionais à realidade de cada região;

VI - proporcionar ao(à) educando(a) experiência educativa que possibilite o desenvolvimento integral, considerando os aspectos cognitivos, motor, social, emocional e cultural;

VII - reforçar a escola como um espaço de socialização, onde o(a) aluno(a) possa experimentar uma vivência coletiva e formular uma concepção de mundo, de sociedade e de cidadania; VIII - dotar a escola de instrumentos tecnológicos geridos por uma equipe multiprofissional, composta pela direção, coordenação pedagógica, professores(as), servidores(as) de escola e nutricionistas;

IX - incluir a educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem.

Parágrafo único. O planejamento curricular da Escola de Tempo Integral deverá ser discutido com a comunidade escolar, constituída pelos pais, mães ou responsáveis, professores(as), demais servidores(as) da escola e alunos(as).

Art. 6.º A Secretaria da Educação apresentará à comunidade escolar, doze meses após a aprovação desta Lei, o plano de implementação da Escola de Tempo Integral, contendo, no mínimo:

I - o planejamento para o atingimento da meta estabelecida no art. 7.° desta Lei;

II - as regiões e cidades selecionadas para a instalação progressiva da Escola de Tempo Integral;

III - o número de professores(as), de funcionários(as) e de equipes multiprofissionais necessário para o funcionamento da Escola de Tempo Integral;

IV - o plano de investimentos em prédios escolares;

V - o plano de capacitação e qualificação dos (as) professores(as);

VI - o planejamento curricular para as Escolas de Tempo Integral.

Art. 7.º No prazo de dez anos, a partir da publicação desta Lei, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas de ensino fundamental da rede pública estadual deverão oferecer matrículas em horário integral.

Parágrafo único. Para fins do disposto no "caput" deste artigo, serão priorizadas escolas localizadas em regiões de maior vulnerabilidade social.

Art. 8.º O Poder Executivo Estadual deverá incluir as metas e as respectivas dotações orçamentárias, necessárias ao cumprimento do estabelecido nesta Lei, no Plano Plurianual e nas Leis Orçamentárias anuais.

Art. 9.º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 16 de janeiro de 2014.

_____

* Publicada no DOE n.º 012, de 17 de janeiro de 2014.

LEI COMPLEMENTAR N.º 14.555, DE 02 DE JULHO DE 2014.

Altera a Lei Complementar n.º 14.376, de 26 de dezembro de 2013, que estabelece normas sobre Segurança, Prevenção e Proteção contra Incêndios nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.**

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei Complementar seguinte:

Art. 1.º Na Lei Complementar n.º 14.376, de 26 de dezembro de 2013, que estabelece normas sobre Segurança, Prevenção e Proteção contra Incêndios nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências, ficam introduzidas as seguintes alterações:

I - o parágrafo único do art. 5.º passa a ser o § 1.º e ficam introduzidos os §§ 2º e 3º no mesmo artigo, com a seguinte redação:

"Art. 5.º .....

§ 1.º .....

§ 2.º Fica autorizado o município, no âmbito de suas competências, mediante a apresentação do protocolo do PPCI no CBMRS, a expedir licenças e/ou autorizações precárias e

provisórias de funcionamento para as edificações de baixa carga de incêndio, conforme previsto na Tabela 3 do Anexo A, e em casos de estabelecimentos que realizem atividades ou prestem serviços de caráter essencial, ficando, entretanto, condicionada a expedição do alvará definitivo de funcionamento à apresentação do APPCI.

§3.º Cabe ao município, no âmbito de suas competências, acompanhar para que as licenças precárias e provisórias de funcionamento estejam de acordo com esta Lei Complementar e sua regulamentação, para fins de revogação das referidas licenças ou expedição de alvará definitivo.";

II - fica alterada a redação dos incisos IX, XVII e XXXII do art. 6.º e incluído o inciso XLII no mesmo artigo, com a seguinte redação:

"Art. 6.º .....

.....

IX - Alvará de Prevenção e Proteção contra Incêndio – APPCI – é a certificação emitida pelo CBMRS de que a edificação está de acordo com a legislação vigente, conforme o Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndio – PPCI;

.....

XVII - edificação e área de risco existente é a construção ou área de risco, detentora de projeto aprovado na Prefeitura Municipal ou de habite-se emitido, ou ainda regularizada anteriormente à publicação desta Legislação, com documentação comprobatória, desde que mantidas a área e a ocupação da época e não haja disposição em contrário dos órgãos responsáveis pela concessão de alvarás de funcionamento e de segurança contra incêndio, observados os objetivos desta;

.....

XXXII - Plano Simplificado de Prevenção e Proteção contra Incêndio − PSPCI − é um processo que contém um conjunto reduzido de elementos formais, em função da classificação de ocupação, carga de incêndio e uso da edificação, que dispensa a apresentação do Projeto de Prevenção e Proteção contra Incêndio − PrPCI − em conformidade com esta Lei Complementar e Resolução Técnica do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul − RTCBMRS −, cuja responsabilidade pelas informações fornecidas:

1. nas edificações de baixa carga de incêndio que atendam a todas as características do art. 21 desta Lei Complementar é exclusiva do(a) proprietário(a) ou do(a) responsável pelo seu uso;

b) nas edificações de média carga de incêndio é do(a) proprietário(a) ou do(a) responsável pelo seu uso, com a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART/CREA − ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT/CAU-RS.

.....

XLII - ocupação subsidiária é a atividade ou dependência vinculada a uma ocupação predominante, sendo considerada parte integrante desta para determinação dos parâmetros de proteção contra incêndio, nos termos desta Lei Complementar.";

III - fica alterada a redação do § 2.º e acrescentados os §§ 4.º e 5.º ao art. 7.º, conforme segue:

“Art. 7.º .....

….....

§ 2.º As Tabelas dos Anexos A (Classificação) e B (Exigências) são consideradas iniciais e constarão na regulamentação desta Lei Complementar, podendo ser modificadas ou atualizadas por meio de Decreto.

.....

§ 4.º Nas ocupações mistas, para determinação das medidas de segurança, proteção e prevenção contra incêndio a serem implantadas, adotar-se-á o conjunto das exigências de maior nível de segurança para a edificação, avaliando-se os respectivos usos, as áreas, as alturas e a carga de incêndio, observando-se ainda que:

I - nas edificações com mais de uma classe de risco, poderá ser empregada a técnica de isolamento de riscos, com a finalidade de definir os sistemas e equipamentos de proteção contra incêndio;

II - as edificações ou partes de uma mesma edificação isoladas são consideradas edificações distintas para efeitos de risco de incêndio e de aplicação das normas de proteção contra incêndio, sendo que a confecção do PPCI e a expedição do APPCI dar-se-ão de forma individualizada, para cada uma das unidades autônomas não residenciais;

III - o isolamento de riscos, como técnica adequada de projeto, poderá ser obtido por compartimentação vertical ou horizontal, sendo que nos casos de risco alto e médio a resistência ao fogo, conforme normas da ABNT, deverá ser de 4 (quatro) horas, e nos de baixo risco, a resistência deverá ser de 2 (duas) horas;

IV - o isolamento de risco será por meio de afastamento entre edificações, compartimentação vertical e compartimentação horizontal, conforme regulamentado por RTCBMRS.

§ 5.º Nas ocupações subsidiárias de uso exclusivo dos ocupantes de uma ocupação predominante, os equipamentos de proteção contra incêndio deverão atender a esta ocupação predominante, conforme RTCBMRS.”;

IV – VETADO

V - fica alterada a redação do § 2.º do art. 9.º, que passa a ser a seguinte:

"Art. 9.º .....

.....

§ 2.º Cabe ao COESPPCI, mediante a aprovação por dois terços de seus membros, encaminhar à Chefia do Poder Executivo as propostas de modificações ou atualizações nas Tabelas dos Anexos A (Classificação) e B (Exigência), quando estudos e bibliografias técnicas assim apontarem.

.....";

VI - fica alterada a redação do "caput" do art. 13, que passa a ser a seguinte:

"Art. 13. O(A) proprietário(a) ou o(a) responsável pelo uso da edificação obriga-se a manter as medidas de segurança, prevenção e proteção contra incêndio, em condições de utilização, providenciando sua manutenção e adequação a esta Lei Complementar.";

VII - fica alterada a redação do art. 14, que passa a ser seguinte:

"Art. 14. Compete ao órgão municipal responsável pela expedição do Alvará de Funcionamento da Edificação a fiscalização e a aplicação da sanção administrativa prevista no inciso IV do art. 40, desta Lei Complementar.";

VIII - fica alterada a redação do parágrafo único do art. 18, que passa a ser a seguinte:

"Art. 18. .....

Parágrafo único. Os locais de eventos ou reuniões com mais de 400 (quatrocentas) pessoas ficam obrigados a dispor da presença de Bombeiro ou Brigadista, de acordo com Resolução Técnica do CBMRS.";

IX - fica incluído o inciso III ao § 1.º do art. 20, com a seguinte redação:
"Art. 20. .....

§ 1.º .....
.....

III - mediante denúncia.
.....";

X - fica alterada a redação do inciso I e dos §§ 3.º e 4.º e acrescentados o inciso V e os §§ 5.º, 6.º e 7.º ao art. 21, que passa a ser a seguinte:
"Art. 21. .....

I - de carga de risco de incêndio baixo e médio, conforme Tabela 3 do Anexo A (Classificação);

.....

V - que exigirem prevenção pelos sistemas de saída de emergência, iluminação de emergência, sinalização de emergência, extintores de incêndio e Brigada de Incêndio;

.....

§ 3.º Ficam excetuadas do disposto no “caput” deste artigo as edificações do Grupo G da Tabela 1 do Anexo A desta Lei Complementar.

§ 4.º Para as edificações e áreas de risco de incêndio que não estejam enquadradas na Tabela 3 do Anexo A (Classificação), aplica-se a regra de cálculo definida na NBR 14.432/2000 “Exigências de resistência ao fogo de elementos construtivos de edificações".

§ 5.º Aplica-se o PSPCI para as edificações da Divisão F-11 e F-12, do Grupo F, da Tabela 1 do Anexo A (Classificação) e para os locais de cultos afro-brasileiros e os centros espíritas, desde que atendam a todas as características deste artigo.

§ 6.º São de inteira responsabilidade do(a) proprietário(a) ou do(a) responsável pelo uso da edificação as informações prestadas para instrução do PSPCI nas edificações de carga de risco de incêndio baixo, sendo que nas edificações de carga de risco de incêndio médio é necessária, também, a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART/CREA − ou de Registro de Responsabilidade Técnica – RRT/CAU-RS.

§ 7.º A emissão do APPCI para as edificações enquadradas no PSPCI e com carga de risco de incêndio baixo dispensará a vistoria de liberação, conforme regulamentado em RTCBMRS.”;

XI - fica alterada a redação do parágrafo único do art. 35, que passa a ser a seguinte:
"Art. 35. .....

Parágrafo único. Os casos omissos de enquadramento do tipo de edificação constantes nas Tabelas A (Classificação) e B (Exigências), as edificações das divisões F-11 e F-12 da Tabela 1 do Anexo A, os centros espíritas e os locais de cultos afro-brasileiros que não atendam a todas as características do art. 21 desta Lei Complementar serão objeto de regulamentação do CBMRS.";

XII - fica acrescentado o § 3.º ao art. 53, com a seguinte redação:

"Art. 53.....

….....

§ 3.º Fica autorizado o CBMRS, no âmbito de suas competências e nos termos da legislação vigente, a firmar convênio com entidades e/ou associações de classe que possuam profissionais habilitados no CREA-RS e/ou CAU-RS, para que sejam feitas as análises e a aprovação do PrPCI, sendo que compete única e exclusivamente ao CBMRS a vistoria e a emissão do APPCI.";

XIII - fica alterada a redação do "caput" e acrescentado § 2.º ao art. 55, passando-se o parágrafo único a ser o § 1.º, conforme segue:

"Art. 55. As edificações e áreas de risco existentes deverão adaptar-se às disposições desta Lei Complementar no prazo de até 6 (seis) anos, a partir da sua publicação.

§ 1.º .....

§ 2.º O CBMRS, mediante RTCBMRS, definirá as medidas de segurança, prevenção e proteção contra incêndio para as edificações existentes.";

XIV - fica incluído o art. 55-A, com a seguinte redação:

"Art. 55-A. Nos municípios que ainda não tenham concluído o processo de Regularização Fundiária, em que se encontram localizadas edificações e áreas de risco de incêndio, para fins do processo de concessão do APPCI, fica o(a) proprietário(a) e/ou o(a) responsável pelo uso da edificação dispensado da apresentação do número da matrícula do imóvel.";

XV - fica alterada a redação do art. 57, que passa a ser a seguinte:

"Art. 57. Os municípios deverão atualizar sua legislação, recepcionando o disposto na presente Lei Complementar, no prazo máximo de 12 (doze) meses a partir da publicação da sua regulamentação.";

XVI - fica acrescentado o art. 57-A, com a seguinte redação:

"Art. 57-A. A atualização da legislação municipal sobre segurança, prevenção e proteção contra incêndios suplementará o disposto nesta Lei Complementar, a partir de sua regulamentação, assegurada a autonomia e independência dos municípios nos assuntos de interesse local.";

XVII - VETADO

XVIII - fica alterada a redação da Divisão F-6 e acrescentadas as Divisões F-11 e F-12 na "Ocupação/Uso - Local de Reunião de Público" da Tabela 1 do Anexo A, conforme segue:

"ANEXO A
CÓDIGO ESTADUAL SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO
TABELAS DE CLASSIFICAÇÃO

TABELA 1
CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO QUANTO À OCUPAÇÃO

Grupo	Ocupação/Uso	Divisão	Descrição	Exemplos
...	...	...	...	...
..	...	...	...	...
...	...	...	...	...
...	...	...	...	...
...	...	...	...	...
F	Local de Reunião de Público	...	...	...
		...	...	...
		...	...	...
		...	...	...
		...	...	...
		F-6	Casas noturnas	Boates, casas de show, casas noturnas e salões de bailes, restaurantes dançantes.
		...	...	...
		...	...	...
		...	...	...
		...	...	...
		...	...	...
		F-11	Edificações Caráter Regional	de Centros de Tradições Gaúchas – CTG’s
		F-12	Clubes sociais, comunitários de e diversão	Paroquiais Salões, Salões Comunitários, Clubes de Sócios, Clubes para Festas de Bilhares Caráter Familiar, , Tiro ao Alvo, Boliche, Sedes de Entidades de Classe.
...	...	...	...	...
...	...	...	...	...
...	...	...	...	...
...	...	...	...	...
...	...	...	...	...
...	...	...	...	...

.....";

XIX - fica alterada a redação da "Descrição" de "Couro Sintético" para "Laminado

Sintético" referente à Ocupação/Uso Industrial, na Tabela 3.1 do Anexo A;

XX - fica excluído o item 1.1 e alterada a redação da definição do Hi da Tabela 3.3 do Anexo A, conforme segue:

" ANEXO A
CÓDIGO ESTADUAL SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO
TABELAS DE CLASSIFICAÇÃO

.....

TABELA 3.3
CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO QUANTO À CARGA DE INCÊNDIO
MÉTODO PARA LEVANTAMENTO DA CARGA DE INCÊNDIO ESPECÍFICA 1.

.....

.....

Onde:

.....

Hi - potencial calorífico específico de cada componente do material combustível, em megajoule por quilograma;

.....";

XXI - fica alterada a redação da Tabela 4 do Anexo B e incluída a letra "c" nas Notas Gerais, conforme segue:

"ANEXO B
CÓDIGO ESTADUAL SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO
TABELAS DE EXIGÊNCIAS

.....

TABELA 4
EXIGÊNCIAS PARA EDIFICAÇÕES EXISTENTES

PERÍODO DE EXISTÊNCIA DA EDIFICAÇÃO E ÁREAS DE RISCO	**ÁREA CONSTRUÍDA ≤ 750 m² e ALTURA ≤ 12 m**	**ÁREA CONSTRUÍDA > 750 m2 e/ou ALTURA > 12 m**
EDIFICAÇÕES NOVAS	Conforme Tabela 5	Conforme Tabela 6
QUALQUER PERÍODO ANTERIOR À VIGÊNCIA DESTE CÓDIGO	Conforme RTCBMRS	

NOTAS GERAIS:

a –.....

(publicada no DOE n.º 125, de 03 de julho de 2014)

b – .....

c – O acesso de viaturas de bombeiro em edificações com até 12 metros de altura poderá ser substituído por rede seca junto ao passeio público.";

XXII – ficam incluídas as Divisões F11 e F12, alterada a redação da Nota Específica nº 4 e revogada a letra"d" das Notas Gerais, da Tabela 5 do Anexo B, conforme segue:

"ANEXO B
CÓDIGO ESTADUAL SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO
TABELAS DE EXIGÊNCIAS
.....

TABELA 5
EXIGÊNCIAS PARA EDIFICAÇÕES COM ÁREA MENOR OU IGUAL A 750M^2 E ALTURA INFERIOR OU IGUAL A 12,00M

Medidas de Segurança contra Incêndio	**A, D, E e G**	**B**	**C**	**F**					**H**		**I e J**	**L**
				F1, F2, F3, F4, F7 e F8	F5 e F6	F9 e F10	F11	F12	...	...	...	...
Controle de Materiais de Acabamento	...	...	...	...	...	...	-	-	...	...	...	...
Saídas de Emergência	...	...	...	...	...	...	X	X	...	...	...	...
Iluminação de Emergência	...	...	...	...	...	...	X	X	...	...	...	...
Sinalização de Emergência	...	...	...	...	...	...	X	X	...	...	...	...
Extintores	...	...	...	...	...	...	X	X	...	...	...	...
Brigada de Incêndio	...	...	...	...	...	...	X	X	...	...	...	...
Plano de Emergência	...	...	...	...	...	...	-	X[4]	...	...	...	...
Detecção Automática	...	...	...	...	...	...	-	-	...	...	...	...
Controle de Fumaça	...	...	...	...	...	...	-	-	...	...	...	...

-

NOTAS ESPECÍFICAS:
.....
4 – Exigido para lotação superior a 400 pessoas.
.....
NOTAS GERAIS:
.....
d – (REVOGADA);
.....";

XXIII - fica alterada a redação da letra "e" e incluída a letra"g" nas Notas Gerais da

Tabela 6A do Anexo B, conforme segue:

"ANEXO B
CÓDIGO ESTADUAL SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO TABELAS DE EXIGÊNCIAS
.....
TABELA 6A
EDIFICAÇÕES DO GRUPO A COM ÁREA SUPERIOR A 750M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00M

NOTAS ESPECÍFICAS:

.....

NOTAS GERAIS:

.....

e – A exigência de brigada de incêndio, central de GLP e hidrante será somente para as edificações com altura superior a 12m.

.....

g – O acesso de viatura, para edificações com altura inferior a 12m, poderá ser substituído por rede seca junto ao passeio público. Para edificações com menos de 12m de altura e que requeiram hidrante, a rede seca poderá ser substituída pelo dispositivo de recalque.";

XXIV - fica alterada a redação da letra "c" das Notas Gerais da Tabela 6F.4 do Anexo B, que passa a ter a seguinte redação:

" ANEXO B
CÓDIGO ESTADUAL SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO
TABELAS DE EXIGÊNCIAS
.....

TABELA 6F.4
EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO F-7 E F-10 COM ÁREA SUPERIOR A 750M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00M

.....**NOTAS ESPECÍFICAS**:

.....

NOTAS GERAIS:

.....

c - A Divisão F-7 deve observar as exigências complementares das respectivas RTCBMRS;

.....";

XXV - fica incluído o n.º 4 nas Notas Específicas e alterada a redação da Tabela 6I.1 do Anexo B, conforme segue:

" ANEXO B
CÓDIGO ESTADUAL SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO
TABELAS DE EXIGÊNCIAS
....

TABELA 6I.1
EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO I-1 E I-2 COM ÁREA SUPERIOR A 750M^2
OU ALTURA SUPERIOR A 12,00M

Grupo de ocupação e Uso	**GRUPO I – INDUSTRIAL**											
Divisão	I-1 (risco baixo)						I-2 (risco médio)					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**						**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	...	....	....	...	....	...	....	...	...	...	....
Acesso de viatura na Edificação	X[4]	X[4]	X[4]	X	X	X	X[4]	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...

NOTAS ESPECÍFICAS:

....

4 – O acesso de viatura poderá ser substituído por rede seca junto ao passeio público, com altura de até 12 metros.

NOTAS GERAIS:

..............................."

XXVI - fica incluída a letra "e" nas Notas Gerais e alterada a redação da Tabela 6J.1 do Anexo B, conforme segue:

" ANEXO B
CÓDIGO ESTADUAL SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

TABELAS DE EXIGÊNCIAS

....

TABELA 6J.1
EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO J-1 E J-2 COM ÁREA SUPERIOR A $750M^2$ OU ALTURA SUPERIOR A 12,00M

Grupo de ocupação e uso	GRUPO J – DEPÓSITO											
Divisão	J-1 (material incombustível)						J-2 (risco baixo)					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**						**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Segurança Estrutural contra Incêndio	-	X	X	X	X	X	-	X	X	X	X	X
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...

NOTAS ESPECÍFICAS:

....

NOTAS GERAIS:

.....

e – O acesso de viatura poderá ser substituído por rede seca junto ao passeio público, com altura de até 12 metros."

XXVII - ficam incluídas nas Notas Gerais das Tabelas 6B, 6C, 6D, 6F.1, 6G.1, 6G.2 e 6H.1, todas do Anexo B, letras, na ordem sequencial das já existentes, com a seguinte redação:

" O acesso de viatura, para edificações com altura inferior a 12m, poderá ser substituído por rede seca junto ao passeio público. Para edificações com menos de 12m de altura e que requeiram hidrante, a rede seca poderá ser substituída pelo dispositivo de recalque.".

Art. 2.º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 2 de julho de 2014.

---

* Publicada no DOE n.º 125, de 03 de julho de 2014.

4.3 - DECRETOS

DECRETO Nº 49.134, DE 23 DE MAIO DE 2012.

Regulamenta a Lei nº 13.721, de 28 de abril de 2011, que determina aos clubes de futebol sediados no Rio Grande do Sul, que assegurem matrícula em instituição de ensino aos jogadores menores de vinte anos a eles vinculados e dá outras providências.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 82, incisos V e VII, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a Lei nº 13.721, de 28 de abril de 2011, que determina aos clubes de futebol oficiais sediados no Estado do Rio Grande do Sul, que assegurem matrícula em instituição de ensino aos jogadores menores de vinte anos a eles vinculados.

Art. 2º Para os fins de que trata este Decreto são considerados clubes de futebol oficiais no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul as associações devidamente registradas e reconhecidas pela Federação Gaúcha de Futebol.

Art. 3º Os clubes de futebol oficiais do Estado do Rio Grande do Sul ficam obrigados a assegurar a todos os jogadores de futebol menores de vinte anos com os quais possuam qualquer tipo de vínculo, matrícula em instituição de ensino, pública ou privada, até a conclusão do Ensino Médio, zelando pela sua frequência e aproveitamento escolar.

Art. 4º Os clubes de futebol que não regularizarem a situação de matrícula escolar dos jogadores de futebol a eles vinculados menores de vinte anos ficarão impedidos de participar de jogos, torneios, campeonatos e competições oficiais no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 5º Os clubes de futebol ficam obrigados a encaminhar anualmente à Federação Gaúcha de Futebol os comprovantes de matrícula e, semestralmente, os atestados de freqüência escolar, de todos os jogadores de futebol vinculados aos clubes que tenham menos de vinte anos, conforme datas estipuladas no âmbito da entidade.

Art. 6º O descumprimento das obrigações previstas no artigo anterior acarretará a aplicação das penalidades previstas no art. 4º deste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 23 de maio de 2012.

---

* Publicado no DOE nº 100, de 24 maio de 2012.

DECRETO Nº 49.727, DE 19 DE OUTUBRO DE 2012.

Dispõe sobre o estágio educacional em órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 82, incisos V e VII, da Constituição do Estado,

considerando que o estágio educacional objetiva propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem ao estagiário, devendo para tanto ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares;

considerando que o estágio educacional é um instrumento de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano;

considerando a necessidade de disciplinar o estágio educacional e de uniformizar os critérios para serem adotados pelos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Estadual, quando da seleção de estagiários e do desenvolvimento das atividades inerentes; e

considerando o disposto na Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e alterações, acerca dos estágios de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos,

D E C R E T A:

Art. 1º Os órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Estadual poderão oferecer complementação e aperfeiçoamento prático do ensino a estudantes, desde que tenham efetiva frequência nos cursos vinculados à instituição de ensino pública ou particular, em que estejam regularmente matriculados, nos níveis de ensino superior e ensino médio, inclusive nas modalidades de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, mediante estágio educacional.

Art. 2º Para efeitos deste Decreto, entende-se a atividade de estágio como ato educativo, supervisionada e assumida, de competência da instituição de ensino e da parte concedente, integrante do projeto pedagógico da escola, da contextualização curricular, assim como o desenvolvimento do educando para a vida cidadã.

Art. 3º O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino, bem como do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio profissional obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio profissional não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Art. 4º Os estagiários deverão ser alunos matriculados, com frequência devidamente comprovada, em curso compatível com a modalidade do estágio a que serão vinculados.

Art. 5º O estágio somente poderá ser realizado em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação do aluno.

Art. 6º Somente poderão realizar estágio os alunos que possuírem idade igual ou superior a 16 anos, regularmente matriculados e frequentando o ensino regular em instituição de ensino pública ou particular, conforme definido no art. 1º deste Decreto.

Art. 7º A duração do estágio, na mesma parte concedente, terá prazo mínimo de seis meses e não poderá exceder dois anos, exceto quando se tratar de estagiário com deficiência.

§ 1º Os termos de compromisso serão renovados a cada seis meses.

§ 2º Os estagiários deverão apresentar atestado de matrícula e frequência a cada seis meses emitidos pela respectiva instituição de ensino.

§ 3º No estágio obrigatório, quando realizado em etapa posterior aos demais componentes curriculares do curso, o aluno deverá estar matriculado e a instituição de ensino deverá orientar e supervisionar o respectivo estágio, o qual será por esta devidamente egistrado.

Art. 8º Os Secretários de Estado e os dirigentes das entidades da Administração Pública Indireta, incluindo as Autarquias e as Fundações ficam autorizados a celebrar acordos, revisão ou renovação de estágios entre a parte concedente e as instituições de ensino ou agentes de integração, e demais instrumentos legais relativos a estágios, bem como a assinar o Termo de Compromisso, a que se refere o art. 9º deste Decreto.

Art. 9º A realização do estágio dar-se-á mediante Termo de Compromisso celebrado entre o estudante e a parte concedente, com a interveniência obrigatória da instituição de ensino.

Art. 10. O Termo de Compromisso estabelecerá as condições mínimas para realização do estágio, como a carga horária, o valor da bolsa-auxílio, o valor do auxílio-transporte, as causas da rescisão ou de desligamento, o tempo de duração, as responsabilidades das partes, o objetivo do estágio, a concessão de recesso, bem como a responsabilidade pelo pagamento do valor da bolsa-auxílio e outros dados definidores das obrigações das partes.

Art. 11. A renovação do Termo de Compromisso fica condicionada à aprovação total do aluno no ano letivo, ou aprovação mínima em 50% (cinquenta por cento) das disciplinas nas quais o aluno estiver matriculado, quando tratar-se de curso com aprovação por disciplina.

§ 1º Quando matriculado em apenas uma disciplina, o aluno deverá obter aprovação na mesma para renovação do termo de compromisso.

§ 2º A nova contratação do estagiário na mesma unidade concedente somente poderá ocorrer após comprovada aprovação nas disciplinas, semestre ou série cuja reprovação impediu a renovação.

Art. 12. O estagiário deverá receber bolsa-auxílio, cujos valores serão revistos na medida das disponibilidades do Estado.

Parágrafo único. Será considerada, para efeito de cálculo do pagamento da bolsa, a frequência mensal do estagiário, deduzindo-se os dias de falta não justificada.

Art. 13. O estagiário titular de bolsa-auxílio, na forma da legislação federal, em exercício na Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações, instituídas ou mantidas pelo Estado, terão direito ao vale-refeição, nos termos do Decreto n° 35.139, de 3 de março de 1994, bem como auxílio-transporte, na hipótese de estágio não-obrigatório.

Art. 14. O estagiário será segurado contra acidentes pessoais, sendo o seguro, providenciado pela parte concedente por meio de atuação conjunta com o agente de integração.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o presente artigo deverá ser assumida pela instituição de ensino.

Art. 15. Fica a critério de cada órgão ou entidade a aceitação de estagiários não remunerados, observado o pagamento do seguro previsto em lei, conforme a regra do art. 14 deste Decreto.

Parágrafo único. A realização de estágio não remunerado representa situação de mútua responsabilidade e contribuição no processo educativo e de profissionalização, não devendo nenhuma das partes onerar a outra financeiramente, como condição para a operacionalização do estágio.

Art. 16. O estágio, ainda que remunerado, não gera vínculo empregatício de qualquer natureza, bem como eventual concessão de benefícios relacionados à transporte, alimentação e saúde, entre outros, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do estagiário em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial ou dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração do Termo de Compromisso entre o educando com seu representante ou assistentes legais, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 11.788/2008;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Termo de Compromisso; e

IV – no estágio obrigatório, acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios.

Parágrafo único. O descumprimento dos incisos deste artigo ou das obrigações contidas no Termo de Compromisso poderá caracterizar vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio, para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 17. A jornada de atividade no estágio a ser cumprida pelo aluno deverá ser compatibilizada com seu horário escolar e com o horário da parte responsável onde venha ocorrer o estágio, definidas de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente do estágio e o estagiário, ou seu representante legal, devendo constar do Termo de Compromisso, e não ultrapassar:

I – quatro horas diárias e vinte horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos; e

II – seis horas diárias e trinta horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior,da educação profissional e ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até quarenta horas semanais, desde que esta esteja prevista no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo o estipulado no Termo de Compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 18. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a um ano, período de recesso de trinta dias a ser gozado preferencialmente durante as férias escolares e antes do término do Termo de Compromisso.

§ 1º O recesso de que trata esse artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Durante o recesso as despesas de alimentação e transporte não serão devidas ao estagiário.

§ 3º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos do estágio ter duração inferior a um ano.

§ 4º O recesso de que trata este artigo é indisponível, não podendo ser objeto de renúncia ou transação.

Art. 19. A parte concedente deverá indicar servidor de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até dez estagiários simultaneamente.

Art. 20. O supervisor do estágio controlará as atividades que o estagiário estiver desenvolvendo bem como sua frequência mensal e a encaminhará à unidade de recursos humanos do órgão ou da entidade na qual o estágio está sendo realizado.

Art. 21. Uma vez atendidas todas as condições específicas de realização e de avaliação de desempenho do estágio, o órgão ou a entidade encaminhará à instituição de ensino o certificado do cumprimento do estágio.

Art. 22. Os Termos de Compromisso em vigor na data de publicação deste Decreto continuarão vigendo com as cláusulas atuais, inclusive com referência à carga horária semanal, sendo alteradas de acordo com o disposto neste Decreto por ocasião da sua renovação.

Art. 23. Às unidades de recursos humanos dos órgãos e das entidades compete:

I - articular-se com as instituições de ensino ou agentes de integração com a finalidade de oferecer as oportunidades de estágio;

II - solicitar às instituições de ensino ou aos agentes de integração a indicação de estudantes que preencham os requisitos exigidos pelas oportunidades de estágio;

III - receber e selecionar os candidatos ao estágio;

IV - conceder a bolsa de estágio e autorizar o seu pagamento;

V - receber das unidades, nas quais o estágio se realiza, os relatórios, avaliações e frequências do estagiário;

VI - receber as comunicações de desligamento de estagiários e encaminhá-las ao agente de integração ou instituição de ensino; e

VII - expedir os respectivos certificados de estágio.

Art. 24. As instituições de ensino poderão recorrer aos serviços da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos - FDRH, mediante condições acordadas em instrumento jurídico adequado, com vista a conquistar vagas à realização de estágio pelos seus alunos.

Art. 25. A FDRH atuará na área de estágio educacional com a finalidade de recrutar, selecionar e acompanhar estagiários na Administração Pública Estadual.

Art. 26. É vedada a cobrança do estudante de qualquer taxa adicional referente às providências administrativas para a obtenção e realização do estágio supervisionado.

Art. 27. Fica delegada competência à Secretária de Estado da Administração e dos Recursos Humanos para determinar o número de cotas de estágio a serem disponibilizadas para os órgãos da Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações, bem como para alterar os seus quantitativos, respeitado o disposto no Decreto nº 45.123, de 3 de julho de 2007.

Art. 28. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

I – de um a cinco servidores: um estagiário;

II – de seis a dez servidores: até dois estagiários;

III – de onze a vinte e cinco servidores: até cinco estagiários; e

IV – acima de vinte e cinco servidores: até vinte por cento de estagiários.

§ 1º Considera-se quadro de pessoal o conjunto de servidores existentes no órgão ou entidade em que será realizado o estágio.

§ 2º Na hipótese de a parte concedente contar com unidades descentralizadas, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados em cada um deles.

§ 3º Não se aplica o disposto no *caput* deste artigo aos estágios de nível superior e nível médio profissional.

§ 4º Os órgãos da Administração Pública Direta, as Autarquias e as Fundações deverão assegurar 10% (dez por cento) da respectiva cota de vagas para estagiários destinada a pessoas com deficiência, em obediência ao que determina o Decreto n° 38.375, de 7 de abril de 1998.

§ 5º Quando o cálculo dos 10% (dez por cento) resultar em fração, esta será arredondada para a parte inteira imediatamente superior.

§ 6º As cotas reservadas para pessoas com deficiência – PcD – só poderão ser utilizadas por estudantes sem deficiência, se não houver oferta de candidatos naquelas condições.

Art. 29. Fica delegada competência à Secretária de Estado da Administração e dos

Recursos Humanos a fixação do quantitativo de cotas a serem disponibilizadas às pessoas com deficiência para os órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações, bem como para o controle da execução do teor do *caput* do artigo 28.

Art. 30. A unidade concedente poderá solicitar assessoria à Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e Altas Habilidades no Rio Grande do Sul – FADERS – para qualificação do campo de estágio para pessoas com deficiência, no que se refere à acessibilidade, mediante assessoria e/ou capacitação para equipes e profissionais de recursos humanos ou atividades afins.

Parágrafo único. A adequação aos novos quantitativos de vagas quando estas já estiverem preenchidas, será efetivada de forma gradual à medida que ocorrerem rescisões de Termos de Compromisso.

Art. 31. O disposto neste Decreto aplica-se, no que couber, aos estudantes estrangeiros, desde que regularmente matriculados em cursos superiores no País, autorizados ou reconhecidos, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

Art. 32. As disposições deste Decreto não se aplicam ao menor aprendiz sujeito à formação profissional metódica do ofício em que exerça seu trabalho, vinculado à empresa por contrato de aprendizagem, nos termos da legislação trabalhista.

Art. 33. O Titular da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos poderá emitir Portarias para resolução dos casos omissos deste Decreto.

Art. 34. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação**,** revogando-se os Decretos nº 38.375, de 7 de abril de 1998, nº 44.060, de 11 de outubro de 2005, nº 44.296, de 20 de fevereiro de 2006 e nº 45.011, de 18 abril de 2007.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 19 de outubro de 2012.

* Publicado no DOE n.º 203, de 22 outubro de 2012.

DECRETO Nº 51.316, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

Institui a Escola em Tempo Integral no Ensino Fundamental dos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual, conforme o disposto na Lei n.º 14.461, de 16 de janeiro de 2014.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 82, incisos V e VII, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Escola em Tempo Integral no Ensino Fundamental dos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual, em conformidade com a Lei n.º 14.461, de 16 de janeiro de 2014.

Parágrafo único. A Escola em Tempo Integral será implantada progressiva e uniformemente na rede pública estadual, constando do Anexo Único deste Decreto a relação dos estabelecimentos de ensino em tempo integral.

Art. 2º A Escola em Tempo Integral tem por objetivo garantir a formação integral do(a) estudante a partir da ampliação da jornada escolar e da oferta de atividades curriculares de caráter cognitivo, cultural e desportivo, com a finalidade de garantir o direito à aprendizagem e o exercício da cidadania.

Parágrafo único. A Escola em Tempo Integral deverá atender os(as) estudantes matriculado(as)s no ensino fundamental, no mínimo, sete horas diárias no estabelecimento de ensino, nos turnos da manhã e tarde, com oferta de quatro refeições diárias, respeitada as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE.

Art. 3º O Plano Pedagógico Curricular da Escola em Tempo Integral será elaborado pela Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 4º Fica autorizado, mediante normatização expedida pela Secretaria da Educação, o repasse adicional de recursos às Escolas em Tempo Integral constantes do Anexo Único deste Decreto, com vista a sua implantação e manutenção, além dos recursos previstos na Lei nº 10.576, de 10 de novembro de 1995, e alterações.

Art. 5º As Escolas em Tempo Integral que oferecem almoço aos(as) estudantes com base no Decreto nº 42.608, de 30 de outubro de 2003, passam a ser regidas pelo presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 21 de março de 2014.

Publicado no DOE nº 056, de 24 de março de 2014.

ANEXO ÚNICO
ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL

1.Escola Estadual de Ensino Fundamental Alberto Bins
Município: Porto Alegre
1ª Coordenadoria Regional de Educação

2. Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria José Mabilde
Município: Porto Alegre
1ª Coordenadoria Regional de Educação

3. Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Heróphilo Carvalho de Azambuja
Município: Porto Alegre
1ª Coordenadoria Regional de Educação

4. Escola Estadual de Ensino Fundamental Júlio Brunelli
Município: Porto Alegre
1ª Coordenadoria Regional de Educação

5. Escola Estadual de Ensino Fundamental Euclides da Cunha
Município: Porto Alegre
1ª Coordenadoria Regional de Educação

6. Escola Estadual de Ensino Médio Poço das Antas
Município: Poço das Antas
2ª Coordenadoria Regional de Educação

7. Escola Estadual de Ensino Médio Santo Antonio
Município: Lajeado
3ª Coordenadoria Regional de Educação
8. Escola Estadual de Ensino Fundamental Darcy Peixoto da Silveira (CIEP)
Município: Cristal
5ª Coordenadoria Regional de Educação

9. Escola Estadual de Ensino Fundamental Wolmar Antonio Salton (CIEP)
Município: Passo Fundo
7ª Coordenadoria Regional de Educação

10. Escola Estadual de Ensino Fundamental Engº Luiz Englert
Município: Sertão
7ª Coordenadoria Regional de Educação
11. Escola Estadual de Ensino Fundamental Thomas Alva Edison Município: São Jerônimo
12ª Coordenadoria Regional de Educação

12. Escola Estadual de Ensino Fundamental Gaston Augusto Santos Cesar (CIEP)
Município: Tapes
12ª Coordenadoria Regional de Educação

13. Escola Estadual de Ensino Fundamental Hilário Mariano Uszacki
Município: Chuvisca
12ª Coordenadoria Regional de Educação

14. Escola Estadual de Ensino Fundamental Doutor Otto Flach (CIEP)
Município: Cerro Largo
14ª Coordenadoria Regional de Educação

15. Escola Estadual de Ensino Médio Irany Jaime Farina
Município: Erechim
15ª Coordenadoria Regional de Educação

16. Escola Estadual de Ensino Fundamental Telmo Motta (CIEP)
Município: Giruá
17ª Coordenadoria Regional de Educação

17. Escola Estadual de Ensino Médio Doutor José Mariano de Freitas Beck (CIEP)
Município: Rio Grande
18ª Coordenadoria Regional de Educação

18. Escola Estadual de Ensino Fundamental Vitellio Gazapina
Município: Santana do Livramento
19ª Coordenadoria Regional de Educação

19. Escola Estadual de Ensino Fundamental Celina Vares Albornoz
Município: Santana do Livramento
19ª Coordenadoria Regional de Educação

20. Escola Estadual de Ensino Fundamental Vergínio Cerutti (CIEP)
Município: Frederico Westphalen
20ª Coordenadoria Regional de Educação

21. Instituto Estadual Padre Francisco Garcia (Polivalente)
Município: São Borja.
35ª Coordenadoria Regional de Educação

22. Escola Estadual de Ensino Fundamental Centenário
Município: Ijuí
36ª Coordenadoria Regional de Educação.

5 – ATOS DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

4.1 – INDICAÇÕES

Indicação nº 40, de 18 de maio de 2011.

Uniformes escolares.

Introdução

O uso de uniformes escolares tem estado na pauta de discussão no meio educacional deste Estado nos últimos tempos. Não só a imprensa tem registrado opiniões de pais, educadores e alunos, mas a própria Assembleia Legislativa examina projeto de lei sobre a matéria.

Historicamente, os uniformes escolares começaram a ser utilizados por volta de 1890 pelos alunos da Escola Normal, responsável pela formação de professores. As demais Escolas passaram a adotar o uniforme, de fato, entre as décadas de 20 e 30, quando as mais tradicionais, seguidas pelas demais instituições de ensino do país, optaram por esse modelo. Nos sistemas de ensino de países circundantes, sua utilização tem sido incrementada, especialmente em Escolas da rede privada, sob o forte argumento de que a visibilidade que proporciona amplia a segurança do aluno. Na Argentina, por exemplo, é comum o uso da vestimenta nos Colégios públicos e, em alguns ambientes escolares, o professor usa o jaleco.

Embora a cultura de utilização de uniformes escolares esteja sedimentada há tanto tempo, não existe unanimidade a respeito da conveniência, necessidade ou vantagem em seu uso. Opiniões e argumentos se perfilam a favor e contra sua adoção.

Esta Indicação examina tais posições, juntamente com outros aspectos inerentes ao tema, para concluir com uma recomendação, em especial, aos gestores das redes públicas de ensino – estadual e municipais – a respeito da matéria.

Aspectos Legais

Considerando o disposto no artigo 3º, inciso VIII, e no artigo 14 da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos artigos 6º e 16 da Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, na Lei estadual nº 10.576, de 14 de novembro de 1995, alterada pela Lei estadual nº 11.695, de 10 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público e dá outras providências, na Lei estadual nº 13.474, de 28 de junho de 2010, que dispõe sobre o combate da prática do *bullying* por instituições de ensino e de educação infantil, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, e no Parecer CEED nº 820, de 09 de dezembro de 2009, que responde consulta sobre a inserção de normas de convivência nos Regimentos Escolares das Escolas de Educação Básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino, não existe fundamento jurídico onde possa ser calcada eventual posição contrária à utilização de uniformes escolares.

Cabe destacar que o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA traz disposições gerais que podem e devem ser cuidadosamente analisadas e que, no caso, apontam para a conveniência do uso do uniforme escolar.

> Art.6º - Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.
>
> [...]
>
> Art.16 – O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

> I – ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; (grifo do relator)

Portanto, de acordo com esse Estatuto, o social deve prevalecer sobre o individual; o público, sobre o particular. E as restrições existem e devem ser respeitadas, uma vez que o Regimento Escolar (conjunto de normas que rege o funcionamento da instituição de ensino), tem força de lei no âmbito de sua competência.

Aspectos Positivos

A utilização dos uniformes não acontece como um fato isolado, nem é um simples adorno fruto da vontade exclusiva da Escola, mas, sim, um importante instrumento pedagógico de prevenção, elemento motivador para a realização de projetos e atividades que abordem a cidadania, o respeito mútuo, o respeito às diferenças, a valorização da escola, o combate à prática do *bullying* e a construção conjunta de normas de convivência, contribuindo para o alcance dos objetivos da Escola e de sua filosofia, expressos em sua proposta pedagógica e em seu regimento escolar.

A adoção dos uniformes escolares é uma construção coletiva, por meio de um processo dialogado de conscientização, envolvendo toda a comunidade escolar, em especial os pais e alunos. Sugere-se a realização de concurso – como já adotado com sucesso em vários municípios gaúchos – para escolha do modelo de uniforme a ser utilizado, tendo como protagonistas desse processo de criação e escolha os próprios alunos.

Pode-se, ainda, salientar como aspectos positivos, decorrentes do uso de uniformes, além dos pedagógicos, os de cunho social, tais como:

a)sentimento de pertencimento ao grupo, fundamental no desenvolvimento psicossocial das crianças e adolescentes;

b) facilidade na identificação dos alunos (dentro e fora da Escola) com o consequente aumento na sua segurança;

c) fator de economia para as famílias;

d) instrumento de prevenção e equidade à distinção de grupos, servindo como mais um fator redutor da violência no âmbito escolar e da prática do *bullying*;

e) propicia a igualdade dos alunos, independentemente de sua condição econômica ou social;

f) aumento da autoestima dos alunos;

g) redução da evasão escolar; e

h) dá um sentido de organização ao ambiente escolar.

Aspectos Negativos

Dentre as razões elencadas, pelos que são contrários ao uso de uniformes, as mais usuais são, além da referência à falta de um estilo mais apurado, a perda da liberdade de escolha da roupa pelo aluno e o alto custo para as famílias carentes.

Ações Propositivas

Implantação do uso do uniforme escolar.

A campanha de conquista do aluno para a adesão ao uniforme deve ser precedida de várias ações que criem um vínculo de afeto com sua Escola, provocando uma real satisfação, ao ser identificado pelo uniforme, como pertencente ao seu corpo discente.

É recomendável que a implantação dos uniformes se efetue de forma gradativa, iniciando pelo 1º ano do ensino fundamental, estendendo-se progressivamente até o último ano do ensino médio. Esse processo, mesmo mais demorado, é preferível a uma implantação imediata em todos os níveis, por evitar possíveis reações mais exacerbadas por quem for contrário a sua adoção.

Nas Escolas Públicas Estaduais, a aprovação deve ser feita pelos Conselhos Escolares (conforme previsto na Lei estadual nº 10.576, de 14 de novembro de 1995, Lei da Gestão Democrática do Ensino Público). Nas Escolas Públicas Municipais, serão observadas, para a referida aprovação, as normas do respectivo sistema ou rede de ensino.

Cumpre alertar que, no caso de o aluno comparecer à Escola, seja ela da rede estadual ou municipal, sem o uniforme escolar ou parte dele, não lhe deve ser barrado o ingresso à sala de aula, pois, nesse caso, o direito ao ensino lhe estaria sendo vedado.

As Escolas privadas, por sua vez, que adotam uniforme de uso obrigatório pelos alunos – e uma vez que os pais ou responsáveis, ao efetuarem as matrículas de seus filhos, tenham ficado cientes dessa obrigatoriedade – podem impedir o acesso do aluno à sala de aula, mas não podem impedir seu acesso à Escola, uma vez que são responsáveis pela segurança do aluno que comparece, esteja ou não de uniforme.

2. Aprovação e apoio à iniciativa pelas Entidades Mantenedoras.

Convém que a Escola busque conjugar seus esforços para a implantação do uso de uniformes escolares por meio da realização de um trabalho conjunto com as instâncias de representação da comunidade escolar – Conselhos Escolares, Círculos de Pais e Mestres, Associações de Pais e Mestres e Grêmios Estudantis –, bem como com as diversas instâncias de representação comunitária de seu entorno, como Associações de moradores, Clubes de serviço e outros.

Além disso, é recomendável a articulação de um trabalho em rede entre a Escola e as Instituições e Organismos que desenvolvem projetos ligados à educação, tais como: “OAB – Vai à Escola”, da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Rio Grande do Sul; “Escola Luz”, do Ministério Público e o “Programa de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD”, da Brigada Militar, ressaltando a utilização do uniforme como instrumento de prevenção da violência.

Possíveis Fontes de Financiamento

Diversos projetos de lei tramitam, tanto na esfera federal, estadual, como nas Câmaras de Vereadores, propondo fontes de recursos, para o financiamento da aquisição de uniformes. O público-alvo são as famílias carentes, cujos filhos estão matriculados nas redes públicas de ensino, tratando essa questão como uma política afirmativa de inclusão e incentivo à permanência dos alunos nas Escolas.

Apoio da iniciativa privada por meio de projetos de responsabilidade social.

De acordo com o Instituto Ethos, “responsabilidade social empresarial”:

> É a forma ética e responsável [com] que a empresa desenvolve todas as suas ações, suas políticas, suas práticas, suas atitudes, tanto com a comunidade quanto com o seu corpo funcional. Enfim, com o ambiente interno e externo à organização, e com todos os agentes interessados no processo.
>
> (Disponível em http://www1.ethos.org.br/Ethos Web /pt/ 29 /o_que_e_rse /o_que_e_rse.aspx)

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (Disponível em http://www.ipea.gov.br/acaosocial/inicio.html), no ano de 2004, aproximadamente 600.000 empresas no Brasil aplicaram, voluntariamente, cerca de 4,7 bilhões de reais que correspondiam a 0,27% do PIB brasileiro naquele ano, realizando ações sociais em benefício das comunidades.

Outra fonte de custeio para aquisição dos uniformes escolares são os fundos especiais, produto de receitas especificadas que, por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação – art.71, da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 –, tais como o Fundo Estadual/Municipal da Criança e do Adolescente e da Assistência Social que podem vir a ser acessados, mediante a elaboração e encaminhamento de projetos, tanto pelo poder público, como pelos Círculos de Pais e Mestres ou pelas Associações de Pais e Mestres – como entidades de direito privado, sem fins lucrativos.

Conclusão

A análise da matéria permite a este Conselho inferir que, sob todos os prismas, os resultados positivos advindos da adoção do uniforme escolar ultrapassam os argumentos que lhe são contrários.

Cada Escola, dentro de suas características e consoante sua realidade, saberá encontrar, de forma democrática, as alternativas necessárias para viabilizar este instrumento de inclusão social, de prevenção da violência e de insegurança que atinge o âmbito escolar. A adoção do uniforme escolar pode servir de alavanca motivadora de um esforço conjunto da sociedade gaúcha na busca da "Cultura da Paz", conforme prevista pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO e que contempla, entre seus objetivos, o respeito à vida, a promoção da igualdade entre homens e mulheres, o fim da violência e a promoção e prática da não-violência or meio da educação.

Assim sendo, a Comissão de Legislação e Normas propõe ao Plenário a aprovação desta Indicação com a recomendação, em especial, aos gestores das redes públicas de ensino para que apoiem e incentivem a utilização de uniformes escolares.

Em 18 de novembro de 2014.

Raul Gomes de Oliveira Filho – relator
Dorival Adair Fleck
Domingos Antônio Buffon
Dulce Mirian Delan
Hilda Regina Silveira Albandes de Souza
Neiva Matos Moreno
Ruben Werner Goldmeyer

Aprovada, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 18 de maio de 2011.

Sonia Maria Nogueira Balzano
Presidente

INDICAÇÃO Nº 41/2013

Orienta quanto ao uso de câmeras de vídeo nas dependências internas das instituições que integram o Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

RELATÓRIO

O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul foi convidado a participar de audiência pública na Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 28 de maio deste ano, cujo tema foi o uso de câmeras de vigilância nas salas de aula das escolas do Sistema Estadual de Ensino.

Na oportunidade, participaram segmentos da educação do Rio Grande do Sul que discorreram sobre o assunto, enfocando concepções pedagógicas, legais e de segurança que alicerçaram uma avaliação predominantemente contrária ao uso desse recurso nas salas de aula das instituições de ensino. Naquele momento, o CEEd não emitiu opinião conclusiva sobre as câmeras, porque ainda não havia discutido o assunto.

Tanto a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa como o Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul - SINPRO/RS propuseram que o Egrégio Conselho analisasse a matéria e se manifestasse para o Sistema Estadual.

Essa proposta motivou a Presidência do Conselho a instalar, pela Portaria nº 17, de 21 de junho de 2013, Comissão Especial com essa finalidade.

ANÁLISE DA MATÉRIA

O SINPRO/RS realizou, em todo o Estado, levantamento preliminar sobre a utilização de câmeras em sala de aula desde a educação infantil até o ensino superior. Esse levantamento apontou, inicialmente, a existência de câmeras nas salas de aula em 44 escolas que oferecem exclusivamente educação infantil, 48 escolas de educação básica e 19 instituições de ensino superior.

Movidas pelo avanço tecnológico, algumas instituições de ensino adotam, cada vez mais, esse recurso, exigindo que se reflita sobre as razões do seu uso e seus reflexos na educação.

Esse procedimento não está em sintonia com o desenvolvimento de um trabalho autônomo e adequado dos docentes e fere o direito à intimidade e liberdade, expondo alunos e professores.

Agregam-se às ponderações acima reflexões fundamentadas na legislação e em concepções pedagógicas que levam este Conselho a se pronunciar sobre a utilização desses instrumentos nas dependências das escolas.

A fundamentação legal que ampara o pronunciamento deste Colegiado consubstancia-se na Constituição Federal de 1988 que, no artigo 5º, estabelece: "São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".

A extensão da proibição acima mencionada fica evidente quando nos assessoramos de pronunciamento da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, “PARECER Nº 15426/2010/ESCOLAS PÚBLICAS. CÂMERAS DE VÍDEO PARA FINS DE SEGURANÇA” que define os conceitos de “intimidade”, “vida privada” e “imagem” presentes na Constituição brasileira.

O Parecer em tela define “intimidade” como “relações subjetivas e de trato íntimo da pessoa, suas relações familiares e de amizade.” Por “vida privada” o mesmo documento afirma ser o que

“envolve todos os demais relacionamentos humanos, inclusive os objetivos, tais como relações comerciais, de trabalho, de estudo". A “imagem” é caracterizada como “’um conjunto de traços e caracteres que distinguem e individualizam uma pessoa no meio social’. Assim, a imagem é um dos atributos da personalidade, que confere, com maior força, caráter individual ao ser humano.”

Ao concluir a análise da matéria, o Parecer em pauta afirma, na letra “c”, ser imperioso:

> [...] advertir que não é possível a instalação de câmeras nos locais de reserva de privacidade, como, por exemplo, em banheiros, salas de aula, salas dos professores, ambientes de uso privativo dos trabalhadores, salas ou gabinetes de trabalho, vestiários, dentre outros. Nestes espaços, há que se preservar a intimidade e a imagem dos alunos e servidores sob pena de malferimento de seus direitos fundamentais.

Na mesma medida, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, reafirma, no artigo 17, Capítulo II - Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade”, preceitos constitucionais como:

> Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da **imagem**, da **identidade**, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos **espaços** e objetos pessoais.” [grifo nosso]

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no artigo 3º, incisos II e III, estabelece direitos em relação ao ensino e à forma como deve ser ministrado: “Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; [...] III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;”.

Nenhum dos direitos acima elencados pode conviver com aparatos de vigilância e cerceamento da liberdade de ensinar e aprender em ambiente de respeito e confiança entre os sujeitos que dele fazem parte.

Embora tenhamos analisado princípios presentes no aparato legal brasileiro, estes não se dissociam da função pedagógica/formativa da educação institucional que remete, segundo a LDBEN, no TÍTULO II - Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, para: “Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade **o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania** e sua qualificação para o trabalho.” [grifo nosso]

O exercício da cidadania pressupõe uma educação que privilegie o acesso ao conhecimento num ambiente de respeito mútuo e de assunção, pelos sujeitos, de suas responsabilidades e seus deveres não pela coerção e pelo medo, mas pela conscientização.

O Conselho Nacional de Educação, por meio do Conselho Pleno, emitiu o Parecer CNE/CP nº 8/2012, que define “Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos”, no qual afirma:

> a Educação em Direitos Humanos requer a construção de concepções e práticas que compõem os Direitos Humanos e seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana, [e] **se destina a formar crianças, jovens e adultos para participar ativamente da vida democrática e exercitar seus direitos e responsabilidades na sociedade**, **também respeitando e promovendo os direitos**

> **das demais pessoas**. É uma educação integral que visa **o respeito mútuo**, pelo outro e pelas diferentes culturas e tradições.
> [...]
> Reconhecer e realizar a educação como direito humano e a Educação em Direitos Humanos como um dos eixos fundamentais do direito à educação exige posicionamentos claros quanto à **promoção de uma cultura de direitos**. [grifo nosso]

O mesmo documento afirma que a Educação em Direitos Humanos tem por por base a formação "ética, crítica e política". A ética refere "à formação de atitudes orientadas por valores humanizadores, como a dignidade da pess oa, a liberdade, a igualdade, a justiça, a paz, a reciprocidade entre povos e culturas", elementos que servem como parâmetro ético-político e orientam os "modos de ser e agir individual, coletivo e institucional." Já, a função crítica está vinculada "ao exercício de juízos reflexivos sobre as relações entre os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos" e a função política está "pautada numa perspectiva emancipatória e transformadora dos sujeitos de direitos." Tendo como propósito o empoderamento, a organização e participação "na sociedade civil de grupos e indivíduos situados à margem de processos decisórios e de construção de direitos [...]", incluídas aqui não somente as minorias desfavorecidas, mas as crianças, jovens e adolescentes, partícipes de um mundo adultocêntrico que, nas suas práticas, minimiza as contribuições desses sujeitos, desautorizando-os.

Questionando a vigilância, o controle e a racionalização espacial possibilitada pelo uso das câmeras em sala de aula e nos espaços internos das escolas, o que se propugna é uma educação fundada no princípio da responsabilidade ensinada e aprendida nas relações institucionais sob a égide da confiança necessária à vivência de experiências educativas alicerçada no exercício dos direitos e dos deveres do cidadão praticados no ambiente escolar.

Se o argumento do uso dos equipamentos eletrônicos tem aspecto disciplinador, perde legitimidade, pois pode ser um registro descontextualizado, passível de interpretações equivocadas e, portanto, questionável na avaliação da relação professor e aluno e dos alunos entre si.

A escola é o locus privilegiado do exercício da função educativa e deve, em sua proposta pedagógica e no Regimento Escolar elaborado pela comunidade, estabelecer as normas de convivência, como princípio educativo e pedagógico.

O Parecer CEED nº 820, de 09 de dezembro de 2009, que trata das Normas de Convivência no espaço da escola, ensina que elas,

> Sempre de cunho pedagógico, necessitam ser entendidas como um conjunto de procedimentos que orientam as relações interpessoais que ocorrem no âmbito escolar, sendo o resultado de uma construção coletiva ao envolver os segmentos que compõem a comunidade escolar e se fundamentam nos princípios da solidariedade, da ética, da pluralidade cultural, do respeito às diferenças, da autonomia e da gestão democrática.

Baseado no exposto, o uso de câmeras pode ser nocivo, por interferir na autonomia da ação do professor, bem como na relação que deve ser construída entre os sujeitos, de forma pedagógica, garantindo o bom desenvolvimento das atividades.

Os alunos, sujeitos de direitos e responsabilidades individuais e coletivas, devem respeitar as normas, não por que estão sendo filmados, mas porque faz parte do crescimento pessoal a construção de valores que pautam o convívio social.

O uso de câmeras nas escolas de educação infantil no “senso comum” parece razoável. Crianças pequenas não falam, não conseguem reclamar, os pais ficam ansiosos, não conseguem se distanciar dos filhos. Alguns optam, inclusive, pela escola por oferecer essa possibilidade, adendando um status para a escola, mas, o que parece ser um benefício poderá ser altamente danoso, pois expõe crianças de 0 a 5 anos na sua intimidade, em relação ao seu desenvolvimento no convívio com os outros/crianças e adultos.

Nessa faixa etária, é fundamental o desenvolvimento das dimensões física, emocional, intelectual e social.

A Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, do Conselho Nacional de Educação, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, quando trata das práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular, estabelece como eixos norteadores as interações e a brincadeira. O artigo 9º, item I, propõe que haja “a promoção do conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelo ritmos e desejos das crianças”.

Essas experiências precisam se desenvolver na intimidade, respeitando ritmos da criança, sua individualidade, considerando com atenção o momento da criança. Observadas de forma descontextualizadas, são passíveis de interpretações errôneas por quem não participa desse processo.

As relações de afeto, cuidado e educação de professores e demais profissionais, na interação e desenvolvimento das brincadeiras com as crianças, ao serem filmadas e observadas, inclusive em ambientes externos da escola, perdem a espontaneidade e estão expostas a situações constrangedoras. O acesso on-line pode expor as crianças ao risco de suas imagens serem utilizadas de forma indevida.

Tanto na educação infantil, quanto no ensino fundamental, ensino médio e educação superior é importante que todas as ações convirjam para a confiança na capacidade de professores e alunos construírem conhecimento, aprendizagens e um relacionamento centrado nas múltiplas possibilidades de ascensão intelectual e social.

Segundo Lucas Melgaço, na publicação em O Social em Questão - Ano XV - nº 27 - 2012, sob o título “Estudantes sob controle: a racionalização do espaço escolar através do uso de câmeras de vigilância”,

> as gravações fazem com que uma ação antes restrita a um momento e a um local possa se perdurar no tempo e no espaço. Aquilo que antes pertencia apenas à memória (...) do professor pode agora ser visto e revisto infinitas vezes. Ademais, as imagens podem ser transmitidas em lugares diferentes daqueles onde foram produzidas e, por estarem fora de contexto, podem gerar interpretações destorcidas e punições injustas.

A escolha da escola pelos pais deve basear-se no conhecimento das suas condições físicas, projeto político-pedagógico, habilitação e contratação de professores e de outros profissionais qualificados. Nesse momento, o importante é investigar se a escola possui o Alvará da Vigilância Sanitária, o Alvará do Corpo de Bombeiros, se é credenciada e autorizada pelo Conselho Estadual ou Municipal, quando o município possui Sistema próprio.

No momento da escolha da escola para os seus filhos, há questionamentos pedagógicos e de estrutura importantes que devem ser feitos pelos pais à Direção e não se a escola possui câmeras de vídeo.

Também é preciso considerar que as imagens captadas na sala de aula referentes ao planejamento e execução do ato educativo são de autoria do professor, que planeja sua aula atendendo às especificidades e necessidades de seus alunos. Tais imagens são de propriedade intelectual do docente e não podem ser utilizadas se não com o fim a que se propõem: a execução de um planejamento atendendo a um determinado momento e um determinado objetivo. Vistas assim, sem esta contextualização, tornam-se artificiais e passíveis de interpretações equivocadas por terceiros, externos ao ato educativo, bem como ferem os direitos autorais.

Este Conselho, no entanto, entende que o uso de câmeras nos acessos e espaços externos das instituições pode representar cuidado com a segurança da comunidade escolar.

Por fim, a escola que utiliza câmeras de vigilância em suas dependências internas pode gerar dúvidas quanto à sua capacidade educacional e pedagógica, admitindo a possibilidade de ações impróprias, que ferem a legalidade em um ambiente privilegiado para a aprendizagem como o da sala de aula. Esse uso pode indicar desconfiança em relação aos professores e alunos e a capacidade destes em construir uma relação baseada na autonomia. Aposta em mecanismo de controle que pauta os indivíduos pelo medo, ou cerceamento e não pelo estímulo, confiança, autonomia no desenvolvimento da aprendizagem. A instituição que se propõe desenvolver educação deve pressupor que o seu fazer pedagógico está baseado na confiança e nas múltiplas possibilidades de aprendizagem de alunos e professores.

CONCLUSÃO

Este Conselho entende que uma educação de qualidade é pautada na relação transparente e de confiança entre Direção, professores alunos e pais e que a construção de conhecimentos acontece sem o controle de instrumentos de vigilância, razão pela qual orienta que não sejam utilizadas câmeras de vídeo nas dependências internas das instituições que integram o Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

Em 03 de setembro de 2013.

Cecilia Maria Martins Farias - relatora
Angela Maria Hübner Wortmann - relatora
Celso Floriano Stefanoski - relator
Maria Otília Kroeff Susin - relatora
Neiva Matos Moreno – relatora

Aprovada, por maioria, na sessão plenária de 11 de setembro de 2013, com abstenção dos Conselheiros Raul Gomes de Oliveira Filho e Ruben Werner Goldmeyer.

Augusto Deon
Presidente

INDICAÇÃO Nº 42, de 18 de setembro de 2013.

Manifesta-se sobre a relevância da aplicação da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente - FICAI, com vistas à garantia do direito à educação a todos os estudantes das escolas do Sistema Estadual de Ensino.

O Conselho Estadual de Educação – CEEd, por deliberação de seu Colegiado, vem atuando de forma comprometida e permanente na busca do aprimoramento e materialização da FICAI. Participando de diversos encontros, bem como de outros espaços e instâncias que tratam do assunto em tela e instado pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, através do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões, emite a presente Indicação.

Em documento referente ao direito dos estudantes de permanecer na escola, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul refere que, tanto a Constituição Federal de 1988, quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1989, garantem este direito e permitem a sua operacionalização com base:

> [...] novas relações institucionais que superam práticas individualizadas e permitem inserir a sociedade na discussão para detectar as causas e encontrar meios de possibilitar o retorno e a frequência do aluno às aulas, integrando todas as forças para mantê-lo na Escola. (MP/RS, 2013)[1]

Somar esforços e assumir as respectivas competências neste processo se justifica na medida em que "[...] o sucesso no processo de aprendizagem está diretamente ligado à permanência da criança e do adolescente na sala de aula." (MP/2013/CAOJIJ)

A Constituição Federal de 1988 garante o direito de toda criança, adolescente e jovem estar na escola, bem como estabelece que o mesmo deve ser assegurado pelo Estado quando afirma que a educação dos 04 aos 17 anos é direito público subjetivo, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade própria, conforme estabelece o artigo 208, inciso I e §§ 1º e 3º:

> Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
>
> I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
>
> [...]
>
> § 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.
>
> [...]
>
> § 3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

A Lei federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, reafirma e amplia o estabelecido na CF/88:

> Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

[1] MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, www.mprs.mp.br/ acessado em 26 de agosto de 2013.

> I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
>
> [...]
>
> V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
>
> [...]
>
> Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:
>
> I - maus-tratos envolvendo seus alunos;
>
> II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
>
> III - elevados níveis de repetência.
>
> [...]
>
> Art. 86. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Ainda na defesa da garantia do direito à educação está a Lei federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, encarrega os municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União, de zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência dos estudantes à escola, estabelecendo que a negligência da autoridade na garantia da oferta do ensino obrigatório é crime de responsabilidade. A mesma Lei incumbe aos pais o dever de efetuar a matrícula de seus filhos a partir dos 4 (quatro) anos de idade na educação infantil.

Na LDBEN, esses preceitos constam nos artigos:

> Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.
>
> [...]
>
> III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.
>
> [...]
>
> § 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.
>
> [...]
>
> Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.

A Resolução CEED nº 233, de 26 de novembro de 1997, que regula o controle de frequência escolar nos estabelecimentos de educação básica, nos níveis fundamental e médio, do Sistema Estadual de Ensino, em seu art. 6º, dispõe que poderão ser exigidas atividades complementares, no decorrer do ano letivo, dos alunos que ultrapassarem o limite de faltas às atividades escolares, cabendo à escola fixar, em seu Regimento Escolar, as formas e modalidades de oferecimento das atividades complementares compensatórias de infrequência. A oferta dessas atividades escolares é mais uma oportunidade de resgate e incentivo aos estudantes infrequentes para que voltem à escola e tenham condições de retomar suas atividades escolares.

Embora exista normatização legal com vistas à permanência dos estudantes na escola, ainda convivemos com índices de evasão e abandono escolar na educação básica que justificam nossa preocupação e exigem medidas que venham a garantir os direitos da criança e adolescente a uma educação de qualidade.

O Censo Escolar do MEC/INEP[2] registra:

ENSINO FUNDAMENTAL/RS- 2012

Escolas	***Estaduais***	***Municipais***	***Particulares***
MATRÍCULA INICIAL	612.297	697.396	143.466
TAXA REPROVAÇÃO	13,8%	11,5%	3,4%
TAXA ABANDONO	1,6%	1,3%	0,2%

ENSINO MÉDIO/RS - 2012

Escolas	***Estaduais***	***Municipais***	***Particulares***
MATRÍCULA INICIAL	342.487	5.979	44.541
TAXA REPROVAÇÃO	17,9%	20,1%	8,1%
TAXA ABANDONO	11,7%	16,7%	0,5%

Para Márcia Maria Sulzbach (2011)[3], muitos são os fatores que levam a situações de abandono escolar, quais sejam: trabalho infantil e juvenil; violência intrafamiliar, na comunidade ou na escola; dificuldades financeiras para custear transporte, vestuário adequado e outras necessidades; falta de perspectiva do adolescente e da família; invisibilidade para com a criança e o adolescente, causada pela indiferença e descaso da família, da escola, do poder público e da sociedade; repetência escolar; falta de valorização do ensino e da escola e a escola pouco interessante, currículo e propostas pedagógicas que não interagem com o aluno. Estas dificuldades precisam ser enfrentadas com alternativas que passam não só pela educação, mas por políticas públicas integradas para a infância, adolescência e família.

No entanto, paralelamente aos encaminhamentos de políticas que venham a atender demandas originadas pela desigualdade social presente na nossa sociedade, é necessário fortalecer ações que visem à permanência do estudante na escola por meio de instrumentos como a Ficha de Comunicação do Aluno Infreqüente - FICAI.

A garantia do direito do aluno a uma educação de qualidade está relacionada a muitos fatores, dentre eles, o da frequência à escola, o que levou autoridades e educadores a tomarem medidas de fortalecimento da FICAI.

Nesse sentido, em 29 de agosto de 2011, foi firmado o novo "Termo de Cooperação" entre Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria Estadual de Educação, Conselho Estadual de Educação, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação-RS, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – RS, Associação dos Conselhos Tutelares – RS, Federação das Associações dos

[2] Informações disponíveis no site www.educacao.rs.gov.br. Acesso em 05 de setembro de 2013.
[3] Professora, representante da Secretaria de Estado da Educação, junto ao Comitê Estadual da FICAI.Chefe da Divisão do DEPLAN/Seduc, em palestra proferida no ano de 2011.

Municípios do Estado do Rio Grande do Sul e ~~o~~ Conselho Estadual de Assistência Social, o qual buscou a consolidação da Ficha de Comunicação do Aluno infrequente – FICAI.

Apesar das alterações inseridas no Termo de Cooperação vigente, persistia uma das maiores críticas à FICAI, a morosidade na sua utilização, sendo buscada a alternativa da operacionalização eletrônica do documento para atingir o seu objetivo com maior brevidade.

Em 2012, quando a FICAI completou 15 anos de existência, os Órgãos e entidades participantes do Termo de Cooperação deliberaram pela informatização on line do instrumento.

Dessa forma, além da agilidade na operacionalização, pode se destacar a segurança, a transparência e a uniformização na atuação dos envolvidos. Como resultado dessa nova modalidade, que está em fase final de implementação, verificou-se o retorno mais rápido do aluno à escola, bem como a adoção das providências necessárias para salvaguardar direitos eventualmente violados.

Outra relevante inovação foi a criação de uma equipe interinstitucional em âmbito estadual e municipal, com atuação permanente e dinâmica, de forma horizontal e democrática, composta por diversas instituições integrantes da Rede de Apoio à Escola/RAE, unidas em torno de um objetivo comum, ou seja, o sucesso da FICAI.

A partir de toda a legislação que salvaguarda os direitos da criança e do adolescente, não há como colocar em dúvida a necessidade de seu cumprimento de forma efetiva, por todos os órgãos e entidades responsáveis pela efetivação da FICAI.

O amparo legal aqui analisado permite afirmar que o retorno do aluno infrequente à escola é parte do cumprimento de um dever estabelecido em lei que não pode ser visto como opcional, pelos gestores da educação, pelas escolas, pelos Conselhos Tutelares ou mesmo pelos Conselhos de Educação, da Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Entretanto, não é suficiente proclamar direitos por meio de leis, sendo indispensável que estes direitos se concretizem na prática. A luta pela implementação da FICAI e o empenho de todos os órgãos e entidades responsáveis pela rede de proteção à infância e juventude é um exemplo disso.

A Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente busca, ao garantir o direito à educação de qualidade para todos os estudantes, criar uma nova cultura que considere a importância da presença do aluno nos duzentos dias letivos da escola, bem como valorize a presença das famílias ou responsáveis, chamando a atenção para o prejuízo que as ausências trarão para a formação, a construção do conhecimento e da aprendizagem dos estudantes.

Os documentos oficiais do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação avançaram muito na concepção de educação e somaram a ela o cuidado que deixa de ser uma característica da educação infantil, passando a fazer parte do ensino fundamental e médio.

Portanto, o binômio indissociável “cuidado e educação” não é um atributo exclusivo da educação infantil, mas de toda a educação básica. Cuidar é zelar pelo aluno, é somar esforços, é “abraçar o aluno com os braços da proteção” e da inclusão, para que realmente se torne um sujeito de direitos, competente, crítico e criativo, capaz de transformar a sociedade em que vive tornando-a mais justa, mais humana e mais igualitária.

Neste sentido, o Conselho Estadual de Educação manifesta-se sobre a relevância da aplicação da Ficha de Comunicação do Aluno Infreqüente – FICAI, com vistas à garantia do direito à educação a todos os estudantes das escolas do Sistema Estadual de Ensino.

Em 11 de setembro de 2013.

Maria Otilia Kroeff Susin - relatora

Raul Gomes de Oliveira Filho – relator

Aprovada, por maioria, na sessão plenária de 18 de setembro de 2013, com abstenção do Conselheiro Daniel Vieira Sebastiani.

Augusto Deon
Presidente

5.2 - PARECERES

Parecer CEED nº 194/2011

Orienta o Sistema Estadual de Ensino sobre a organização curricular do Ensino Fundamental de

nove anos, face ao disposto no Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e na Resolução CNE/CEB nº 7/2010, especificamente quanto à organização dos três anos iniciais do ensino fundamental.

RELATÓRIO

Considerando os inúmeros questionamentos encaminhados a este Conselho sobre os efeitos da Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010, que "Fixa Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.", em especial o disposto nos seus artigos 30 e 49 que se transcrevem a seguir com grifos da relatora:

> Art. 30 Os três anos iniciais do Ensino Fundamental devem assegurar:
>
> I – a alfabetização e o letramento;
>
> II – o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, a Literatura, a Música e demais artes, a Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, da Ciência, da História e da Geografia;
>
> III – a continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no Ensino Fundamental como um todo e, particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro.
>
> § 1º Mesmo quando o sistema de ensino ou a escola, no uso de sua autonomia, fizerem opção pelo regime seriado, será necessário considerar os três anos iniciais do Ensino Fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo sequencial não passível de interrupção, voltado para ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos.
>
> § 2º Considerando as características de desenvolvimento dos alunos, cabe aos professores adotar formas de trabalho que proporcionem maior mobilidade das crianças nas salas de aula e as levem a explorar mais intensamente as diversas linguagens artísticas, a começar pela literatura, a utilizar materiais que ofereçam oportunidades de raciocinar, manuseando-os e explorando as suas características e propriedades.
>
> [...]
>
> Art. 49 O Ministério da Educação, em articulação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, deverá encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública nacional, proposta de expectativas de aprendizagem dos conhecimentos escolares que devem ser atingidas pelos alunos em diferentes estágios do Ensino Fundamental (art. 9º, § 3º, desta Resolução).
>
> Parágrafo único. Cabe, ainda, ao Ministério da Educação elaborar orientações e oferecer outros subsídios para a implementação destas Diretrizes,

a Comissão de Ensino Fundamental, após estudo, no seu âmbito, do Parecer CNE/CEB nº 11/10 e da Resolução CNE/CEB nº 07/2010, encaminhou, inicialmente, debate conjunto do Colegiado sobre o assunto e após solicitou a ampliação da discussão, pelo Grupo de Estudos e Debates Permanente - Regime de Colaboração, com os órgãos e entidades que o compõem (CEED/RS - Conselho Estadual de Educação, SE/RS - Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, CONSEME/UNDIME - Conselho dos Secretários Municipais de Educação/União dos Dirigentes Municipais de Educação e UNCME - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação/Rio Grande do Sul e o SINEPE/RS – Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado no Estado do Rio Grande do Sul), a pedido, o que ocorreu no dia 21 de janeiro de 2011.

Em consequência, embasam a análise e a conclusão da Comissão de Ensino Fundamental, neste Parecer, os pronunciamentos anteriores deste Conselho a respeito da organização curricular do Ensino Fundamental de nove anos, bem como as preocupações manifestadas pelos participantes acima citados.

2 – O Conselho manifestou-se sobre a organização curricular do ensino fundamental de nove anos nos Pareceres CEED nº 752/2005, nº 644/2006 e nº 487/2008, dos quais se destacam as posições que se transcrevem a seguir, com grifos da relatora:

2.1 – Parecer CEED nº 752/2005:

Item 12. O 1º ano do ensino fundamental de nove anos deverá ser desenvolvido como processo de aprendizagem de forma lúdica, respeitando a faixa etária das crianças, sua unicidade e sua lógica. A escola deve disponibilizar espaços, brinquedos, materiais didáticos e equipamentos que configurem o ambiente alfabetizador compatível com o desenvolvimento da criança nessa faixa etária.

A avaliação deve ser diagnóstica, voltada para o acompanhamento do desenvolvimento da criança em seu processo de alfabetização de forma contínua e sistemática e expressa em Parecer Descritivo, sem a retenção do aluno.

2.2 – Parecer CEED nº 644/2006:

Item 22 – Ao elaborar a proposta de Regimento Escolar para o ensino fundamental de nove anos de duração, o estabelecimento de ensino deve considerar que os nove anos correspondem ao tempo de duração do ensino fundamental e optar por uma única forma de organização curricular para o ensino fundamental de nove anos de duração, sendo que as formas de organização curricular estão previstas no Artigo 23 da LDBEN e expressas no Parecer CEED nº 740/1999.

Item 23 – Na elaboração da proposta de Regimento Escolar para o ensino fundamental de nove anos de duração, o estabelecimento de ensino deverá expressar a avaliação por Parecer Descritivo, sem a retenção do aluno no 1º ano do ensino fundamental de nove anos.

2.3 – Parecer CEED nº 487/2008

O Parecer CEED nº 644, de 31 de agosto de 2006, que orientou o Sistema Estadual de Ensino sobre a ampliação do ensino fundamental para nove anos de duração, no item 22, ratificou a duração do ensino fundamental para nove anos e dispôs que o estabelecimento de ensino, ao elaborar proposta de Regimento Escolar para esse curso, deveria optar por uma única forma de organização curricular para o ensino fundamental de nove anos de duração.

2 – A Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, todavia, conferiu autonomia às escolas quanto à forma de organização da educação básica, nos termos do caput do art. 23.

3 – Nesse sentido, o Conselho Estadual de Educação reconhece o direito de os estabelecimentos de ensino, ao elaborarem o seu Regimento Escolar, definirem livremente a forma de organizar o currículo do ensino fundamental.

3 – Cabe ainda referir dispositivos da LDB, relativamente à organização curricular do ensino fundamental, nos artigos que se destacam a seguir, com grifos da relatora:

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

> Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão,
>
> (...)
>
> § 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.
>
> § 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

ANÁLISE DA MATÉRIA

4 – Embora as novas Diretrizes Curriculares Nacionais, de caráter pedagógico abrangente, exijam dos órgãos normativos manifestação a seus sistemas de ensino sobre as políticas educacionais propostas, que preveem adequações das escolas, seus currículos, metodologias, processo de ensino e aprendizagem e avaliação, e consequentemente de suas propostas pedagógicas, planos de estudos e regimentos, este Conselho entende que seria precipitada qualquer determinação ao Sistema para o início do próximo ano letivo, dadas as circunstâncias de férias de alunos e professores e a possibilidade de planejamento já elaborado para 2011, além da necessidade de um estudo mais aprofundado das diretrizes, pelo Colegiado, bem como de discussão com a comunidade escolar e a sociedade.

Entretanto, face aos questionamentos e preocupações da comunidade educacional, dado o caráter mandatório do artigo 30 da Resolução CNE/CEB nº 7/2010, este Conselho sente-se no dever de emitir posição oriunda das discussões realizadas e da análise contextual das possíveis consequências da implantação imediata do "bloco pedagógico", proposto para os três primeiros anos do ensino fundamental. É importante considerar a experiência de cada escola, seu alunado, corpo docente e contexto sociocultural.

Entende-se essa mudança como parte integrante do conjunto das políticas educacionais anunciadas no conteúdo das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e nelas perfeitamente integrada. Tais mudanças, de forte caráter pedagógico, pressupõem alterações bem mais profundas do que apenas a organização curricular dos três anos iniciais em um bloco sem interrupções, e demandam tempo para a preparação e capacitação de professores e para a reformulação da proposta pedagógica da escola com a participação da comunidade escolar.

5 – Considerando os estudos e as discussões realizadas, conclui-se:

Mesmo de caráter mandatório, a norma não é de implantação imediata, pois, no conjunto das diretrizes, a manifestação do Ministério da Educação (Art.49 da Res. 7/2010) indica a necessidade de "consulta pública nacional" em articulação com os Estados e Municípios, relativamente à "proposta de expectativas de aprendizagem dos conhecimentos escolares que devem ser atingidas pelos alunos em diferentes estágios do ensino fundamental". Além disso, inclui como outra necessidade: "Cabe ao Ministério da Educação elaborar orientações e oferecer outros subsídios para a implementação destas Diretrizes". (grifo da relatora)

Assim, pois, é necessário ter prudência na implantação das normas, por não se poder restringir a mudança curricular à proposição do "bloco pedagógico" nos três primeiros anos do ensino fundamental, simplesmente por eliminar a reprovação, já que essa medida está articulada com outras ações pedagógicas que não permitem correr o risco de transformar um processo complexo de aprendizagem em simples "aprovação automática".

6 – Este Conselho já se manifestou ao Sistema, nos Pareceres citados no item 2, em relação aos primeiros anos do ensino fundamental, garantindo a não retenção na passagem do 1º para o 2º ano, a partir de 2006, em consequência da antecipação do ingresso obrigatório no ensino fundamental a partir dos seis anos de idade.

No entendimento de que é imprescindível respeitar a autonomia dos sistemas de ensino, das mantenedoras e de suas escolas, nos termos dos artigos 23 e 32 (§§ 1º e 2º) da LDB, quanto à elaboração de sua proposta pedagógica e nesta da organização curricular da educação básica, este Colegiado decide por:

6.1 – manter a decisão de não reter o aluno na passagem do 1º para o 2º ano do ensino fundamental;

6.2 – deixar a critério da mantenedora e de suas escolas a não retenção do aluno, do 2º para o 3º ano do ensino fundamental, a partir do ano letivo de 2011;

6.3 – observar o disposto na Resolução CEED nº 288, de 21 de setembro de 2006, no caso de alterações regimentais.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, a Comissão de Ensino Fundamental conclui por orientar o Sistema Estadual de Ensino, no que se refere à organização curricular dos três anos iniciais do ensino fundamental de nove anos, nos termos do item 6 deste Parecer.

Em 27 de janeiro de 2011.

Sonia Maria Nogueira Balzano – relatora
Vera Luiza Rübenich Zanchet
Elcira Lourdes Machado Bernardi
Jane Bohn
Maria Antonieta Schmitz Backes
Marisa Timm Sari
Paulo Ricardo Javiel Rezende
Raul Gomes de Oliveira Filho

Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 28 de janeiro de 2011.

Domingos Antônio Buffon
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

Parecer CEED nº 241/2011

Acolhe a implantação do "Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a

Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA" nas Escolas Técnicas e de Ensino Médio da Rede Pública Estadual do Rio Grande do Sul.

RELATÓRIO

A Secretaria da Educação, por meio da Superintendência da Educação Profissional – SUEPRO – RS, encaminha o Ofício nº 711/2010 com o projeto para a implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação Jovens e Adultos – PROEJA, visando à regulamentação estadual a partir do Decreto federal nº 5.840, de 13 de julho de 2006.

2 - O Decreto federal nº 5.840/2006, que institui, no âmbito federal, o "Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA", amplia a abrangência do Programa para toda a Educação Básica na modalidade EJA, assumindo o PROEJA como um Programa Nacional.

3 - O documento-base da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC define, a partir de teorias de educação em geral e de estudos específicos do campo da EJA, além de reflexões teórico-práticas desenvolvidas tanto na EJA quanto no Ensino Médio e nos cursos de formação profissional, os seguintes princípios:

- Inclusão de população em suas ofertas educacionais;

- Inserção orgânica da modalidade EJA integrada à Educação Profissional nos sistemas educacionais públicos;

- Ampliação do direito à Educação Básica pela universalização do Ensino Médio;

- Trabalho como princípio educativo;

- Pesquisa como fundamento da formação; e

- Condições relacionais de gênero e étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais.

Esse documento enfatiza que a integração entre o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio opera, prioritariamente, na perspectiva de um projeto político-pedagógico integrado. Não obstante o esforço pela integração, sabe-se o quanto é grande a diversidade entre as instituições que executarão essa política educacional, em função de diferenças geográficas, de dependência administrativa, de infraestrutura física e de recursos humanos, entre outras peculiaridades, o que levará, assim, a exigir a articulação entre o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio de forma concomitante.

Entretanto, mesmo nestas situações "excepcionais", é fundamental que seja elaborado um projeto político-pedagógico único, a partir da ação conjunta das instituições que estiverem colaborando no sentido de viabilizar a respectiva oferta. Nesse projeto político-pedagógico interinstitucional único, é imprescindível que se incorporem, ao máximo possível, as concepções, princípios e diretrizes estabelecidas para a oferta integrada.

Dessa forma, no caso da concomitância, as instituições que estiverem colaborando elaborarão, de forma conjunta e prévia ao desenvolvimento da oferta, o respectivo projeto político-pedagógico. Além disso, é importante que a concomitância ocorra desde o início até o final de cada curso, aproximando, tanto quanto possível, esta forma de articulação às ofertas integradas.

4 - A Resolução CNE/CEB nº 3, de 15 de junho de 2010, nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA, define:

> Art 4º Quanto à duração dos cursos presenciais de EJA, mantém-se a formulação do Parecer CNE/CEB nº 29/2006, acrescentando o total de horas a serem cumpridas, independentemente da forma de organização curricular:
>
> [...]
>
> III – Para o Ensino Médio a duração mínima deve ser de 1.200 (mil e duzentas) horas.
>
> Parágrafo único. Para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada com o Ensino Médio, reafirma-se a duração de 1.200(mil e duzentas) horas destinadas à educação geral, cumulativamente com a carga horária mínima para a respectiva habilitação profissional de Nível Médio, tal como estabelece a Resolução CNE/CEB nº 4/2005, [...].
>
> Artigo 6º Observado o disposto no artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 9.394/96, a idade mínima para matrícula em cursos de EJA de Ensino Médio e inscrição e realização de exames de conclusão de EJA do Ensino Médio é 18 (dezoito) anos completos.
>
> Parágrafo único. O direito dos menores emancipados para os atos da vida civil não se aplica para a prestação de exames supletivos.

ANÁLISE DA MATÉRIA

5 - Em relação à proposta em foco, este Conselho orienta que os Cursos de Educação Profissional Técnico de Nível Médio realizados de forma integrada com o Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA devem contar com carga horária mínima de 1.200 horas destinadas à educação geral, cumulativamente com a carga horária mínima para a respectiva habilitação profissional técnica de nível médio, desenvolvidas de acordo com o plano de curso unificado, obedecidas às Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

6 - A Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “Estabelece diretrizes e bases da educação nacional”, na redação dada pela Lei federal nº 11.741, de 16 de julho de 2008, dispõe:

> Art. 36 – C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do caput do art. 36 – B desta lei, será desenvolvida de forma:
>
> I - Integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno.
>
> II – Concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer:
>
> a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
>
> b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de estudos na educação superior.

7 – O Parecer CNE/CEB nº 39, de 8 de dezembro de 2004, estabelece que a articulação entre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e o Ensino Médio, tanto na forma integrada, quanto na forma concomitante, na mesma instituição de ensino ou em instituições distintas, mas integradas por convênio de intercomplementaridade e projeto político-pedagógico unificado, poderá ocorrer tanto em articulação com o Ensino Médio Regular quanto com os Cursos de Educação de Jovens e Adultos de Ensino Médio, objetivando, simultaneamente, a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador (Cf. artigo 3º §2º).

8 – As instituições de ensino ofertantes de cursos e programas do PROEJA serão responsáveis pela estruturação dos cursos oferecidos e pela expedição de certificados e diplomas (Decreto federal nº 5.840/2006).

9 – A Secretaria da Educação deve encaminhar a este Conselho pedido de credenciamento e autorização de funcionamento de Curso vinculado ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, apresentando proposta de Plano de Curso Técnico, contemplando o projeto político-pedagógico único, que poderá ser de duas formas:

a) integrada; ou

b) concomitante.

Face ao exposto, a Comissão Especial de Educação Profissional conclui por acolher a implantação do "Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA", nas Escolas Técnicas e de Ensino Médio da Rede Pública Estadual do Rio Grande do Sul.

Em 02 de março de 2011.

Neiva Matos Moreno – relatora
Indiara Souza
Dorival Adair Fleck
Dulce Miriam Delan
Érico Jacó Maciel Michel
Marco Antônio Sozo

Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 11 de março de 2011.

Domingos Antônio Buffon
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

Parecer CEED nº 335/2011

Responde consulta sobre entendimento de "estudos concluídos com êxito".

RELATÓRIO

Escola estadual sob a jurisdição da 4ª Coordenadoria de Educação encaminha consulta por meio eletrônico e – dada a pertinência da questão apresentada – a Comissão de Legislação e Normas decidiu por responder por meio de Parecer.

2. A consulta está vazada nos seguintes termos:

> - A escola […] possui organização curricular de forma seriada […] assim o aluno que não apresentar aproveitamento […] em um ou mais componente curricular, é dado como reprovado na série e consequentemente repete-a no ano subsequente. (*sic*)
>
> - Em alguns casos o aluno ao repetir a série acaba não obtendo aprovação […] [em] componentes curriculares que o aluno já havia logrado aprovação no ano anterior. […] (*sic*)
>
> Diante do exposto pergunto: - É possível um aluno que ao repetir uma série, mesmo não apresentando desempenho escolar satisfatório para aprovação em determinado componente curricular, ser considerado aprovado "neste componente" por ter logrado aprovação no ano anterior, tendo como respaldo a alínea "d" do art 24 da LDBEN?
>
> Em outras palavras:
>
> - O artigo 24, V, alínea "d", por si só, respalda a manutenção de aprovação em componentes curriculares, nos quais o aluno obteve êxito em anos anteriores, sendo a organização curricular por série?

ANÁLISE DA MATÉRIA

3. Na consulta, estão envolvidos dois conceitos que convêm revisar: o conceito de regime seriado e o conceito de "estudos concluídos com êxito".

4. O "Thesaurus Brasileiro da Educação", disponível na página do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, oferece as seguintes conceituações para o regime seriado:

> 1. Forma de organização de um curso regular ou grau de ensino em séries anuais. (BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Serviço de estatística educacional. Cuiabá: SEC/MT; Rio de Janeiro: FENAME, 1981. 144 p. // DUARTE, Sérgio Guerra. Dicionário brasileiro de educação. Rio de Janeiro: Edições Antares: Nobel, 1986. 175 p.).
> 2. Organização de um currículo em que as atividades e disciplinas teóricas ou práticas são distribuídas em blocos solidários, realizados num determinado período de tempo – a série. Designa-se por série a etapa de um curso ou nível de ensino, cuja organização curricular é disposta em gradação sucessiva correspondente cada uma a um ano letivo. (FONTES em educação: guia para jornalistas. Brasília: Fórum Mídia & Educação, 2001.)
> 3. Embora as disciplinas não possam ser cursadas isoladamente, na maioria dos cursos aceita-se dependência de aprovação em disciplinas da série anterior. (UFMG, 2003)
> 4. Cada uma das etapas de um curso ou grau de ensino, correspondente a um ano letivo. (BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Serviço de estatística educacional. Cuiabá: SEC/MT; Rio de Janeiro: FENAME, 1981. 144 p.)

5. Quanto a "estudos concluídos com êxito", deve-se contrapô-los a "estudos realizados com êxito". Estes últimos conduzem à promoção para a série posterior; aqueles significam o encerramento de uma sequência, com a correspondente emissão do certificado de conclusão ou do Diploma (Ver Resolução CEED nº 273, de 16 de julho de 2003, que "Dispõe sobre exames e estudos concluídos com êxito e dá outras providências").

Não havendo sucesso nos estudos realizados – no regime seriado – resulta a não-promoção, ou retenção, ou, ainda, a reprovação, dependendo da linguagem utilizada no Regimento Escolar.

6. Num regime seriado, tem-se, sempre, que “as atividades e disciplinas teóricas ou práticas são distribuídas em blocos solidários”. Trata-se, assim, de um bloco coeso que não pode ser fracionado. Sendo fracionável, tem-se o “regime de matrícula por disciplina”.

Portanto, se a escola deseja considerar que “estudos realizados com êxito” em determinada série possam ser aproveitados futuramente deve alterar seu regime de matrícula.

7. Entretanto, a escola dispõe de outro recurso valioso para remover a palavra “reprovação” de seu dicionário, mesmo no regime seriado. O artigo 24, inciso III, da Lei federal nº 9.394/1996 estabelece:

> Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:
>
> […]
>
> III - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a seqüência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino;

Este Conselho estabeleceu normas a respeito pela Resolução CEED nº 312, de 03 de novembro de 2010, que “Disciplina o processo de transferência de alunos aprovados em regime de progressão parcial, previsto no inciso III do artigo 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências”.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, verifica-se que o artigo 24, V, alínea “d”, não respalda a manutenção de aprovação em componente curricular que o aluno tenha cursado com êxito em ano anterior, se a organização curricular for o regime seriado.

A Comissão de Legislação e Normas conclui que se responda à consulta nos termos do presente Parecer.

Em 29 de março de 2011.

Dorival Adair Fleck – relator
Augusto Deon
Hilda Regina Silveira Albandes de Souza
Neiva Matos Moreno
Raul Gomes de Oliveira Filho
Ruben Werner Goldmeyer

Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 30 de março de 2011.

Sonia Maria Nogueira Balzano
Presidente

Parecer CEED nº 446/2011

Manifesta-se sobre atendimento do aluno matriculado no Colégio Cidade das Hortênsias, em Canela, acometido da Síndrome do Pânico.

RELATÓRIO

O presente processo foi instruído a partir de correspondência da mãe do aluno matriculado no 1º ano do ensino médio no Colégio Cidade das Hortênsias, em Canela, "[...] afastado da escola desde outubro [2010] por problemas de síndrome do pânico".

2 - Na referida correspondência, está consignado que, no ano de 2010, o aluno começou a passar mal, solicitando que os pais o buscassem na escola. Até o segundo trimestre, apresentava dificuldade em dois componentes curriculares. Diante do quadro psicológico do aluno, a Escola propôs a realização de avaliações na sua residência. No entanto, essa alternativa não foi aceita pela mãe do aluno.

3 - A Diretora do Colégio Cidade das Hortênsias relata que o aluno, matriculado na 1ª série do ensino médio, apresentou atestados médicos relativos aos períodos de 27 de outubro e 28 de dezembro de 2010 e 24 de fevereiro de 2011, no entanto não frequentava as aulas regularmente desde o início do ano. A Escola, orientada pela 4ª Coordenadoria Regional de Educação, decidiu por aplicar as provas a domicílio, o que foi rejeitado pelo aluno e sua mãe que requer o adiamento do ano letivo.

4 - Foram juntados ao expediente "Atestados" da Psiquiatra. No primeiro Atestado, de 27 de outubro de 2010, consta que o aluno “encontra-se em tratamento psiquiátrico [...] estando impossibilitado de comparecer as suas atividades laborais e [...] escolares do dia 04/outubro/ 2010 até o presente momento, ainda sem dia para retornar”.

O segundo Atestado, de 28 de dezembro de 2010, registra que o aluno está em tratamento desde outubro e continua sem condições de assistir às aulas.

ANÁLISE DA MATÉRIA

5 - A solução para o presente caso encontra-se no Parecer CEED nº 56/2006, que prevê temporalidade flexível do ano letivo para as situações que o exijam e medidas adaptativas do currículo, com a elaboração de um Plano de Estudos específico para atender o aluno, visando sua progressiva adaptação ao Plano de Estudos dos demais alunos de sua série ou etapa ou outra organização curricular, conforme definição da instituição de ensino.

6 - Considerando as condições do aluno, pode-se facultar a alternativa de vir a completar a série na qual está matriculado no ano letivo seguinte, quando do seu retorno à presencialidade, cursando apenas os componentes curriculares em que não obteve êxito.

7 - O Histórico Escolar do aluno registrará, para a 1ª série do ensino médio, os resultados obtidos em 2010 nos componentes curriculares cursados com aprovação e, em 2011, os resultados dos estudos presenciais dos componentes curriculares não cursados pelo aluno, no ano letivo de 2010. O Histórico Escolar deverá fazer menção ao presente Parecer.

8 – Ao Colégio caberá a emissão de Ata de Resultados Finais específica para o aluno em causa, após a conclusão da série.

CONCLUSÃO

A Comissão de Legislação e Normas conclui que este Conselho se manifeste sobre atendimento do aluno matriculado no Colégio Cidade das Hortênsias, em Canela, acometido da Síndrome do Pânico, nos termos dos itens 5, 6 e 7 deste Parecer.

Em 26 de abril de 2011.
Raul Gomes de Oliveira Filho – relator
Dorival Adair Fleck
Domingos Antônio Buffon
Dulce Miriam Delan
Neiva Matos Moreno
Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 04 de maio de 2011.

Sonia Maria Nogueira Balzano
Presidente

Parecer nº 973/2011

Altera as normas para a expansão da oferta de vagas no ensino fundamental, no ensino médio e na educação profissional da rede pública estadual.
Torna sem efeito o Parecer CEED nº 347, de 29 de março de 2000, e o Parecer CEE nº 938, de 25 de maio de 1982.

RELATÓRIO

A Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, com as alterações introduzidas pela Lei estadual nº 10.591, de 28 de novembro de 1995, e pela Lei estadual nº 11.452, de 28 de março de 2000, confere ao Conselho Estadual de Educação, no art. 11, as seguintes atribuições referentes à expansão de vagas:

> Art. 11
>
> […]
>
> III – fixar normas para:
>
> [...]
> 5 - criação de estabelecimentos de ensino público de modo a evitar duplicação desnecessária de recursos;
> [...]
> VI – pronunciar-se, previamente, sobre criação de estabelecimentos estaduais de ensino.

Sobre essa matéria, o Conselho pronunciou-se, por último, pelo Parecer CEED nº 347, de 29 de março de 2000, fixando normas para a expansão da oferta do ensino médio, considerando a

responsabilidade do Poder Público estadual pela oferta prioritária dessa etapa da educação básica, prevista na Constituição Federal de 1988 e na Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN).

Além da análise detalhada da legislação sobre o dever do Estado em relação à "progressiva universalização do ensino médio gratuito" (Constituição Federal, art.208, II), este Parecer menciona a expansão do ensino fundamental com a consequente elevação das taxas de escolaridade, o que passa a demandar maior número de vagas naquele nível de ensino. Destaca, também, o princípio constitucional de "garantia de padrão de qualidade" (art. 206, VII) do ensino ofertado, o que requer existência de recursos humanos habilitados e de recursos físicos indispensáveis. Por outro lado, salienta a importância de serem consideradas – para justificar a expansão – a demanda mínima de alunos, expressa em conclusões do ensino fundamental, e as peculiaridades locais, dentre outras variáveis. Conclui que a expansão do ensino médio deve ser planejada pela Secretaria da Educação, atendendo a dois princípios fundamentais: garantia de padrão de qualidade e zelo pelo emprego do recurso público. Assim, é exigida a apresentação de um plano anual de expansão de oferta de ensino médio da rede escolar estadual, cujos elementos são detalhados no Parecer, incluindo quadros anexos para a apresentação das informações.

Em análise que precede a aprovação do referido Parecer, o "Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul" (atualizado em 23/09/2011, disponível em http://www.scp.rs.gov.br/atlas/ e acessado em 08/10/2011), da Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, registra que a taxa de escolarização líquida para o ensino médio (percentual da população na faixa de 15 a 17 anos matriculada neste nível) aumentou entre 1980 e 2000, sofrendo um acréscimo de mais de 100%. Mesmo assim, somente 45,3% dessa população encontrava-se matriculada no nível de escolaridade adequado no ano de 2000.

Conforme dados do Censo Escolar MEC/INEP (Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), na vigência do Parecer CEED nº 347/2000, houve um acréscimo de 39.194 matrículas de ensino médio na rede estadual, entre 2000 e 2004, totalizando 418.413 alunos. A partir de 2005, esse número de alunos começa a decrescer até 2010, apresentando uma redução de 63.904 matrículas. Em 2011, de acordo com o Sistema de Informações Educacionais da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul – SIE/Seduc/RS, verifica-se um crescimento de 7.502 alunos. Por outro lado, a taxa de reprovação cresceu, no mesmo período, de 17,2% em 2000 para 21,6% em 2010, enquanto o índice de aprovação incrementou em 1,1%, de 65,0% para 66,1%. A taxa de abandono escolar, nesse nível de ensino, que,em 2000,estava em 18,2%, decresceu gradativamente até atingir 12,3% em 2010. Além disso, a taxa de distorção idade-série do ensino médio da rede estadual também teve redução nos últimos cinco anos, passando de 39,5%, em 2005, para 33,8% em 2010.

Em cumprimento à prescrição da Constituição Estadual de 1989, que determina, em seu art. 199, inciso III, alínea "c", que é dever do Estado manter, obrigatoriamente, em cada Município número mínimo de escolas de ensino médio, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul criou escolas de ensino médio em todos os municípios, faltando apenas a implantação de escola em um deles.

Saliente-se, principalmente, que, a partir da Lei federal nº 12.061, de 27 de outubro de 2009, que altera o inciso II do art. 4º da Lei federal nº 9.394/1996 (LDBEN), determinando a "universalização do ensino médio gratuito", e da Emenda Constitucional n° 59, de 11 de novembro de 2009, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de "educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria" (Constituição Federal,

art. 208, I). Torna-se, portanto, obrigatória a oferta para essa faixa etária que inclui o atendimento ao ensino médio.

Constatada essa realidade, a Comissão de Planejamento do Conselho Estadual de Educação concluiu não ser mais necessário exigir da Secretaria da Educação, anualmente, em prazo determinado, a apresentação do plano de expansão de oferta de ensino médio na rede escolar estadual, possibilitando que expedientes dessa natureza possam ser encaminhados individualmente, inclusive organizados por região educacional, a critério da mantenedora, de acordo com o cronograma de expansão da oferta, diagnosticada e estabelecida em planejamento daquele órgão. Essa conclusão se alicerça em estudos realizados pela Comissão de Planejamento e em discussão do assunto com representantes do Departamento Pedagógico e do Departamento de Planejamento da Secretaria da Educação em reunião realizada no dia 11 de julho de 2011, a convite do Conselho.

Por fim, verificou-se que o Conselho Estadual de Educação, ao longo de sua atividade, pronunciou-se previamente, também, sobre criação de estabelecimentos estaduais de ensino fundamental e de educação profissional, mesmo na ausência de normas específicas que a regulem, o que se faz neste Parecer. Quanto à educação profissional, registre-se que, em 1982, pelo Parecer CEE nº 938, este Conselho estabeleceu um Plano de Implantação para a Formação de Técnicos de 2° Grau, a ser enviado pela Secretaria da Educação à sua apreciação, o qual não se efetivou.

ANÁLISE DA MATÉRIA

Considerando o argumento do relatório centrado no decênio transcorrido e nas disposições legais que determinam a obrigatoriedade do ensino médio, a nova norma deve imperiosamente atender os desafios do presente. É necessário atentar, também, ao prescrito no art. 6º da Emenda Constitucional nº 59: “O disposto no inciso I do art. 208 da Constituição Federal deverá ser implementado progressivamente, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, com o apoio técnico e financeiro da União”.

Por outro lado, tendo em vista a distribuição das competências entre os entes federados, a Constituição Federal define com clareza: “Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio” (art. 211, § 3º). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (art. 10, VI) incumbe os Estados de “assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei.”

Por fim, a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, ao regulamentar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), determina que os recursos serão distribuídos entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios, considerando-se exclusivamente as matrículas nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme o previsto na Constituição Federal e na própria Lei (art. 9º, § 1º).

Essas definições legais, no seu conjunto, reforçam a responsabilidade prioritária do Estado em relação à oferta de ensino médio, incluindo as respectivas modalidades (educação de jovens e adultos, educação especial, educação indígena, educação do campo, educação de quilombolas e educação profissional).

A redução de matrículas no ensino médio, apontada no Relatório deste Parecer, não significa que a questão do acesso a esse nível de ensino tenha sido resolvida. O crescimento ocorrido anteriormente, conforme alguns observadores, deveu-se à oferta de maior número de vagas no período noturno, para atendimento de alunos com idade superior à faixa própria. Atualmente, vem ocorrendo uma alteração no perfil dos concluintes do ensino fundamental, crescendo o número de

adolescentes com idade entre 14 e 15 anos que ainda não trabalham e que deveriam cursar o ensino médio no período diurno, o que constitui uma demanda das famílias, principalmente nos grandes centros urbanos, devido aos problemas de falta de segurança e de drogadição.

Para que as escolas de ensino médio atraiam todos que não as frequentam ou que delas se afastaram antes da conclusão, é necessário repensar os seus currículos e a formação docente, além de enfrentar os problemas da reprovação, do abandono, da evasão e da distorção idade-série. Prover a preparação articulada dos jovens – em toda a sua diversidade – para o trabalho e para a cidadania certamente deve fazer parte dessa revisão.

Além disso, o Poder Público estadual deverá estar atento à necessidade da oferta da preparação para o exercício de profissões técnicas, fundada no diagnóstico socioeconômico e cultural das diversas microrregiões e respectivas demandas, inclusive para atendimento de jovens e adultos. Trata-se da expansão de escolas que ofereçam a educação profissional de nível técnico, para alunos egressos do ensino médio ou que o frequentem concomitantemente.

Resta considerar, ainda, a possibilidade de expansão do ensino fundamental obrigatório mantido pelo Estado, cuja oferta prioritária é compartilhada com os municípios, tendo já atingido o patamar de universalização de 98%. Além disso, o número de matrículas nesse nível de ensino vem diminuindo desde 2001, como ocorre nacionalmente, devido a fatores demográficos e também à melhoria do fluxo escolar, registrando a rede estadual um total de 650.429 alunos em 2011, segundo o SIE/Seduc/RS. Poderão surgir novas demandas, como é o caso de escolas indígenas, recentemente criadas. Nesse nível, entretanto, os maiores desafios, com certeza, referem-se à melhoria do ensino, incluindo currículos, pessoal e infraestrutura, além do foco na alfabetização.

Quanto à educação infantil, cuja oferta prioritária é incumbência constitucional e legal do Município – conforme a repartição de competências e de recursos financeiros instituída na educação brasileira – este Parecer não regulamenta essa expansão na rede estadual. É oportuno destacar, no entanto, que o Estado ainda mantém 11.958 matrículas de pré-escola e 166 de creche, conforme dados da matrícula inicial do censo escolar MEC/INEP de 2010.

Por outro lado, a criação de unidade educacional de centro estadual de ensino fundamental, de ensino médio e de educação profissional deve ser encaminhada como criação ou transformação de escola estadual, de acordo com o previsto no Parecer CEED nº 464, de 06 de maio de 1998, (análise da matéria, item 8).

Diante do exposto, caberá ao Conselho Estadual de Educação pronunciar-se, previamente, nos seguintes casos, respeitadas as normas da Resolução CEED nº 253, de 19 de janeiro de 2000, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CEED nº 301, de 2 de setembro de 2009, e nº 315, de 13 de julho de 2011:

I - criação de escola estadual de ensino fundamental;

II - criação de escola estadual de ensino médio;

III - transformação de escola estadual de ensino fundamental em escola estadual de ensino médio;

IV - criação de escola estadual de educação profissional.

A criação e a transformação de escola são atos distintos do credenciamento e da autorização de funcionamento, pois estes ocorrem em momento subsequente. Após a emissão do Parecer do CEEd e do Decreto estadual de criação ou transformação de escola, a Secretaria da Educação encaminhará a este Conselho o processo referente ao seu credenciamento para a oferta e autorização

para funcionamento de curso, de acordo com as normas do Sistema Estadual de Ensino sobre a matéria.

Os processos de criação ou transformação de escola são organizados individualmente, podendo ser reunidos por Coordenadoria Regional de Educação para seu ingresso no CEEd, a critério da mantenedora.

Instrução do processo

O processo em que a Secretaria da Educação encaminha ao Conselho Estadual de Educação solicitação de criação ou transformação de escola estadual deverá estar informado por diagnóstico sobre a realidade local e regional do município a ser contemplado, justificando a proposta. Considerando, também, que este Conselho está incumbido de "evitar duplicação desnecessária de recursos" ao definir essas normas (Lei estadual nº 9.672/1992, art.11, III), toda e qualquer solicitação deve atender aos princípios constitucionais da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da publicidade, da legitimidade, da participação, da razoabilidade, da economicidade e da motivação (Constituição Estadual de 1989, art. 19, *caput*).

Cada proposta constituirá processo próprio instruído com os seguintes elementos:

Criação de Escola Estadual de Ensino Fundamental

a) Ofício da Secretaria da Educação encaminhando o pedido de criação da nova escola;

b) Justificativa da proposta, baseada em diagnóstico da realidade local quanto à oferta de ensino fundamental público e existência de demanda potencial para uma nova escola, assinada pelo titular da Secretaria da Educação ou seu representante;

c) Mapa do município com a localização da escola a ser criada e das escolas públicas estaduais e municipais de ensino fundamental em funcionamento.

V - Criação de Escola Estadual de Ensino Médio

a) Ofício da Secretaria da Educação encaminhando o pedido de criação da nova escola;

b) Justificativa da proposta baseada em diagnóstico da realidade socioeconômica local e regional e da existência de demanda potencial para uma nova escola, assinada pelo titular da Secretaria da Educação ou seu representante;

c) Informação sobre o perfil da escola a ser criada, de acordo com a política para o ensino médio;

d) Comprovação da existência de demanda potencial, mediante a apresentação do Quadro I, em anexo, sobre a matrícula das escolas de ensino fundamental tributárias da escola a ser criada, de acordo com o censo escolar;

e) Informação sobre escolas públicas de ensino médio existentes no município, para atendimento alternativo à demanda das escolas tributárias, mediante a apresentação do Quadro II, em anexo.

VI - Transformação de Escola Estadual de Ensino Fundamental em Escola Estadual de Ensino Médio

a) Ofício da Secretaria da Educação encaminhando o pedido de transformação de escola estadual de ensino fundamental em escola estadual de ensino médio;

b) Justificativa da proposta baseada em diagnóstico da realidade socioeconômica local e regional e da existência de demanda potencial para a transformação da escola, assinada pelo titular da Secretaria da Educação ou seu representante;

c) Informação sobre o perfil da escola a ser transformada, de acordo com a política para o ensino médio;

d) Comprovação da existência de demanda potencial, mediante a apresentação do Quadro III, em anexo, sobre a matrícula da escola de ensino fundamental a ser transformada e das escolas previstas como tributárias, de acordo com o censo escolar;

e) Informação sobre escolas públicas de ensino médio existentes no município, para atendimento alternativo à demanda da escola de ensino fundamental proposta para ser transformada e das escolas previstas como tributárias, mediante a apresentação do Quadro II, em anexo.

VII - Criação de Escola Estadual de Educação Profissional

a) Ofício da Secretaria da Educação encaminhando o pedido de criação da nova escola;

b) Justificativa da proposta baseada em diagnóstico da realidade socioeconômica local e regional e da existência de demanda potencial para uma nova escola de educação profissional, assinada pelo titular da Secretaria da Educação ou seu representante;

c) Prospecção sobre habilitações profissionais a serem implantadas nos próximos anos, considerando o mercado de trabalho para os técnicos a serem formados;

d) Comprovação da existência de demanda potencial, mediante a apresentação do Quadro IV, em anexo, sobre a matrícula das escolas de ensino médio previstas como tributárias da escola a ser criada, de acordo com o censo escolar;

e) Informação da Secretaria da Educação sobre as escolas públicas de educação profissional existentes no município e na região, quando for o caso, explicitando os cursos técnicos oferecidos.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, a Comissão de Planejamento conclui por alterar as normas para o encaminhamento de processos com pedidos de criação ou de transformação de estabelecimentos de ensino, visando à expansão da oferta de vagas no ensino fundamental, no ensino médio e na educação profissional na rede pública estadual, nos termos deste Parecer, tornando sem efeito o Parecer CEED nº 347, de 29 de março de 2000, e o Parecer CEE nº 938, de 25 de maio de 1982.

Em 1º de novembro de 2011.

Marisa Timm Sari – relatora
Hilda Regina Silveira Albandes de Souza
Marco Antônio Sozo
Paulo Ricardo Javiel Rezende

Aprovado, por maioria, em sessão plenária de 1º de novembro de 2011, com o voto contrário dos Conselheiros Dorival Adair Fleck e Raul Gomes de Oliveira Filho e abstenção do Conselheiro Ruben Werner Goldmeyer.

Sonia Maria Nogueira Balzano
Presidente

QUADRO I ANEXO AO PARECER CEEd Nº 973/2011 – CRIAÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO

MATRÍCULA DE CONCLUINTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (ENSINO FUNDAMENTAL), NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, NAS ESCOLAS TRIBUTÁRIAS, E DISTÂNCIA DA ESCOLA PROPOSTA											
ESCOLAS TRIBUTÁRIAS	20....		20....		20....		20....		20....		Distância km Escola Prop.
	EF	EJA	EF	EJA	EF	EJA	EF	EJA	EF	EJA	
TOTAL											

Fonte: .....
Nome do Responsável pelo preenchimento: .....
Assinatura: .....
Cargo ou função: .....
Data: .....

QUADRO II ANEXO AO PARECER CEEd Nº 973/2011 – CRIAÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO OU TRANSFORMAÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL EM ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO

ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO DE ATENDIMENTO ALTERNATIVO – DISPONBILIDADE DE SALAS DE AULA E DISTÂNCIA DA ESCOLA PROPOSTA							
ESCOLAS DE ATENDIMENTO ALTERNATIVO	Nº DE SALAS DE AULA UTILIZADAS E OCIOSAS						Distância em km Escola Proposta
	MANHÃ		TARDE		NOITE		
	Utilizadas	Ociosas	Utilizadas	Ociosas	Utilizadas	Ociosas	
TOTAL							

Fonte: .....

Nome do Responsável pelo preenchimento: .....
Assinatura: .....
Cargo ou função: .....
Data: .....

QUADRO III ANEXO AO PARECER CEEd Nº 973/2011 – TRANSFORMAÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL EM ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO

MATRÍCULA DE CONCLUINTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EF), NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, NA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL A SER TRANSFORMADA E NAS ESCOLAS TRIBUTÁRIAS, E DISTÂNCIA DA ESCOLA PROPOSTA											
ESCOLA A SER TRANSFORMADA E ESCOLAS TRIBUTÁRIAS	20....		20....		20....		20....		20....		Dist. km Esc. Prop.
	EF	EJA	EF	EJA	EF	EJA	EF	EJA	EF	EJA	
TOTAL											

Fonte: .....

Nome do Responsável pelo preenchimento: .....
Assinatura: .....
Cargo ou função: .....
Data: .....

QUADRO IV ANEXO AO PARECER CEEd Nº 973/2011 – CRIAÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

MATRÍCULA INICIAL NOS TRÊS ANOS DO ENSINO MÉDIO DAS ESCOLAS PREVISTAS COMO TRIBUTÁRIAS DA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL A SER CRIADA				
MUNICÍPIOS	ESCOLAS TRIBUTÁRIAS	1º ANO	2º ANO	3º ANO
	TOTAL			

Fonte: .....

Nome do Responsável pelo preenchimento: .....
Assinatura: .....
Cargo ou função: .....
Data: .....

Parecer nº 1.031/2011

Responde a solicitação encaminhada pelo Secretário de Estado da Educação a respeito do prazo de encaminhamento dos Regimentos Escolares Parciais da modalidade de Educação de Jovens e Adultos para as escolas estaduais indígenas, nos termos do item 4 deste Parecer.

RELATÓRIO

O Secretário de Estado da Educação, por meio do Ofício/GAB/Seduc nº 2091, de 19 de outubro de 2011, solicita que os prazos para o encaminhamento dos Regimentos Escolares Parciais da modalidade de Educação de Jovens e Adultos das escolas estaduais indígenas sejam flexibilizados e que se tenha o transcurso do ano de 2012 enquanto prazo para que os regimentos supracitados sigam seu trâmite específico.

2 – A questão formulada consubstancia-se nos seguintes termos:

> As escolas estaduais indígenas kaingang e guarani possuem regimentos coletivos reconhecidos como padrões por este Conselho, referentes ao Ensino Fundamental nas modalidades regular e EJA. É nossa intenção, enquanto Secretaria, avaliar esses documentos ao longo do ano de 2012, com o conjunto dos educadores e das comunidades indígenas de cada povo, no âmbito da reestruturação curricular.
>
> Para os povos indígenas, esse processo de consulta tornou-se obrigatório a partir do ano de 2004, quando o Brasil se tornou signatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Em seu artigo 6º 1a, essa legislação define que, ao aplicar os dispositivos dessa Convenção, os governos devem "consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente".
>
> Sendo assim, vimos solicitar que os prazos acordados entre Secretaria da Educação e CEED/RS quanto aos Regimentos Parciais de EJA das escolas estaduais sejam flexibilizados no que se refere às escolas estaduais indígenas, em respeito à sua organização social; e que se tenha o transcurso do ano de 2012 enquanto prazo para que os regimentos indígenas sigam seu trâmite específico.

ANÁLISE DA MATÉRIA

3 – A Resolução CEEd nº 316, de 17 de agosto de 2011, que "altera Resolução CEED nº 313, de 16 de março de 2011, quanto à carga horária de atividades não presenciais e ao prazo estabelecido para encaminhamento de textos regimentais e dá outras providências.", em seu art. 2º, estabelece:

> Art. 1º Art. 2º Dá nova redação ao artigo 14 e parágrafo único da referida Resolução que passa a vigorar com a seguinte redação:
>
> "*Art. 14 Os Regimentos Escolares de cursos presenciais na modalidade de EJA devem ser encaminhados a este Conselho, até 30 de novembro de 2011, para análise e aprovação, nos termos da Resolução CEED nº 288, de 21 de setembro de 2006, devendo, no caso das escolas públicas estaduais, receber prévio parecer do*

Conselho Escolar ou de comissão paritária formada por representantes de toda a comunidade escolar.

4 – Este Conselho, considerando as especificidades da Educação Escolar Indígena, acolhe o pedido do Secretário de Estado da Educação quanto à possibilidade do encaminhamento dos Regimentos Escolares Parciais da modalidade de Educação de Jovens e Adultos das escolas estaduais indígenas, no decorrer do ano letivo de 2012.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, a Comissão de Ensino Fundamental conclui que se responda à solicitação encaminhada pelo Secretário de Estado da Educação, nos termos do item 4 deste Parecer.

Em 29 de novembro de 2011.

Raul Gomes de Oliveira Filho – relator
Jane Bohn
Elcira Lourdes Machado Bernardi
Maria Antonieta Schmitz Backes
Marisa Timm Sari
Paulo Ricardo Javiel Rezende

Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 30 de novembro de 2011.

Augusto Deon
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

Parecer nº 1.069/2011

Processo CEEd nº 181/27.00/11.0

Manifesta-se sobre atendimento do aluno matriculado na 3ª série do ensino médio na Escola Técnica Estadual Frederico Guilherme Schmidt, em São Leopoldo, acometido de Síndrome impeditiva de frequência à Escola.

RELATÓRIO

O presente processo tem como inicial o Ofício nº 181, da 2ª Coordenadoria Regional de Educação, de 13 de maio de 2011, solicitando orientações a este Conselho sobre a situação do aluno nominado no expediente, que se encontra incapacitado de frequentar as aulas em função de tratamento de saúde, por tempo indeterminado. Esse aluno está matriculado na Escola Técnica Estadual Frederico Guilherme Schmidt, em São Leopoldo.

2 – Foram juntadas ao expediente, dentre outras, as seguintes peças:

2.1 – Ofício nº 181, da 2ª Coordenadoria Regional de Educação, protocolado neste Conselho em 19 de maio de 2011, encaminhando a consulta sobre a situação de aluno da Escola Técnica Estadual Frederico Guilherme Schmidt, em São Leopoldo;

2.2 – correio eletrônico, de 02 de maio de 2011, enviado pela 2ª Coordenadoria Regional de Educação ao DEFE/DP/SE, consignando que o aluno nominado no processo se encontra incapacitado de frequentar a Escola devido ao tratamento de saúde, por tempo indeterminado e, por esta razão, está realizando estudos domiciliares, conforme Resolução CEED nº 230, de 16 de julho de 1997. Consta, ainda, o questionamento quanto à possibilidade de o aluno realizar cumulativamente, em 2012, a parte prática do curso prevista para os anos letivos de 2011e 2012;

2.3 – cópia do Ofício nº 30, de 09 de maio de 2011, firmado pela Supervisora da Escola Técnica Estadual Frederico Guilherme Schmidt, encaminhando o atestado médico do aluno da 3ª série do Curso de Eletromecânica. Nesse ofício, está registrado que a Escola aguarda, por escrito, o Parecer referente à realização das avaliações e também das avaliações práticas da disciplina de Instalações Elétricas;

2.4 – cópia do Ofício nº 267, da 2ª Coordenadoria Regional de Educação, de 07 de julho de 2011, em atendimento ao correio eletrônico da Assessoria Técnica deste Conselho, de 17 de junho de 2011, solicitando atestado médico legível do aluno em causa;

2.5 – Atestado Médico, datado de 09 de julho de 2011, no qual consta o diagnóstico da enfermidade crônica. Refere, também, o início da enfermidade, em abril deste ano, o que o incapacitou para frequentar as aulas por tempo indeterminado;

2.6 – cópia do correio eletrônico oriundo da Escola, de 05 de setembro de 2011, enviando Plano de Estudos para 1ª a 3ª série do ensino médio, constando os componentes curriculares de Sociologia, Matemática, História, Química, Literatura, Geografia, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Física, Filosofia, Língua Espanhola, Ensino Religioso, Educação Física e Biologia;

2.7 – cópia do correio eletrônico da Escola, datado de 08 de setembro de 2011, informando que o aluno em tela está matriculado no 3º ano do Ensino Técnico Eletromecânica (o nosso ensino técnico é na modalidade integrado com o médio);

2.8 – cópia do correio eletrônico, de mesma data do anterior, informando sobre a matrícula do aluno nominado no processo: “[...] está matriculado na 3ª série do Ensino Médio, do Curso Técnico em Eletromecânica, onde de 1ª a 3ª série, [...]”.

2.9 – cópia do Ofício CEEd nº 545, de 11 de outubro de 2011, solicitando informações adicionais à Escola;

2.10 – cópia do Ofício nº 062, firmado por representante da Escola, datado de 11 de novembro de 2011;

2.11 – cópia do correio eletrônico de 22 de novembro de 2011, da Escola à Presidência deste Conselho, encaminhando cópia do Regimento Escolar e do Plano de Curso.

ANÁLISE DA MATÉRIA

3 – A Escola Técnica Estadual Frederico Guilherme Schmidt, em São Leopoldo, foi reconhecida com as habilitações de Eletrotécnica e Eletromecânica pela Portaria SE nº 10.760, de 20 de fevereiro de 1981.

4 – A referida Escola foi credenciada para a oferta do Curso Técnico em Eletromecânica – eixo tecnológico Controle e Processos Industriais - e obteve autorização para o funcionamento desse curso, bem como teve aprovado o Plano do Curso e o Regimento Escolar pelo Parecer CEED nº 251, aprovado na sessão plenária de 07 de março de 2003.

5 – Os atos autorizativos mencionados nos itens 3 e 4 supra evidenciam que a Escola Técnica Estadual Frederico Guilherme Schmidt se encontra integrada ao Sistema Estadual de Ensino para a oferta do Curso Técnico em Eletromecânica e do ensino médio.

6 – A situação do aluno objeto da consulta enseja a citação dos seguintes atos reguladores da matéria:

6.1 – Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que prevê:

> Art. 4º. O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:
>
> [...]
>
> III- atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;
>
> [...]
>
> Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:
>
> I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

6.2 – Resolução CEED nº 230, de 16 de julho de 1997, que “Regula, para o Sistema Estadual de Ensino, os estudos domiciliares aplicáveis a alunos incapacitados de presença às aulas.”;

6.3 – Parecer CEED nº 56/2006, que prevê temporalidade flexível do ano letivo para as situações que o exijam, mediante medidas adaptativas do currículo, com a elaboração de Plano de Estudos específico para atender o aluno, visando sua progressiva adaptação ao Plano de Estudos dos demais alunos de seu nível ou etapa ou outra forma de organização curricular, conforme definição da instituição de ensino em seu Projeto Pedagógico.

7 – Considerando que as normativas acenam para o atendimento de alunos em situações especiais, originadas por impedimentos temporários ou até permanentes, nas quais o ensino pode ser ministrado, inclusive na residência do educando, é facultado ao estabelecimento de ensino implementar as condições e viabilidades necessárias para o efetivo atendimento do aluno em causa até seu retorno à presencialidade.

8 – O Histórico Escolar do aluno registrará os resultados obtidos nos componentes curriculares cursados com aprovação, mediante estudos domiciliares de acordo com a Resolução CEED nº 230/1997, bem como os resultados dos estudos presenciais nos componentes curriculares cursados pelo aluno em ano(s) letivo(s) anterior(es). O Histórico Escolar deverá fazer menção ao presente Parecer.

9 – Caberá à Escola Técnica Estadual Frederico Guilherme Schmidt a emissão de Ata de Resultados Finais específica e os respectivos Históricos Escolares e Certificados de Conclusão de curso, caso o aluno venha a concluir todos os componentes curriculares constantes do Plano de Estudos para o ensino médio em data diferente da prevista para o encerramento do ano letivo em curso.

CONCLUSÃO

A Comissão de Legislação e Normas conclui que este Conselho se manifeste, nos termos deste Parecer, sobre o atendimento do aluno matriculado na 3ª série do ensino médio na Escola Técnica Estadual Frederico Guilherme Schmidt, em São Leopoldo, acometido de Síndrome impeditiva de frequência à Escola.

Em 13 de dezembro de 2011.

Hilda Regina Silveira Albandes de Souza - relatora
Dorival Adair Fleck
Dulce Miriam Delan
Neiva Matos Moreno
Raul Gomes de Oliveira Filho
Ruben Werner Goldmeyer

Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 14 de dezembro de 2011.

Sonia Maria Nogueira Balzano
Presidente

Parecer nº 1.098/2011

Processo CEEd nº 410/27.00/11.0

Orienta o Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul sobre a inclusão obrigatória do ensino da Música nas instituições de Educação Básica.

RELATÓRIO

Este Conselho, pelo presente Parecer, manifesta-se ao Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul para orientar sobre possibilidades de incorporação, em definitivo, a partir de 2012, por meio do projeto pedagógico de cada escola, o cumprimento da determinação legal contida na Lei n 11.769, de 18 de agosto de 2008, que ***Altera a Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - dispondo sobre a obrigatoriedade do ensino da Música na Educação Básica.*** (grifo da relatora)

2 - Escolas, professores da área das artes, músicos, instituições voltadas para a formação de profissionais de artes visuais, dança, música e teatro, entidades representativas dos interesses dos diferentes grupos e a sociedade têm manifestado satisfação com a perspectiva da reinserção da música nos currículos escolares. A principal dificuldade para a concretização dessa disposição legal é a carência de professores habilitados; este Conselho tem sido consultado sobre formas para a superação desse obstáculo, ao mesmo tempo em que é informado e ilustrado sobre as diferentes experiências em andamento.

3 - Membros da Comissão de Ensino Fundamental – CEF participaram, ao longo do ano de 2011, de audiências públicas e de debates nos meios de comunicação para discutir a

implementação da Lei. Representante da Fundação Municipal de Artes de Montenegro, instituição parceira da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, no desenvolvimento de cursos de licenciatura em teatro, dança, artes plásticas e música, esteve presente em reunião da CEF para debater sobre a carência de docentes e possibilidades de cumprimento da exigência legal.

4 - No decorrer da reunião mensal, datada de 21 de setembro de 2011, no Conselho Estadual de Educação - CEEd, do Grupo de Estudos e Debates Permanentes - Regime de Colaboração, o tema foi tratado com representantes da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME/RS, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME/RS e Secretaria da Educação – SE. Constatou-se, nas manifestações, que a principal preocupação está centrada na questão da ausência de professores habilitados; mesmo assim, número significativo de escolas das diferentes redes tem encontrado meios para integrar a música no currículo escolar. A Secretaria da Educação apresentou o material que está sendo trabalhado com as instituições escolares por ela mantidas, tendo em vista diagnóstico preciso de tal realidade naquela que constitui a maior rede de escolas do Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

5 - A Comissão de Ensino Fundamental analisou documentos normativos da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – CNE/CEB relacionados ao tema, inclusive o Parecer CNE/CEB nº 10/2008, até então não homologado:

a) Parecer CNE/CEB nº 22/2005, que trata de ***Solicitação de retificação do termo que designa a área de conhecimento "Educação Artística" pela designação: "Arte, com base na formação específica plena em uma das linguagens: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro",*** em cujo voto do relator se lê que *fica estabelecido que a alínea b, inciso IV do artigo 3º da Resolução nº 2/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental,* seja alterada, substituindo-se "Educação Artística" por "Arte", nos termos deste Parecer. (grifo da relatora)

b) Parecer CNE/CEB nº 10/2008 que responde ***Consulta sobre a atuação de profissionais de Música na Educação Básica (até então não homologado),*** em cujo voto o relator *recomenda ao MEC e Secretarias de Educação que promovam programas e projetos visando à formação inicial e continuada de professores com especial referência às áreas de Educação Artística, compreendendo Música, Artes Visuais e Artes Cênicas; apela para a possibilidade de, em caráter excepcional, na forma da Lei, contratar por tempo limitado pessoas que tenham cursos básicos de Música para emprestarem sua colaboração à formação da geração que atualmente frequenta o Ensino Fundamental e Médio, sempre no sentido da lei e das Diretrizes Curriculares Nacionais, anteriormente destacadas, como componente do currículo obrigatório, que pode se beneficiar de tratamento interdisciplinar e integrado de turmas e diversas faixas etárias;* (grifo da relatora)

c) Resolução

CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010, que ***Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos,*** cujo art. 15 estabelece*: Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental serão assim organizados em relação às áreas de conhecimento:*

I – Linguagens:

a) Língua Portuguesa;

b) Língua Materna, para populações indígenas;

c) Língua Estrangeira moderna;

d) Arte;

e) Educação Física;

II – Matemática;

III – Ciências da Natureza;

IV – Ciências Humanas:

a) História;

b) Geografia;

V – *Ensino Religioso*

O art. 15, em seu § 4º, explicita: *A música constitui conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular Arte, o qual compreende também as artes visuais, o teatro e a dança, conforme o parágrafo 6º do art. 26 da Lei 9.394/96.*

ANÁLISE DA MATÉRIA

6 - A Lei federal nº 11.769, de 18 de agosto de 2008, institui alteração no artigo 26 da Lei federal nº 9.394/96, que trata dos currículos do ensino fundamental e médio, tornando a música conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do ensino da arte - componente curricular cuja responsabilidade é promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

Não houve, provavelmente, a intenção do afastamento da música dos currículos das escolas brasileiras, ainda que tenha acontecido, desde quando, em 1971, ficou definida a Educação Artística como "atividade educativa", o que teve como consequência "a perda da qualidade dos saberes específicos das diversas formas de arte".

A Lei federal nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, coloca a arte como componente curricular obrigatório nos diversos níveis da Educação Básica e substitui a denominação "Educação Artística" por "Ensino da Arte", definindo a "Arte" como uma forma de conhecimento.

7 - O ensino da arte precisa ser entendido, pois, em termos epistemológicos, numa abordagem integradora, que contempla diferentes linguagens: artes visuais, dança, teatro e música.

Na promoção do desenvolvimento cultural dos alunos, cada uma das linguagens do ensino da arte contribui com sua especificidade para a formação integral do indivíduo, preserva e difunde os valores culturais, desenvolve o senso estético, promove a sociabilidade e a expressividade, trabalha as possibilidades e a importância da participação .

8 - O comando legal que coloca a música como conteúdo obrigatório no ensino da arte possibilita ainda que o aluno seja auxiliado no seu desenvolvimento motor, quando trabalha a sincronia dos movimentos; estimula que sejam acionados os sentidos, os sentimentos e a própria mente, bem como possibilita a expressão de emoções e o fortalecimento da autoestima.

> Estudos da neurociência buscam compreender os meios pelos quais o cérebro humano processa, armazena e produz música,concluindo com uma breve comparação entre música e fala. Esses estudos têm auxiliado no esclarecimento sobre a relação música-cognição e o papel da educação musical no desenvolvimento cognitivo.
>
> A música é uma ciência básica com um grande número de variações de códigos, o que, segundo Straliotto (2001), possibilitaria o desenvolvimento

> intelectual da pessoa. Quanto mais cedo crianças entrarem em contato com o mundo da música, maiores serão suas possibilidades de que as chances de que elas assimilem novos códigos sonoros que a música pode oferecer. Maior será o seu conhecimento armazenado na memória sonora, quanto mais tipos de sons a criança ouvir, o que pode ser ampliado, se a criança praticar um instrumento musical. Neste processo, a criança torna-se o agente criador de diferentes códigos sonoros, por meio de criações realizadas com seu instrumento. Para o autor, o estímulo ao aprendizado da música é necessário, já que a música para a criança funcionaria como uma forma de exteriorização dos sentimentos, como um novo idioma que servirá de veículo para as emoções (PEDERIVA, Patrícia L. M.; TRISTÃO, Rosana. **Música e Cognição**. Ciências & Cognição; A. 03, v. 09, 2006. Disponível em: <http: www.cienciasecogniçao.org>)

9 - Compreendendo-se o currículo como o conjunto de aprendizagens a serem desenvolvidas pelos alunos em cada etapa da educação básica que se concretiza a partir da proposta pedagógica de cada escola e considerando-se, em termos epistemológicos, o ensino da arte numa abordagem integradora, a inserção da música como conteúdo obrigatório deverá ser feita lançando-se mão de formas estimuladas na própria LDBEN, nos artigos 23 e 24:

- formação de organização de grupos, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização;

- organização de classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares.

10 - É extensa a relação de possibilidades que poderão derivar do proposto nos referidos artigos, tais como:

- ênfase a cada uma das áreas da Arte, alternadamente, durante o ano letivo;

- organização de projetos interdisciplinares, trabalhando as diversas áreas concomitantemente;

- organização de grupos não-seriados para desenvolver canto coral, banda rítmica, banda marcial, banda do Passo, conjunto de música instrumental, independentemente de forma de organização do currículo escolar;

- utilização de espaços alternativos, não limitados à sala de aula, nem à escola, para colocar os alunos em contato com a música na frequência a audições de música instrumental e de canto coral, concertos didáticos, festivais de música, etc.;

- distribuição dos tempos escolares de formas diversas nas semanas, semestres ou ano letivo, prevendo-se períodos específicos para a inserção dos conteúdos de música no currículo que cada aluno desenvolverá ao longo da Educação Básica; e

- outras possibilidades que a criatividade e a experiência dos profissionais atuantes nas escolas definirão.

11 - Em cada etapa da educação básica, tendo em vista as características do alunado, a formação dos docentes, o ensino dos conteúdos da música será trabalhado, consideradas suas especificidades:

- no ensino médio, especialmente, será estimulada a organização de oficinas de música agregando os alunos que praticam instrumentos musicais ou “o Passo”, o agrupamento de alunos para canto coral ou para a audição de diferentes gêneros musicais, etc.;

- no ensino fundamental – anos finais – a música será trabalhada integradamente às demais áreas do ensino da arte, com a ênfase e da forma que o projeto pedagógico organizar;

- no ensino fundamental - anos iniciais – a música fará parte das atividades diárias de todos os alunos na turma, sob a orientação do seu professor; na escola, em programações desenvolvidas com os demais alunos, em variados ambientes;

- na educação infantil, em especial, e considerando-se que estudos apontam que "a inteligência pode ser desenvolvida por meio da audição", as crianças serão permanentemente estimuladas a ouvir, cantar e tocar, num ambiente preparado com atenção voltada para esse fim.

12 - O tratamento a ser dado à questão da responsabilidade sobre a formação dos profissionais que atuarão nas escolas para atender ao determinado na Lei federal nº 11.769, de 18 de agosto de 2008, está definido no mandamento expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei federal nº 9.394/96,art.62): exigência da formação dos docentes da educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, *admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, a formação oferecida em nível médio, na modalidade Normal.*

No entanto, é necessário reconhecer que é reduzido o número de profissionais licenciados em música no Rio Grande do Sul, realidade que demandará importante esforço para ser alterada.

13 - Assim, e consideradas as tantas possibilidades acima elencadas, todas elas sustentadas no previsto nos artigos 23 e 24 da LDBEN, sugere-se que mantenedoras públicas e privadas organizem seus quadros de profissionais, destinando, no mínimo:

- para cada escola com mais de 300 alunos, um professor licenciado em Música;

- um professor licenciado em Música, por zoneamento, para escolas com menos de 300 alunos;

- nas equipes das Secretarias Municipais de Educação, um supervisor responsável pelo acompanhamento da inserção e desenvolvimento dos conteúdos de música nos projetos pedagógicos das escolas.

Além disso, as mantenedoras públicas e privadas atentarão para a falta de professores com formação específica em música e/ou habilitação para o magistério de música e envidarão esforços na implantação de políticas e programas destinados à preparação desses docentes.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, a Comissão de Ensino Fundamental propõe que este Conselho oriente o Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul sobre a inclusão obrigatória do ensino da Música nas instituições de Educação Básica.

Em 20 de dezembro de 2011.

Vera Luiza Rübenich Zanchet – relatora
Elcira Lourdes Machado Bernardi
Jane Bohn
Maria Antonieta Schmitz Backes
Marisa Timm Sari
Raul Gomes de Oliveira Filho

Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 21 de dezembro de 2011.

Sonia Maria Nogueira Balzano
Presidente

Parecer nº 1.099/2011

Processo CEEd nº 356/27.00/11.5

Responde consulta sobre a organização e o funcionamento de escolas municipais do campo, no município de São Gabriel.

RELATÓRIO

O Secretário Municipal de Educação do município de São Gabriel consulta este Conselho, por meio do Of. Nº 173, de 12 de agosto de 2011, sobre a organização e o funcionamento de escolas municipais do campo, de ensino fundamental, especificamente das Escolas-Polo e Multisseriadas que, desde 1997, adotam os seguintes horários de atendimento:

- segundas, quartas e sextas-feiras: alunos das séries finais;

- terças, quintas e sábados: alunos dos anos iniciais;

- as séries e os anos dos segmentos do ensino fundamental citados cumprem dois turnos diários, das 7h45min às 11h45min e das 12h45min às 16h30min.

Conforme o exposto na consulta, é ressaltado "o cumprimento mínimo das 800 horas letivas (Parecer nº 705/1997), assegurando, desse modo, uma educação de qualidade como um direito fundamental".

Considerando essa prática, o titular da Secretaria Municipal de Educação pergunta se o período de funcionamento em dias alternados tem embasamento legal.

ANÁLISE DA MATÉRIA

2 – Pelo Parecer CEED nº 39/1997, este Conselho autorizou, a partir dos anos letivos indicados, por 4 anos, com base no artigo 64 da Lei federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, o desenvolvimento da experiência pedagógica denominada "Projeto de Nuclearização de Escolas da Zona Rural" nas escolas-polo constantes dos subitens 2.7.1, 2.7.2, 2.7.3 e 2.7.4 do Parecer, no município de São Gabriel. Dentre essas, constaram as seguintes escolas que fazem parte da consulta:

> 2.7.1 – Escola Municipal de 1º Grau Mascarenhas de Moraes.
>
> [...]
>
> 2.7.2 – Escola Municipal de 1º Grau Baltazar Teixeira da Silveira.
>
> [...]
>
> 2.7.3 – Escola Municipal de 1º Grau Ernesto José Annoni.
>
> 2.7.4 – Escola Municipal de 1º Grau Jerônimo Machado.

3 – Da Resolução CEED nº 237, de 21 de janeiro de 1998, a qual determinou procedimentos e prorrogou prazos para estabelecimentos do Sistema Estadual de Ensino que desenvolviam experiências pedagógicas nos termos do art. 64 da Lei federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, destaca-se:

> - autorização para os estabelecimentos de ensino procederem ajustes às propostas, inclusive os decorrentes de sua adequação à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
>
> - prorrogação da vigência dessas experiências pedagógicas autorizadas e em desenvolvimento no ano letivo de 1997, até o final do ano letivo de 1999;
>
> - definição de 31 de outubro de 1999 como prazo máximo para que esses estabelecimentos de ensino apresentem proposta de Regimento Escolar que contemple o seu projeto pedagógico.

4 – Por sua vez, a Resolução CEED nº 247, de 21 de julho de 1999, dispõe, no art. 1º, que "ficam prorrogados, até 31 de dezembro de 2001, os prazos estabelecidos na Resolução CEED nº 237, de 21 de janeiro de 1998".

5 – A municipalidade atendeu o disposto no art. 1º da Resolução CEED nº 247, de 21 de julho de 1999, encaminhando os textos regimentais para aprovação, sobre os quais foram emitidos os Pareceres CEED nºs 1.202/2003, 1.332/2003, 37/2004 e 402/2004.

6 – O Regimento Escolar da Escola Municipal de 1º Grau Baltazar Teixeira da Silveira, aprovado pelo Parecer CEED nº 1.332/2003, disciplinou a redução dos dias letivos, o que não ocorreu nos demais Regimentos Escolares, cujo registro foi consignado no Projeto Pedagógico.

7 – Nos textos regimentais das escolas, aprovados posteriormente pelos Pareceres CEED nºs 25, 30, 38, 41 e 64 de 2007, não constou a disciplinação da redução dos dias letivos, embora o Projeto Pedagógico tenha explicitado essa questão.

8 – Conforme consta nos documentos da municipalidade, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Manoela da Cunha Teixeira, embora não arrolada no Parecer CEED nº 39/1997, também desenvolve o calendário, a partir do ano de 1999, na forma adotada pelas escolas referidas no mencionado Parecer.

9 – A Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) manifesta-se quanto às peculiaridades das escolas de zona rural ao dispor no seu art. 28:

> Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:
>
> I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
>
> II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
>
> III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Além disso, a LDBEN, ao dispor sobre a educação básica, prevê, em seu art. 23, que está poderá organizar-se em "séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar". O § 2º desse artigo acrescenta: "O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previstas nesta Lei".

10 – Já o Parecer CEED nº 705/97, que orienta o Sistema Estadual de Ensino relativamente à organização do calendário escolar e ao controle da frequência escolar, destaca no subitem 6.2:

> Diferentemente da legislação anterior que estabelecia mínimos de carga horária e de dias letivos, considerados como grandezas independentes, a atual LDB fixa a marca mínima de 200 dias letivos como um critério de distribuição da carga horária.
>
> Assim, a leitura que se faz do texto da lei leva ao entendimento de que a ênfase está no cumprimento de uma carga horária mínima de 800 horas letivas. Disso não se abrirá mão em hipótese alguma. Num segundo momento, deve-se aplicar um critério para a distribuição dessa carga horária dentro do ano letivo. Para tanto, a lei determina que as 800 horas letivas sejam distribuídas ao longo de, no mínimo, 200 dias letivos.
>
> Aparentemente, não há grande diferença em relação ao que a lei anteriormente determinava. Não é assim, todavia.
>
> [...]

11 – A Resolução CEED nº 285, de 14 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a obrigatoriedade de aprovação prévia de Calendário Escolar nos termos da Lei federal nº 9.394/1996 – LDBEN, art. 23, § 2º, prescreve, em seus artigos 1º e 3º, respectivamente:

> Art. 1º – Toda proposta de Calendário Escolar fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, art. 23, § 2º, com menos de 200 dias letivos, deve ser encaminhada previamente ao Conselho Estadual de Educação para análise e manifestação.
>
> [...]
>
> Art. 3º – Somente após a autorização deste Conselho, o Calendário Escolar poderá ser aplicado por instituição de ensino do Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, entrando em vigor no período letivo seguinte ao de sua aprovação.

12 – As escolas do campo do município de São Gabriel asseguraram aos alunos 800 horas letivas, conforme consta no documento inicial encaminhado pela municipalidade, o que concede aos alunos o reconhecimento de seus estudos até o ano letivo de 2011, inclusive.

13 – É imprescindível que as normas emanadas por este Colegiado sejam cumpridas de modo a assegurar o bom ordenamento do Sistema Estadual de Ensino, evitando transtornos na vida escolar dos alunos, tanto por parte da Secretaria da Educação e respectivas Coordenadorias Regionais de Educação, como pela Mantenedora.

14 – As escolas arroladas no item 2 e no item 8 deste Parecer deverão, a partir do ano letivo de 2012, cumprir integralmente o disposto na legislação vigente quanto aos 200 dias letivos e 800 horas-aula anuais por série ou ano, conforme já disciplinado nos Regimentos Escolares aprovados por este Conselho.

15 – Se as peculiaridades locais não permitirem o cumprimento do previsto no item anterior, deverá a municipalidade providenciar o estabelecido na Resolução CEED nº 285, de 14 de dezembro de 2005, sob pena de comprometer o ano letivo de 2012.

CONCLUSÃO

A Comissão de Ensino Fundamental conclui que se responda à consulta formulada pela Prefeitura Municipal de São Gabriel – Secretaria Municipal de Educação, nos termos dos itens 13, 14 e 15 deste Parecer.

Nos Históricos Escolares dos alunos, far-se-á referência ao presente Parecer.

Em 20 de dezembro de 2011.

Marisa Timm Sari – relatora
Vera Luiza Rübenich Zanchet
Elcira Lourdes Machado Bernardi
Jane Bohn
Maria Antonieta Schmitz Backes
Raul Gomes de Oliveira Filho

Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 21 de dezembro de 2011.

Sonia Maria Nogueira Balzano
Presidente

Parecer CEEd nº 156/2012

Toma conhecimento da proposta da Secretaria da Educação de promover alterações em Planos de Estudos de cursos de ensino médio comum e Cursos Normais e em Planos de Curso de Educação Profissional, para o ano letivo de 2012, exclusivamente.
Permite a aplicação emergencial e transitória dos denominados "regimentos referência", exclusivamente no ano letivo de 2012.
Determina que, no decorrer do ano de 2012, sejam encaminhados a exame os Regimentos Escolares dos Cursos Normais e seus respectivos Planos de Estudos.
Determina que, no decorrer do ano de 2012, sejam encaminhados a exame os Regimentos Escolares e os Planos de Curso dos cursos técnicos que vierem a ser oferecidos de forma integrada com o ensino médio.
Determina outras providências.

RELATÓRIO

A Secretaria da Educação encaminha, mediante o Ofício nº 2.337, com data de 28 de dezembro de 2011, proposta de texto regimental aplicável a escolas com cursos de ensino médio integrados à educação profissional, no ano de 2012. O Ofício explica:

> Ao cumprimentá-la, a Secretaria de Estado da Educação, através do seu Departamento Pedagógico, no cumprimento de suas atribuições, atendendo o que preconizam os dispositivos legais;

ao plano de governo 2011-2014, embasada em diagnóstico da realidade do Estado e considerando a reestruturação curricular do Ensino Médio, que estará em desenvolvimento a partir do próximo ano, encaminha a esse egrégio Colegiado a sua proposta de Regimento Referência para as escolas de Educação Profissional Integradas ao Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino.

O Regimento Referência será o referencial teórico que subsidiará a construção do regimento de cada comunidade escolar, sendo fundamental para a validação dos estudos dos alunos no ano de 2012 e orientador da ação pedagógica na perspectiva da Reestruturação Curricular das escolas de Ensino Médio.

2. De igual modo, os Ofícios nº 2.338 e nº 2.339, ambos de 28 de dezembro de 2011, encaminham textos regimentais aplicáveis ao Curso Normal e ao ensino médio comum, denominado “ensino médio politécnico”.

3. Em sua Justificativa, argumenta a Secretaria da Educação:

Para além da grave constatação dos altos índices de reprovação e de evasão, e do senso comum de ineficiência e ineficácia de um curso, a problemática do nível de Ensino Médio remete a um emblemático dilema para os gestores e pesquisadores. Se por um lado, o ensino médio não se constitui, por si só, como acesso ao nível de ensino superior, por outro não se consagra, de forma universal, como formação profissional em nível médio e por eqüência ia, degrau para o Ensino Superior Tecnológico.

Enquanto o texto legal possibilita alternativas de terminalidade, na prática ainda não conseguiu construir um currículo que atenda as necessidades formativas do educando jovem, em suas pretensões pessoais e profissionais, para o exercício pleno de sua cidadania.

Uma das hipóteses é a falta de uma identidade para o ensino médio. Localizado entre os níveis de ensino fundamental e superior, constata-se a ausência de uma necessária articulação com o ensino fundamental, enquanto eqüência de estudos, bem como, não se constitui como etapa indispensável para a construção de projeto de vida do adulto jovem.

Após diversas considerações, conclui:

Portanto, a construção de uma proposta para o Ensino Médio que contemple as perspectivas legais, políticas e sociais passa por um currículo que em relação aos seus blocos constituintes, articula e integra:

– uma formação geral sólida que advêm de uma integração com o nível de ensino fundamental, numa relação vertical, constituindo-se efetivamente como uma etapa da Educação Básica;

– uma parte diversificada, vinculada a atividades da vida e do mundo do trabalho, que se traduz por estreita articulação com as relações do trabalho e setores da produção e suas repercussões na construção da cidadania, com vista à transformação social, que se concretiza nos meios de produção voltados a um desenvolvimento econômico, social e ambiental, numa sociedade que garanta qualidade de vida para todos;

– uma educação profissional e tecnológica que será desenvolvida para o cumprimento dos objetivos da educação nacional, quais sejam o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

4. A Justificativa encerra, explicitando a metodologia de implantação da reforma curricular do ensino médio:

Dessa forma, tendo por referência a Política Educacional constante do Plano de Governo, a construção de uma proposta para o Ensino Médio pressupõe não só o acesso e a permanência do educando jovem na escola, oportunizando os meios necessários, tais como, transporte escolar, alimentação, mas também a sua inserção crítica no mundo do trabalho e o exercício da cidadania.

Para tanto, a Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul apresenta, para a etapa final da Educação Básica, uma reestruturação curricular do Ensino Médio.

Salientamos, por fim, que estes Regimentos, em caráter provisório, servirão para desenvolvimento da ação pedagógica, para a validação dos estudos dos alunos no processo inicial de implantação da reestruturação curricular, até a construção pela comunidade escolar do regimento próprio, bem

como servirão para as escolas que vierem a ser criadas ou transformadas, até a construção do seu próprio regimento.

Firmamos que os regimentos anteriores à reestruturação, ainda serão utilizados na íntegra, no segundo, terceiro e quarto ano respectivamente. No primeiro ano de implantação da Reestruturação Curricular, o Regimento em vigência na escola, ainda terá validade nos aspectos em que não se confrontar com o Regimento Referência, considerando que este contém o referencial teórico e metodológico que deverá, inclusive, orientar a construção do Regimento de cada escola, a partir da Reestruturação Curricular.

5. Em três momentos distintos, a Secretaria da Educação fez-se presente no Conselho Estadual de Educação. Na primeira ocasião, em 3 de agosto de 2011, o Senhor Secretário explanou o Plano Geral, relativamente à qualificação da rede de escolas estaduais de ensino médio. Na segunda, em 11 de outubro, em reunião conjunta das Comissões do Conselho, e na terceira, em 20 de dezembro, em reunião conjunta das Comissões de Ensino Médio e Educação Superior e Especial de Educação Profissional, a Senhora Secretária Adjunta, acompanhada de técnicos da Secretaria de Educação e da Superintendência da Educação Profissional – SUEPRO, detalhou o Plano.

6. Resumidamente, é a seguinte a proposta da Secretaria da Educação:

a) Alterar os Planos de Estudos dos cursos de ensino médio comum das escolas, para oferecer o que denomina de “ensino médio politécnico”;

b) Alterar os Planos de Estudos dos Cursos Normais, para adequá-los, no que diz respeito ao ensino médio, à concepção politécnica;

c) Oferecer, como opção ao aluno, os cursos técnicos sob a forma integrada com o ensino médio;

d) Alterar, em parte, os Regimentos Escolares, mediante a justaposição de “regimentos referência”.

7 - A relação de escolas e respectivos cursos técnicos a serem oferecidos sob a forma integrada ensino médio-formação profissional tem a seguinte conformação:

CRE	*Localidade*	*Escola*	*Curso*
1ª	Porto Alegre	Colégio Estadual Protásio Alves	Administração Contabilidade Informática
1ª	Porto Alegre	Colégio Estadual Presidente Arthur da Costa e Silva	Contabilidade
1ª	Porto Alegre	Escola Técnica Estadual Senador Ernesto Dornelles	Design de Interiores
1ª	Porto Alegre	Colégio Estadual Prof. Elmano Lauffer Leal	Administração
1ª	Porto Alegre	Escola Estadual Técnica em Saúde, no HCPA	Gerência de Saúde
2ª	Campo Bom	Escola Técnica Estadual 31 de Janeiro	Contabilidade
2ª	Portão	Escola Técnica Estadual de Portão	Contabilidade Eletrotécnica Informática
2ª	São Leopoldo	Escola Técnica Estadual Frederico Guilherme Schmidt	Eletromecânica Eletrotécnica
2ª	Taquara	Escola Técnica Estadual Monteiro Lobato	Design de Móveis Eletrônica Eletrotécnica Informática Móveis Mecânica
2ª	Montenegro	Escola Estadual Técnica São João Batista – Centro Estadual de Referência em Educação Profissional	Eletrotécnica

CRE	*Localidade*	*Escola*	*Curso*
2ª	São Leopoldo	Escola Técnica Estadual Visconde de São Leopoldo	Agropecuária
4ª	Farroupilha	Colégio Estadual São Tiago	Contabilidade
5ª	Santana da Boa Vista	Escola Média Estadual Jacinto Inácio	Contabilidade
5ª	São Lourenço do Sul	Escola Técnica Estadual Santa Isabel	Agropecuária
5ª	Canguçu	Escola Técnica Estadual Canguçu	Agricultura Contabilidade
5ª	Piratini	Instituto Estadual de Educação Ponche Verde	Contabilidade
6ª	Candelária	Escola Estadual de Ensino Médio Gastão Bragatti Lepage	Agronegócio
6ª	Encruzilhada do Sul	Colégio Estadual Técnico Dr. Zeno Pereira Luz	Agropecuária
6ª	Venâncio Aires	Escola Estadual de Ensino Médio Wolfram Metzler	Agroindústria
7ª	Guaporé	Escola Estadual Técnica Agrícola Guaporé	Agropecuária
7ª	Passo Fundo	Colégio Estadual Joaquim Fagundes dos Reis	Contabilidade
7ª	Lagoa Vermelha	Escola Estadual Técnica Agrícola Desidério Finamor	Agropecuária
8ª	São Vicente do Sul	Escola Estadual de Ensino Médio São Vicente	Contabilidade
9ª	Cruz Alta	Instituto Estadual de Educação Professor Annes Dias	Contabilidade Secretariado
10ª	Alegrete	Colégio Estadual Emílio Zuñeda	Administração Contabilidade
11ª	Osório	Escola Estadual de Educação Básica Prudente de Morais	Eletrotécnica
11ª	Cidreira	Escola Estadual de Educação Básica Raul Pilla	Administração
11ª	Capão da Canoa	Instituto Estadual Riachuelo	Contabilidade Informática
11ª	Osório	Escola Estadual de Ensino Médio Ildefonso Simões Lopes	Meio Ambiente Agropecuária
12ª	Camaquã	Instituto Estadual de Educação Cônego Luiz Walter Hanquet	Contabilidade
12ª	Guaíba	Instituto Estadual de Educação Gomes Jardim	Administração Celulose e Papel
12ª	São Jerônimo	Instituto Estadual de Educação São Jerônimo	Contabilidade
12ª	Tapes	Instituto Estadual de Educação Cel. Patrício Vieira Rodrigues	Contabilidade
13ª	Bagé	Escola Estadual de Ensino Médio Frei Plácido	Mecânica
13ª	Caçapava do Sul	Instituto Estadual de Educação Dinarte Ribeiro	Administração Contabilidade
14ª	Santo Ângelo	Colégio Estadual Pedro II	Secretariado
14ª	Santo Ângelo	Escola Técnica Estadual Presidente Getúlio Vargas	Eletrotécnica Mecânica
14ª	Guarani das Missões	Escola Estadual Técnica Guaramano – Centro Estadual de Referência em Educação Profissional	Agroindústria
15ª	Viadutos	Escola Estadual de Educação Básica Viadutos	Agricultura
15ª	Erechim	Colégio Estadual Haidée Tedesco Reali	Contabilidade Eletrotécnica Mecânica
15ª	Erechim	Colégio Agrícola Estadual Ângelo Emílio Grando	Agropecuária
16ª	Nova Bassano	Colégio Estadual Pe. Colbachini	Administração
17ª	Santa Rosa	Escola Estadual Técnica Fronteira Noroeste	Agropecuária
20ª	Cerro Grande	Colégio Estadual Dr. Dorvalino Luciano de Souza	Informática
20ª	Palmeira das Missões	Escola Estadual Técnica Celeste Gobbato – Centro Estadual de Referência em Educação Profissional	Agropecuária
20ª	Palmeira das Missões	Colégio Estadual Três Mártires	Administração Contabilidade Informática
20ª	Frederico Westphalen	Escola Estadual Técnica José Cañellas	Administração Contabilidade Secretariado

CRE	*Localidade*	*Escola*	*Curso*
20ª	Pinhal	Escola Estadual de Ensino Médio Ângelo Beltramin	Edificações
20ª	Irai	Instituto Estadual de Educação Visconde de Taunay	Contabilidade
21ª	Bom Progresso	Escola Técnica Estadual Celeiro – ETEC	Agropecuária
21ª	Redentora	Escola Estadual de Educação Básica Feliciano Jorge Alberto	Contabilidade
21ª	Tenente Portela	Escola Estadual de Ensino Básico Professora Cléia Salete Dalberto	Informática
21ª	Três Passos	Escola Estadual de Ensino Médio Águia de Haia	Eletrotécnica
21ª	Humaitá	Instituto Estadual de Educação Maria Cristina - CIEP	Administração
24ª	Cachoeira do Sul	Colégio Estadual Diva Costa Fachin	Contabilidade
24ª	Cachoeira do Sul	Escola Estadual de Educação Básica Borges de Medeiros	Administração
24ª	Cachoeira do Sul	Escola Estadual Técnica Nossa Senhora da Conceição	Agropecuária
25ª	Arvorezinha	Instituto Estadual de Educação Felipe Roman Ros	Contabilidade
25ª	Espumoso	Escola Estadual de Ensino Médio Belizário de Oliveira Carpes	Agropecuária
25ª	Fontoura Xavier	Escola Estadual de Ensino Médio Getúlio Vargas	Agricultura
28ª	Alvorada	Escola Estadual de Educação Básica Professor Gentil Viegas Cardoso	Administração
28ª	Cachoeirinha	Escola Técnica Estadual Marechal Mascarenhas de Moraes	Contabilidade Informática Logística Secretariado
28ª	Gravataí	Colégio Estadual Barbosa Rodrigues	Administração
28ª	Viamão	Escola Estadual Técnica de Agricultura – EETA	Agricultura
28ª	Cachoeirinha	Colégio Agrícola Estadual Daniel de Oliveira Paiva – CADOP	Agropecuária
32ª	Porto Xavier	Instituto Estadual de Educação São Francisco Xavier	Contabilidade
32ª	São Luiz Gonzaga	Escola Técnica Estadual Cruzeiro do Sul	Agropecuária
32ª	Santo Antônio das Missões	Escola Técnica Estadual Achilino de Santis	Agropecuária
35ª	Santiago	Instituto Estadual de Educação Professor Isaías	Contabilidade
35ª	Maçambará	Escola Estadual Técnica Encruzilhada	Agropecuária
36ª	Ajuricaba	Colégio Estadual Comendador Soares de Barros	Administração
36ª	Ijuí	Escola Técnica Estadual 25 de Julho – Centro Estadual de Referência em Educação Profissional	Eletrotécnica Informática Mecânica
36ª	Ijuí	Instituto Estadual de Educação Guilherme Clemente Köhler	Edificações

ANÁLISE DA MATÉRIA

8. Do material encaminhado a exame e, principalmente, dos encontros realizados restou claro que o resultado final que se espera alcançar se situa no plano do idealizado; sua concretização somente se consubstanciará com a participação das escolas, num processo coletivo de construção de novas alternativas curriculares, individualizadas, por escola e por curso.

9. Ficou claro, também, que não há inovação. Toda a descrição que se faz dos objetivos do Ensino Médio remete à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e às Diretrizes Curriculares Nacionais para esse nível de ensino. Não se trata, pois, de uma experiência pedagógica. Trata-se, isso sim, de uma reavaliação da atual oferta e um redirecionamento de ênfases.

10. A observação – especialmente das estatísticas de abandono do curso – tende a mostrar que os alunos não estão conseguindo perceber o ensino médio como significativo para seu futuro acadêmico ou profissional. A intenção explícita da proposta é a interferência nesse setor crítico, levando o aluno a perceber a conclusão da Educação Básica como desejável e imprescindível.

11. Cabe observar, também, que a utilização do termo "politecnia", ou "médio politécnico" é elemento acessório, isto é, não essencial ao projeto. Não se nota coerência com o sentido que os demais países do MERCOSUL emprestam ao termo, nem tampouco com o que já se teorizou sobre o assunto. Isso não invalida seu emprego como marca distintiva da proposta.

12. No que concerne ao ensino médio comum, cujos Planos de Estudos são aprovados em sede de entidade mantenedora, não há óbice para a implantação já para o ano letivo de 2012. Resta, nesse caso, apenas a questão regimental, de que se tratará adiante.

À medida que os novos Regimentos Escolares vierem a ser aprovados nas instâncias decisórias, conforme o definem as normas, os Órgãos Regionais deverão encaminhar exemplares para conhecimento deste Conselho. Cada Coordenadoria escolherá, dentre as escolas de sua jurisdição, aquelas cujos Regimentos Escolares serão encaminhados a exame, de modo que haja:

a) uma escola básica;

b) uma escola que, além do ensino médio, ofereça educação profissional concomitante e/ou subsequente;

c) uma escola que ofereça educação de jovens e adultos; e

d) uma organizada pelo regime de matrícula por disciplina, se houver.

13. No caso do Curso Normal, cujos Planos de Estudos devem ser aprovados por este Conselho, pode-se admitir, em caráter excepcional, para o 1º ano, em 2012, a matriz curricular proposta nos autos e que será visada pela Secretaria-Geral deste Conselho. Durante o ano, porém, cada escola deverá encaminhar para exame sua nova matriz curricular completa, em que a do 1º ano deverá ser idêntica à do expediente.

14. Mais complexa é a situação dos cursos de Educação Profissional, cujas matrizes curriculares, integrantes dos Planos de Curso, estão estruturadas como oferta concomitante ou subsequente ao ensino médio. Um curso com o ensino médio integrado à Educação Profissional é um curso totalmente diferente, razão por que deve merecer aprovação específica.

Pode-se, todavia, também aqui, admitir que, em 2012, sejam utilizadas as matrizes que integram o processo, desde que, até o final do ano os novos Planos de Curso – com o ensino médio integrado à Educação Profissional – sejam aprovados por este Conselho. Igualmente, o primeiro ano dos novos cursos deverá ter sua matriz curricular idêntica à aplicada em 2012 e visada pela Secretaria-Geral deste Conselho.

Certamente, muitos dos cursos relacionados no item 7 e destinados a oferecer a opção integrada com o ensino médio, não terão candidatos suficientes para constituir turma, de modo que a quantidade de processos a examinar, ao longo do ano, deverá se manter num volume administrável. Onde isso acontecer, as ofertas continuarão a ser de cursos de educação profissional concomitantes ou subsequentes ao ensino médio, sem nenhuma alteração e não se lhes aplicando os "regimentos referência".

15. Ficam excluídos de qualquer alteração os cursos em funcionamento em caráter experimental:

CRE	*Localidade*	*Escola*	*Curso*
2ª	São Leopoldo	Escola Técnica Estadual Visconde de São Leopoldo	Florestal
12ª	São Jerônimo	Instituto Estadual de Educação São Jerônimo	Sistemas de Informação
28ª	Viamão	Escola Estadual Técnica de Agricultura – EETA	Pecuária
32ª	Santo Antônio das Missões	Colégio Estadual Tolentina Barcelos Gonçalves	Administração Urbana e Rural

16. Quanto aos, assim denominados, “regimentos referência”, cumpre ressaltar que não substituirão de pleno os Regimentos Escolares aprovados e em vigor. Conforme projeto, servirão de complemento, durante 2012, aos Regimentos Escolares e referencial para a elaboração, durante este mesmo ano, dos novos textos regimentais das escolas. Sendo provisórios e passageiros – aplicáveis somente durante o ano de 2012 – não se caracterizam como regimentos-padrão *stricto sensu*. Assim, é de permitir sua utilização em caráter emergencial e transitório, sem fornecer-lhes *status* definitivo, como regimentos.

O mérito dos “regimentos referência” consiste em explicitar a linha pedagógica a ser seguida pelas escolas estaduais. Nesse sentido é de registrar que é competência da entidade mantenedora sinalizar a orientação a ser seguida por suas escolas, sem que com isso a autonomia pedagógica fique comprometida. A autonomia pedagógica reside na capacidade de a escola se autodeterminar, quanto à forma de cumprir a diretriz curricular definida pela entidade mantenedora. Esse conceito, aliás, se aplica igualmente a entidades públicas e privadas.

17. Como os “regimentos referência” não contam com todos os itens obrigatórios em um documento dessa natureza, não poderão ser utilizados para reger as novas escolas a serem credenciadas. Cumpre, nesse caso, apresentar a exame uma nova minuta de “regimento padrão” que contemple as inovações pretendidas para o “ensino médio politécnico”.

18. Este Conselho, ao mesmo tempo em que identifica na iniciativa da Secretaria da Educação a intenção de promover a qualificação da escola média estadual, expressa sua apreensão com o desenvolvimento desse processo. A adesão da comunidade escolar ao projeto e a capacitação dos docentes das escolas serão de importância capital, para alcançar algum resultado. Da mesma forma, a agilidade e competência dos órgãos regionais em subsidiar as escolas na elaboração dos novos Planos de Estudos, Regimentos Escolares e Planos de Curso é crucial para que se encerre o ano de 2012 com toda a rede formalmente legalizada. Minimizar entraves burocráticos – comuns na administração do Sistema Estadual de Ensino e que contribuem para delongas desnecessárias na tramitação de processos – é condição para que prazos possam ser cumpridos.

CONCLUSÃO

As Comissões de Ensino Médio e Educação Superior, Comissão Especial de Educação Profissional e Comissão de Legislação e Normas concluem por:

a) tomar conhecimento da proposta da Secretaria da Educação de promover alterações em Planos de Estudos de cursos de ensino médio comum, de Cursos Normais e em Planos de Curso de Educação Profissional, para o ano letivo de 2012, exclusivamente;

b) permitir a aplicação emergencial e transitória dos denominados “regimentos referência”, exclusivamente no ano letivo de 2012;

c) determinar que, no decorrer do ano de 2012, sejam encaminhados a exame os Regimentos Escolares dos Cursos Normais e seus respectivos Planos de Estudos reformulados nos termos do item 13 acima;

d) determinar que, no decorrer do ano de 2012, sejam encaminhados a exame os Regimentos Escolares e os Planos de Curso dos cursos técnicos que vierem a ser oferecidos de forma integrada com o ensino médio, nos termos do item 14 acima; e

e) determinar o cumprimento das providências contidas nos itens 12, 15, 16 e 17.

Em 24 de janeiro de 2012
Dorival Adair Fleck – relator
Indiara Souza – relatora
Ruben Werner Goldmeyer – relator
Augusto Deon
Celso Floriano Stefanoski
Domingos Antônio Buffon
Érico Jacó Maciel Michel
Hilda Regina Silveira Albandes de Souza
Jacques Douglas Konzen
Raul Gomes de Oliveira Filho
Viviane Braz Trogildo

Aprovado, por maioria, em sessão plenária de 27 de janeiro de 2012, com o voto contrário dos Conselheiros Marco Antônio Sozo, Dulce Miriam Delan e Neiva Matos Moreno.

Sonia Maria Nogueira Balzano
Presidente

Parecer CEEd nº 157/2012

Orienta sobre o exercício do magistério em estabelecimentos do Sistema Estadual de Ensino, a título efetivo e emergencial.
Consolida normas anteriormente exaradas.
Determina procedimento.

RELATÓRIO

A Secretaria da Educação encaminha o OF/GAB/Seduc/Nº 1.810, de 04 de agosto de 2011, em que registra “a expectativa de que seja encaminhada, nesse Órgão, a proposta […] qual seja, as possibilidades de atuação dos professores nas áreas de conhecimento apontadas pelo Conselho Nacional de Educação, para além da disciplina específica nas quais são licenciados”.

2. A Lei federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que anteriormente fixava as “diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus”, definia, em seu Capítulo V, intitulado “Dos Professores e Especialistas”, as condições gerais para o exercício do magistério. No artigo 40, determinava: “Será condição para exercício de magistério ou especialidade pedagógica o

registro profissional, em órgão do Ministério da Educação e Cultura, dos titulares sujeitos à formação de grau superior". Além disso, reconhecia e abrigava uma solução para um aspecto importante da realidade educacional brasileira: a falta de professores habilitados. São elucidativos, nesse sentido os artigos 77, 78 e 79, *verbis*:

> Art. 77 Quando a oferta de professores, legalmente habilitados, não bastar para atender às necessidades do ensino, permitir-se-á que lecionem, em caráter suplementar e a título precário:
>
> a) no ensino de 1º grau, até a 8ª série, os diplomados com habilitação para o magistério ao nível da 4ª série e 2º grau;
>
> b) no ensino de 1º grau, até a 6ª série, os diplomados com habilitação para o magistério ao nível da 3ª série de 2º grau;
>
> c) no ensino de 2º grau, até a série final, os portadores de diploma relativo à licenciatura de 1º grau.
>
> Parágrafo único. Onde e quando persistir a falta real de professores, após a aplicação dos critérios estabelecidos neste artigo, poderão ainda lecionar:
>
> a) no ensino de 1º grau, até a 6ª série, candidatos que hajam concluído a 8ª série e venham a ser preparados em cursos intensivos;
>
> b) no ensino de 1º grau, até a 5ª série, candidatos habilitados em exames de capacitação regulados, nos vários sistemas, pelos respectivos Conselhos de Educação;
>
> c) nas demais séries do ensino de 1º grau e no de 2º grau, candidatos habilitados em exames de suficiência regulados pelo Conselho Federal de Educação e realizados em instituições oficiais de ensino superior indicados pelo mesmo Conselho.
>
> Art. 78 Quando a oferta de professores licenciados não bastar para atender às necessidades do ensino, os profissionais diplomados em outros cursos de nível superior poderão ser registrados no Ministério da Educação e Cultura, mediante complementação de seus estudos, na mesma área ou em áreas afins onde se inclua a formação pedagógica, observados os critérios estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação.
>
> Art. 79 Quando a oferta de profissionais legalmente habilitados para o exercício das funções de direção dos estabelecimentos de um sistema ou parte deste, não bastar para atender as suas necessidades, permitir-se-á que as respectivas funções sejam exercidas por professores habilitados para o mesmo grau escolar, com experiência de magistério.

3. O registro profissional no Ministério da Educação era regido pela Portaria MEC nº 399, de 29 de junho de 1989, que foi revogada pela Portaria MEC nº 524, de 12 de junho de 1998.

4. Em 1991, este Conselho aprovou o Parecer nº 150, que instituiu, no Sistema Estadual de Ensino, o "Quadro de Referência para o Exercício do Magistério do Ensino de 2º Grau", baseado em "Proposta para Equacionamento das Questões Referentes a Habilitações de 3º Grau e Consequentes Registros do MEC, para Atuar e Prestar Concursos em Disciplinas do Currículo de 2º Grau", encaminhada pela Secretaria da Educação. A iniciativa fundamentava-se na falta de coincidência entre as disciplinas objeto de Registro no MEC, conforme constam relacionadas no Certificado de Registro, e a denominação das disciplinas integrantes dos currículos de escolas estaduais.

5. A Lei federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – não trata explicitamente da questão do exercício do magistério, deixando uma lacuna que abre espaço para posicionamentos às vezes conflitantes em diferentes sistemas de ensino. O Conselho Nacional de Educação tem se manifestado sobre a matéria, dirimindo dúvidas de órgãos estaduais e municipais. Um dos mais exaustivos estudos encontra-se no Parecer CNE/CEB nº 37/2003, que responde "Consulta tendo em vista habilitação profissional de professores, tendo em vista o disposto nos Pareceres CNE/CEB 26/2000 e CNE/CEB 04/2003". Vale a pena, também, examinar o Parecer CNE/CEB nº 43/2006 que constitui o "Reexame do Parecer CNE/CEB nº 1/2004, que trata da consulta de alunos da PUC de Minas Gerais que concluíram o curso de licenciatura plena em Matemática".

6. No contexto da atual LDBEN, entram em cena, também, novas concepções pedagógicas, dentre as quais o tratamento trans ou interdisciplinar dos conteúdos escolares é um dos mais importantes. Em decorrência, as Diretrizes Curriculares Nacionais enfatizam as "áreas de conhecimento" em detrimento da organização dos currículos com "disciplinas" estanques.

7. O Parecer CNE/CEB nº 15/1998, que estabelece as "Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio", explica:

> Os princípios axiológicos que devem inspirar o currículo foram propostos para atender o que a lei demanda quanto a:
>
> - fortalecimento dos laços de solidariedade e de tolerância recíproca;
> - formação de valores;
> - aprimoramento como pessoa humana;
> - formação ética;
> - exercício da cidadania.
>
> A interdisciplinaridade e contextualização foram propostas como princípios pedagógicos estruturadores do currículo para atender o que a lei estabelece quanto às competências de:
>
> - vincular a educação ao mundo do trabalho e à prática social;
> - compreender os significados;
> - ser capaz de continuar aprendendo;
> - preparar-se para o trabalho e o exercício da cidadania;
> - ter autonomia intelectual e pensamento crítico;
> - ter flexibilidade para adaptar-se a novas condições de ocupação;
> - compreender os fundamentos e científico e tecnológicos dos processos produtivos;
> - relacionar a teoria com a prática.
>
> A proposta pedagógica da escola será a aplicação de ambos, princípios axiológicos e pedagógicos, no tratamento de conteúdos de ensino que facilitem a constituição das competências e habilidades valorizadas pela LDB.

8. De tais princípios axiológicos e pedagógicos resulta um currículo estruturado em áreas de conhecimento, assim explicitado no mesmo Parecer:

> Na área de LINGUAGENS E CÓDIGOS estão destacadas as competências que dizem respeito à constituição de significados que serão de grande valia para a aquisição e formalização de todos os conteúdos curriculares, para a constituição da identidade e o exercício da cidadania.
>
> Na área das CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA incluem-se as competências relacionadas à apropriação de conhecimentos da física, da química, da biologia e suas interações ou desdobramentos como formas indispensáveis de entender e significar o mundo de modo organizado e racional como também de participar do encantamento que os mistérios da natureza exercem sobre o espírito que aprende a ser curioso, indagar e descobrir. […]
>
> Na área das CIÊNCIAS HUMANAS, da mesma forma, destacam-se as competências relacionadas à apropriação dos conhecimentos dessas ciências com suas particularidades metodológicas, nas quais o exercício da indução é indispensável. Pela constituição do significados de seus objetos e métodos, o ensino das ciências humanas e sociais deverá desenvolver a compreensão do significado da identidade, da sociedade e da cultura, que configuram os campos de conhecimentos de história, geografia, sociologia, antropologia, psicologia, direito, entre outros. Nesta área se incluirão também os estudos de filosofia e sociologia *necessários ao exercício da cidadania*, para cumprimento do que manda a letra da lei. […].
>
> A presença das TECNOLOGIAS em cada uma das áreas merece um comentário mais longo. A opção por integrar os campos ou atividades de aplicação, isto é, os processos tecnológicos próprios de cada área de conhecimento resulta da importância que ela adquire na educação geral – e não mais apenas na profissional – em especial no nível do ensino médio. Neste a tecnologia é o tema por

> excelência que permite contextualizar os conhecimentos de todas as áreas e disciplinas no mundo do trabalho.

9. Incentivadas por essas concepções, as escolas têm procurado traduzir seus projetos pedagógicos em matrizes curriculares em que a organização “por disciplinas” é substituída pela organização “por áreas de conhecimento”. Na louvável tentativa de aprimorar a qualidade do ensino ofertado esbarram, todavia, no grande óbice que é o descompasso entre as necessidades de alocação de recursos humanos e a política de formação docente em vigor. Essa política, que se mantém rigidamente concentrada na formação de especialistas em detrimento da formação por áreas de conhecimento, já foi reconhecida como problemática pelo próprio Conselho Nacional de Educação no Parecer já citado:

> Esses papéis, complementares na permanente tensão que mantêm entre si, desenham um novo perfil de gestão educacional a nível dos sistemas estaduais. O aprendizado desse novo perfil de gestão será talvez mais importante do que aquele que as escolas deverão viver para converter suas práticas pedagógicas, porque a autonomia escolar é, ainda, mais visão que realidade. Depende portanto do fomento e do apoio das instancias centrais, executivas e normativas.
>
> Tal como estão formuladas, a implementação destas DCNEM, mais do que outras normas nacionais, requerem esse fomento e apoio às escolas para estimulá-las, fortalecê-las e qualificá-las a exercer uma autonomia responsável por seu próprio desenvolvimento curricular e pedagógico. Em outras palavras, o paradigma de currículo proposto não resiste ao enrijecimento e à regulamentação que compõem o estilo dominante de gestão até o presente.
>
> Do comportamento das universidades e outras instituições de ensino superior dependerá também, em larga medida, o êxito da concretização destas diretrizes curriculares para o ensino médio, com o qual elas mantêm dois tipos de articulação importantes: como nível educacional que receberá os alunos egressos e como responsável pela formação dos professores.
>
> […]
>
> A preparação de professores, pela qual o ensino superior mantém articulação decisiva com a educação básica, foi insistente e reiteradamente apontada como a maior dificuldade para a implementação destas DCNEM, por **todos** os participantes, em **todos** os encontros mantidos durante a preparação deste Parecer. Maior mesmo que os condicionantes financeiros. Uma unanimidade de tal ordem possui peso tão expressivo que dispensa maiores comentários ou análises. Um peso que deve ser transferido às instituições de ensino superior, para que o considerem quando, no exercício de sua autonomia, assumirem as responsabilidades com o país e com a educação básica que considerem procedentes. (grifo do original)

10. A carência de professores habilitados, hoje, não é, certamente, a mesma que era em 1971, quando foi promulgada a Lei federal n° 5.692/1971. Se naquele tempo era a regra, hoje é a exceção. Mas, mesmo sendo exceção, precisa ser definido o tratamento a ser dado, se ou quando ocorrer. Sem dúvida, a maior carência situa-se no âmbito da educação profissional, dada a especificidade dos conteúdos a desenvolver e para os quais nem mesmo existem Licenciaturas.

11. Com isso, apresentam-se seis temas que merecem exame neste Parecer:

a) O direito a lecionar de professores formados na vigência da Portaria MEC nº 399/1989;

b) O direito a lecionar de professores formados após a revogação da Portaria MEC nº 399/1989;

c) A docência de Línguas Estrangeiras;

d) A docência de Ensino Religioso;

e) O direito a lecionar no caso de currículos organizados por “área de conhecimento”;

f) O exercício do magistério em caráter emergencial, na Educação Profissional.

ANÁLISE DA MATÉRIA

O direito a lecionar de professores formados na vigência da Portaria MEC nº 399/1989

12. Não paira dúvida de que licenciados que concluíram, ou mesmo apenas iniciaram seus estudos durante a vigência da Portaria nº 399/1989 do MEC mantém seu direito a lecionar as disciplinas relacionadas a seu curso superior. Para plena clareza, reproduzem-se, adiante, em quadro, as prerrogativas que aquela norma lhes atribuía.

O direito a lecionar de professores formados após a revogação da Portaria MEC nº 399/1989

13. Licenciados que iniciaram seus estudos após a revogação da Portaria nº 399/1989 são, em geral, considerados habilitados tão somente na "disciplina" que consta como área de formação. Todavia não há razão para que não se lhes atribua – especialmente na ausência de norma restritiva – os mesmos direitos que assistem aos que se formaram anteriormente. Assim, no Sistema Estadual de Ensino, todos os licenciados têm o direito a lecionar as "disciplinas", conforme discriminação feita pela Portaria nº 399/1989.

Insiste-se, aqui, no uso do termo "disciplina", eis que a norma que preside esses direitos alcança legitimidade plena no contexto de uma lei que não acolhia os currículos organizados por área de conhecimento. Desse tema tratar-se-á na seção seguinte.

14. O quadro referência, baseado na Portaria nº 399/1989, é apresentado a seguir em duas partes: a primeira referente ao Ensino Fundamental e, a segunda, ao Ensino Médio.

14.1. Exercício do magistério no Ensino Fundamental:

Licenciatura	***Tipo***	***Disciplinas***
Artes Práticas	Curta	Artes Industriais, Técnicas Comerciais, Técnicas Agrícolas e Educação para o Lar, de acordo com a habilitação
Ciências	Curta	Ciências e Matemática
Ciências – Biologia	Plena	Ciências e Matemática
Ciências – Física	Plena	Ciências e Matemática
Ciências – Matemática	Plena	Ciências e Matemática
Ciências – Matemática	Plena	Ciências e Matemática
Ciências – Química	Plena	Ciências e Matemática
Ciências Biológicas	Plena	Ciências
Física	Plena	Matemática
História Natural	Plena	Ciências
Matemática	Plena	Matemática e Desenho Geométrico
Química	Plena	Matemática
Ciências Agrícolas	Plena	Técnicas Agrícolas
Ciências Sociais	Plena	Estudos Sociais, História, Geografia e Organização Social e Política do Brasil
Dança	Plena	Dança
Desenho e Plástica	Plena	Artes Aplicadas, Desenho, História da Arte, Modelagem e Artes Plásticas
Economia Doméstica	Plena	Economia Doméstica e Educação Familiar
Educação Artística	Curta	Educação Artística, Artes Plásticas, Artes Cênicas, Música e Desenho
Educação Física	Curta	Educação Física
Enfermagem	Plena	Programas de Saúde
Estudos Sociais	Curta	História, Geografia, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil

Licenciatura	*Tipo*	*Disciplinas*
Estudos Sociais – Educação Moral e Cívica	Plena	História, Geografia, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil
Estudos Sociais – História	Plena	História, Geografia, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil
Estudos Sociais – Geografia	Plena	Geografia, História, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil
Filosofia	Plena	História
Fonoaudiologia	Plena	Teoria e Prática Fonoaudiológicas
Geografia	Plena	Geografia e História
História	Plena	História, Geografia e Organização Social e Política do Brasil
Letras	Curta	Português e Literaturas de Língua Portuguesa e Língua Estrangeira e respectiva Literatura, conforme a habilitação
Música	Plena	Música
Nutrição	Plena	Nutrição
Pedagogia	Curta	Magistério Educação Infantil e anos iniciais
Pedagogia	Plena	História, Magistério Educação Infantil e anos iniciais
Pedagogia – Magistério séries iniciais	Plena	Magistério Educação Infantil e anos iniciais
Pedagogia – Deficientes Mentais	Plena	Magistério para Deficientes Mentais
Pedagogia – Deficientes da Visão	Plena	Magistério para Deficientes da Visão
Pedagogia – Magistério do Pré-Escolar	Plena	Magistério na Educação Infantil
Pedagogia – Classes de Alfabetização	Plena	Magistério para Classes de Alfabetização
Pedagogia – Formação de Professores para Pré –Primário	Plena	Magistério na Educação Infantil
Pedagogia – Magistério do Pré-Escolar a 4ª Série	Plena	Magistério Educação Infantil e anos iniciais

14.2. Exercício do magistério no Ensino Médio:

Licenciatura	*Tipo*	*Disciplinas*
Ciências – Biologia	Plena	Biologia
Ciências – Física	Plena	Física
Ciências – Matemática	Plena	Matemática
Ciências – Química	Plena	Química
Ciências Biológicas	Plena	Biologia
Física	Plena	Física, Química e Matemática
História Natural	Plena	Mineralogia e Geologia e Biologia
Matemática	Plena	Matemática e Física
Química	Plena	Química e Física
Ciências Agrícolas	Plena	Zootecnia, Agricultura, Construções e Instalações, Irrigação e Drenagem e Culturas
Ciências Sociais	Plena	Sociologia, Elementos de Economia e Geografia Humana
Dança	Plena	Dança
Desenho e Plástica	Plena	Artes Aplicadas, Desenho, História da Arte, Modelagem e Artes Plásticas
Economia Doméstica	Plena	Economia Doméstica e Educação Familiar
Educação Artística	Plena	Educação Artística, História da Arte, Artes Plásticas, Artes Cênicas, Música e Desenho
Educação Física	Plena	Educação Física
Enfermagem	Plena	Higiene, Enfermagem e Programas de Saúde
Estudos Sociais – Educação Moral e Cívica	Plena	Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil
Estudos Sociais – História	Plena	História, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil
Estudos Sociais – Geografia	Plena	Geografia, Educação Moral e Cívica e Organização

Licenciatura	*Tipo*	*Disciplinas*
		Social e Política do Brasil
Filosofia	Plena	Filosofia, Psicologia, Sociologia e História
Fonoaudiologia	Plena	Teoria e Prática Fonoaudiológicas
Geografia	Plena	Geografia
História	Plena	História e Organização Social e Política do Brasil
Letras	Plena	Português e Literaturas de Língua Portuguesa e Língua Estrangeira e respectiva Literatura, conforme a habilitação
Música	Plena	Música
Nutrição	Plena	Nutrição
Pedagogia	Plena	Magistério das Matérias Pedagógicas do Curso Normal: Metodologia do Ensino Fundamental, Psicologia da Educação, Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, História da Educação, Estrutura e Funcionamento do Ensino, Didática e Fundamentos da Educação
Pedagogia – Orientação Educacional	Plena	Estrutura e Funcionamento do Ensino e Medidas Educacionais
Pedagogia – Administração Escolar	Plena	Estrutura e Funcionamento do Ensino e Estatística Aplicada à Educação
Pedagogia – Inspeção Escolar	Plena	Estrutura e Funcionamento do Ensino e Legislação do Ensino
Pedagogia – Tecnologia Educacional	Plena	Estrutura e Funcionamento do Ensino
Pedagogia – Administração e Planejamento Escolar	Plena	Estrutura e Funcionamento de Ensino
Psicologia	Plena	Psicologia

15. Continua inteiramente válido, também, o quadro referência contido no Parecer CEED nº 150/91, referente, exclusivamente, ao Ensino Médio, em que a indicação "efetivo" significa o pleno direito ao exercício do magistério e a indicação "emergencial" significa ser aceitável o exercício na falta de quem possa assumi-lo efetivamente e que a seguir se transcreve:

GRUPO 1 – LICENCIATURAS PLENAS

Licenciatura	*Efetivo*	*Emergencial*
Licenciatura Plena em Artes Cênicas Licenciatura Plena em Arte Dramática	Artes Cênicas Educação Artística História da Arte	
Licenciatura Plena em Artes Plásticas	Desenho, História da Arte, Modelagem e Artes Plásticas, Educação Artística, Desenho Geométrico, Projetos de Decoração, Materiais de Revestimento	
Licenciatura Plena em Dança	Dança, Educação Artística	História da Arte
Licenciatura Plena em Desenho e Plástica	Desenho, História da Arte, Modelagem e Artes Plásticas, Educação Artística, Desenho Geométrico, Projetos de Decoração, Materiais de Revestimento	
Licenciatura Plena em Educação Artística	Educação Artística, Artes Plásticas, Artes Cênicas, Música, Desenho, História da Arte, Desenho Geométrico, Projetos de Decoração, Materiais de Revestimento	
Licenciatura Plena em Música	Música Educação Artística	História da Arte

Licenciatura	*Efetivo*	*Emergencial*
Licenciatura Plena em Enfermagem	Higiene, Enfermagem, Enfermagem Cirúrgica, Enfermagem Materno-Infantil, Fundamentos da Enfermagem, Enfermagem Médica, Enfermagem Neuropsiquiátrica, Enfermagem em Saúde Pública. Programas de Saúde Higiene Alimentar, Nutrição e Dietética, Higiene e Profilaxia, Noções de Administração de Unidade de Enfermagem, Anatomia e Fisiologia Humanas, Microbiologia e Parasitologia	Biologia Química Química Orgânica
Licenciatura Plena em Ciências Biológicas	Biologia, Ciências Físicas e Biológicas, Microbiologia e Parasitologia, Anatomia e Fisiologia Humanas, Curtimento, Couros e Peles, Programas de Saúde	Física, Química, Matemática, Físico-Química
Licenciatura Plena em Física	Física, Matemática Metrologia, Máquinas Térmicas, Mecânica Básica, Máquinas e Instalações Elétricas, Medidas Elétricas, Termodinâmica, Eletricidade, Organização e Normas, Eletrônica, Eletrotécnica, Eletromecânica, Fundamentos de Eletrônica, Desenho Geométrico, Desenho Técnico, Ciências Físicas e Biológicas	Química, Físico-Química, Biologia
Licenciatura em História Natural	Biologia Mineralogia e Geologia Ciências Físicas e Biológicas Microbiologia e Parasitologia Anatomia e Fisiologia Humanas, Curtimento, Couros e Peles, Programas de Saúde	Física, Química, Matemática, Físico-Química
Licenciatura Plena em Matemática	Matemática Desenho Geométrico Física Matemática Financeira	Química, Físico-Química Biologia, Ciências Físicas e Biológicas
Licenciatura Plena em Química	Química, Física Ciências Físicas e Biológicas Análise Química, Processos Industriais, Corrosão, Operações Unitárias, Química Orgânica, Química Inorgânica, Físico-Química, Petroquímica, Análise Química Qualitativa, Análise Química Quantitativa, Organização e Normas, Curtimento, Couros e Peles, Controle de Qualidade	Matemática, Biologia
Licenciatura Plena em Educação Física	Educação Física Recreação e Jogos Educação para o Lazer	Programas de Saúde
Licenciatura Plena em Estudos Sociais	Educação Moral e Cívica Organização Social e Política do Brasil Estudos Regionais Estudos Rio-Grandenses História Geografia Estudos Sociais	Sociologia História da Educação Filosofia
Licenciatura Plena em Estudos Sociais: habilitação em Educação Moral e Cívica	Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil, Estudos Regionais, Estudos Rio-Grandenses, Estudos Sociais	História Geografia
Licenciatura Plena em Estudos Sociais: habilitação em Geografia	Geografia Estudos Regionais Estudos Rio-Grandenses Estudos Sociais	História, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil

Licenciatura	*Efetivo*	*Emergencial*
Licenciatura Plena em Estudos Sociais: habilitação em História	História Estudos Regionais Estudos Rio-Grandenses Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil Estudos Sociais	Filosofia Geografia Sociologia História da Educação
Licenciatura Plena em Geografia	Geografia Estudos Regionais Estudos Rio-Grandenses Estudos Sociais	História, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil
Licenciatura Plena em História	História Organização Social e Política do Brasil Educação Moral e Cívica Estudos Regionais Estudos Rio-Grandenses Estudos Sociais	Geografia, Sociologia, Filosofia, História da Educação
Licenciatura Plena em Ciências Sociais	Sociologia, Elementos de Economia, Geografia Humana, Organização Social e Política do Brasil, Estudos Regionais, Estudos Rio-Grandenses, Educação Moral e Cívica	História, Geografia, Sociologia da Educação, Filosofia
Licenciatura Plena em Filosofia	Filosofia Psicologia Sociologia História Estudos Regionais Estudos Rio-Grandenses	Filosofia da Educação Psicologia da Educação Sociologia da Educação Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil, História da Arte, História da Educação
Habilitação Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau Habilitação em Orientação Educacional		Filosofia Sociologia Psicologia História
Habilitação em Administração Escolar Habilitação em Administração e Planejamento Escolar		Técnicas em Secretariado
Habilitação em Formação de Secretário de Escola		Estrutura e Funcionamento do Ensino Filosofia Sociologia Psicologia História

Licenciatura	*Efetivo*	*Emergencial*
Habilitação em Inspeção Escolar Habilitação em Supervisão Escolar Habilitação em Tecnologia Educacional Habilitação do Magistério das Séries Iniciais do 1º Grau Habilitação em Deficientes da Audiocomunicação Habilitação em Deficientes Mentais Habilitação em Deficientes da Visão Habilitação para Educação Pré-Escolar Habilitação em Magistério para Classes de Alfabetização Habilitação em Formação de Professores para Pré-Primário Habilitação de Magistério do Pré-Escolar a 4ª Série		Filosofia Sociologia Psicologia História
Licenciatura Plena em Letras	Português, Língua Portuguesa, Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Literatura, Redação e Expressão, Línguística, Sistema Fonético, Morfologia, Sintaxe e Estilística Literaturas da Língua Portuguesa Língua Estrangeira e respectiva Literatura	História da Arte Técnicas de Secretariado
Licenciatura Plena em Psicologia	Psicologia, Psicologia da Educação, Relações Humanas, Orientação Ocupacional, Psicologia das Relações Humanas, Psicologia e Segurança do Trabalho, Psicologia do Trabalho, Relações Públicas e Humanas no Trabalho	Filosofia
Licenciatura Plena em Fonoaudiologia	Teoria e Prática Fonoaudiológicas	
Licenciatura Curta em Ciências com Plena em Biologia	Biologia, Ciências Físicas e Biológicas, Mineralogia, Geologia, Microbiologia, Parasitologia, Anatomia e Fisiologia Humanas, Curtimento, Couros e Peles, Programas de Saúde	Física Química Matemática Físico-Química
Licenciatura Curta em Ciências com Plena em Física	Física, Ciências Físicas e Biológicas, Metrologia, Máquinas Térmicas, Mecânica Básica, Máquinas e Instalações Elétricas, Medidas Elétricas, Termodinâmica, Eletricidade, Organização e Normas, Eletrônica, Eletrotécnica, Fundamentos de Eletrônica, Desenho Técnico, Desenho Geométrico	Matemática Química Biologia Físico-Química Programas de Saúde
Licenciatura Curta em Ciências com Plena em Matemática	Matemática, Desenho Geométrico, Matemática Financeira	Ciências Físicas e Biológicas, Física, Química, Biologia Programas de Saúde
Licenciatura Curta em Ciências com Plena em Química	Química, Ciências Físicas e Biológicas, Físico-Química, Análise Química, Processos Industriais, Corrosão, Operações Unitárias, Química Orgânica, Química Inorgânica, Análise Química Qualitativa, Análise Química Quantitativa, Organização e Normas, Curtimento, Couros e Peles, Controle de Qualidade	Física Biologia Matemática Programas de Saúde

GRUPO 2 – CURSO DE COMPLEMENTAÇÃO DE ESTUDOS I (Esquema I)

Curso Superior	***Efetivo***	***Emergencial***
Agronomia Engenharia Agrícola	Agricultura, Adubos e Adubação, Defesa Sanitária Vegetal, Conservação e Recuperação de Solos, Culturas, Floricultura e Jardinagem, Olericultura, Fruticultura, Silvicultura, Forragens e Pastagens, Culturas Regionais e Forrageiras, Irrigação e Drenagem, Zootecnia, Genética Animal Aplicada, Anatomia e Fisiologia, Alimentos e Alimentação, Defesa Sanitária Animal, Criações, Apicultura, Avicultura, Ovinocultura, Suinocultura, Bovinocultura, de Leite, Bovinocultura de Corte, Administração e Economia Rural, Cooperativismo, Extensão Rural, Manejo de Máquinas e Implementos Agrícolas, Mecanização Agrícola, Agroindústria, Manutenção e Operação de Máquinas e Implementos Agrícolas, Desenho e Topografia, Construções e Instalações, Ecologia	Física, Química, Biologia, Programas de Saúde, Matemática Ciências Físicas e Biológicas
Zootecnia Medicina Veterinária	Zootecnia, Genética Animal Aplicada, Anatomia e Fisiologia, Alimentos e Alimentação, Defesa Sanitária Animal, Criações, Apicultura, Avicultura, Ovinocultura, Suinocultura, Bovinocultura de Leite, Bovinocultura de Corte, Administração e Economia Rural, Cooperativismo, Construções e Instalações, Ecologia, Extensão Rural	Física, Química, Biologia, Programas de Saúde Ciências Físicas e Biológicas
Engenharia Florestal	Silvicultura, Exploração e Industrialização Florestal, Administração e Economia Florestal, Desenho e Topografia, Construções e Instalações Rurais, Solos, Ecologia, Tecnologia e Industrialização Florestal, Mecanização Florestal, Organização do Trabalho Florestal, Transporte e Estradas Florestais, Economia, Legislação e Política Florestal, Apicultura, Extensão Rural, Fruticultura, Sistemas Agroflorestais, Administração e Economia Rural	Física, Química, Biologia, Programas de Saúde Ciências Físicas e Biológicas

Engenharia Civil Arquitetura e Urbanismo Arquitetura	Desenho, Desenho Técnico, Desenho Geométrico, Topografia, Solos, Desenho Arquitetônico, Geometria Descritiva, Perspectiva, Desenho Topográfico, Construção Civil, Instalações Elétricas, Instalações Hidráulicas, Concreto, Orçamento e Cronograma, Resistência dos Materiais, Construção de Vias de Transportes, Construção de Obras Hidráulicas e Saneamento, Projeto de Vias de Transporte, Projeto de Obras Hidráulicas e Saneamento, Estabilidade de Construções, Custos e Orçamentos, Organização e Normas, Materiais de Construção, Máquinas e Equipamentos, Higiene e Segurança do Trabalho, Projeto de Decoração, Materiais de Revestimento	Física Química Matemática
Engenharia Elétrica	Eletricidade, Organização e Normas, Termodinâmica, Máquinas Elétricas, Instalações Elétricas, Projetos, Medidas Elétricas, Desenho, Desenho Técnico, Desenho Geométrico	Física Química Matemática
Engenharia Eletrônica	Eletricidade, Organização e Normas, Análise de Circuitos, Eletrônica Industrial, Informática, Instrumentação, Linguagem de Programação, Telecomunicações, Televisão, Técnicas Digitais, Programação Eletrônica, Projetos, Eletrônica, Desenho, Desenho Técnico, Desenho Geométrico, Termodinâmica, Computação, Periféricos, Eletrônica Aplicada, Fundamentos de Eletrônica, Elementos de Programação, Microprocessadores, Tópicos de Eletrônica, Eletrônica Digital, Processamento de Dados, Fundamentos de Processamento de Dados	Física Química Matemática
Engenharia Mecânica Engenharia Metalúrgica	Mecânica, Organização e Normas, Elementos de Máquinas, Máquinas Motrizes, Resistência dos Materiais, Tecnologia Mecânica, Ensaios Mecânicos, Metrologia, Projetos Mecânicos, Controle de Qualidade, Máquinas Térmicas, Máquinas Motrizes e Operatrizes, Metalurgia, Prática de Máquinas, Mecânica Básica, Produção Mecânica, Desenho, Desenho Técnico, Desenho Geométrico, Máquinas e Instalações Elétricas, Instalações Elétricas, Máquinas Elétricas, Medidas Elétricas, Projetos, Termodinâmica, Metalurgia, Siderurgia, Trabalho Metalúrgico, Conformação Mecânica, Metalurgia Geral, Metalurgia Física, Beneficiamento	Física Química Matemática

Engenharia Química Química Industrial	Análise Química, Processos Industriais, Corrosão, Operações Unitárias, Petroquímica, Organização e Normas, Físico-Química, Química Orgânica, Química Inorgânica, Química Analítica, Química Orgânica Aplicada, Química, Análise Química Qualitativa, Análise Química Quantitativa, Curtimento, Controle de Qualidade, Couros e Peles	Física Matemática
Engenharia de Segurança do Trabalho Engenharia ou Arquitetura com certificação de conclusão de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho Registro de Engenharia de Segurança do Trabalho expedido pelo Ministério do Trabalho Certificado de Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho do Ministério do Trabalho	Higiene e Segurança do Trabalho, Desenho Técnico, Desenho, Desenho Geométrico, Princípios de Tecnologia Industrial, Higiene e Medicina do Trabalho, Ergonomia, Tecnologia e Prevenção de Combate a Sinistros, Prevenção e Controle de Perdas, Administração e Legislação Aplicada, Administração Geral, Organização Industrial, Legislação Aplicada, além das disciplinas específicas relacionadas ao ramo do curso básico de Engenharia	Física Química Matemática
Administração de Empresas Ciências Contábeis Ciências Econômicas	Estatística, Cooperativismo, Economia e Mercados, Contabilidade e Custos, Contabilidade, Matemática Financeira, Organização e Técnica Comercial, Organização de Empresas, Doutrina do Cooperativismo, Administração Aplicada à Organização e seus Recursos, Administração, Comercialização, Administração de Recursos Humanos, Administração de Material – Produção e Vendas, Administração Financeira e Orçamentária, Administração de Pessoal, Operações e Sistemas Financeiros, Câmbio e Valores, Operações Bancárias	Matemática Processamento de Dados, Mecanografia e Processamento de Dados, Informática, Fundamentos de Processamento de Dados, Computação
Tecnólogo em Processamento de Dados	Processamento de Dados, Mecanografia e Processamentos de Dados, Técnicas de Programação, Linguagem de Programação, Técnicas de Operação, Fundamentos de Processamento de Dados, Introdução a Sistemas Operacionais, Informática, Computação, Técnicas Digitais, Periféricos, Elementos de Programação, Microprocessadores	Física Matemática
Estatística	Estatística	Matemática
Comunicação Social Jornalismo Publicidade e Propaganda Relações Públicas	Comercialização, Publicidade, Redação e Expressão	Português
Comunicação Visual	Desenho, Desenho Técnico, Desenho Geométrico	Educação Artística
Direito Ciências Jurídicas	Direito e Legislação, Organização Legal do Trabalho, Doutrina do Cooperativismo, Administração de Pessoal, Legislação Aplicada, Administração de Recursos Humanos	Organização Social e Política do Brasil, Educação Moral e Cívica, Filosofia

Secretariado Bacharel em Letras: Secretariado	Técnicas de Secretariado	Português
Arquivologia	Organização em Técnicas em Arquivo, Documentação e Arquivo	
Biblioteconomia	Biblioteconomia, Técnicas de Secretariado	
Odontologia	Anatomia e Escultura Dental, Material de Prótese, Equipamentos e Instrumentos, Prótese Odontológica, Organização	Química, Biologia, Programas de Saúde
Nutrição	Higiene Alimentar, Administração, Nutrição e Dietética, Bromatologia, Noções de Legislação Aplicada, Programas de Saúde	Biologia
Farmácia	Microbiologia e Parasitologia, Bromatologia, Análise Química, Programas de Saúde	Química, Biologia, Ciências Físicas e Biológicas
Enfermagem Medicina	Higiene e Profilaxia, Anatomia e Fisiologia Humanas, Microbiologia e Parasitologia, Nutrição e Dietética, Introdução à Enfermagem, Noções de Administração de Unidades de Enfermagem, Enfermagem Médica, Enfermagem Cirúrgica, Enfermagem Materno-Infantil, Enfermagem Neuropsiquiátrica, Enfermagem em Saúde Pública, Programas de Saúde, Higiene Alimentar, Nutrição e Dietética	Biologia Química Ciências Físicas e Biológicas Físico-Química
Psicologia	Psicologia, Psicologia da Educação, Relações Humanas, Orientação Ocupacional, Psicologia das Relações Humanas, Psicologia e Segurança do Trabalho, Psicologia do Trabalho, Relações Públicas e Humanas no Trabalho	Filosofia

GRUPO 3 – CURSO DE COMPLEMENTAÇÃO DE ESTUDOS II (Esquema II)

Habilitação em nível médio	***Efetivo***	***Emergencial***
Técnicas Agropecuárias	Agricultura, Zootecnia, Economia e Administração Rural, Adubos e Adubação, Defesa Sanitária Vegetal, Conservação e Recuperação do Solo, Floricultura e	Programas de Saúde Biologia
Técnicas Agropecuárias	Jardinagem, Olericultura, Fruticultura, Silvicultura, Forragens e Pastagem, Irrigação e Drenagem, Genética Animal Aplicada, Anatomia e Fisiologia, Alimentos e Alimentação, Defesa Sanitária Animal, Apicultura, Avicultura, Ovinocultura, Suinocultura, Bovinocultura de Leite, Bovinocultura de Corte, Administração e Economia Rural e Cooperativismo, Extensão Rural, Manejo de Máquinas e Implementos Agrícolas, Desenho e Topografia, Construções e Instalações, Desenho, Fruticultura e Sistemas Agroflorestais, Construções e Instalações Rurais	
Técnico em Eletricidade	Eletricidade, Desenho, Instalações Elétricas, Máquinas Elétricas, Projetos, Medidas Elétricas	Física Matemática

Habilitação em nível médio	*Efetivo*	*Emergencial*
Técnico em Eletrônica	Eletrônica, Desenho, Eletrônica Industrial, Informática, Instrumentação, Linguagem de Programação, Telecomunicações, Televisão, Técnicas Digitais, Programação Eletrônica, Projetos	Física Matemática
Habilitação em Comércio Área de Comércio	Economia Mercadologia Organização e Normas Técnicas Técnicas Comerciais Contabilidade Legislação Aplicada	Matemática
Técnico em Mecânica	Mecânica, Desenho, Elemento de Máquinas, Máquinas Motrizes, Resistência dos Materiais, Ensaios Mecânicos, Metrologia, Projetos Mecânicos, Controle de Qualidade, Máquinas Térmicas, Máquinas Motrizes e Operatrizes, Metalurgia, Prática de Máquinas, Mecânica Básica, Tecnologia Mecânica	Física Matemática
Área de Secretariado	Técnica Profissional, Técnicas de Secretariado, Estenografia, Arquivística, Biblioteconomia	

GRUPO 4 – LICENCIATURAS CURTAS

Licenciatura	*Efetivo*	*Emergencial*
Ciências		Matemática Física Química Ciências Físicas e Biológicas
Educação Artística		Educação Artística História da Arte Desenho
Educação Física		Educação Física
Estudos Sociais		Estudos Sociais Organização Social e Política do Brasil, Educação Moral e Cívica, História, Geografia
Letras		Português, Literatura, Redação e Expressão, Técnicas de Secretariado, Língua Estrangeira
Licenciatura Monovalente do PREMEM		Disciplinas com Registro para lecionar no Ensino Fundamental

A docência de línguas estrangeiras

16. A docência das línguas estrangeiras, conforme Resolução CEEd nº 319, de 18 de janeiro de 2012, pode ser exercida, no ensino fundamental e no ensino médio, por:

a) portador de licenciatura plena em Letras, com habilitação na língua estrangeira pretendida;

b) portador de licenciatura curta em Letras, com habilitação na língua estrangeira pretendida;

c) portador de qualquer licenciatura em Letras, com certificado de proficiência na língua estrangeira pretendida;

d) portador de qualquer licenciatura, em outra área ou disciplina, com certificado de proficiência na língua estrangeira pretendida; e

e) estudante do curso de Letras, preferencialmente de último ano, com habilitação na língua estrangeira objeto da docência, quando comprovada a inexistência dos profissionais relacionados nas alíneas anteriores.

17. Os exames de proficiência mais comuns são os seguintes:

17.1. ALEMÃO – da Universidade de Munique, e aplicado pelo Instituto Goethe:

a) Certificado de Alemão como Língua Estrangeira *(Zertifikat Deutsch als Fremdsprache / ZDaF),* para o ensino fundamental; e

b) Exame Central Nível Médio *(Zentrale Deutschprüfung / ZDP),* para o ensino médio;

17.2. ESPANHOL – outorgado pelo Instituto Cervantes, em nome do Ministério de Educação, Cultura e Esporte da Espanha:

§ 1º Diploma de Espanhol como Língua Estrangeira – DELE – *(Diploma de Español como Lengua Extranjera)*

17.3. FRANCÊS – certificação concedida pelo Ministério da Educação da França, e exames aplicados pela Aliança Francesa:

a) Diploma de Estudos em Língua Francesa – DELF *(Diplome d'Études em Langue Française).*

b) Diploma aprofundado de Língua Francesa – DALF *(Diplome Approfondi de Langue Française).*

17.4. INGLÊS

17.4.1. Cambridge – patrocinado pela Universidade de Cambridge, Inglaterra e aplicado pela Cultura Inglesa:

a) Certificado em Inglês Avançado – CAE *(Certificate in Advanced English);* e

b) Certificado de Proficiência em Inglês – CPE *(Certificate of Proficiency in English).*

17.4.2. City & Guilds Pitman Qualifications:

§ 2º Certificado de Inglês para Falantes de outras Línguas – ESOL *(English for Speakers of Other Languages).*

17.4.3. Michigan – patrocinado pela Universidade de Michigan, Estados Unidos:

a) Exame para Certificação de Competência em Inglês – ECCE *(Examination for the Certificate of Competency in English)*; e

b) Exame para Certificação de Proficiência em Inglês – ECPE *(Examination for the Certificate of Proficiency in English).*

17.5. ITALIANO

a) Certificado de Conhecimento da Língua Italiana – CELI *(Certificato di Conoscenza della íngua Italiana),* concedido pela Universidade para Estrangeiros de Perugia; e

b) Certificado de Italiano como Língua Estrangeira – CILS *(Certificato di Italiano come íngua Straniera),* concedido pela Universidade para Estrangeiros de Siena.

A docência de Ensino Religioso

18. Para lecionar o componente Ensino Religioso na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, exigir-se-á, tão somente, como formação mínima, o curso normal, ou correspondente.

A partir do 6º ano do ensino fundamental, e no ensino médio, exigir-se-á a Licenciatura em Ensino Religioso, ou Licenciatura em Religião ou, como habilitação mínima, a licenciatura em qualquer área do currículo, secundada por um curso específico de formação na área do Ensino Religioso, conforme explicitado pelo Parecer CEED nº 290/2000.

O direito a lecionar no caso de currículos organizados por "área de conhecimento"

19. No item 9, acima, fez-se referência ao descompasso entre a política de formação de professores e as necessidades das escolas. Mesmo que o Conselho Nacional de Educação apele – como já o fez – às Universidades, para que, no exercício de sua autonomia, reformulem os currículos das Licenciaturas, cabe-lhe idêntica responsabilidade, pois, ao fixar as diretrizes para os cursos, continua a privilegiar a formação de especialistas acadêmicos e não de professores. A trajetória dos cursos deve conduzir os estudantes à sala de aula da escola básica e não para os cursos de pós-graduação.

20. Enquanto isso não acontece, há que munir as escolas de uma alternativa para prover professores capazes de assumir as novas tarefas. Parece que solução se encontra em valorizar os processos coletivos de planejamento e execução das tarefas. Assim, um componente curricular com características de "área de conhecimento" pode ser assumido por licenciado em "disciplina" afim e o efetivo trabalho de sala de aula ser planejado em colaboração com outros professores de "disciplinas" também afins.

Essa solução – perfeitamente legal – proporciona o máximo de flexibilidade no provimento dos cargos de professor, garantindo, também, a necessária qualificação do trabalho desenvolvido. A escola pública e algumas escolas privadas já reservam parte da carga horária remunerada para atividades de planejamento e preparação de aulas.

O exercício do magistério em caráter emergencial, na Educação Profissional.

21. O Parecer CNE/CEB nº 37/2002, que responde "Consulta sobre formação de professores para a Educação Profissional de Nível Técnico", esgota a matéria, quanto à habilitação de professores do ensino técnico. Sabe-se, todavia, que, em muitos casos, a docência é exercida por técnicos de nível médio – técnicos, formando técnicos.

Para que a escola saiba corresponder à expectativa de qualidade que se impõe no contexto de uma nação em desenvolvimento e em busca de equidade e igualdade social, é necessário que todos os professores estejam plenamente habilitados para o exercício do magistério. Situações haverá, todavia, em que não se encontra disponível nenhum professor habilitado para assumir determinado componente curricular.

Entre não prover a vaga – deixando os alunos sem aulas – e prover a vaga com um professor ainda não habilitado, a segunda alternativa é a menos danosa. Essa situação não pode ser admitida indefinidamente, nem se tornar um expediente costumeiro. Onde ainda ocorre, cabe à entidade mantenedora do estabelecimento a imediata tomada de providências no sentido de promover a obrigatória habilitação. Enquanto isso é providenciado, porém, medidas adicionais devem ser tomadas.

22. A escola deve designar professores habilitados, responsáveis pelo acompanhamento do trabalho dos docentes não habilitados que terão o prazo máximo de um ano para comprovar estar matriculados e frequentando curso de formação para o magistério.

23. Além disso, à Secretaria da Educação cabe um papel adicional, no que se refere ao planejamento: a prospecção de necessidades futuras ou setoriais de formação de professores capaz de orientar as universidades na oferta adequada de vagas e cursos. Sabe-se, da experiência do cotidiano – e, por isso, de forma empírica – que há uma crucial falta de professores de Física, Química, Matemática, Educação Artística, Inglês e Geografia, entre outros, conforme a região considerada. Da mesma forma, a Educação Profissional é permanentemente penalizada com a falta de docentes com formação pedagógica. Políticas e ações precisam ser urgentemente incrementadas, de forma a prevenir problemas futuros, derivados da aposentadoria de atuais professores e de novas demandas sociais.

CONCLUSÃO

A Comissão de Legislação e Normas conclui por:

a) orientar o Sistema Estadual de Ensino nos termos do presente Parecer no que se refere ao exercício do magistério a título efetivo e emergencial;

b) consolidar as normas anteriormente exaradas, aplicáveis ao Sistema Estadual de Ensino, relativamente ao exercício do magistério; e

c) determinar que, sempre que houver contratação a título emergencial, a entidade mantenedora da escola deve proporcionar ao docente real oportunidade de formação.

Em 25 de janeiro de 2012.

Dorival Adair Fleck – relator
Domingos Antônio Buffon
Hilda Regina Silveira Albandes de Souza
Raul Gomes de Oliveira Filho
Ruben Werner Goldmeyer

Aprovado, por maioria, em sessão plenária de 27 de janeiro de 2012, com o voto contrário dos Conselheiros Marco Antônio Sozo, Dulce Miriam Delan e Neiva Matos Moreno.

Sonia Maria Nogueira Balzano
Presidente

Parecer nº 310/2012

Aprova o Regimento Escolar Padrão para o ensino médio "politécnico" a ser adotado por escolas da Rede Pública Estadual que solicitarem credenciamento e autorização para o funcionamento desse curso a partir do ano letivo de 2012.

RELATÓRIO

A Secretaria da Educação encaminha a este Conselho proposta de Regimento Escolar Padrão para o ensino médio "politécnico" a ser adotado por escolas da Rede Pública Estadual

que solicitarem credenciamento e autorização para o funcionamento desse curso a partir do ano letivo de 2012.

2 – A proposta de Regimento Escolar está instruída de acordo com a Resolução CEED nº 236, de 21 de janeiro de 1998.

ANÁLISE DA MATÉRIA

3 – A proposta de Regimento Escolar Padrão encontra-se em condições de aprovação, ressalvadas possíveis incorreções de linguagem.

4 – O Regimento Escolar Padrão será adotado enquanto a comunidade escolar não elaborar sua proposta de Regimento Escolar, que de forma individualizada, expresse a realidade da escola e traduza seu Projeto Político-Pedagógico.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, a Comissão de Ensino Médio e Educação Superior conclui por aprovar o Regimento Escolar Padrão para o ensino médio "politécnico" a ser adotado por escolas da Rede Pública Estadual que solicitarem credenciamento e autorização para o funcionamento desse curso a partir do ano letivo de 2012.

Em 03 de abril de 2012.

Indiara Souza – relatora
Ruben Werner Goldmeyer
Augusto Deon
Sonia Maria Nogueira Balzano
Viviane Braz Trogildo

Aprovado, por maioria, em sessão plenária de 04 de abril de 2012, com voto contrário dos Conselheiros Neiva Matos Moreno, Marco Antônio Sozo e Dulce Miriam Delan

Raul Gomes de Oliveira Filho
2º Vice-Presidente no exercício da Presidência

Parecer nº 319/2012

Dá nova redação ao item 20 do Parecer CEED nº 257/2006.

O Conselho Estadual de Educação aprovou o Parecer CEED nº 257 em sessão plenária de 05 de abril de 2006. Entre as disposições expressas naquele Parecer, está o estabelecimento de procedimentos para instituir um grupo de estudos e debates permanente com os Conselhos Municipais de Educação e com as Secretarias Municipais de Educação, por meio de suas representações estaduais.

2 – Em reunião realizada, neste Colegiado, os representantes dos Conselhos Municipais de Educação e da União dos Dirigentes Municipais de Educação apontaram a necessidade de que a Secretaria da Educação viesse a integrar o referido grupo de estudos.

3 – Dessa forma, o item 20 do Parecer CEED nº 257/2006 passa a ter a seguinte redação:

"20 – O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, considerando o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, artigo 10, incisos II e III, se propõe a instituir grupo de estudos e debates permanente com os Conselhos Municipais de Educação, com as Secretarias Municipais de Educação, por meio de suas representações estaduais, e com a Secretaria Estadual de Educação a fim de efetivar a cooperação e a colaboração previstas tanto na Carta Constitucional como na LDBEN."

Face ao exposto, a Comissão de Legislação e Normas propõe que este Conselho dê nova redação ao item 20 do Parecer CEED nº 257/2006, nos termos deste Parecer.

Em 03 de abril de 2012.

Hilda Regina Silveira Albandes de Souza – relatora
Dorival Adair Fleck
Domingos Antônio Buffon
Dulce Miriam Delan
Neiva Matos Moreno
Ruben Werner Goldmeyer
Sonia Maria Nogueira Balzano

Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 04 de abril de 2012.

Raul Gomes de Oliveira Filho
2º Vice-Presidente no exercício da Presidência

Parecer nº 320/2012

Responde consulta da Secretaria da Educação sobre exigibilidade de estágio na formação de profissionais da educação não docentes.

RELATÓRIO

Pelo OF. GAB/Seduc/N° 1080, a Secretaria da Educação solicita pronunciamento deste Conselho sobre a exigibilidade de estágio na formação dos profissionais da educação não docentes, nos seguintes termos:

> A Secretaria de Estado da Educação encaminha consulta sobre os artigos 64 e 65 da Lei nº 9394/96, no que se refere à formação necessária para o exercício das funções de Supervisor e Orientador Educacional nas escolas da Rede Estadual.
>
> O entendimento até então vigente na Secretaria é o de que a expressão "… incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas" (art. 65) se aplica ao contido no art. 64. Entretanto, a leitura atenta do conjunto de artigos sob o título VI – Dos Profissionais de Educação não sugere, necessariamente, uma sequência entre os artigos, o que permitiria entender o contido no art. 64 sem a limitação do mínimo de horas de prática de ensino expressa no art. 65.
>
> Assim, dada a variedade de organizações curriculares dos cursos Superiores de formação de profissionais para Supervisão e Orientação Educacional para a educação básica, muitas vezes possibilitando mais de uma habilitação no mesmo curso, e a necessidade de contratação de profissionais das áreas de Supervisão e Orientação Educacional para suprir os quadros das Escolas Públicas, encaminha-se a consulta ao Conselho.

ANÁLISE DA MATÉRIA

2 - Para maior clareza, transcrevem-se, a seguir, artigos da Lei federal nº 9.394/1996, pertinentes ao exame da matéria:

> Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:
>
> I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;
>
> II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;
>
> III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.
>
> Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.
>
> […]
>
> Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.
>
> Art. 65. A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas.
>
> [...]
>
> Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:
>
> [...]
>
> § 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino.

3 – Esses artigos deixam claramente estabelecida a diferença entre o que sejam professores (ou docentes) e outros trabalhadores em educação. Do professor, exige-se a licenciatura ou o Curso Normal e sua formação incluirá a prática docente (art. 65).

A formação dos demais profissionais de educação – para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional – será feita em cursos de graduação em pedagogia, portanto bacharelados, ou em nível de pós-graduação. Nesses casos, a prática docente, se houver, será decorrência dos planos dos estabelecimentos formadores e não decorrência da lei.

4 – No contexto da consulta, cabem algumas observações relevantes:

a) O diretor de escola e o supervisor escolar – ou coordenador pedagógico – serão, necessariamente, docentes, cuja formação seja adequada para o nível de ensino oferecido pela escola em que atuam; a formação em administração ou supervisão escolar – ainda que altamente desejável – não os habilita, por si só, ao desempenho da função;

b) As funções de diretor e de supervisor escolar não são profissões regulamentadas; assim, podem ser exercidas por docentes, mesmo que não detenham a formação específica;

c) A função de orientador educacional, por seu lado é regida pela Lei federal nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968, regulamentada pelo Decreto federal nº 72.846, de 26 de setembro de 1973, exigindo para seu exercício a formação específica, obtida em bacharelado – ou licenciatura – em Pedagogia, ou pela via da pós-graduação, conforme art. 62 da Lei federal nº 9.394/2006.

CONCLUSÃO

Em resposta à consulta da Secretaria da Educação, a Comissão de Legislação e Normas conclui que se responda não haver exigibilidade de prática de ensino no processo de formação de profissionais não docentes em administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional.

Em 03 de abril de 2012.

Dorival Adair Fleck – relator
Domingos Antônio Buffon
Dulce Miriam Delan
Hilda Regina Silveira Albandes de Souza
Neiva Matos Moreno
Ruben Werner Goldmeyer
Sonia Maria Nogueira Balzano

Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 04 de abril de 2012.

Raul Gomes de Oliveira Filho
2º Vice-Presidente no exercício da Presidência

Parecer nº 737/2012

Responde consulta sobre o pedido da Sociedade Vicente Pallotti sobre prazos de novo credenciamento de instituição de ensino.

RELATÓRIO

A Sociedade Vicente Pallotti encaminha a este Conselho Ofício nº 12, de 20 de agosto de 2012, em que solicita a reconsideração do pedido de credenciamento da Escola de Ensino Fundamental Antônio Alves Ramos, em Santa Maria, para a oferta do ensino médio e de autorização para o funcionamento desse curso nessa Escola.

2 – A Escola de Ensino Fundamental Antônio Alves Ramos localiza-se na Av. Presidente Vargas nº 115, em Santa Maria e é mantida pela Sociedade Vicente Pallotti, que se encontra cadastrada neste Conselho sob a Matrícula nº 179.

3 – A Escola obteve credenciamento e autorização para a oferta de ensino médio pelo Parecer CEED nº 192, de 15 de março de 2006. No entanto, o curso não entrou em funcionamento no prazo determinado.

4 – Em 2011, decorridos 5 (cinco) anos da aprovação do referido Parecer, a Escola “reuniu novamente as condições para a oferta [...], e buscou encaminhar novo pedido de credenciamento para o ensino médio”.

5 – Ao solicitar a aprovação de parecer de credenciamento da escola e autorização para a oferta do ensino médio, a mantenedora foi orientada por este Conselho a encaminhar, primeiramente, o pedido de descredenciamento da escola para a oferta do curso, em razão de não o ter colocado em funcionamento no prazo determinado.

6 – O Parecer CEED nº 875, de 05 de outubro de 2011, descredenciou a escola para a oferta do ensino médio.

7 – Pela Resolução CEED nº 320, aprovada em 18 de janeiro de 2012, novo pedido de credenciamento somente pode ser feito após decorridos 2 (dois) anos do Ato de descredenciamento da instituição para a oferta do mesmo curso.

ANÁLISE DA MATÉRIA

8 – O pedido da mantenedora, Sociedade Vicente Pallotti, de credenciamento da Escola de Ensino Fundamental Antônio Alves Ramos e autorização para a oferta de ensino médio, em 2006, e o pedido de descredenciamento para a oferta desse curso, em 2011, foram analisados de acordo com o disposto na Resolução CEED nº 266, de 20 de março de 2002, que dispunha:

> **Art. 11 –** O curso autorizado entrará em funcionamento em prazo estabelecido no respectivo ato.
>
> **§ 1º -** No caso de o curso não entrar em funcionamento no prazo estabelecido, os respectivos atos de credenciamento da instituição de ensino e de autorização para funcionamento de curso perderão a sua validade.
>
> **§ 2º -** Ocorrido o descredenciamento por inobservância do prazo fixado, novo pedido de credenciamento da instituição de ensino para a oferta do mesmo curso só poderá ser encaminhado após decorridos 2 (dois) anos da data de emissão do ato da autorização para o funcionamento deste curso. [...]

9 – Portanto, os pedidos da mantenedora de 2006 e 2011 não podem ser analisados à luz de outra norma senão aquela em vigência nesse período.

10 – Em 2012, este Conselho aprovou a Resolução CEEd nº 320/2012, que alterou o prazo para solicitar o credenciamento da instituição para a oferta de curso, após o descredenciamento do mesmo, conforme dispõem os parágrafos do Art. 11 dessa Resolução, a saber:

> **§ 3º** No caso de o curso não entrar em funcionamento no prazo estabelecido, o respectivo ato de credenciamento do estabelecimento de ensino e de autorização para funcionamento de curso perderão a sua validade, sendo automaticamente emitido Parecer tornando-os sem efeito, com fundamento na comunicação de esgotamento de prazo pelo órgão regional da Secretaria da Educação.
>
> **§ 4** Na hipótese do parágrafo anterior, novo pedido de credenciamento do estabelecimento de ensino para a oferta do mesmo curso só poderá ser encaminhado depois de decorridos 2 (dois) anos da data de publicação do ato tornando sem efeito o anterior credenciamento.

11 – A Comissão de Ensino Médio e Educação Superior entende que o pedido feito pela Mantenedora é de credenciamento, portanto deve atender aos requisitos expressos na

Resolução CEEd nº 320/2012, no que se refere ao credenciamento de instituição para oferta de curso.

12 – Diante do exposto, nada impede que a Sociedade Educacional Vicente Pallotti solicite o credenciamento da Escola de Ensino Fundamental Antônio Alves Ramos e autorização de funcionamento para a oferta do ensino médio.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, a Comissão de Ensino Médio e Educação Superior manifesta-se sobre o pedido da Sociedade Vicente Pallotti sobre prazos de novo credenciamento de instituição de ensino, nos termos do item 11 deste Parecer.

Em 25 de setembro de 2012.

Cecília Maria Martins Farias – relatora
Ruben Werner Goldmeyer
Claudimir Rossetto
Sonia Maria Nogueira Balzano
Viviane Braz Trogildo

Aprovado, por maioria, em sessão plenária de 03 de outubro de 2012, com o voto contrário do Conselheiro Raul Gomes de Oliveira Filho.

Augusto Deon
Presidente

Parecer nº 765/2012

Responde consulta, nos termos deste Parecer, sobre aproveitamento de estudos em Curso Técnico de nível médio.

RELATÓRIO

A Secretaria da Educação encaminha a este Conselho expediente que “trata de recurso administrativo interposto por [...], aluno do Curso Técnico em Comércio Exterior da Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas, contra decisão que negou o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores adquiridos no ensino superior.” O aluno solicita, ainda, aproveitamento de disciplinas cursadas no Curso de Educação Profissional de Nível Médio, no eixo tecnológico Gestão e Negócios, com habilitação em Técnico em Transações Imobiliárias.

2 – A Escola supramencionada localiza-se em Rio Grande, sob a jurisdição da 18ª Coordenadoria Regional de Educação.

3 - Segundo a 18ª Coordenadoria Regional de Educação, o estudante pretende o aproveitamento das disciplinas de Teoria Geral da Administração, Matemática Financeira, Interpretação e Produção Textual, e Direito para Comércio Exterior, todas compondo a segunda etapa do Curso Técnico em Comércio Exterior.

A citada CRE argumenta que:

> [...] regimento escolar e plano de curso do Curso Técnico em Comércio Exterior, em conformidade com a legislação que orienta a educação profissional de nível médio, não prevê o aproveitamento de conhecimentos adquiridos em estudos de nível superior."

A Coordenadoria continua seu relato referindo que:

> [...] o interessado também pretende o aproveitamento das disciplinas Direito e legislação, Matemática Financeira e Português. Estas três disciplinas foram cursadas no Curso de Educação Profissional de Nível Médio denominado Técnico em Transações Imobiliárias, conforme consta do Diploma expedido pelo CEDUP Dr. Jorge Lacerda, em Florianópolis SC.
>
> Considerando-se que o Interessado concluiu um curso técnico de nível médio, nos termos do regimento interno seria possível o aproveitamento dos conhecimentos adquiridos neste curso. Todavia, neste caso particular, o impedimento para o aproveitamento das disciplinas referidas é a ausência das respectivas ementas. [...]
>
> Por fim, conclui-se que o interessado poderá vir a aproveitar os conhecimentos anteriores adquiridos no Curso Técnico em Transações Imobiliárias somente se:
>
> a) forem juntadas as ementas das disciplinas para posterior análise e comprovação de que os conhecimentos adquiridos estão diretamente relacionados ao perfil profissional do curso e obtiver decisão favorável;
>
> b) ou, alternativamente, se o interessado manifestar interesse, por escrito, em submeter-se à avaliação pelo corpo docente da escola, nas respectivas disciplinas de aproveitamentos pretendidos e obtiver parecer favorável sobre o resultado das avaliações.

Consta, ainda, arrazoado do demandante justificando o direito de obter aproveitamento de estudos realizados em disciplinas do Curso de Administração - Teoria Geral da Administração I - e de graduação em Direito, cursadas na condição de aluno especial e aluno regular, respectivamente, em Instituição de Ensino Superior.

ANÁLISE DA MATÉRIA

4 - Os fatos ensejam a esta Comissão evocar os atos normativos pertinentes ao objeto em análise:

4.1- Da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional/ LDBEN, destaca-se:

> Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, e da tecnologia.
>
> [...]
>
> Art. 41 O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para o prosseguimento ou conclusão de estudos.

4.2 – Da Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, que "Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio", transcreve-se:

> Art. 20. Os planos de curso, coerentes com os respectivos projetos pedagógicos, são submetidos à aprovação dos órgãos competentes dos correspondentes Sistemas de Ensino, contendo obrigatoriamente, no mínimo:
>
> [...]
>
> VI critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores
>
> [...]
>
> Art. 36. Para prosseguimento de estudos, a instituição de ensino pode promover o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores do estudante, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação, que tenham sido desenvolvidos:
>
> I – em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
>
> II – em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
>
> III – em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;
>
> IV – por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

4.3 - Do Parecer CNE/CEB nº 40/2004, transcreve-se excerto do item II – Voto do Relator:

> 1. Para fins de continuidade de estudos, na própria instituição de ensino, nos termos do artigo 41 da LDB, as instituições de ensino que ofereçam cursos técnicos de nível médio podem avaliar, reconhecer e certificar competências profissionais anteriormente desenvolvidas quer em outros cursos ou programas de treinamento e desenvolvimento de pessoal, quer no próprio trabalho, tomando-se como referência o perfil profissional de conclusão do curso em questão.

4.4 – Do Parecer CNE/CEB nº 11/2012 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, sublinha-se excerto do item "Otimização do ingresso nos cursos pela avaliação diagnóstica de saberes já construídos":

> Devem, pois, ser considerados os saberes e as experiências incorporados pelo trabalhador. O trabalhador tem o seu próprio saber sobre a tecnologia e seu processo de produção. Nesse sentido, o currículo de cursos de Educação Profissional e Tecnológica, obviamente, valorizando o próprio projeto político-pedagógico da unidade educacional, deve considerar os saberes e as experiências incorporados pelo trabalhador, contemplando as demandas atuais de trabalhadores que estão retornando à escola em busca da Educação Profissional e Tecnológica.
>
> Pareceres desta Câmara de Educação Básica (Pareceres CNE/CEB nº 17/98, nº 16/99 e nº 40/2004) já orientam suficientemente esta matéria.

5 - O Parecer CNE/CEB nº 16/1999, citado no Parecer CNE/CEB nº 11/2012, que estabelece novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, assim se manifesta quanto ao aproveitamento de estudos:

> [...] cursos de nível técnico, de escolas devidamente autorizadas, independem de exames de avaliação obrigatória para que seus conhecimentos sejam aproveitados em outra escola, a qual caberá decidir sobre a necessidade de possível adaptação em função do seu currículo. [...]
>
> Após o ensino médio, a rigor, tudo é educação profissional. Nesse contexto, tanto o ensino técnico e tecnológico quanto os cursos seqüenciais por campo de saber e os demais cursos de graduação devem ser considerados como cursos de educação profissional. A diferença fica por conta do nível de exigência das competências e da qualificação dos egressos, da densidade do currículo e respectiva carga horária.

6 - A situação de aproveitamento de estudos apresentada, face aos atos normativos mencionados, impõe que esta Comissão oriente a Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas e o Sistema Estadual de Ensino, nos termos que seguem:

6.1 – Quanto ao aproveitamento de estudos de conhecimentos, competências e habilidades adquiridos em disciplinas de curso de Educação Profissional Técnica de nível médio, a 18ª Coordenadoria Regional de Educação apresenta duas alternativas para a Escola proceder ao aproveitamento de estudos das disciplinas já cursadas pelo requerente no Curso Técnico em Comércio Exterior, conforme as alíneas “a” e “b” da manifestação dessa Coordenadoria transcritas no item 3 deste Parecer.

Cumprida uma das condições propostas pela 18ª Coordenadoria Regional de Educação, tornam-se inexistentes os óbices citados para o aproveitamento de conhecimentos, competências e habilidades de disciplina(s) já cursadas pelo requerente em outro(s) curso(s) de Educação Profissional Técnica de nível médio.

6.2 – Quanto ao aproveitamento de conhecimentos, competências e habilidades adquiridos em disciplinas cursadas em curso de nível superior, registra-se, segundo as peças do processo, que o Regimento Escolar e o Plano de Curso dessa Escola não disciplinam esta possibilidade. Assim, a Escola não está obrigada a aproveitar estudos das disciplinas do Curso de Administração e do Curso de Direito. No entanto, a ausência de disposição regimental, pelos fatos alegados, não é impeditivo para que a Escola, na presente situação, proceda ao aproveitamento de estudos, por solicitação do interessado, mediante avaliação, cabendo à Escola realizar as adaptações curriculares, se for o caso, tendo por base o perfil profissional do egresso do Curso Técnico em Comércio Exterior.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, a Comissão de Legislação e Normas conclui por responder consulta, nos termos deste Parecer, sobre a possibilidade de aproveitamento de estudos em Curso Técnico de nível médio.

Em 02 de outubro de 2012.

Maria Otilia Kroeff Susin – relatora
Sonia Maria Nogueira Balzano
Angela Maria Hübner Wortmann
Cecília Maria Martins Farias
Mari Andréia Oliveira de Andrade
Neiva Matos Moreno
Raul Gomes de Oliveira Filho
Ruben Werner Goldmeyer

Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 10 de outubro de 2012.

Augusto Deon
Presidente

Parecer nº 767/2012

Manifesta-se sobre os procedimentos a serem adotados para a oferta do ensino fundamental e/ou ensino médio ou da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, em escola(s) já credenciada(s) e autorizada(s) por este Conselho, para a(s) referida(s) oferta(s).

RELATÓRIO

O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, motivado pela sua atribuição de, entre outras, orientar o Sistema Estadual de Ensino, manifesta-se sobre os procedimentos necessários para a oferta do ensino fundamental e/ou ensino médio ou da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, em nível(eis) de ensino já credenciado(s) e autorizado(s) por este Conselho.

2 – A Resolução CEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012, que atualiza normas para o credenciamento de estabelecimento de ensino e autorização para o funcionamento de cursos e regula procedimentos correlatos, no seu artigo 1º, § 3º, dispõe que "Havendo credenciamento de Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio comuns, a oferta na modalidade de Educação de Jovens e Adultos não implica novo credenciamento, e vice-versa, bastando a inserção de regramento específico no Regimento Escolar".

3 – A Resolução CEED nº 288, de 21 de setembro de 2006, que "Dispõe sobre os procedimentos para análise e aprovação dos Regimentos Escolares de estabelecimentos de ensino que integram o Sistema Estadual de Ensino", no artigo 2º, refere que: "As propostas de Regimentos Escolares, bem como de suas alterações, para a oferta de Curso Normal, de Educação Profissional, de Educação a Distância, de Educação de Jovens e Adultos, de Educação Especial e de Educação Indígena e de Regimentos Escolares Padrão serão analisadas e aprovadas por este Conselho".

ANÁLISE DA MATÉRIA

4 – A Resolução CEEd nº 320/2012 dispensa as instituições de ensino de solicitar credenciamento para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos; caso já tenha credenciamento para o nível de ensino correspondente, da mesma forma, dispensa o credenciamento da instituição para a oferta do ensino "comum", se já tiver o credenciamento para a oferta da modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

5 – No entanto, a Resolução CEED nº 288/2006 exige que, para a oferta de Curso na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, a Instituição de ensino deve enviar a este Conselho, para aprovação, o Regimento Escolar que discipline essa oferta.

6 – Este Conselho entende que, caso a Instituição de ensino queira ofertar o(s) Curso(s) no(s) nível(eis) de ensino "comum" e já detenha credenciamento e autorização para a oferta desse(s) nível(eis) na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, igualmente, deverá encaminhar a este Conselho, para aprovação, o Regimento Escolar que discipline a(s) nova(s) oferta(s).

7 – A Instituição, ao encaminhar a proposta de Regimento Escolar, deverá anexar a relação de docentes que irão atuar nesse(s) nível(eis) de ensino.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, este Conselho orienta as mantenedoras e instituições de ensino sobre os procedimentos a serem adotados para a oferta do ensino fundamental e/ou ensino médio ou da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, em escola(s) já credenciada(s) e autorizada(s) por este Conselho, para a(s) referida(s) oferta(s), conforme o disposto nos itens 6 e 7 deste Parecer.

Em 09 de outubro de 2012.

Maria Antonieta Schmitz Backes – relatora
Cecília Maria Martins Farias – relatora
Ruben Werner Goldmeyer
Antonio Maria Melgarejo Saldanha
Jane Bohn
José Amaro Hilgert
Mari Andréia Oliveira de Andrade
Maria Otilia Kroeff Susin
Neusa Teresinha Machado Salaberry
Paulo Ricardo Javiel Rezende
Robison Giudici Minuzzi
Sonia Maria Nogueira Balzano
Thalisson Silveira da Silva

Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 10 de outubro de 2012.

Augusto Deon
Presidente

Parecer nº 98/2013

Responde consulta, encaminhada pela Secretaria da Educação, a respeito de oferta emergencial de ensino médio na Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro, localizada no Assentamento Bom Será, no município de Santana do Livramento.

RELATÓRIO

A Secretaria da Educação, por meio do OF. GAB/Seduc/ nº 2239, de 13 de dezembro de 2012, encaminha consulta a respeito de oferta emergencial de ensino médio na Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro, localizada no Assentamento Bom Será, no município de Santana do Livramento, sob a jurisdição da 19ª Coordenadoria Regional de Educação.

ANÁLISE DA MATÉRIA

2 – A Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Conselheiro foi transformada e designada Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro pelo Decreto n° 49.068, de 27 de abril de 2012.

3 – A Resolução CEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012, dispõe que as instituições de ensino somente podem ofertar curso após o credenciamento da Escola e autorização de funcionamento de curso por meio de Parecer exarado por este Conselho, o que ainda não ocorreu em relação ao ensino médio nessa Escola.

4 – A referida Resolução, no artigo 20, trata do atendimento emergencial, dispondo que *"O Poder Público estadual ou municipal poderá oferecer, emergencialmente, o Ensino Fundamental, sempre que ocorrer desequilíbrio na densidade populacional ou demanda real de alunos."* (grifo da Relatora)

5 – Embora a Resolução refira que essa possibilidade esteja restrita ao ensino fundamental, de oferta obrigatória pelo Estado, a Emenda Constitucional n° 59, de 11 de novembro de 2009, estendeu esse direito subjetivo aos cidadãos brasileiros na faixa etária dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

6 – Este Conselho entende que a Secretaria da Educação deve atender a essa demanda real de alunos da região, no ano letivo de 2013, observando os §§ 1º e 3º do artigo 20 da Resolução CEEd n° 320, bem como o artigo 21 da mesma Resolução, encaminhando a este Conselho:

6.1 – a justificativa manifestada pela comunidade escolar local e a declaração do órgão regional da Secretaria da Educação sobre a inexistência de oferta pública para atendimento aos alunos na localidade; e

6.2 – o pedido de credenciamento da Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro no decorrer do primeiro ano de funcionamento do curso.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, a Comissão de Ensino Médio e Educação Superior propõe que este Conselho responda à consulta encaminhada pela Secretaria da Educação, a respeito de oferta emergencial de ensino médio na Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro, localizada no Assentamento Bom Será, no município de Santana do Livramento, nos termos do item 6 deste Parecer.

Em 22 de janeiro de 2013.

Cecília Maria Martins Farias – relatora
Ruben Werner Goldmeyer
Antonio Maria Melgarejo Saldanha
Raul Gomes de Oliveira Filho
Sonia Maria Nogueira Balzano
Thalisson Silveira da Silva
Viviane Braz Trogildo

Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 23 de janeiro de 2013.

Augusto Deon
Presidente

Parecer nº 232/2013

Responde consulta sobre transferência de alunos entre instituições de ensino com diferentes organizações curriculares, no ensino médio.

RELATÓRIO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Farroupilha, encaminha a este Conselho consulta sobre transferência de alunos para instituições com organização curricular diferente da instituição de origem.

2 – A correspondência enviada pelo Instituto Federal apresenta o questionamento:

> Determinado aluno cursou até o 2º ano do Ensino Médio Integrado no Instituto Federal e deseja se transferir para uma escola de Ensino Médio regular Estadual ou Particular. Durante os dois anos cursados no Instituto Federal, este aluno ainda não estudou algumas disciplinas dos componentes curriculares obrigatórios, pois serão ofertadas apenas no 3º e 4º ano. A dúvida é, em qual período letivo este aluno entrará na escola de Ensino Médio Regular?

ANÁLISE DA MATÉRIA

3 - A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei federal nº 9.394/96, no artigo 23, indica as possíveis formas de organização da educação básica, dispondo, no § 1º, a possibilidade de a escola reclassificar os alunos, "[...] inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais".

4 - A reclassificação, portanto, destina-se a inserir o aluno no ano/etapa para garantir o direito à educação com qualidade. Trata-se, entre outras, de uma atribuição delegada às instituições de ensino para o exercício de suas competências, devendo constar nas propostas pedagógicas e nos regimentos escolares.

5 - O Instituto Federal de Educação, na sua correspondência, refere que oferece o ensino médio integrado nas áreas de estudo (Linguagens, Matemática, Ciencias da Natureza e Ciencias Humanas), acrescidas de componentes curriculares referentes ao eixo técnico. Esse currículo é desenvolvido em quatro anos.

6 - Por outro lado, o Instituto pondera que o currículo majoritário do ensino médio nas escolas em outras esferas (pública e privada) é composto pelos componentes curriculares obrigatórios, Língua Espanhola e temas transversais, e desenvolvido, geralmente, em três anos.

7 - A partir dos dispositivos legais, o CEEd manifestou-se no Parecer nº 740/99 a respeito da reclassificação, enfatizando que a flexibilidade do artigo 23:

> [...] permite diversas maneiras de organização escolar. Diante de tal diversidade organizacional, a escola pode-se utilizar da reclassificação para situar o aluno que a ela chega nas séries, períodos, ciclos, etapas ou fase, visando a integrá-lo no espaço-tempo adequado ao seu estágio de desenvolvimento e a suas possibilidades de crescimento.

8 – Diante do exposto, este Conselho entende que os alunos transferidos de uma escola para outra com organizações curriculares diferentes, inclusive na duração do curso, devem ser avaliados nas escolas de destino e encaminhados à etapa compatível com seu desenvolvimento e aprendizagens.

9- Por fim, alerta-se as instituições de ensino que recebem alunos transferidos que acompanhem a adaptação dos mesmos, proporcionando as adequações curriculares necessárias para o bom desenvolvimento do curso, tanto em termos da continuidade de seus estudos, quanto na sua integração à comunidade escolar.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, a Comissão de Ensino Médio e Educação Superior conclui por responder a presente consulta nos termos dos itens 8 e 9 sobre transferência entre instituições de ensino com diferentes organizações curriculares, no ensino médio.

Em 18 de março de 2013.

Cecília Maria Martins Farias – relatora
Ruben Werner Goldmeyer
Antonio Maria Melgarejo Saldanha
Raul Gomes de Oliveira Filho
Sonia Maria Nogueira Balzano
Thalisson Silveira da Silva
Viviane Braz Trogildo

Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 20 de março de 2013.

Augusto Deon
Presidente

Parecer nº 270/2013

Responde consulta sobre os efeitos do artigo 64 da Lei federal nº 12.663, de 5 de junho de 2012, na organização dos calendários escolares, em 2014, no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

RELATÓRIO

O Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado no Estado do Rio Grande do Sul – SINEPE/RS encaminha consulta a este Colegiado solicitando manifestação sobre os efeitos do artigo 64 da Lei federal n° 12.663, de 5 de junho 2012, na organização dos calendários escolares, em 2014, no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

2 – Instruem o processo:

2.1 – correspondência do Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado do Rio Grande do Sul, datada de 05 de março de 2013, onde consta a consulta que, em síntese, se transcreve:

> (i) Pode a regra do art. 64 da Lei n° 12.663/2012 afastar a competência regulatória dos sistemas de ensino, particularmente do sistema estadual, no tocante ao tema?

> (ii) Em caso positivo, dispõe-se o sistema estadual, através deste Conselho Estadual de Educação, a editar regulação própria sobre a matéria?
>
> (iii) Este Conselho entende adequada às circunstâncias educacionais do Rio Grande do Sul a plena observância do que contém na mesma norma do art. 64 da Lei n°12.663/2012?

2.2 – cópia do Ofício/CEEd/N°102, de 25 de março de 2013, enviado ao SINEPE/RS, informando a iminente emissão de ato sobre a matéria pelo Colegiado;

2.3 – cópia do Parecer CNE/CEB n° 21, de 05 de dezembro de 2012, homologado em 19 de março de 2013, "que trata dos ajustes dos calendários escolares em todo o período entre a abertura e o encerramento da Copa do Mundo FIFA de Futebol";

2.4 – cópia da Lei federal nº 12.663, de 5 de junho de 2012, que "dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude – 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis n° 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970".

ANÁLISE DA MATÉRIA

3 – A Lei federal nº 12.663/2012, no artigo 64, estabelece que, em 2014, os sistemas de ensino deverão ajustar os calendários escolares de forma que as férias escolares decorrentes do encerramento das atividades letivas do primeiro semestre do ano, nos estabelecimentos de ensino das redes pública e privada, abranjam todo o período entre a abertura e encerramento da Copa do Mundo FIFA 2014 de Futebol.

4 – A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, no artigo 23, §2°, no entanto, é clara quando afirma que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino. (grifo da relatora)

5 – O Conselho Nacional de Educação, no Parecer CNE/CEB n° 21/2012, conclui que o art. 64 da Lei federal 12.663/2012 não é aplicável em detrimento do § 2° do art. 23 da LDBEN e que os sistemas de ensino deverão estabelecer seus calendários escolares nos termos do disposto na LDBEN. Também recomenda que poderão ser feitos ajustes no calendário escolar nas cidades-sede dos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014 de Futebol.

6 – Em 19 de março de 2013, o Diário Oficial da União publicou o despacho do Ministro da Educação que homologa o Parecer CNE/CEB n° 21/2013, afirmando que o referido artigo 64 não revoga o art. 23 da LDBEN e ratifica o entendimento daquele Conselho da competência dos sistemas de ensino em estabelecer seus calendários escolares.

7 - Este Conselho entende que a regra do art. 64 da Lei federal n° 12.663/2012, norma geral, não se sobrepõe às prerrogativas do Sistema Estadual de Ensino, garantidas pela Constituição Estadual e pela Lei federal n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, legislação específica que regula a educação nacional. Os sistemas de ensino são as instâncias competentes para a definição dos seus calendários escolares, de acordo com o disposto no § 2º do art. 23 da LDBEN.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, a Comissão de Legislação e Normas responde a consulta do Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado no Estado do Rio Grande do Sul sobre os efeitos do artigo 64 da Lei federal n° 12.663, de 5 de junho 2012, na organização dos calendários escolares, em 2014, no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, nos termos do item 7 deste Parecer.

Em 02 de abril de 2013.

Cecília Maria Martins Farias – relatora
Sonia Maria Nogueira Balzano
Angela Maria Hübner Wortmann
Maria Otilia Kroeff Susin
Raul Gomes de Oliveira Filho
Ruben Werner Goldmeyer

Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 10 de abril de 2013.

Augusto Deon
Presidente

Parecer nº 525/2013

Responde consulta do Colégio Mutirão de Caxias do Sul, em Caxias do Sul, referente à adoção do instituto da classificação de aluna visando à conclusão e certificação do ensino médio, após período de afastamento por motivos de saúde.

RELATÓRIO

O Processo CEEd nº 218/27.00/13.1 tem origem na consulta do Colégio Mutirão de Caxias do Sul, em Caxias do Sul, quanto à possibilidade da adoção do instituto da classificação para conclusão do ensino médio e certificação de aluna do referido estabelecimento que cursou o 1º semestre do 3º ano do ensino médio, em 2008, necessitando interromper seus estudos devido a graves problemas de saúde, retornando em 2013, apresentando algumas limitações.

2 – Instruem o referido processo, dentre outras, as seguintes peças:

2.1 – cópia de correio eletrônico do Colégio Mutirão de Caxias do Sul, de 07 de março de 2013, contendo a consulta;

2.2 – cópia do Ofício CEEd nº 203, de 28 de maio de 2013, em resposta à consulta contida no correio eletrônico relacionado no subitem supra;

2.3 – cópia de correio eletrônico do Colégio Mutirão de Caxias do Sul, de 10 de junho de 2013, apresentando ponderações, após o recebimento do Ofício CEEd nº 203/2013, nos seguintes termos:

> A família da aluna [...] pretende ingressar com pedido de recurso junto ao Ministério Público para que a menina tenha condições de prestar o vestibular de inverno na UCS, em junho de 2013 e a escola emita documentação de conclusão de Ensino Médio;
>
> **O grupo de professores da escola, apoiado pela Coordenação Pedagógica e Direção,** acolhe a solicitação dos pais para emitir um parecer atestando a possibilidade dessa aluna concluir o Ensino Médio em 1 semestre deste ano mediante os seguintes considerações:
>
> - verificou-se que a aluna apresenta possibilidades para tal, diante do acompanhamento até então realizado pelo corpo docente;
>
> - a aluna já havia cursado 1 semestre no ano de 2008 e se considerado teria sido aprovada;
>
> - o currículo para os alunos de 3ª série é composto predominantemente de revisões de séries anteriores, que já foram cursadas pela aluna e concluídas com êxito;
>
> - em situações de intercâmbio existem alunos, legalmente amparados, para realizarem a conclusão mediante avaliação da escola, mesmo tendo estado afastados durante 1 ano letivo ;
>
> - a aluna tem suas funções cognitivas muito bem conservadas , lembra com detalhes apontamentos realizados ainda em 2008,por seus professores que hj estão atendendo...é surpreendente!!
>
> - a UCS tem estrutura para abrigar com suas dificuldades (locomoção e comunicação) esta aluna inclusive para a prestação do concurso vestibular, só requer o histórico de conclusão;
>
> - diante da falta de desejo de estudar apresentada por tantos adolescentes, em condições "normais" e do incentivo à "inclusão" no verdadeiro sentido da palavra, consideraríamos no mínimo contraditória uma posição diferente da escola.
>
> Como sempre fomos acolhidos e atendidos pelo CEEd em nossas consultas e solicitações, pensamos ser importante levar a seu conhecimento a situação e solicitarmos uma revisão da orientação até o momento. *(sic)*

3 – O Processo CEEd nº 105/27.00/13.3 encontra-se anexado ao Processo CEEd nº 218/27.00/13.1, e contém, dentre outros, os seguintes documentos:

3.1 – cópia dos documentos previstos nos subitens 2.1 e 2.2 supra;

3.2 – cópia do Regimento Escolar do Colégio Mutirão de Caxias do Sul, do qual se extrai o subtítulo:

> Regime Escolar:
>
> A Escola adota o regime anual para a Educação Infantil e seriado anual para o Ensino Fundamental e Médio, admitida a possibilidade de cursar uma série ao longo de mais de um ano letivo para os alunos com necessidades educacionais especiais.

ANÁLISE DA MATÉRIA

4 – A consulta do Colégio Mutirão de Caxias do Sul, enseja que se transcreva o inciso II do artigo 24 da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDBEN:

> II – a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:
>
> a) por promoção, para alunos que cursaram com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;
>
> b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;

> c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino;

As alíneas do dispositivo transcrito evidenciam que o instituto da classificação previsto da LDBEN não é aplicável à situação da aluna em causa.

4 – O Parecer CEEd nº 740/1999 contém "Orientações para o Sistema Estadual de Ensino, relativas aos artigos 23 e 24 da Lei federal nº 9.394/96. Desse Parecer destaca-se o item 5.2 – Classificação:

> Classificar significa posicionar o aluno em séries anuais, períodos semestrais, ciclos ou outras formas de organização compatíveis com sua idade, experiências, nível de desempenho ou de conhecimento, segundo o processo de avaliação definido pela escola em seu Regimento Escolar.

5 – Este Conselho, embora reconheça todas as ações realizadas, tanto pelo Colégio como pela família da aluna, no sentido de reintegrá-la ao ambiente escolar, entende, com base nas normas educacionais vigentes, em especial o Parecer CEED nº 740, de 13 de outubro de 1999, que não há possibilidade da aplicação da Classificação, para fins de Certificação.

6 – Considerando o Parecer CEED nº 740/1999, as alternativas viáveis para a conclusão desta etapa da educação básica, pela aluna são:

a) cursar o atual ano letivo na integralidade, usando, se necessário, do direito previsto na Resolução CEED nº 230, de 16 de julho de 1997, referente a "estudos domiciliares", e, se aprovada, prestar o vestibular ao final do ano;

b) matricular-se em um Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos – NEEJA, conforme o disposto nos artigos 9º e 11 da Resolução CEED nº 313, de 16 de março de 2011, atendida a idade mínima exigida nos atos normativos;

c) realizar as provas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM para fins de Certificação de Conclusão do ensino médio, atendida a idade mínima exigida nos atos normativos.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, a Comissão de Legislação e Normas conclui por responder, nos termos deste Parecer, a Consulta do Colégio Mutirão de Caxias do Sul, em Caxias do Sul, referente à adoção do instituto da classificação de aluna visando à conclusão e certificação do ensino médio, após período de afastamento por motivos de saúde.

Em 02 de julho de 2013.

Raul Gomes de Oliveira Filho – relator
Angela Maria Hübner Wortmann
Cecília Maria Martins Farias
Maria Otília Kroeff Susin
Ruben Werner Goldmeyer
Sonia Maria Nogueira Balzano

Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 03 de julho de 2013.

A*ugusto Deon*
Presidente

Parecer nº 543/2013

Responde consulta sobre matrícula de aluno, oriundo do ensino fundamental de 8 anos, em extinção, no ensino fundamental de 9 anos. Determina providências.

RELATÓRIO

Trata o presente Processo de consultas recebidas por este Conselho referentes à situação de aluno reprovado em determinada "série do ensino fundamental de 8 anos", em extinção, e (re)matriculado, para o próximo ano letivo de 2013, no "ano de mesma designação do ensino fundamental de 9 anos", como, por exemplo, aluno reprovado na 5ª série/2012 e rematriculado no 5º ano/2013.

2 – Integram o processo as seguintes peças:

2.1 – cópia do Ofício nº 01/2013, de 08 de fevereiro de 2013, da Direção do Colégio Santa Dorotéia, em Porto Alegre, que responde o Ofício CEEd nº 40, de 25 de janeiro de 2013, sobre situação relatada por mãe de aluno, do qual se transcreve:

"Em 2011 estava cursando a 5ª série e no final do ano foi reprovado teria que ter cursado o 6º ano em 2012 (repetindo a 5ª série), só que a escola fez eu assinar o termo que as regras escolares tinham mudado e que ele teria que repetir o 5º ano [...]". (sic)

2.2 – modelo de "Termo de Compromisso", anexo ao Ofício nº 01/2013 do Colégio Santa Dorotéia;

2.3 – Ofício CEEd nº 29, de 28 de janeiro de 2013, respondendo consulta sobre situação de aluno que "[...] Em 2011 estava cursando a 5ª série e no final do ano foi reprovado teria que ter cursado o 6º ano em 2012 [...]. Fui para uma entrevista de transferência [...] me informaram que se a escola não tivesse errado com meu filho e ele estaria passando para o 7º ano."; (sic)

2.4 – e-mail da Direção do Colégio Maria Imaculada, de 22 de fevereiro de 2013, que solicita: "Orientação sobre situação escolar [...] à Comissão de Ensino Fundamental/CEED/RS, relatando: No ano letivo de 2012, um aluno [...] que cursou a 6ª série do Ensino Fundamental de 8 anos, não obteve aprovação."

E, informa:

> A família foi informada, ao longo do ano, que caso não atingisse a aprovação, de acordo com o art. 24 do Par. nº 644/2006 deste Conselho, o aluno passaria a freqüentar o 6º ano do Ensino Fundamental de 9 anos em 2013, observando a implantação gradativa que o Colégio vem realizando.
>
> [...]
>
> Cabe salientar que neste período de transição do Ensino Fundamental de 8 anos para o Ensino Fundamental de 9 anos o Colégio vem se empenhando a fim de evitar a retenção dos alunos da série em extinção.
>
> [...] No mês de fevereiro o pai retornou ao Colégio apresentando a correspondência anexa a este ofício, alegando que cometemos grave erro de interpretação da legislação ao reprovar o aluno.
>
> De acordo com nosso entendimento estamos seguindo as orientações deste Conselho, que normatiza o ensino privado no Estado do Rio Grande do Sul.

2.5 – cópia da correspondência de pai de aluno, informada no item 2.4, datada de 04 de fevereiro de 2013, que informa legislação sobre a matéria e menciona documento publicado no site do MEC, "[...] que explica passo a passo do processo de implantação e apresenta tabela com a relação série/idade/ano do ensino fundamental de 8 e 9 anos; [...]"

2.6 – cópia de e-mail da Assessora da Direção da Educação Básica da Rede Metodista do Sul, de 13 de março de 2013, encaminhando "Consultas sobre o Ensino Fundamental 9 anos", do qual se transcreve:

> O aluno em referência [...] foi matriculado no 7º ano em uma outra escola e no Histórico consta que tem direito de continuar estudos no 8º ano do EF de 9 anos.
>
> 1ª CONSULTA: Não havendo 8º ano e considerando a vida escolar do aluno, o Colégio Metodista Americano, pode aceitar a matrícula na 7ª série?
>
> 2ª CONSULTA:[...] Caso um aluno fique reprovado na 7ª série em 2013, poderá ser matriculado no 7º ano , considerando que não existe mais a 7ª série? [...]

2.7 – cópia de e-mail da gestora do Colégio Bom Jesus São Luiz – Porto Alegre, de 21 de fevereiro de 2013, que informa: "[...] Estamos com implantação gradativa do currículo do Ensino Fundamental 9; neste ano temos até o 6º ano do Ensino Fundamental 9 e 7ª e 8ª séries do currículo de 8 anos. No final de 2012 tivemos alunos retidos na 6ª série ou no 7º ano e orientamos as famílias a buscarem outra escola, [...] gostaria de uma orientação de vocês a respeito;"

2.8 – cópia de e-mail da Escola Vinicius de Morais, constando: "[...] Estamos gradativamente implantando o novo sistema de nove anos e, atualmente estamos com o 6º ano. O sistema seriado continua com a 7ª e 8ª séries, paralelamente. Isto significa que o 7º ano ainda não existe e nem a 6ª série, portanto não temos o que fazer com esses alunos. [...]"

ANÁLISE DA MATÉRIA

3 – Verifica-se, inicialmente, que as consultas podem ter sido ultrapassadas no tempo, isto é, em relação ao início do letivo de 2013. Entretanto, dada a relevância do tema e as dúvidas ainda presentes, oriundas de escolas do Sistema Estadual de Ensino, é fundamental que este Conselho se manifeste neste Parecer sobre os procedimentos das escolas em situações de transferência ou de localização de alunos que passam do ensino fundamental de 8 anos para o ensino fundamental de 9 anos.

4 – A maioria das consultas apresenta a mesma situação: alunos do ensino fundamental de 8 anos são reprovados em série que é extinta no ano letivo seguinte.

5 – Outras consultas apresentam situações que preocupam, sob o ponto de vista da integralidade da oferta pela escola do ensino fundamental de 8 ou de 9 anos, ou mesmo, na transitoriedade da oferta de séries/anos que, no seu conjunto, deem conta da totalidade do currículo do ensino fundamental. Entende-se que em hipótese alguma poderia ocorrer a extinção de determinada "série" sem que o correspondente "ano" do Ensino Fundamental de 9 anos fosse implantado.

Situações como essas, observadas em escolas credenciadas e autorizadas por este Conselho para a oferta do ensino fundamental na sua integralidade, mesmo que na transição do Ensino Fundamental de 8 anos para o Ensino Fundamental de 9 anos, não se justificam.

6 – Para discutir a matéria, em primeiro lugar, cabe rever o que dispõe o Conselho Nacional de Educação - CNE sobre a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos em concomitância com o Ensino Fundamental de 8 anos, em seu Parecer CNE/CEB nº 18/2005, que estabelece "Orientações para a matrícula das crianças de 6 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental obrigatório [...], do qual se transcreve:

> 1. Garantir às crianças que ingressam aos 6 (seis) anos no Ensino Fundamental pelo menos 9 (nove) anos de estudo, nesta etapa da Educação Básica. Assim, os sistemas de ensino devem ampliar a duração do Ensino Fundamental para 9 (nove) anos, **administrando a convivência dos planos curriculares de Ensino Fundamental de 8 (oito) anos, para as crianças de 7 (sete) anos que ingressarem em 2006 e as turmas ingressantes nos anos anteriores, e de 9 (nove) anos para as turmas de crianças de 6 anos de idade que ingressam a partir do ano letivo de 2006.** (grifo da relatora)

Independentemente do ano em que implantou o Ensino Fundamental de 9 anos, a escola que apresenta problemas quanto à localização dos alunos repetentes do Ensino Fundamental - EF seriado, provavelmente não incorporou o significado da expressão acima, ou seja: **a extinção das séries do ensino fundamental de 8 anos deveria ocorrer de forma concomitante à implantação dos anos do ensino fundamental de 9 anos.** (grifo da relatora)

A relação entre as séries/anos do ensino fundamental de 8 e 9 anos orienta o período de transição entre os dois cursos. Assim, a implantação do 1º ano do Ensino Fundamental de 9 anos ocorre em concomitância com a 1ª série do Ensino Fundamental de 8 anos, ou seja no mesmo ano civil. A implantação do 2º ano, com a extinção da 1ª série, e sucessivamente até a extinção da 8ª série e implantação concomitante do 9º ano. Escolas que não atenderam a essa gradatividade apresentaram e apresentam ainda problemas relativos à transferência de alunos, como comprovam as consultas recebidas por este Conselho.

7 – É necessário ficar muito claro que, embora as propostas curriculares do ensino fundamental de 8 anos e do ensino fundamental de 9 anos sejam distintas, deve-se reconhecer que a idade é referência essencial para o planejamento curricular. Assim, mesmo que com diferenças, os currículos das séries/anos do ensino fundamental, organizados com foco na idade, são os mais indicados para a localização de um aluno em caso de repetência em série a ser extinta. Portanto, a idade é elemento decisivo para a localização de aluno na transposição entre os currículos do ensino fundamental de 8 anos e o ensino fundamental de 9 anos.

8 – A localização dos alunos reprovados em série a ser extinta, feita pelas Escolas que encaminham a consulta, indica que a referência utilizada foi a correspondência do número da série/ano. Assim, aluno reprovado na 5ª série foi matriculado no 5º ano. Tal procedimento é grave equívoco. **A escola assim procedendo está levando o aluno a regredir dois anos na sua vida escolar. (grifo da relatora)** Ao incluir este aluno no 5º ano, o está tratando como se reprovado fosse na 4ª série.

9 – Embora escolas indiquem que tal procedimento tem por base atos deste Conselho, é necessário corrigir esse equívoco de interpretação, pois as manifestações do Colegiado, em especial o Parecer CEED nº 644/2006, que "Orienta o Sistema Estadual de Ensino sobre a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração", como se comprova na transcrição de alguns de seus itens a seguir, não poderia levar a tal entendimento:

> 14 - **A ampliação do ensino fundamental para nove anos de duração será efetivada de forma progressiva, devendo o estabelecimento de ensino desenvolver o Plano de Estudos do ensino fundamental de oito anos e o Plano de Estudos do ensino fundamental de nove anos, de forma concomitante, e administrar a convivência simultânea dessas duas ofertas**.

> 15 – **O estabelecimento de ensino que implantou o ensino fundamental de nove anos de duração, no ano letivo de 2006, deve dar continuidade à oferta dos estudos do ensino fundamental de oito anos de duração para as turmas ingressantes dos anos anteriores,** mantendo a Proposta Pedagógica, o Plano de Estudos e o Regimento Escolar que está em vigência para o ensino fundamental de oito anos de duração. (grifos da relatora)

10 – Diante das situações apresentadas nas consultas que chegaram a este Conselho, e, para não prejudicar mais ainda a vida escolar dos alunos que se encontram em tal condição neste ano letivo, deve a Escola que assim procedeu, com base neste Parecer, e com a concordância da família, corrigir a localização do aluno, até o início do 2º semestre de 2013, de acordo com a correspondência série/ano constante no quadro a seguir.

Idade dos alunos	EF – 8 anos (em extinção)	EF – 9 anos (em implantação)
6 anos		**1º ano**
7 anos	**1ª série**	**2º ano**
8 anos	**2ª série**	**3º ano**
9 anos	**3ª série**	**4º ano**
10 anos	**4ª série**	**5º ano**
11 anos	**5ª série**	**6º ano**
12 anos	**6ª série**	**7º ano**
13 anos	**7ª série**	**8º ano**
14 anos	**8ª série**	**9º ano**

11 – No caso de escolas em que, por inadequação do processo de implantação do ensino fundamental de 9 anos, ainda persista a falta de determinada série/ano no conjunto da seriação, cabe, com a aceitação da família, providenciar as condições efetivas para a transferência dos alunos que se encontram em situação de retrocesso escolar.

12 – Escolas com lacunas na seriação devem promover, para o ano letivo de 2014, a complementação dos anos do ensino fundamental de nove anos que inexistem no conjunto da oferta.

13 – Além das medidas administrativas que a situação impõe, deve a escola promover as devidas adequações/adaptações curriculares necessárias à integração do aluno no contexto da nova turma ou da nova escola, oferecendo o suporte pedagógico para a superação de possíveis dificuldades.

É necessário que a família concorde formalmente com a nova localização do aluno na escola ou com a transferência para outra escola. Em qualquer caso, de concordância ou não, para a segurança da Escola e da vida escolar do aluno, tal situação deve ficar devidamente registrada em ata e, consequentemente, na escrituração escolar.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, a Comissão de Legislação e Normas conclui por:

a) responder consulta sobre matrícula de aluno, oriundo do ensino fundamental de 8 anos, em extinção, no ensino fundamental de 9 anos;

b) determinar providências nos termos dos itens 10, 11, 12 e 13 deste Parecer.

Em 09 de julho de 2013.

Sonia Maria Nogueira Balzano – relatora
Angela Maria Hübner Wortmann
Cecília Maria Martins Farias
Maria Otilia Kroeff Susin
Raul Gomes de Oliveira Filho

Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 17 de julho de 2013.

Augusto Deon
Presidente

Parecer nº 790/2013

Responde ao pedido de autorização do Serviço Social da Indústria do Rio Grande do Sul – SESI/RS, para o oferecimento de atividades presenciais de cursos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na forma de Educação a Distância, em ambientes presenciais de aprendizagem, a serem desenvolvidas no ambiente de trabalho do industriário.

RELATÓRIO

O Serviço Social da Indústria do Rio Grande do Sul – SESI/RS encaminha a este Conselho pedido de autorização para oferecer 20% das atividades presenciais dos cursos de Educação de Jovens e Adultos, na forma de Educação a Distância, em ambientes presenciais de aprendizagem, nos termos parcialmente transcritos abaixo:

> O Serviço Social da Indústria do Rio Grande do Sul-SESI/RS, entidade de direito privado situada na Av. Assis Brasil, 8787, bairro Sarandi, em Porto Alegre, vem respeitosamente solicitar autorização para oferecimento de 20% das atividades presenciais, previstos para a Educação de Jovens e Adultos na modalidade de Educação a Distância, conforme previsto no artigo 10, inciso III, alínea C da resolução 300/ 2009, em Ambientes Presenciais de Aprendizagem - APA, a ser desenvolvido no ambiente de trabalho do industriário.
>
> [...]
>
> Trata-se de uma proposta educacional concebida para a situação peculiar do jovem e adulto trabalhador, facilitando seu acesso e permanência nas atividades educativas. [...] o proposto se desenvolve em novos ambientes de aprendizagem, próximos física e culturalmente do trabalhador nos centros de atividades do SESI (polos credenciados) ou mediante ocupação de espaços em empresas.
>
> Os objetivos do APA são:
>
> -Promover o desenvolvimento de aprendizagens de trabalhadores matriculados na EJA através de atendimento no espaço da indústria.
>
> -Assegurar a permanência de trabalhadores por meio de atendimento individualizado ou em grupo no seu ambiente de trabalho.

> -Assegurar a aprendizagem contínua e cumulativa do trabalhador por meio de atendimento presencial nos diferentes turnos de trabalho da empresa.
>
> Sustentando na sua história de atendimento aos trabalhadores no próprio ambiente de trabalho, na legislação vigente e no compromisso institucional, previsto no artigo 5º alínea "A" do seu regulamento, o SESI, por meio do APA, busca atender com qualidade e flexibilidade o previsto no artigo 4º da LDB.

ANÁLISE DA MATÉRIA

2- As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, Parecer CNE/CEB nº 11, de 10 de maio de 2000, afirma que a oferta de Educação de Jovens e Adultos representa:

> [...] para uma significativa parcela da população não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Desta negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. [...]

Afirma, também, que essa modalidade de ensino

> busca formar e incentivar o leitor de livros e das múltiplas linguagens visuais juntamente com as dimensões do trabalho e da cidadania. [...] Ela possibilita ao indivíduo jovem e adulto retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extraescolar e na própria vida, possibilitar um nível técnico e profissional mais qualificado.

3 – As normas sobre a Educação de Jovens e Adultos, exaradas pelos órgãos normativos, evidenciam que a oferta dessa modalidade deve ser autorizada em instituição de ensino devidamente credenciada pelo Conselho Estadual de Educação, conforme Resolução CEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012, que, no artigo 9°, dispõe :

> Art. 9º - A autorização para funcionamento de curso consiste em sua integração ao Sistema Estadual de Ensino mediante ato do Conselho Estadual de Educação fundado na comprovação de que o estabelecimento de ensino dispõe das condições pedagógicas estabelecidas nas normas específicas para o desenvolvimento do(s) curso(s) pretendido(s).

4 - Quanto à oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância, este Conselho exarou a Resolução CEED nº 300, de 15 de julho de 2009, que “estabelece normas complementares para a oferta da Educação a Distância no Sistema Estadual de Ensino e revoga a Resolução CEED nº 293, de 22 de agosto de 2007”.

5 - A Resolução CEED nº 300/2009 aponta os critérios para ampliação da área de atuação da instituição de ensino, com o acréscimo de polos de apoio presencial que devem ser também credenciados para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas sob a responsabilidade da instituição de ensino, nos termos dos artigos 6º, 7º e 20, conforme transcrição a seguir:

> Art. 6º O ato de credenciamento considera como local para a realização das atividades presenciais obrigatórias a sede da instituição acrescida dos polos de apoio presencial credenciados nos termos desta Resolução.

> Parágrafo único. Polo de apoio presencial é a unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas sob a responsabilidade integral da instituição de ensino credenciada e autorizada para a oferta de ensino a distância.
>
> Art. 7º A instituição e sua mantenedora podem requerer a ampliação de sua área de atuação com o aumento do número de polos de apoio presencial mediante processo de credenciamento de cada polo a ser acrescido na sede originalmente credenciada.
>
> [...]
>
> Art. 20. O processo com pedido de credenciamento de polo de apoio presencial deve:
>
> I – ser instruído junto à Coordenadoria Regional de Educação da jurisdição onde está situado;
>
> § 1º O credenciamento do polo referido no caput é concedido por, no máximo, o tempo que falta para integralizar o prazo estabelecido no ato de credenciamento originalmente obtido pela instituição de ensino.
>
> § 2º Para o credenciamento dos polos, são considerados os referenciais de qualidade referidos nos artigos 9º e 10 deste Ato.

6 – Na justificativa da Resolução CEED nº 300/2009, este Conselho alerta que:

> [...] a oferta de um curso a distância exige alto investimento em conhecimento, em profissionais, em recursos didáticos, em serviços de apoio e infraestrutura proporcionais ao número de alunos que pretenda atender e à tecnologia de informação disponível. Tal investimento assume maior dimensão dependendo do grau de descentralização que pretende efetivar por meio de polos de apoio presencial, tendo em vista que – não sendo uma franquia – os polos são a instituição credenciada presente em diferentes localidades, atendendo às mesmas exigências quando do credenciamento da sede. [...],

o que ratifica a necessidade da análise do processo por este Conselho, com vistas ao credenciamento de escola.

7 - Em relação à carga horária presencial, a referida Resolução, no artigo 14 caput e § 1°, estabelece que:

> Art. 14 - A organização curricular da oferta de EaD deve projetar e oferecer aos alunos, na sede da instituição ou nos seus polos, momentos presenciais obrigatórios de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, além dos previstos no § 1º do artigo 1º do Decreto federal no 5.622, de 19 de dezembro de 2005, de acordo com o referencial de qualidade estabelecido na letra "c" do inciso III do artigo 10 desta Resolução.
>
> § 1º A carga horária de 20% (vinte por cento) de que trata o caput deste artigo deve ser distribuída, harmonicamente, ao longo de todo o curso.

8 - Nada obsta que, no espaço da indústria, haja locais destinados ao estudo dos trabalhadores, no entanto, esses trabalhadores deverão estar matriculados na Educação de Jovens e Adultos em instituições credenciadas, nas quais desenvolverão 20% de atividades presenciais, serão avaliados e onde poderão obter a sua certificação. Da mesma forma, o SESI não está impedido de oferecer cursos de qualificação e capacitação aos seus trabalhadores como um "curso livre", a fim de cumprir a missão a que se propõe, tendo a clareza de que esses cursos não podem oferecer certificação de conclusão de estudos.

9 – Cabe destacar, ainda, que esses alunos têm a possibilidade de obter o Certificado de Conclusão de Estudos mediante a realização do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, em consonância com o § 2º do artigo 38 da LDBEN que dispõe: "[...] § 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames".

10 - Este Conselho reitera que a instituição de ensino, para constituir polos de apoio presencial, na oferta de cursos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na forma de Educação a Distância, precisa cumprir, na integralidade, o que determina a Resolução CEED nº 300/2009, em especial o artigo 20, e as demais normas exaradas por este Colegiado. Nesse sentido, não acolhe o pedido de autorização do Serviço Social da Indústria do Rio Grande do Sul – SESI/RS.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, a Comissão de Ensino Médio e Educação Superior e a Comissão de Ensino Fundamental concluem por responder ao pedido de autorização do Serviço Social da Indústria do Rio Grande do Sul – SESI/RS para o oferecimento de atividades presenciais na Educação de Jovens e Adultos, modalidade de Educação a Distância, em ambientes presenciais de aprendizagem, a serem desenvolvidas no ambiente de trabalho do industriário, nos termos do item 10 deste Parecer.

Em 08 de outubro de 2013.

Maria Otília Kroef Susin - relatora
Cecília Maria Martins Farias – relatora
Angela Maria Hübner Wortmann
Antonio Maria Melgarejo Saldanha
Jane Bohn
José Amaro Hilgert
Maria Antonieta Schmitz Backes
Neusa Teresinha Machado Salaberry
Ruben Werner Goldmeyer

Aprovado, por maioria, na sessão plenária de 09 de outubro de 2013, com voto contrário da Conselheira Sonia Maria Nogueira Balzano.

Augusto Deon
Presidente

Parecer nº 325/2014

Processo CEEd nº 85/27.00/14.8

Atualiza e complementa as normas que tratam dos registros escolares na Educação Básica pelos estabelecimentos de ensino integrantes do Sistema Estadual de Ensino.

RELATÓRIO

O Conselho Estadual de Educação, ao exarar o presente Parecer, reporta-se à Resolução CEE nº 115, de 07 de novembro 1975, e nº 116, de 12 de dezembro de 1975, aos Pareceres CEE nº 919/1975 e CEE nº 202, de 24 de junho de 1977, atos que mantêm sua atualidade no que se refere aos princípios da administração escolar e à elaboração e expedição de Histórico Escolar, Certificado e Diploma.

2 – A Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", ao ampliar as competências e responsabilidades das escolas no que diz respeito às decisões de caráter pedagógico e, principalmente, ao permitir alternativas de oferta cuja discriminação não se ajusta a formulários padronizados, sugere a necessidade de uma complementação das orientações contidas naqueles atos normativos.

3 – Neste Parecer, estão elencados os documentos de apoio da administração da Secretaria Escolar, necessários para registrar ocorrências, com recomendações para sua elaboração. Estas destinam-se às instituições de ensino, unidades escolares e aos polos de apoio presencial em instituições que trabalham na modalidade de Educação a Distância, para construir uma história fidedigna da vida escolar do aluno. Os modelos apresentados não necessitam ser adotados como formato único ou obrigatório, nem os dados que contêm, pois constituem o mínimo necessário para o correto registro. De igual modo, quando se falar em "Livro" não significa que a única alternativa seja o volume industrializado, podendo se recorrer aos processos da informática, com posterior encadernação das folhas geradas, por algum critério, como periodicidade, quantidade de folhas, ou outro.

ANÁLISE DA MATÉRIA

4 – Este Parecer apresenta os documentos e procedimentos mínimos necessários para o registro escolar destacando-se: Livros necessários para registro de Matrícula, de procedimentos exigidos pela legislação em processos de Transferências, relacionados a Classificação, Reclassificação, Aproveitamento de Estudos, Progressão Parcial, assim como registro de Avanço, Atas de Resultados Finais, expedição de Diplomas, Certificados e Históricos Escolares, Atas de Conselho de Classe, Descarte de Documentos, enfim, toda documentação que passe a integrar o Arquivo Escolar.

5 - **Livros/documentos necessários**

São imprescindíveis, além dos Livros de Atas destinados a registrar procedimentos, resultados, fatos, decisões, enfim, tudo o que merece ser guardado para referência futura, organizados conforme os critérios de arquivamento da escola:

a) Matrículas

b) Diplomas e Certificados

c) Encaminhamentos da Equipe Diretiva

d) Atas de Conselho de Classe

e) Termo de Visitas

f) Descarte de Documentos

Em todos os Livros, manuscritos ou digitados, deverão constar os Termos de Abertura e de Encerramento, conforme modelos:

TERMO DE ABERTURA
O presente livro contém *XXX (extenso)* folhas devidamente numeradas e rubricadas para o registro de (*finalidade)*
Lugar e data
..... *Nome* Secretário ..... *Nome* Diretor

TERMO DE ENCERRAMENTO
Utilizadas todas as *XXX (extenso)* folhas deste livro devidamente numeradas e rubricadas, declaro encerrado o presente livro de *finalidade*
Lugar e data .
..... *Nome* Secretário ..... *Nome* Diretor

6 – **Documentos exigidos pela legislação**

Documentos de caráter pedagógico-curricular exigidos pela legislação, os quais a escola deve publicizar e arquivar, entre outros:

a) Regimento Escolar

b) Projeto Político-Pedagógico

c) Calendário Escolar

d) Planos de Estudos

e) Plano de Curso Técnico

f) Plano de Trabalho do Professor.

7 - **Matrícula**

A Matrícula é o ato formal que vincula a família, o aluno e a escola. Na escola privada, ela é complementada pela assinatura, legalmente obrigatória, do Contrato de Prestação de Serviços que regula a remuneração dos serviços, entre outros aspectos.

7.1 – Livro de Matrícula: a instituição de ensino deverá abrir um Livro de Matrícula para registrar o ano letivo, nome do estudante, nível, modalidade, ano, fase, ciclo ou módulo da matrícula. Com os recursos da informática, podem ser usados modelos automatizados de editores de texto, encadernando-se as folhas segundo algum critério coerente, transparente e fixo. O acesso à escolarização se dá mediante a matrícula na escola, na forma da legislação vigente.

7.2 – Nesse processo, utilizam-se três documentos, cujos modelos são apresentados a título de sugestão:

7.2.1 – Inscrição ou Requerimento de Matrícula:

Requerimento de Matrícula

Nome do(a) Aluno	
Nome do(a) Responsável	

Senhor(a) Diretor(a):

O aluno acima nomeado, através de seu responsável, vem requerer a sua matrícula neste estabelecimento de ensino, para o ano letivo de , para

☐ Educação Infantil, conforme faixa etária

☐ Ensino Fundamental

☐ 1º ano ☐ 2 º ano ☐ 3 º ano ☐ 4 º ano ☐ 5 º ano

☐ 6 º ano ☐ 7 º ano ☐ 8 º ano ☐ 9 º ano

☐ Ensino Médio

☐ 1º ano ☐ 2 º ano ☐ 3 º ano

☐ Educação Profissional, no curso

Declaro que estou de acordo com o Regimento Escolar e tomei ciência de todas as cláusulas com as quais concordo.

Nestes termos peço deferimento.

Lugar e data

.....
Assinatura do(a) Responsável

Indefiro o requerimento.

Motivo:

.....
Diretor(a)

Defiro o requerimento.

.....
Diretor(a)

7.2.2 – **Ficha Cadastral ou de Matrícula**

A Ficha Cadastral ou de Matrícula é o documento no qual a instituição de ensino registra, principalmente, os números dos documentos individuais do aluno e de seus responsáveis, uma vez que tais documentos não podem ser retidos e, depois de transcritos, devem ser devolvidos. A falta de documentos não é impeditiva para a matrícula, cabendo à escola a orientação para a busca dos mesmos. Também é importante informações sobre a saúde do aluno, de modo a cumprir a legislação relativa à prática da Educação Física.

Ficha Cadastral (ou de Matrícula)

Aluno						
Nome do(a) aluno(a)					☐ Manhã ☐ Integral ☐ Tarde ☐ Noite	
Data de nascimento	☐ Masculino ☐ Feminino	RG	Expedição	Data de Exp.	Religião	
Cert. de nascimento	Cidade de nascimento	UF	Nacionalidade	Segunda Nacionalidade		
CPF	Cor/Raça	Endereço				
Bairro	Cidade	CEP	UF			
Telefone	Email					
Pai do(a) Aluno(a)						
Nome do pai do(a) aluno(a)						
Data de nascimento	Nacionalidade	CPF	Telefone	Tel. Celular	Profissão	
Endereço						
Bairro	Cidade	CEP	UF			
Empresa	Telefone da Empresa	Email				
Mãe do(a) Aluno(a)						
Nome da mãe aluno(a)						
Data de nascimento	Nacionalidade	CPF	Telefone	Tel. Celular	Profissão	
Endereço						
Bairro	Cidade	CEP	UF			
Empresa	Telefone da Empresa	Email				
Estado civil dos pais						
☐ Casados ☐ Solteiros ☐ Divorciados ☐ Mãe viúva ☐ Pai viúvo	Nova união ☐ Sim ☐ Não					
Nome do(a) novo(a) cônjuge						
Data de nascimento	Nacionalidade	CPF	Telefone	Tel. Celular	Profissão	
Empresa	Telefone da Empresa	Email				
Responsável financeiro (preencher se for outro) ☐ Pai ☐ Mãe ☐ Aluno ☐ Outro						
Nome do(a) responsável						
Data de nascimento	Nacionalidade	CPF	Telefone	Tel. Celular	Profissão	
Endereço						
Bairro	Cidade	CEP	UF			
Empresa	Telefone da Empresa	Email				

Pessoas autorizadas a retirar o(a) aluno(a) da escola			
Nome	Parentesco	Telefone	RG
Nome	Parentesco	Telefone	RG

Ficha médica		
O(A) aluno(a) apresenta alguma alergia? Qual?	Usa remédios? Quais?	
O(A) aluno(a) faz algum tratamento médico?	☐ Sim ☐ Não	Qual?
Nome do(a) médico(a)	Telefone	Endereço
O(A) aluno(a) apresenta alguma doença congênita? Qual?		
Doenças ou problemas existentes ☐ Hipertensão ☐ Hemofilia ☐ Asma ☐ Epilepsia ☐ Bronquite ☐ Diabetes ☐ Dep de Insulina ☐ Defic. visual ☐ Defic. Auditiva ☐ Outros (citar)		
Doenças da infância já contraídas ☐ Caxumba ☐ Sarampo ☐ Escarlatina ☐ Rubéola ☐ Catapora ☐ Coqueluche ☐ Outras (citar)		
O(A) aluno(a) é beneficiário(a) de algum Plano de Saúde? Qual?		
Para qual hospital ou clínica o(a) aluno(a) deverá ser removido(a) em caso de necessidade?	Telefone	
A escola não medica seus alunos, a não ser por prescrição médica e por expressa solicitação dos pais ou responsáveis. Em caso de febre ou dor, que medicamentos a escola está autorizada a ministrar ao aluno? ☐NENHUM ☐ AAS (tipo Melhoral) ☐ Ibuprofeno (tipo Advil) ☐ Dipirona (tipo Novalgina) ☐Paracetamol (tipo Tylenol) ☐Outros (citar)		
Observações		

.....

Assinatura do Responsável

Documentação a ser apresentada junto com esta ficha (os documentos pessoais serão devolvidos no ato)

- Cópia da Certidão de Nascimento ou Identidade do aluno.
- Comprovante de residência do responsável e do aluno, caso seja diferente.
- Cópia da Identidade e CPF do responsável pela assinatura do Contrato
- Cópia da Carteira de Vacinação do aluno
- Em caso de transferência, Histórico Escolar

7.2.3 – **Ficha de Acompanhamento de Matrícula**

A cada ano a matrícula pode ser renovada com atualização da Ficha Cadastral. Para reunir em um só lugar um resumo dessa movimentação, recomenda-se a utilização da Ficha de Acompanhamento de Matrícula:

Acompanhamento de Matrícula

<table>
<tr><td colspan="5">Nome do(a) aluno(a)</td><td>☐ Manhã ☐ Integral
☐ Tarde ☐ Noite</td></tr>
<tr><td>Data de nascimento</td><td colspan="2">☐ Masculino
☐ Feminino</td><td>RG</td><td>Expedição</td><td>Data de Exp.</td><td>Religião</td></tr>
<tr><td>Certidão de nascimento</td><td colspan="3">Cidade de nascimento</td><td>UF</td><td>Nacionalidade</td><td>Segunda Nacionalidade</td></tr>
<tr><td colspan="2">CPF</td><td colspan="2">Cor/Raça</td><td colspan="3">Endereço</td></tr>
<tr><td colspan="2">Bairro</td><td colspan="2">Cidade</td><td>CEP</td><td>UF</td></tr>
<tr><td colspan="3">Telefone</td><td colspan="4">Email</td></tr>
<tr><td colspan="7">OBSERVAÇÕES:</td></tr>
<tr><td colspan="3">RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA
ANO LETIVO _____ DATA ___ / ___ / _____
ANO/SÉRIE_____ TURMA _____
_____
REQUERENTE
_____
SECRETÁRIO ESCOLAR</td><td colspan="4">RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA
ANO LETIVO _____ DATA ___ / ___ / _____
ANO/SÉRIE_____ TURMA _____
_____
REQUERENTE
_____
SECRETÁRIO ESCOLAR</td></tr>
<tr><td colspan="3">RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA
ANO LETIVO _____ DATA ___ / ___ / _____
ANO/SÉRIE _____ TURMA _____
_____
REQUERENTE
_____
SECRETÁRIO ESCOLAR</td><td colspan="4">RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA
ANO LETIVO _____ DATA ___ / ___ / _____
ANO/SÉRIE_____ TURMA _____
_____
REQUERENTE
_____
SECRETÁRIO ESCOLAR</td></tr>
<tr><td colspan="3">RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA
ANO LETIVO _____ DATA ___ / ___ / _____
ANO/SÉRIE_____ TURMA _____
_____
REQUERENTE
_____
SECRETÁRIO ESCOLAR</td><td colspan="4">RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA
ANO LETIVO _____ DATA ___ / ___ / _____
ANO/SÉRIE_____ TURMA _____
_____
REQUERENTE
_____
SECRETÁRIO ESCOLAR</td></tr>
<tr><td colspan="3">RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA
ANO LETIVO _____ DATA ___ / ___ / _____
ANO/SÉRIE_____ TURMA _____
_____
REQUERENTE
_____
SECRETÁRIO ESCOLAR</td><td colspan="4">RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA
ANO LETIVO _____ DATA ___ / ___ / _____
ANO/SÉRIE_____ TURMA _____
_____
REQUERENTE
_____
SECRETÁRIO ESCOLAR</td></tr>
</table>

8 – **Transferência**

A transferência escolar trata da circulação dos alunos entre diferentes escolas nos sistemas de ensino.

8.1 – A transferência escolar requer um cuidado especial, de modo que seja assegurada a continuidade dos estudos do aluno. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, a ênfase não se concentra somente na “legalidade” do processo, mas, principalmente, na “adequação pedagógica” dos procedimentos e medidas tomadas.

8.2 – A instituição de ensino não pode alterar os registros constantes do Histórico Escolar do aluno, expedido pela escola de origem, quer para adaptá-los aos seus esquemas de avaliação, quer para fazê-los “caber em seus formulários”. Se a organização curricular das duas instituições envolvidas for compatível e não houver motivo para uma reclassificação, a vida escolar do aluno na nova escola inicia na data de sua matrícula e é a partir deste momento que o Regimento Escolar passa a ser atendido. Portanto, não há como misturar a avaliação de duas instituições de ensino.

8.3 – O Histórico Escolar não precisa ficar restrito a um só formulário. Se os registros da escola de origem não se adaptam aos formulários da nova instituição de ensino, o Histórico Escolar pode ser constituído de cópia do documento da escola de origem, apensado ao da nova escola; além disso, resta sempre a possibilidade de elaborar um Histórico Escolar descritivo, em forma de Certidão.

8.4 – O Histórico Escolar serve de identificação da instituição que o expede, devendo estar completos e corretos o nome da escola, o nome da entidade mantenedora e o endereço, assim como, referir os atos legais do Sistema de Ensino, referentes a credenciamento e autorização de funcionamento do curso frequentado/concluído pelo(a) aluno(a).

9 **– Classificação**

O aluno que chega à instituição de ensino sem escolarização anterior, ou sem documentação que a comprove, deve ser classificado. A seguir, um modelo de Ata de Classificação:

ATA DE CLASSIFICAÇÃO

Aos ..... dias do mês de ..... de ....., o aluno(a) ..... foi matriculado(a) no..... ..... do Ensino ....., mediante avaliação para classificação, realizada de acordo com o artigo .... do Regimento Escolar, devido à ausência de comprovante de escolarização anterior.
E para constar, eu, Secretário Escolar desta instituição de ensino, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim, pelo Diretor e pelos Professores que participaram da Avaliação.

Lugar e data .

Observações:
1. preencher todos os dados por extenso;
2. colher assinatura do aluno ou de seu responsável, para ciência do resultado obtido e resguardo da instituição de ensino.

O resultado da Avaliação de Classificação deve constar no Histórico Escolar com a seguinte observação:

O aluno(a).....foi matriculado(a) no .... do Ensino ....., mediante Avaliação de Classificação dos componentes curriculares da Base Nacional Comum, nos termos do Art.24 da Lei federal nº 9.394/1996 e do Regimento Escolar.

10 – **Reclassificação**

Em casos de transferência de instituição de ensino com outra organização curricular – inclusive transferências do exterior – cabe a Reclassificação. A Ata pode ter a seguinte redação:

ATA DE RECLASSIFICAÇÃO

Aos ..... dias do mês de ..... de ....., o aluno(a) ..... foi matriculado(a) no..... ..... do Ensino ....., mediante Reclassificação realizada de acordo com o artigo .... do Regimento Escolar, por:

☐ transferência de escola com organização curricular diversa
☐ transferência de escola situada no exterior

E, para constar, eu, Secretário Escolar desta instituição de ensino, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim, pelo Diretor e pelos Professores que participaram da Avaliação.

Lugar e data .

Observações:
1. preencher todos os dados por extenso;
2. colher assinatura do aluno ou de seu responsável, para ciência do resultado obtido e resguardo da instituição de ensino.

O resultado da Reclassificação deve constar no Histórico Escolar com a seguinte observação:

O(A) aluno(a).....foi matriculado(a) no .....ano do Ensino ....., mediante Reclassificação, nos termos do Art. 23 da Lei federal nº 9.394/1996, em razão de .....

11 – **Aproveitamento de Estudos**

O Aproveitamento de Estudos consiste no julgamento de que um componente curricular cursado pelo aluno, mas que não pertença à Base Nacional Comum, tem idêntico ou semelhante caráter formativo a outro, integrante do currículo da escola de destino, e que não foi cursado pelo aluno. Os estudos realizados em componentes curriculares da Base Nacional Comum são naturalmente aproveitados. No que se refere aos Cursos Técnicos, a instituição de

ensino deve atender ao disposto na Resolução CNE/CEB nº 06, de 20 de setembro de 2012. A Ata poderá ter redação semelhante a deste modelo:

ATA DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Aos ..... dias do mês de ..... de ....., foi concedido Aproveitamento de Estudos, de acordo com o que estabelece o Regimento Escolar, ao(à) aluno(a) ..... do ..... ano/módulo do Ensino..... nos seguintes componentes curriculares:

Listar os componentes curriculares.

E, para constar, eu, Secretário Escolar desta instituição de ensino, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim, pelo Diretor e pelos Professores:

Listar os professores e os respectivos componentes curriculares.

Assinaturas
Observações:
1. preencher todos os dados por extenso;
2. o(a) aluno(a), ou seu responsável, quando menor de idade, deverá tomar ciência do resultado do Aproveitamento de Estudos, mediante assinatura;
3. os professores dos componentes curriculares, nos quais houve Aproveitamento de Estudos deverão assinar a Ata;
4. O Aproveitamento de Estudos inclui a possibilidade da Adaptação Curricular, prevista em alguns Regimentos Escolares.

12 – Avanço

O Avanço, sempre de caráter individual, constitui o reconhecimento de que o(a) aluno(a) apresenta conhecimentos, competências e habilidades em nível superior aos da fase que está cursando, podendo ser promovido(a), ainda durante o ano letivo. Deve ser observado o que a legislação vigente permite. A avaliação deve ser registrada em Ata, com as seguintes características:

ATA DE AVANÇO DE ESTUDOS

Aos ..... dias do mês de ..... de ....., o(a) aluno(a) ....., cursando o .... do Ensino ..... foi promovido(a) ao .... do Ensino ....., de acordo com o que estabelecem a legislação em vigor e o Regimento Escolar desta instituição de ensino. O(A) aluno(a) frequentou o ..... ano até a presente data, num total de .... dias letivos, sendo submetido à avaliação e obtendo os seguintes resultados:
Listar, se for o caso, componentes curriculares.

Para constar, eu, Secretário Escolar desta instituição de ensino, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim, pelo Diretor e pelos membros do Conselho de Classe.

Lugar e data.
Assinaturas

Observação: preencher todos os dados por extenso.
Assinatura do(a) aluno(a) ou responsável.

13 – **Progressão Parcial**

A promoção com Progressão Parcial é registrada na Ficha Individual do Aluno, em Ata e no Histórico Escolar. A Ata pode ter redação semelhante a deste modelo:

ATA DE PROGRESSÃO PARCIAL

Aos .... dias do mês de ..... de ..... , concluíram-se os estudos dos alunos em Progressão Parcial, Turma ..... do **..... (**Curso**)**, referentes a componentes curriculares do ano letivo de .....(ano anterior), realizados no corrente ano letivo, nos termos da Lei federal nº 9.394/1996 e do Regimento Escolar:

Nome completo dos alunos e os respectivos componentes curriculares nos quais foram realizados os estudos

E, para constar, eu, Secretário Escolar desta instituição de ensino, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim, pelo Diretor e pelos membros do Conselho de Classe.

Local e data
Assinaturas

14 – **Ata de Resultados Finais**

As Atas de Resultados Finais, usualmente encaminhadas ao final do ano letivo às Coordenadorias Regionais de Educação – CRE da Secretaria de Estado da Educação, devem ser entregues na forma orientada pelas CRE, observando-se os prazos fixados e a legislação vigente. A seguir, uma proposta de Ata:

Nome da instituição de ensino..... CRE:.....

Endereço:.....
Município:.....

Curso: ..... Atos legais da instituição de ensino e do Curso.....

Ano/Série::..... Turno:..... Turma:.....

ATA DOS RESULTADOS FINAIS

Aos.....dias do mês de..... de ..... , concluiu-se a avaliação final do ano letivo de ..... nos termos da Lei federal nº 9.394/1996, registrando-se os resultados dos alunos nos seguintes termos:

Nome dos alunos e componentes curriculares com os respectivos resultados da avaliação e informação sobre o resultado final.

E, para constar, eu, Secretário Escolar desta instituição de ensino, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e pelo Diretor.

Local e data
Assinaturas

15 – Conselho de Classe

A Ata das reuniões dos Conselhos de Classe, realizadas ordinária e extraordinariamente, conforme Regimento Escolar, caracteriza-se pela descrição exata das ocorrências e decisões tomadas nas reuniões. Deve ser assinada por todos que estiverem presentes. A seguir, uma minuta que pode servir de modelo:

ATA DE REUNIÃO DE CONSELHO DE CLASSE

Aos.....dias do mês de ..... de ....., às ..... horas e .....minutos, nas dependências do(a) ....., no município de ....., Estado do Rio Grande do Sul, reuniu-se o Conselho de Classe, referente ao ..... da turma ..... ano/série ..... do turno ....., do Curso ..... constituído com a finalidade de ....., sob a Coordenação do(a) ....., no qual estiveram presentes os Professores(as), abaixo assinados. Abertos os trabalhos, concedida a palavra, tratou-se dos seguintes assuntos:.....
Nada mais havendo a tratar, o Coordenador e/ou Diretor agradeceu a presença dos participantes e declarou encerrada a reunião, da qual eu, ..., Secretário Escolar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim, pelo Coordenador ou Presidente de Reunião e pelos presentes.

Ata aprovada na Reunião de ..... de ..... de .....

16 – ***Registro de Diplomas, Certificados de Conclusão e Históricos Escolares***

Os Diplomas de Curso Técnico e de Curso Normal em Nível Médio, para terem validade nacional devem ser registrados pelo estabelecimento de ensino. Os Certificados de Conclusão de Curso de Ensino Fundamental, de Ensino Médio e de Cursos de Qualificação Profissional, bem como os Históricos Escolares poderão ser registrados em Livros, em volumes diferentes para cada tipo de documento.

16.1 – Os Livros destinados ao registro de Diplomas, Certificados e Históricos Escolares deverão conter:

- Termo de Abertura e de Encerramento, datado e assinado pelo Diretor(a) e pelo(a) Secretário(a) Escolar da instituição de ensino;

- folhas numeradas e rubricadas pelo(a) Diretor(a) ou Secretário(a) Escolar da instituição de ensino;

- número de ordem do registro, observada a sequência da numeração.

16.2 – O registro deve conter os seguintes dados:

- identificação do documento: Diploma, Certificado de Conclusão ou Histórico Escolar;

- número de ordem do registro;

- data de efetivação do registro;

- nome do aluno concluinte ou transferido;

- data de conclusão do Curso ou data de emissão da Transferência, no caso de Histórico Escolar;

- em Diploma, registrar nome da habilitação profissional: Curso Técnico ou Curso Normal;

- assinatura do aluno ou responsável, ao receber ou retirar o documento;

- data do recebimento ou da retirada do documento;

- visto do Diretor(a) ou do(a) Secretário(a) Escolar.

16.3 – No verso do Diploma haverá referência ao registro, podendo ser usado carimbo, nos seguintes moldes:

Conforme a Lei federal nº 9.394/1996, as Resoluções do Conselho Estadual de Educação e as normas regimentais, e considerando a regularidade dos atos pedagógicos realizados por esta instituição de ensino, atestamos a autenticidade e a regularidade do presente documento.

Registro nº _____Livro nº___ Fls nº_____
Local e Data
Assinaturas do Secretário(a) e do Diretor(a)

16.4 – No Diploma, devem constar, obrigatoriamente, no mínimo:

- Identificação/Designação da instituição de ensino;

- Atos legais da instituição de ensino e do Curso;

- Nome do Aluno(a);

- Habilitação. No caso de Curso Técnico, especificar o respectivo eixo tecnológico;

- Local e data;

- Assinaturas.

17 – **Arquivo Escolar**

Arquivo Escolar é o conjunto ordenado de registros que documentam e comprovam os fatos referentes à vida escolar do aluno e à vida funcional do corpo docente e administrativo da instituição de ensino.

Os documentos constituem arquivo quando são guardados em satisfatórias condições de segurança. Apresentam-se classificados e ordenados de modo a permitir rapidamente a sua

localização e consulta, observando: facilidade na busca de documentos; simplificação na manipulação; acesso para qualquer pessoa responsável; economia de tempo e espaço; resistência ao manuseio constante; capacidade de extensão; disposição lógica; arranjo que possibilite limpeza e conservação; segurança; resistência à ação do tempo, que assegure a integridade dos documentos.

17.1 – Ao elaborar um documento ou organizar um arquivo, deve-se verificar se os servidores que vierem em futuro remoto, entenderão e saberão perfeitamente o que se escriturou e qual o seu adequado funcionamento.

17.2 – Nenhum documento pode ser retirado do Arquivo Escolar sem autorização escrita do Diretor(a) e registro do fato.

18 – O Arquivo Escolar se constitui de dois segmentos: ativo e passivo.

18.1 – Ao Arquivo Escolar Ativo pertencerão todas as pastas de assentamentos individuais e todos os documentos que se referirem a alunos matriculados, a funcionários e a professores em atividade na instituição de ensino.

18.2 – Ao Arquivo Escolar Passivo pertencerão todas as pastas de assentamentos individuais e todos os documentos de ex-alunos, ex-professores e ex-funcionários da instituição de ensino.

18.3 – O Arquivo Escolar Ativo é composto do conjunto da documentação dos alunos matriculados:

- Pasta individual do aluno, contendo:

. Requerimento de Matrícula ou de Transferência;

. Ficha individual – registro da situação escolar do aluno quanto a rendimento escolar, componentes curriculares, carga horária, frequência, referente a cada ano letivo, série, etapa, fase, módulo ou outras formas de organização do ensino ou do curso;

. Histórico Escolar, quando se tratar de alunos transferidos de outra instituição de ensino;

. Ficha Individual de aluno recebido por transferência no decorrer do ano letivo;

. Assentamentos e/ou cópias de documentos de identificação do aluno: Carteira de Identidade, Certidão de Nascimento ou de Casamento e/ou outros.

- Livro[4] de Ata dos processos especiais de avaliação: Classificação, Reclassificação e Aproveitamento de Estudos;

- Livro de Matrícula;

- Livro de Ata do Conselho de Classe;

- Livro dos registros de encaminhamento da Equipe Diretiva aos pais e/ou responsáveis ou aos próprios alunos, quando maiores de 18 anos. Recomenda-se incluir nestes registros, aqueles que se referem a comunicações às autoridades competentes de casos de infrequência, em cumprimento à legislação vigente;

- Diários de Classe: registro do aproveitamento e da frequência do aluno, execução dos programas, cumprimento da carga horária anual;

[4] Ver item 3.

- Livro de registro de Históricos Escolares, Certificados e Diplomas;

- Livro de Ata de Descarte de documentos escolares;

- Livro de Termo de Visitas;

- Livro de Atas de Resultados Finais.

18.4 – O Arquivo Escolar Passivo é composto do conjunto da documentação dos alunos concluintes, dos transferidos e dos que abandonaram os estudos:

- Ficha individual de registros da situação escolar do aluno: rendimento escolar, componentes curriculares, carga horária, frequência, referentes a cada ano letivo, série, etapa, fase, módulo ou outras formas de organização do ensino ou do curso;

- Histórico Escolar dos alunos transferidos para outra instituição de ensino;

- Cópia do Diploma ou do Certificado, registrado, se for o caso;

- Dossiês (conjunto de cópia de documentos) de ex-professores e de ex-funcionários da instituição de ensino;

- Diários de Classe, assinados pelo professor, guardados em pastas após a conclusão do período letivo e organizados por período/ano, turno, série e curso;

- Livros de registros;

- Atas de Resultados Finais.

19 – **Descarte**

O descarte consiste na eliminação de documentos considerados desnecessários. A instituição de ensino pode proceder ao descarte de:

- Documentos referentes à verificação da aprendizagem escolar, desde que tenham sido feitos os devidos registros, expedidas as Atas de Resultados Finais e que a instituição de ensino tenha o protocolo de entrega destas Atas na respectiva Coordenadoria Regional de Educação, transcorridos 5 anos;

- Requerimento de Matrícula, cópias de atestados e declarações, após 5 anos[5];

- A instituição de ensino poderá recorrer aos Diários de Classe, por um período de trinta anos ou mais, para fins de comprovação do efetivo exercício do magistério por seus ex-professores ou ex-funcionários.

20 – A Pasta Individual do aluno, contendo os documentos de identificação – Ficha Individual e Histórico Escolar do aluno – bem como Livros de Atas, que fazem parte do Arquivo Escolar da instituição de ensino, não podem ser descartados, sob nenhuma alegação.

21 – O ato de Descarte é lavrado em Ata própria, assinada pelo Diretor, pelo Secretário Escolar e, no mínimo, por 2 (duas) testemunhas. Nessa Ata deve constar a relação dos documentos descartados, no seguinte modelo:

[5] Ver subitem 7.2.1.

ATA DE DESCARTE DE DOCUMENTOS

Aos.....dias ..... do mês de ..... do ano de ..... na presença do Diretor(a), do(a) Secretário(a) Escolar e de duas testemunhas, realizou-se o descarte dos seguintes documentos:

Relação dos documentos descartados.

E para constar, eu, Secretário Escolar desta instituição de ensino , lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim, pelo Diretor(a) e pelas testemunhas presentes.

Local e data.

Assinaturas

22 – **Livro de Termo de Visitas**

Os Livros de Termo de Visitas servem para registrar a presença de autoridades, pais ou responsáveis por alunos, pessoas convidadas, artistas, ... Recomenda-se que haja um Livro exclusivo para repesentantes de órgãos de fiscalização do Sistema Estadual de Ensino.

23 – Os registros e manuseio da escrituração escolar são de responsabilidade exclusiva do(a) Secretário(a) Escolar da instituição de ensino que, preferencialmente, deve ter formação para o exercício dessa função. A responsabilidade pela escrituração escolar é do(a) Secretário(a) Escolar e do(a) Diretor(a) da instituição de ensino.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, a Comissão de Legislação e Normas atualiza e complementa as normas que tratam dos registros escolares na Educação Básica pelos estabelecimentos de ensino integrantes do Sistema Estadual de Ensino.

Em 1º de abril de 2014.

Ruben Werner Goldmeyer – relator
Angela Maria Hübner Wortmann
Cecília Maria Martins Farias
Daniel Vieira Sebastiani
Maria Otília Kroeff Susin
Marli Helena Kümpel da Silva
Raul Gomes de Oliveira Filho
Sonia Maria Nogueira Balzano

Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 09 de abril de 2014.

Augusto Deon
Presidente

Parecer nº 549/2014

Manifesta-se, nos termos dos itens 8 a 12 e 15 a 17 deste Parecer, acerca da oferta de Educação Física pelos estabelecimentos de ensino do Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

RELATÓRIO

O presente processo tem como peça inicial cópia do correio eletrônico datado de 19 de março de 2014, no qual consta relato de professor de determinada escola da rede pública estadual integrante do Sistema Estadual de Ensino, nos seguintes termos:

> [...] que, de 2014 em diante, o Rio Grande do Sul pela implantação do ensino médio politécnico, regrida nas práticas educacionais desenvolvidas em nossas escolas, causando prejuízos pedagógicos e de saúde aos adolescentes matriculados na rede estadual de ensino.[...] A SEDUC/RS demonstra ausência do imprescindível senso de responsabilidade, retirando a educação física de séries/anos do ensino médio politécnico.

2 – O processo foi instruído neste Conselho, encaminhado à Comissão de Ensino Médio e Educação Superior e, posteriormente, a esta Comissão para análise e deliberação, conforme despacho no verso da inicial.

3 – Em 25 de fevereiro de 2014, o referido professor havia encaminhado a este Conselho correio eletrônico solicitando manifestação e tomada de providências quanto à ausência da Educação Física na "[...] matriz curricular dos 3ºs anos no turno da manhã e 2ºs e 3ºs anos no turno da noite" no currículo de determinada escola da rede pública estadual. Nesse correio eletrônico estão citados os seguintes atos: "Constituição Federal/88, art. 210, e outros", "Lei 69.450/71", que, efetivamente, se constitui no Decreto federal nº 69.450, de 01 de novembro de 1971, que "Regulamenta o artigo 22 da Lei federal nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea "c" do artigo 40 da Lei federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências" e ainda, a "LDB 9.394/96, art.26" e "ECA 8069/90 art. 4º".

Em resposta ao referido correio eletrônico, a Comissão de Ensino Médio e Educação Superior deste Conselho respondeu que as normas vigentes referem a obrigatoriedade da Educação Física na educação básica, no entanto, não a determinam "em todas as séries/anos".

ANÁLISE DA MATÉRIA

4 – A questão apresentada enseja o seu exame no contexto das competências dos diferentes entes para legislar ou normatizar sobre a matéria em pauta, tanto no sentido genérico como no caso específico da Educação Física.

5 – A Constituição Federal de 1988 fixa como privativa da União a competência para legislar sobre as "as diretrizes e bases da educação nacional" (Art. 22, inciso XXIV). O art. 24, inciso IX, estabelece a competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal sobre "educação, cultura, ensino e desporto".

6 – Em atendimento ao preceito constitucional – Artigo 22 – foi sancionada a Lei federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN- constando, no seu Artigo 9º, que compete à União concernente à educação do País:

> Art. 9º [...]
>
> IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum.

7 – O Artigo 12 da LDBEN prevê aos estabelecimentos de ensino suas incumbências, destacando-se: "I – elaborar e executar sua proposta pedagógica". O Artigo 13, por sua vez, prevê incumbências aos professores, como: "II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino."

8 – No que concerne especificamente à Educação Física, a LDBEN, em seu artigo 26, determina que:

> Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)
>
> [...]
>
> § 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)
>
> I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)
>
> II – maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)
>
> III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)
>
> IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)
>
> V – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)
>
> VI – que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003

9 – O Parecer CNE/CEB nº 16, aprovado em 03 de julho de 2001, trata da "Consulta quanto à obrigatoriedade da Educação Física como componente curricular da Educação Básica e sobre a grade curricular do Curso de Educação Física da rede pública de ensino." Desse Parecer, transcreve-se:

> [...] o exame da LDB e do Parecer CNE/CEB 05/97 que a esclarece, não permite concluir que os componentes curriculares devam configurar disciplinas homônimas. Antes disso, deverão fazer parte da Proposta Pedagógica da Escola, que detalhará a modalidade na qual serão abordados ao longo do trabalho pedagógico. [...]
>
> Portanto, no Ensino Médio repete-se a situação presente no Ensino Fundamental, qual seja, a obrigatoriedade de inclusão da Educação Física nos cursos diurnos como componente curricular, mas não necessariamente na forma de disciplina específica. [...]
>
> [...] Caso esteja prevista a inclusão de uma disciplina específica denominada Educação Física, não resta dúvida sobre o cumprimento dos requisitos legais vigentes. No entanto, o projeto pedagógico poderá dispor esse componente curricular de forma diversa, desde que de acordo com a lei. [...].
>
> No caso de o componente curricular Educação Física ser oferecido na forma de disciplina específica nos quatro últimos anos do ensino fundamental e no ensino médio, no período diurno ou noturno, ele deverá ser ministrado por

> profissional legalmente licenciado. [...] Caso o componente curricular Educação Física não constitua disciplina, na forma especificada no projeto pedagógico da escola e de acordo com as disposições vigentes no respectivo sistema, ela deverá ser ministrada igualmente por profissional legalmente licenciado. A mesma exigência não se aplica a práticas desportivas de modo geral, que devem ser acompanhadas por profissional especializado e contar com infraestrutura e condições adequadas.
>
> Em todos os casos, a proposta pedagógica da escola deverá contemplar o componente Educação Física, no ensino fundamental e no ensino médio. Não se deve confundir o estímulo a práticas desportivas, no recinto escolar ou alhures, com o componente curricular Educação Física de que trata o art. 26 de lei 9394/96. É necessário que as propostas pedagógicas das escolas contemplem as demandas locais e de suas clientelas, ao mesmo tempo em que se incorporam os conhecimentos científicos que apontam para a necessidade de regularidade no exercício físico ao longo de toda a trajetória escolar.

10 – O Parecer CNE/CEB nº 7, de 07 de abril de 2010, trata das "Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica". Desse Parecer, é pertinente destacar textos que traduzem a base conceitual de currículo e de base nacional comum:

> Retoma-se aqui o entendimento de que currículo é o conjunto de valores e praticas que proporcionam a produção e a socialização de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais e culturais dos estudantes. [...]
>
> Entende-se por base nacional comum, na Educação Básica, os conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas publicas e que são gerados nas instituições produtoras do conhecimento cientifico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; nos movimentos sociais, definidos no texto dessa Lei, artigos 26 e 33, que assim se traduzem:
>
> I – na Língua Portuguesa;
>
> II – na Matemática;
>
> III – no conhecimento do mundo físico, natural, da realidade social e política, especialmente do Brasil, incluindo-se o estudo da Historia e Cultura Afro-Brasileira e Indígena,
>
> IV – na Arte em suas diferentes formas de expressão, incluindo-se a musica;
>
> V – na Educação Física;
>
> VI – no Ensino Religioso.
>
> Tais componentes curriculares são organizados pelos sistemas educativos, em forma de áreas de conhecimento, disciplinas, eixos temáticos, preservando-se a especificidade dos diferentes campos do conhecimento, por meio dos quais se desenvolvem as habilidades indispensáveis ao exercício da cidadania, em ritmo compatível com as etapas do desenvolvimento integral do cidadão.

11 – O Parecer CNE/CEB nº 5, de 04 de maio de 2011, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, afirma que "a construção da qualidade social é uma conquista a ser construída coletivamente de forma negociada." E, dentre os elementos que compõem a qualidade social, destaca-se o exercício político-pedagógico viabilizado mediante atuação de todos os sujeitos da escola."

12 – A Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012, secundada pelo Parecer CNE/CEB nº 5/2011, dispõe em seu artigo 14, inciso VIII que o ensino médio, mediante diferentes formas de oferta e organização, deve assegurar sua função formativa:

> Os componentes curriculares que integram as áreas de conhecimento podem ser tratados ou como disciplinas, sempre de forma integrada, ou como unidades de estudos, módulos, atividades, práticas e projetos contextualizados e interdisciplinares ou diversamente articuladores de saberes, desenvolvimento transversal de temas ou outras formas de organização.

13 – O Decreto federal nº 69.450, de 01 de novembro de 1971, citado na inicial, não se encontra mais em vigência. O referido Decreto, exarado na vigência da Lei federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, regulamentava o Artigo 22 da Lei federal nº 4.024/1961. A Lei federal nº 5.692/1971 revogou expressamente diversos artigos da Lei federal nº 4.024/1961, não incluindo, nesse rol, o Artigo 22 que trata da Educação Física.

14 – Com a superveniência da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, foram revogadas disposições da Lei federal nº 4.024/1961, inclusive o seu artigo 22, bem como a Lei federal nº 5.692/1971, deixando, assim, de produzir efeitos para os sistemas de ensino o Decreto federal nº 69.450/1971.

15 – A legislação infraconstitucional evocada neste Parecer - itens 6 a 12 não fixa formato para o desenvolvimento da Educação Física, tampouco, determina carga horária específica para esse componente curricular e sua presença em cada ano letivo ao longo do percurso formativo do educando do ensino fundamental e médio. Este Conselho, no entanto, insta as mantenedoras das escolas do Sistema Estadual de Ensino e os gestores dessas escolas, ao exercerem a sua competência prevista na LDBEN quanto à elaboração do seu projeto político-pedagógico, a definir no currículo escolar os parâmetros para cada componente curricular constante no(s) Plano(s) de Estudos, visando ao desenvolvimento das “habilidades indispensáveis ao exercício da cidadania, em ritmo compatível com as etapas do desenvolvimento integral do cidadão”.

16 – Este Colegiado recomenda às escolas, ao elaborar o seu projeto político-pedagógico “sem perder de vista as orientações curriculares nacionais e as orientações dos respectivos sistemas de ensino” como aponta o Parecer CNE/CEB nº 5/ 2011, que o mesmo seja construído coletivamente de forma negociada pela comunidade escolar no exercício de sua autonomia, com base na demanda dos estudantes e nos recursos humanos e materiais disponíveis.

17 – Amparado na legislação infraconstitucional, este Conselho recomenda que o componente curricular Educação Física apresente horas-aula imprescindíveis e com a regularidade e sequencialidade que favoreçam a construção de conhecimentos na perspectiva da prática do exercício físico como elemento da vida cidadã dos educandos.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, a Comissão de Legislação e Normas conclui por manifestar-se, nos termos dos itens 8 a 12 e 15 a 17 deste Parecer, acerca da oferta de Educação Física pelos estabelecimentos de ensino do Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

Em 08 de julho de 2014.

Angela Maria Hübner Wortmann – relatora
Maria Otilia Kroeff Susin
Marli Helena Kümpel da Silva

Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 09 de julho de 2014.

Cecília Maria Martins Farias
Presidente

5.3 – RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO CEED N° 314, DE 04 DE MAIO DE 2011.*

Dispõe sobre o credenciamento e a autorização para funcionamento de educação infantil e de ensino fundamental de nove anos de duração no Sistema Estadual de Ensino, em decorrência da Lei federal nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006.
Revoga a Resolução CEED nº 294, de 09 de julho de 2008.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, com fundamento no artigo 10, inciso V, e no artigo 11, Parágrafo único, da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no artigo 11, inciso III, item 1, da Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, com a redação dada pela Lei estadual nº 10.591, de 28 de novembro de 1995, e em decorrência da Lei federal nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Os estabelecimentos de ensino credenciados e autorizados para a oferta de educação infantil na faixa etária de seis anos de idade serão considerados credenciados e autorizados para a oferta de educação infantil na faixa etária de cinco anos de idade.

Art. 2º Os estabelecimentos de ensino credenciados e autorizados para a oferta de ensino fundamental com oito anos de duração, com seriação incompleta, serão considerados credenciados e autorizados para o ano correspondente à última série autorizada.

Parágrafo único. A oferta dos demais anos do ensino fundamental requer o encaminhamento do pedido de credenciamento e de autorização para funcionamento a este Conselho.

Art. 3º O estabelecimento de ensino que instalar o ano correspondente à última série para a qual detém autorização, deverá encaminhar Ofício ao Órgão Regional da Secretaria da Educação, com vistas ao Conselho Estadual de Educação, para fins de registro e atualização de dados cadastrais.

Art. 4º Fica revogada a Resolução CEED nº 294, de 09 de julho de 2008.

Art. 5º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Aprovada, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 04 de maio de 2011.

Sonia Maria Nogueira Balzano
Presidente

Publicada no Diário Oficial do Estado em 13 de maio de 2011.

JUSTIFICATIVA

Este Conselho recebeu consultas no sentido de que fosse dispensado o pedido de credenciamento e de autorização para funcionamento do ano correspondente ao ensino fundamental de nove anos de duração àquela série que a Escola já detinha autorização para o funcionamento no ensino fundamental de oito anos de duração.

O Conselho Estadual de Educação exarou a Resolução CEED nº 294, de 09 de julho de 2008, que "Dispõe sobre o credenciamento e a autorização para o funcionamento de educação infantil e do ensino fundamental de nove anos de duração no Sistema Estadual de Ensino, em decorrência da Lei federal nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006". Essa norma restringiu-se a considerar credenciadas e autorizadas as instituições para a última série dos anos iniciais – 4ª série (5º ano) e para a última série dos anos finais – 8ª série (9º ano).

A partir desta Resolução, as escolas podem instalar o ano correspondente à última série para a qual detêm autorização, sem a necessidade de enviar pedido ao Conselho Estadual de Educação, conforme quadro demonstrativo abaixo:

Ensino Fundamental	
8 anos de duração	***9 anos de duração***
	1º ano
1ª série	2º ano
2ª série	3º ano
3ª série	4º ano
4ª série	5º ano
5ª série	6º ano
6ª série	7º ano
7ª série	8º ano
8ª série	9º ano

A correspondência referida nesta Resolução deve-se à organização estrutural de série e ano, ressalvadas as questões pedagógicas.

Em 03 de maio de 2011.

Maria Antonieta Schmitz Backes – relatora
Vera Luiza Rübenich Zanchet
Elcira Lourdes Machado Bernardi
Jane Bohn
Marisa Timm Sari
Paulo Ricardo Javiel Rezende
Raul Gomes de Oliveira Filho

RESOLUÇÃO CEED Nº 315, DE 13 DE JULHO DE 2011.*

Altera a redação da alínea b) do inciso IV e o inciso VIII do §1º do artigo 2º da Resolução CEED n° 253, de 19 de janeiro de 2000, que "Consolida e amplia as normas para a designação de estabelecimentos de educação básica do Sistema Estadual de Ensino e estabelece outras providências".

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO do Rio Grande do Sul, com fundamento no inciso III do art. 11 da Lei estadual n° 9.672, de 19 de junho de 1992, com a redação dada pela Lei estadual n° 10.591, de 28 de novembro de 1995,

R E S O L V E :

Art. 1º A alínea b) do inciso IV do artigo 2° da Resolução CEED n° 253/2000 passa a vigorar com a seguinte redação:

> Art. 2° […]
>
> IV – Educação Profissional
>
> […]
>
> b) Escola de Educação Profissional, quando oferecer a educação profissional de nível técnico, exclusivamente ou em combinação com a educação infantil e/ou o ensino fundamental.

Art. 2º O inciso VIII do § 1º do artigo 2° da Resolução CEED n° 253/2000 passa a vigorar com a seguinte redação:

> VIII – Escola Profissional, quando oferecer a educação profissional de nível técnico, exclusivamente ou em combinação com a educação infantil e/ou o ensino fundamental.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Em 06 de julho de 2011.

Aprovada, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 13 de julho de 2011.

Sonia Maria Nogueira Balzano
Presidente

Publicada no Diário Oficial do Estado em 21 de julho de 2011.

J U S T I F I C A T I V A

A designação de estabelecimentos de ensino integrantes do Sistema Estadual de Ensino foi estabelecida pela Resolução CEED n° 253, de 19 de janeiro de 2000, já alterada em um de seus incisos pela Resolução CEED nº 301, de 2 de setembro de 2009.

Fiel ao princípio que inspirou a definição da tipologia de escolas no Sistema Estadual de Ensino – flexibilidade na denominação de estabelecimentos aliada ao necessário ordenamento do Sistema – cumpre, agora promover novo ajuste, acompanhando a realidade da rede escolar.

Assim, os estabelecimentos que oferecem a formação profissional de nível técnico e não oferecem o ensino médio, mas apenas outros níveis da educação básica, poderão adotar a designação que era privativa dos que ofereciam, exclusivamente, a formação profissional. Vale lembrar que, se houver oferta do ensino médio, há outras designações disponíveis.

Em 6 de julho de 2011.

Dorival Adair Fleck – relator
Indiara Souza
Domingos Antônio Buffon
Dulce Miriam Delan
Jacques Douglas Konzen
Neiva Matos Moreno

RESOLUÇÃO CEED Nº 316, DE 17 DE AGOSTO DE 2011.*

Altera Resolução CEED nº 313, de 16 de março de 2011, quanto à carga horária de atividades não presenciais e ao prazo estabelecido para encaminhamento de textos regimentais e dá outras providências.

O **CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO** do Rio Grande do Sul, com fundamento no artigo 10, inciso V, da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no artigo 11, inciso III, itens 1, 2 e 4 da Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, com as alterações introduzidas pelas Leis estaduais nº 10.591, de 28 de novembro de 1995, e nº 11.452, de 28 de março de 2000, e nas Resoluções CNE/CEB nº 3, de 15 de junho de 2010, e nº 7, de 14 de dezembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Dá nova redação ao § 1º do artigo 5º da Resolução CEED nº 313, de 16 de março de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1° Nos cursos presenciais, à carga horária mínima, estabelecida nos incisos I e II, devem ser adicionadas atividades não presenciais para complementação e/ou reforço de aprendizagem.

Art. 2º Dá nova redação ao artigo 14 e parágrafo único da referida Resolução que passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 14 Os Regimentos Escolares de cursos presenciais na modalidade de EJA devem ser encaminhados a este Conselho, até 30 de novembro de 2011, para análise e aprovação, nos termos da Resolução CEED nº 288, de 21 de setembro de 2006, devendo, no caso das escolas públicas estaduais, receber prévio parecer do Conselho Escolar ou de comissão paritária formada por representantes de toda a comunidade escolar.

§ 1º Os Regimentos Escolares reformulados relativos a cursos oferecidos sob a forma de educação a distância devem ser encaminhados a exame, no máximo, por ocasião do pedido de recredenciamento para a oferta de curso.

§ 2º Ocorrendo o exame intempestivo de textos regimentais, encaminhados dentro do prazo estabelecido, sua vigência será automática, a partir do início do ano letivo de 2012, independente de eventuais correções a realizar.

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publicada no Diário Oficial do Estado em 25 de agosto de 2011.

J U S T I F I C A T I V A

Tem suscitado dúvidas a interpretação do § 1º do art. 5º da Resolução CEED nº 313, de 16 de março de 2011, no que tange ao número de horas de atividades não presenciais. Na verdade, lido no contexto da Resolução, o parágrafo não deveria originar incerteza. Há que conceder, todavia, que a preposição “até” pode ser interpretada como ponto de chegada obrigatório ou ponto limite. Por outro lado, para escolas não habituadas a trabalhar com atividades não presenciais, pode causar estranheza aferir o tempo necessário para a realização de atividades domiciliares pelos alunos.

Assim, eliminou-se do texto normativo a referência a horas, relativamente às atividades não presencias, cabendo às escolas regimentar da forma mais adequada essa matéria em seus Regimentos Escolares.

Vale lembrar que atividade não presencial não é ensino a distância. Trata-se, aqui, de atividades dos alunos, destinadas a fixar e aprofundar conhecimentos e habilidades trabalhados em sala de aula. Como o tempo de ensino presencial é muito reduzido, há necessidade de ampliar a dedicação dos alunos ao estudo, como forma de compensar essa diminuição. Isso só é possível com a assistência da escola, orientando o estudo individual.

De outra parte, a Secretaria da Educação, através do Ofício GAB/SEDUC nº 1764, solicita dilação do prazo para encaminhamento dos Regimentos Escolares, fixado no art. 14 da Resolução, de escolas que oferecem a Educação de Jovens e Adultos.

As ponderações da mantenedora da rede estadual são procedentes, cabendo acolher o pedido. Todavia, a fixação do prazo original em 30 de setembro visava a conceder a este Conselho o tempo suficiente para o exame e aprovação desses documentos, de modo a que pudessem entrar em vigor no início do ano letivo subsequente. Com a prorrogação solicitada, isso passa a se apresentar inviável, exigindo medidas adicionais.

Assim, acrescenta-se um segundo parágrafo ao artigo original, determinando a excepcionalidade, nos casos em que o exame do Regimento Escolar não vier a ser concretizado, antes do início do ano letivo.

Em 16 de agosto de 2011.

Dorival Adair Fleck – relator
Domingos Antônio Buffon
Dulce Miriam Delan
Hilda Regina Albandes de Souza
Raul Gomes de Oliveira Filho
Ruben Werner Goldmeyer

Aprovada, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 17 de agosto de 2011.

Sonia Maria Nogueira Balzano
Presidente

RESOLUÇÃO CEED Nº 317, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2011.*

Regula a declaração de equivalência de estudos ao ensino médio e a revalidação de diplomas de cursos técnicos e de formação para o magistério em nível médio, concluídos ou realizados no exterior.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 11, inciso III, da Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, com a redação dada pela Lei estadual nº 10.591, de 28 de novembro de 1995, e considerando os termos do Parecer CNE/CEB nº 14/1998, do Parecer CNE/CEB nº 18/2002, do Decreto federal nº 350, de 21 de novembro de 1991, do Decreto federal nº 2.689, de 28 de julho de 1998, e do Decreto federal nº 3.598, de 12 de setembro de 2000,

RESOLVE:

Art. 2º Esta Resolução regula a declaração de equivalência ao ensino médio brasileiro de estudos realizados a esse nível no exterior e a revalidação de diplomas ou certificados de conclusão de cursos técnicos e de formação para o magistério, ambos de nível médio.

§ 1º A declaração de equivalência é o reconhecimento de que estudos desenvolvidos em outro país conferem semelhante grau de conhecimentos e competências aos alcançados por alunos do ensino médio brasileiro.

§ 2º A revalidação é um ato oficial pelo qual certificados e diplomas emitidos e válidos em outro país tornam-se equiparados aos emitidos no Brasil e assim adquirem o caráter legal necessário para a terminalidade e consequente validade nacional com os respectivos efeitos.

Equivalência de Estudos

Art. 3º A equivalência poderá ser declarada, considerando duas situações distintas:

1.1 Estudos iniciados no Brasil e concluídos no exterior; e

1.2 Estudos inteiramente realizados no exterior.

Art. 4º O processo de declaração de equivalência de estudos conterá:

1.3 Requerimento da parte interessada, por si mesma, ou mediante procurador, devidamente outorgado por procuração particular;

1.4 Comprovante de inequívoca conclusão de curso de nível médio, representado por:

1.4.1 Certificado de conclusão de curso ou diploma; ou

1.4.2 Histórico escolar ou relação de componentes curriculares (disciplinas) cursados com os resultados obtidos; e

1.5 Histórico escolar de estudos desenvolvidos no Brasil, se for o caso.

Art. 5º Na hipótese de o país de origem não contemplar o fornecimento de certificado de conclusão de curso, a documentação acostada ao processo deverá comprovar estudos ao longo de, pelo menos, doze anos letivos.

Art. 6º O Parecer que declara a equivalência dos estudos ao ensino médio brasileiro é documento suficiente para todos os efeitos em que for necessária a comprovação de conclusão desse nível de ensino.

Parágrafo único. Sendo indeferido o pedido de declaração de equivalência de estudos, o requerente poderá dirigir-se à escola que ofereça o ensino médio e matricular-se com fundamento no art. 23, § 1º, da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Revalidação de Diplomas ou Certificados de Conclusão de Curso Técnico ou de Formação para o Magistério

Art. 7º Os diplomas ou certificados de conclusão de curso técnico de nível médio expedidos por instituições de ensino estrangeiras podem ser revalidados para produzir o mesmo efeito dos equivalentes conferidos por escola brasileira.

§ 1º Podem ser revalidados os diplomas ou certificados referentes a habilitações profissionais constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, entendida essa correspondência em sentido amplo para abranger os estudos realizados não apenas em áreas idênticas, mas, também, similares ou afins.

§ 2º A revalidação é obrigatória quando se trata de diploma ou certificado que deva ser registrado no órgão competente para habilitar ao exercício profissional no país, obedecendo à legislação específica.

Art. 8º O processo de revalidação de diploma ou certificado de conclusão de curso ou de formação para o magistério, ambos de nível médio, conterá:

I – Requerimento da parte interessada, por si mesma, ou mediante procurador, devidamente outorgado por procuração particular;

II – Apresentação de documento de identidade oficial, que será devolvido após a autoridade extrair os dados necessários;

III – Comprovante de inequívoca conclusão de curso técnico de nível médio, representado por certificado de conclusão de curso ou diploma;

IV – Histórico escolar ou relação de componentes curriculares (disciplinas) cursados com os resultados obtidos;

V – Explicitação dos conteúdos programáticos de todos os componentes curriculares do curso (disciplinas), com carga horária;

VI – Informação sobre os estágios supervisionados cumpridos, indicando duração e descrição das atividades desenvolvidas; e

VII – Histórico escolar de estudos desenvolvidos no Brasil, se for o caso.

Parágrafo único. Se a revalidação se referir a Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Formação para o Magistério deverá ser apresentado, ainda, certificado de proficiência em Língua Portuguesa.

Art. 9º O Conselho Estadual de Educação, após análise do requerimento, determinará ao estabelecimento de ensino que proceda à avaliação dos documentos apresentados, mediante laudo elaborado conforme modelo anexo a esta Resolução.

§ 1º O processo será remetido à Coordenadoria Regional de Educação em cuja jurisdição se situa a escola e que intermediará os procedimentos.

§ 2º A Coordenadoria Regional de Educação determinará que a direção do estabelecimento designe comissão de docentes que será responsável pelos procedimentos relativos à análise dos documentos.

§ 3º Restando dúvidas sobre a convergência das habilitações profissionais em questão, poderá vir o interessado a ser submetido a entrevista ou provas para a comprovação do atingimento de nível semelhante de conhecimento e desenvolvimento de competências.

§ 4º A Comissão de docentes terá prazo de quinze dias úteis para emitir seu laudo, após o qual o processo será, de imediato, devolvido ao Conselho Estadual de Educação.

Art. 10º No caso de o laudo recomendar a revalidação, o Conselho Estadual de Educação emitirá Parecer deferindo o pedido.

Parágrafo único. O Parecer de revalidação produz, para todos os fins de direito, efeito idêntico ao apostilamento do Diploma ou do Certificado de Conclusão de Curso Técnico.

Art. 10º No caso de o laudo não recomendar a revalidação, o Conselho Estadual de Educação emitirá Parecer indeferindo o pedido.

Parágrafo único. Sendo indeferido o pedido de revalidação de diploma ou certificado de conclusão de curso, o requerente poderá dirigir-se a uma escola que ofereça a correspondente habilitação profissional e matricular-se com fundamento no art. 23, § 1º, da Lei federal nº 9.394/1996.

Disposições gerais

Art. 11º Todos os documentos relativos a estudos no exterior deverão estar autenticados por representação diplomática brasileira com sede no país de origem e ser acompanhados de tradução oficial, exceto os em língua espanhola.

Art. 12º Estão isentos de autenticação consular os documentos oriundos da Argentina e da França, por força de tratados bilaterais, devendo estar satisfeitos os requisitos neles estabelecidos.

Art. 13º Documentos originados em país conflagrado, ou em que o Brasil não mantenha representação diplomática, ou ainda relativos a estudos realizados ou concluídos por refugiados políticos, podem ser, a exclusivo critério do Conselho Estadual de Educação, dispensados de autenticação consular, cabendo o ônus da prova de alegação ao requerente.

Art. 14º Estudos realizados ou concluídos em país com o qual o Brasil mantenha acordo bilateral na área da educação serão tratados como nele se dispõe.

Art. 15º Integram a presente Resolução formulários-modelo para instrução do processo:

VIII – Anexo I – Requerimento;

IX – Anexo II – Identificação do Requerente; e

X – Anexo III – Laudo.

Art. 16º Ficam revogadas as Resoluções CEED nº 271, de 2 de abril de 2003, e nº 296, de 23 de dezembro de 2008.

Publicada no Diário Oficial do Estado em 14 de novembro de 2011.

JUSTIFICATIVA

A Lei federal nº 9.394/1996 não faz menção expressa à equivalência de estudos realizados no estrangeiro aos cumpridos no Brasil. Respondendo a consulta formulada por órgão normativo de uma unidade da federação, o Conselho Nacional de Educação exarou o Parecer CNE/CEB Nº 18/2002, em que o voto do Relator está assim redigido:

> Estando em vigor a Lei nº 9.394/96, estando homologado o Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e em vigor a Resolução CNE/CEB nº 01/2000 e os demais que definiram Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação básica e para a Educação Profissional de Nível Técnico, respeitados os acordos internacionais firmados pelo Brasil, o relator vota no sentido de que:

> 1. os sistemas de ensino são autônomos e capazes de normatizar mais especificamente o assunto, sendo próprio de sua autonomia formas de colaboração recíproca entre os órgãos executivos e normativos dos sistemas respeitada a irrenunciabi1idade das competências legais dos órgãos normativos;
>
> 2. os estabelecimentos de ensino autorizados pelos órgãos normativos têm competência para expedição de certificados que contenham processos de equivalência. reclassificação e transferências no âmbito do Ensino Médio e processos que dêem suporte à revalidação de diplomas;
>
> 3. processadas as exigências de equivalência, garantidas pelos instrumentos legais, os estudos realizados em cursos de Ensino Médio no exterior poderão ser computados para efeito de emissão de certificado de conclusão desta etapa da educação básica e assim poder dar curso à exigência do art. 44, II da LDB;
>
> 4. no caso da Educação Profissional de Nível Técnico, há necessidade de revalidação do diploma obtido no exterior por parte de uma escola que ofereça a habilitação profissional na área, devidamente autorizada pelo órgão próprio do respectivo sistema de ensino e inserida no Cadastro Nacional de curso de nível técnico, mantido e divulgado pelo Ministério da Educação;
>
> 5. desde que não gerem antinomias com a Lei nº 9.394/96 e suas respectivas normas, os sistemas de ensino poderão utilizar-se como referencial de adequação de suas normas específicas, quando for o caso, o Parecer CFE nº 6.644/78 e a respectiva Resolução Nº 09/78.

Com base nessas diretivas, em 2003, este Conselho emitiu a Resolução CEED Nº 271/2003, que estabeleceu “normas e procedimentos com vistas à declaração de equivalência de estudos concluídos ou realizados no exterior”. De outra parte, este Órgão nunca havia estabelecido normativa relativa à revalidação de certificados de conclusão ou de diplomas de cursos técnicos concluídos no exterior. Essa Resolução foi alterada pela Resolução CEED Nº 296/2008 que retirou a exigência de tradução de documentos apresentados em língua espanhola.

Cuida-se, agora, de atualizar a norma e completá-la, abrindo a possibilidade de processar pedidos de revalidação de diplomas de cursos técnicos. Essa providência se justifica, especialmente, pelos Protocolos de Integração Educativa firmados no âmbito do MERCOSUL, como segue:

> a) Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio Não-Técnico - Buenos Aires - Argentina, 04 de agosto de 1994, em vigor desde 06 de junho de 1996.
>
> Prevê o reconhecimento automático dos estudos realizados e dos diplomas expedidos pelas instituições educacionais oficialmente reconhecidas, desde a 1ª série fundamental até a 3ª série do nível médio não-técnico. Tem como anexo uma tabela de correspondência em anos de escolaridade, para apoiar a matrícula nos países membros quando se tratar de estudos incompletos; e
>
> b) Protocolo de Integração Educacional, Reconhecimento de Diplomas, Certificados, Títulos e Estudos de Nível Médio Técnico - Assunção - Paraguai, 28 de julho de 1995, em vigor desde 26 de julho de 1997.
>
> Prevê o reconhecimento automático dos estudos realizados durante o ensino médio técnico e a revalidação dos diplomas expedidos pelas instituições educacionais oficialmente reconhecidas. Tem como anexo tabela de correspondência em anos de escolaridade, para apoiar a matrícula nos países membros quando se tratar de estudos incompletos.

Além disso, em razão de políticas de integração educativa promovidas pelos governos dos países limítrofes, é relevante a revalidação de diplomas de cursos de formação para o

magistério dos anos iniciais do ensino fundamental. Com esse procedimento, podem os diplomados em países estrangeiros participar de concursos para o magistério promovidos por órgãos públicos brasileiros.

Nesse caso, torna-se compulsória a comprovação de proficiência em Língua Portuguesa através do Exame CELPE-Bras – Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros, prestado em qualquer instituição credenciada no Brasil ou no exterior.

Desenvolvido e outorgado pelo Ministério da Educação (MEC), aplicado no Brasil e em outros países com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o CELPE-Bras é o único certificado brasileiro de proficiência em português como língua estrangeira reconhecido oficialmente. Internacionalmente, é aceito em empresas e instituições de ensino como comprovação de competência na língua portuguesa e, no Brasil, é exigido pelas universidades para ingresso em cursos de graduação e em programas de pós-graduação. A lista de Universidades credenciadas pode ser consultada em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/celpbras_institcredenciadas.pdf.

Por derradeiro, é conveniente enfatizar que, no caso de profissões regulamentadas, a simples revalidação de certificados de conclusão ou de diplomas de cursos técnicos não garante o exercício profissional, devendo ser secundada pela inscrição nos organismos de controle do exercício profissional.

Em 18 de outubro de 2011.

Dorival Adair Fleck – relator
Domingos Antônio Buffon
Dulce Miriam Delan
Hilda Regina Silveira Albandes de Souza
Neiva Matos Moreno
Raul Gomes de Oliveira Filho
Ruben Werner Goldmeyer

Aprovada, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 1º de novembro de 2011.

Sonia Maria Nogueira Balzano
Presidente

EXMO.(A) SR.(A) PRESIDENTE
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO/RS

Nome		Nacionalidade
Endereço (Rua e nº, apto.,		
Bairro	Cidade	CEP

Vem, respeitosamente, requerer:

	☐	Declaração de equivalência de seus estudos cursados no exterior ao Ensino Médio
	☐	Revalidação de seu Diploma (Certificado de Conclusão) do curso:
		País

Termos em que
Pede Deferimento

Lugar	Data

.....
Assinatura

Contatos			Autorização para retirar o Parecer
Telefone	Residencial		Nome completo
	Comercial		RG/RNE/Passaporte
	Celular		Telefone
E-mail			

Recebido	☐ CRE – ☐ CEEd
Data	Rubrica do Funcionário

DECLARAÇÃO DE EQUIVALÊNCIA de estudos ao ensino médio ou REVALIDAÇÃO de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso Técnico de nível médio, no exterior

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE:

Nome completo			
Nacionalidade			
Filiação			
Pai			
Mãe			
Passaporte			
País de origem			
Nº			
Data de expedição			
Validade			
Documento de Identidade			
Tipo		Nº	
Órgão expedidor			
Data de expedição			
Observações			
Dados coletados em (data)			
Dados coletados por (nome)			

.....
Rubrica do Funcionário

REVALIDAÇÃO
de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso Técnico de nível médio, no exterior

Processo		CRE	
Interessado			
Curso			
Curso equivalente do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos			
País de origem			
Estabelecimento designado			

DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO

Ficam designados os professores a seguir qualificados, para examinar a equivalência de Curso Técnico realizado no exterior ao de correspondente do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e oferecido por este estabelecimento.

	Nome	RG
1.		
2.		
3.		

(data) Localidade, Data

(assim.) ..... Nome do Diretor

INSTRUÇÕES

A tarefa da Comissão consiste em examinar os documentos acostados para opinar sobre a convergência do curso realizado e do oferecido pelo estabelecimento, em termos de desenvolvimento e aquisição de habilidades e competências profissionais. Não se rata de exigir componentes curriculares iguais, nem do cumprimento do mesmo programa de deformação, mas de avaliar se o programa cumprido é capaz de desenvolver habilidades e competências que se aproximam, razoavelmente, das desenvolvidas no curso oferecido pelo estabelecimento.

Se esse for o caso, assinalar a quadrícula: Recomenda-se a revalidação.

Se o julgamento levar à convicção de insuficientes dados, assinalar a quadrícula: Dados insuficientes, e relacionar os elementos que faltam.

Se o julgamento levar à convicção de que o curso não é capaz de desenvolver habilidades e competências que se aproximem dos desenvolvidos pelo curso oferecido pelo estabelecimento, assinalar a quadrícula: Não se recomenda a revalidação. Nesse caso, justificar a negativa.

LAUDO

Recomenda-se a revalidação	☐
Dados insuficientes	☐
Informações que faltam:	
Não se recomenda a revalidação	☐
Justificativa:	

(data) Localidade, Data

(assin.) ..... Nome ..... Nome ..... Nome

RESOLUÇÃO CEED Nº 318, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.*

Orienta procedimentos a adotar por Comissões de Verificação de órgãos regionais da Secretaria da Educação, nos casos de credenciamento e recredenciamento de estabelecimentos de ensino para a oferta de cursos.
Institui modelos de documentos.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, em especial o art. 11, inciso III e,

Considerando que o Conselho se louva em relatórios produzidos pelas Comissões de Verificação dos órgãos regionais da Secretaria da Educação para a tomada de decisões relativas aos pedidos de credenciamento de estabelecimentos de ensino para a oferta de cursos e suas respectivas autorizações para funcionamento;

Considerando que cada órgão regional da Secretaria da Educação adota seus próprios critérios para a observação, resultando em sensíveis disparidades de julgamento;

Considerando ser necessário padronizar os elementos a verificar, para que este Conselho possa examinar os pedidos com a necessária imparcialidade e universalidade; e finalmente,

Considerando que este Conselho anunciou a emissão de orientações relativas ao encaminhamento de pedidos de renovação de credenciamento para a oferta de habilitações profissionais do eixo tecnológico ambiente, saúde e segurança, conforme Resolução nº 309, de 21 de julho de 2010,

RESOLVE:

Art. 17º Ficam instituídos os modelos de:

XI – Relatórios de verificação por Comissão de Verificação de órgão regional da Secretaria da Educação, relativamente a pedidos de credenciamento de estabelecimentos de ensino para a oferta de cursos:

a) Relatório de Verificação – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio;

b) Relatório de Verificação – Educação Profissional;

c) Relatório de Verificação – Oferta de curso sob a forma de Educação a Distância;

XII – Relatório de Perito;

XIII – Ficha de autoavaliação de estabelecimento de ensino; e

XIV – Questionário de avaliação de curso pelo aluno.

Art. 18º O órgão regional da Secretaria da Educação sob cuja jurisdição se encontra o estabelecimento de ensino requerente de credenciamento para a oferta de curso e respectiva autorização para funcionamento seguirá os procedimentos explicitados no Roteiro de Atividades que acompanha os modelos.

Art. 19º Os modelos de documentos e o Roteiro de Atividades constituem anexos da presente Resolução.

Art. 20º Ficam revogados os artigos 29 e 30 da Resolução CEED Nº 300, de 15 de julho de 2009.

Art. 21º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre, em 10 de janeiro de 2012.

Aprovada, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 18 de janeiro de 2012.

Sonia Maria Nogueira Balzano
Presidente

Publicada no Diário Oficial do Estado em 07 de fevereiro de 2012.

ROTEIRO DE ATIVIDADES
DE COMISSÃO VERIFICADORA DE COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

A elaboração de ***Relatório*** de Comissão Verificadora constitui o último estágio do processo de análise, em sede de Coordenadoria, de pedido de credenciamento de estabelecimento de ensino, para a oferta de curso. No caso, há que distinguir entre um Relatório relativo a um curso que ainda não está autorizado a funcionar e um que se refere a um pedido de recredenciamento, que, no Sistema Estadual de Ensino se aplica a cursos oferecidos sob a forma de educação a distância, de especialização profissional e, a partir de agora, técnicos, sempre autorizados por prazo restrito.

Assim o recredenciamento, realizado a intervalos regulares, se destina a aferir a qualidade da oferta, razão pela qual a verificação deverá ser criteriosa.

Para equalizar os procedimentos em todas as Coordenadorias Regionais de Educação, o Conselho decidiu padronizar os documentos as serem produzidos, disponibilizando, para isso, modelos automatizados, elaborados no editor de textos da Microsoft.

Os "modelos" devem ser, localmente, abertos no editor e gravados (arquivados, salvos) como Modelos do Microsoft Office, permitindo seu uso sempre que necessário. É relevante que, não sendo usado o editor de texto da Microsoft, fique resguardada a formatação original.

I – Procedimentos em caso de primeiro credenciamento

1) Recebido o pedido de credenciamento e verificado que o expediente contém todas as peças necessárias, conforme ***Ficha de Análise de Processo – Lista de Conferência***, a CRE constitui sua Comissão Verificadora, de que farão parte peritos, se for o caso. As *Fichas de Análise de Processo – Lista de Conferência* não integra o conjunto de modelos instituído pela Resolução, sendo apenas uma colaboração da assessoria técnica do Conselho, eis que essas listagens são por ela utilizadas, e, agora, disponibilizadas na página do Conselho na Internet.
2) Agendada a visita, a Comissão confirma, *in loco*, todas as informações fornecidas pelo estabelecimento de ensino nas peças do expediente. O Relatório da Comissão deverá declarar, expressamente, a correção de todas essas informações.
3) Os relatórios dos peritos– se for o caso – serão redigidos, utilizando o Modelo – ***Relatório de Perito***.
4) O Relatório da Comissão se restringirá aos seguintes pontos:
   a) Observação sobre a correção de todas as peças do expediente, produzidas pelo estabelecimento, ou relação de discrepâncias observadas;
   b) Recomendações; e
   c) Manifestação conclusiva: recomendando a aprovação ou não. Em caso negativo, justificar por quê.

II – Procedimentos em caso de renovação de credenciamento de oferta sob a forma de EaD

1) Recebido o pedido de renovação de credenciamento e verificado que o expediente contém todas as peças necessárias, conforme ***Ficha de Análise de Processo – Lista de Conferência***, a CRE constitui sua Comissão Verificadora, de que faça parte perito com formação compatível com o curso pleiteado e perito em informática, se for o caso.

2) Os relatórios dos peritos serão redigidos, utilizando o Modelo – ***Relatório de Perito***.

3) A CRE oficia ao estabelecimento de ensino, encaminhando o Modelo ***Ficha de autoavaliação de estabelecimento***, em meio digital, fixando prazo não superior a quinze dias úteis para sua devolução, em suporte digital e suporte físico (cópia em papel). O arquivo em meio digital pode ser enviado por correio eletrônico, ou entregue em *pen-drive* ou CD-ROM.

4) Recebida a ***Ficha de autoavaliação de estabelecimento***, a CRE agenda data para a visita, dando preferência a dia em que haja alunos presentes no estabelecimento.

5) Durante a visita, os inspetores solicitam a, até cinco alunos, o preenchimento do ***Questionário de avaliação do curso pelos alunos***, disponibilizando, para isso suficientes cópias em papel.

6) O Perito fará suas observações com base nos itens constantes do ***Relatório do Perito***. Para isso, ele deverá ter acesso ao modelo em meio digital e cópia em papel.

Observação: Se for curso de ensino fundamental ou médio, na modalidade EJA, o Perito será da área da informática, para verificar o suporte de acesso virtual ao curso. Se for curso técnico, além desse, haverá perito relacionado à habilitação profissional.

7) A CRE elabora seu Relatório, tendo por base o Modelo ***Relatório de Verificação***.

8) A CRE junta o ***Relatório de Verificação***, o ***Relatório de Perito,*** os ***Questionários de avaliação de curso pelos alunos*** e a ***Ficha de autoavaliação do estabelecimento*** ao processo.

9) A CRE oficia ao estabelecimento de ensino agendando data para que tome conhecimento dos Relatórios produzidos, dando oportunidade para manifestação da Direção. A manifestação, por escrito, do estabelecimento será juntada ao processo.

10) Se a Direção do estabelecimento não desejar se manifestar, deverá comunicá-lo por escrito – em prazo determinado pela CRE – e o documento será anexado ao processo.

11) O procedimento completo – desde o recebimento do pedido na CRE, até a remessa do processo à Secretaria da Educação – não deveria demandar mais de noventa dias, em nenhuma hipótese.

12) Em nenhum caso devem ser alterados o conteúdo e formatação dos modelos. Caso seja utilizado outro editor de textos que não seja o Microsoft Word, deve ser garantido que a formatação não seja comprometida.

Em 10 de janeiro de 2012.

Sonia Maria Nogueira Balzano – Presidente

Número[a] COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO – Cidade

EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO
RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO – CREDENCIAMENTO

Identificação

Entidade Mantenedora	Cadastro CEEd
Estabelecimento	Cadastro CEEd
Unidade	
Pólo	
Endereço (Rua e Nº)	CEP

Bairro	Cidade	Telefone	E-Mail

Equipe Diretiva	
Diretor	Secretário
Coordenador do Curso	Coordenador Pedagógico

Pessoas que acompanharam a Comissão Verificadora na visita e responsáveis pelas informações	
Nome	Cargo ou Função

Observações da Comissão Verificadora

Observação relativa à correção das peças apensadas ao expediente pelo estabelecimento de ensino

Recomendações da Comissão Verificadora

Recomendações da Comissão Verificadora para sanar eventuais deficiências constatadas

Parecer Conclusivo da Comissão Verificadora

Manifestação conclusiva, ***recomendando*** ou ***desrecomendando*** a aprovação do pedido. Em caso negativo, justificar.

Comissão Verificadora

Nome	Função
	Perito

Lugar, Data.

Nome *Nome*

Nome *Nome*

De acordo

Nome
Coordenador Regional de Educação

DECLARAÇÃO

Declaramos, expressamente, que verificamos todos os dados e informações inseridos nos Formulários preenchidos pelo estabelecimento de ensino e que conferem com a realidade.

A Comissão Verificadora

Nome

Nome

Nome

Número[a] COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO – Cidade

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO

Identificação

Entidade Mantenedora	Cadastro CEEd
Estabelecimento	Cadastro CEEd
Unidade	
Pólo	
Endereço (Rua e Nº)	CEP

Bairro	Cidade	Telefone	E-Mail

Equipe Diretiva	
Diretor	Secretário
Coordenador do Curso	Coordenador Pedagógico

Pessoas que acompanharam a Comissão Verificadora na visita e responsáveis pelas informações	
Nome	Cargo ou Função

Observações da Comissão Verificadora

Observação relativa à correção das peças apensadas ao expediente pelo estabelecimento de ensino

Recomendações da Comissão Verificadora

Recomendações da Comissão Verificadora para sanar eventuais deficiências constatadas

Parecer Conclusivo da Comissão Verificadora

Manifestação conclusiva, recomendando ou desrecomendando a aprovação do pedido. Em caso negativo, justificar.

Comissão Verificadora

Nome	Função
	Perito

Lugar, Data.

Nome *Nome*

Nome *Nome*

De acordo

Nome
Coordenador Regional de Educação

DECLARAÇÃO

Declaramos, expressamente, que verificamos todos os dados e informações inseridos nos Formulários preenchidos pelo estabelecimento e que conferem com a realidade.

A Comissão Verificadora

Nome

Nome

Nome

Número[a] COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO – Cidade

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO

Entidade Mantenedora			Cadastro CEEd
Estabelecimento			Cadastro CEEd
Unidade			
Pólo			
Endereço (Rua e Nº)			CEP
Bairro	Cidade	Telefone	E-Mail

Equipe Diretiva	
Diretor	Secretário
Coordenador do Curso	Coordenador Pedagógico

Pessoas que acompanharam a Comissão Verificadora na visita e responsáveis pelas informações	
Nome	Cargo ou Função

ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Marque com X		
Quesito	Sim	Não
O estabelecimento conta com um Projeto Pedagógico escrito?	☐	☐
Diretor, professores, alunos e comunidade em geral participaram da elaboração do Projeto Pedagógico?	☐	☐
Os professores têm Plano de Trabalho Anual elaborado? [Anexar cópia de, pelo menos, dois Planos de Trabalho]	☐	☐
Os professores têm encontros regulares para interagir e planejar as atividades?	☐	☐
A formação continuada obrigatória de professores é efetiva?	☐	☐
O estabelecimento cumpre rigorosamente as aulas presenciais previstas na matriz curricular? *[Verificar, por amostragem]*	☐	☐
Alunos com deficiência recebem atendimento especializado?	☐	☐
Alunos com deficiência de aprendizagem recebem assistência específica?	☐	☐
O estabelecimento utiliza apostilas?	☐	☐
O estabelecimento utiliza efetivamente a plataforma de interação virtual?	☐	☐

ASPECTOS QUANTITATIVOS

Pessoal docente

Informe o número	
Quesito	Qtdade.
Professores com habilitação *[Licenciatura]*	
Professores sem habilitação	
Tutores habilitados *[Licenciatura]*	
Tutores não habilitados	
Monitores	

Obs. O Tutor é um professor-auxiliar. O Monitor somente dá assistência em tecnologia da informação (TI)

Pessoal técnico

Informe o número		
Caracterize os técnicos que atuam na escola (não coloque nomes) *[Insira quantas linhas forem necessárias]*		
Função	Descrição da atividade	Qtdade.
Outros		

Discentes

Curso	Parecer de autorização

Número de alunos que concluíram o curso	
Número de alunos transferidos	
Número de alunos que abandonaram ou cancelaram a matrícula	
Número de alunos matriculados, mas inativos, na data da visita	
Número de alunos matriculados e ativos, na data da visita	

Número de alunos por componente curricular no ano letivo recém concluído		
Componente curricular	Matriculados	Aprovados

REFERENCIAIS DE QUALIDADE *[Res. Nº 300]*

Referencial I – desenho do projeto pedagógico:
a) bases filosóficas e pedagógicas do curso; b) identidade do curso a distância que se expressa: 1. na organização da sua administração; 2. nos recursos técnicos, tecnológicos e pedagógicos e 3. no acompanhamento, na avaliação e na linguagem utilizada na apresentação da proposta; c) carga horária equivalente à da oferta presencial, devidamente demonstrada no cronograma completo a ser cumprido pelo aluno; d) política da instituição para capacitação, atualização e assessoramento permanente dos profissionais que integram o seu quadro funcional; e) regimento escolar que expresse o projeto pedagógico a ser desenvolvido no curso proposto.
Comentário do estabelecimento *[Insira o comentário do estabelecimento, conforme ficha de autoavaliação]*
Comentário da Comissão de Verificação O comentário do estabelecimento corresponde à realidade constatada? Por quê?
Como se constatam – documentalmente – os comentários feitos pela Comissão Verificadora? [Anexar exemplares de cópias de documentos]

Referencial II – equipe profissional:
a) equipe integrada pela direção e outros profissionais do quadro da escola com conhecimentos de informática para gerenciar um ambiente virtual, responsável pela concepção, produção, suporte tecnológico e avaliação do processo educacional; b) carga horária dos professores e tutores com tempo reservado ao planejamento e acompanhamento das atividades específicas de um curso a distância.
Comentário do estabelecimento *[Insira o comentário do estabelecimento, conforme ficha de autoavaliação]*
Comentário da Comissão de Verificação O comentário do estabelecimento corresponde à realidade constatada? Por quê?
Como se constatam – documentalmente – os comentários feitos pela Comissão Verificadora? [Anexar exemplares de cópias de documentos]
Referencial III – interatividade entre professor e aluno:
a) meios utilizados para disponibilizar informações sobre horários de atendimento; endereços, telefones e identificação dos professores e pessoal de apoio; maneiras de acessar esses contatos e os recursos existentes para a interação entre professor e aluno; b) número proporcional de professores/hora disponíveis para assegurar plantões de atendimento; c) momentos presenciais de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, além dos previstos no § 1º do artigo 1º do Decreto federal nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, e as estratégias de trabalho a serem utilizadas nessas oportunidades; d) estratégias que evidenciem procedimentos e atividades para incentivar a interação e a comunicação entre os alunos do curso.
Comentário do estabelecimento *[Insira o comentário do estabelecimento, conforme ficha de autoavaliação]*
Comentário da Comissão de Verificação O comentário do estabelecimento corresponde à realidade constatada? Por quê?
Como se constatam – documentalmente – os comentários feitos pela Comissão Verificadora? [Anexar exemplares de cópias de documentos]
Referencial IV – recursos didáticos:
a) ambiente de rede, plataforma, portal e mídias a serem utilizadas na proposta pedagógica que evidenciem a existência das ferramentas síncronas e assíncronas necessárias para alcançar os objetivos

do curso;

b) meios de aprendizagem que evidenciem integração entre os materiais impressos, televisivos, de informática ou outros, articulados pela mediação dos professores ou tutores em momentos presenciais ou virtuais;

c) guia que oriente o aluno quanto às características da educação a distância, com informações gerais sobre o curso, suas exigências e orientações, entre outras, referentes a:

1 – pré-requisitos para o ingresso;

2 – orientações metodológicas para o estudo a distância e a indicação quanto ao número ideal de horas que o aluno deve dedicar, por dia/semana, ao seu estudo;

3 – endereços de acesso à apostila do curso na forma eletrônica e simulados de provas, caso tais recursos estejam previstos;

4 – tempo limite para completar o curso;

5 – orientações sobre o processo de avaliação adotado;

6 – necessidade de deslocamentos para provas, estágios ou laboratórios e os locais onde serão realizadas essas atividades;

7 – materiais e meios de comunicação disponíveis aos alunos;

8 – indicações dos recursos mínimos que o equipamento de informática a ser utilizado pelo aluno deve possuir;

9 – modos de interação e comunicação com os professores e tutores;

10 – condições para interromper temporariamente os estudos;

11 – formas de utilização das ferramentas síncronas (teleconferências, chats, fax, telefones) para interação em tempo real com os alunos em horários preestabelecidos;

12 – formas de utilização das ferramentas assíncronas (fóruns de discussão, e-mail) para a realização de atividades e/ou atendimento sem marcação prévia de horário.

Comentário do estabelecimento *[Insira o comentário do estabelecimento, conforme ficha de autoavaliação]*

Comentário da Comissão de Verificação
O comentário do estabelecimento corresponde à realidade constatada? Por quê?

Como se constatam – documentalmente – os comentários feitos pela Comissão Verificadora? [Anexar exemplares de cópias de documentos]

Referencial V – infraestrutura:

a) equipamentos suficientes para instrumentalizar o processo pedagógico e a relação proporcional alunos/meios de comunicação;

b) acervos atualizados, amplos e representativos de livros, periódicos, de imagens, áudio, vídeos, sites, à disposição de alunos e professores;

c) política de reposição, manutenção, modernização e segurança dos equipamentos da sede e dos polos, quando houver;

d) salas e locais adequados ao número máximo de alunos a ser atendido por turma nos momentos presenciais, além de laboratórios e biblioteca equipados para atender aos objetivos do curso.

Comentário do estabelecimento *[Insira o comentário do estabelecimento, conforme ficha de autoavaliação]*

Comentário da Comissão de Verificação
O comentário do estabelecimento corresponde à realidade constatada? Por quê?

Como se constatam – documentalmente – os comentários feitos pela Comissão Verificadora? [Anexar exemplares de cópias de documentos]

Referencial VI – avaliação:::
a) perfil esperado dos alunos que buscam educação a distância; b) informações referentes às avaliações desde o início do processo pedagógico com o cronograma das avaliações parciais e finais a serem realizadas durante o curso, destacando os momentos presenciais obrigatórios; c) conceito e prática de avaliação coerentes entre si, envolvendo autoavaliação e avaliação em grupo, tanto do aluno como do curso; d) mecanismos para recuperação de estudos e as respectivas avaliações; e) formas de avaliação quando diagnosticados casos de avanço escolar, explicitando as implicações quanto ao período de integralização do curso e ao cronograma estabelecido pela instituição; f) garantia do sigilo e segurança nas avaliações, zelando pela confiabilidade dos resultados.
Comentário do estabelecimento *[Insira o comentário do estabelecimento, conforme ficha de autoavaliação]*
Comentário da Comissão de Verificação O comentário do estabelecimento corresponde à realidade constatada? Por quê?
Como se constatam – documentalmente – os comentários feitos pela Comissão Verificadora? [Anexar exemplares de cópias de documentos]

CONSTATAÇÕES DA COMISSÃO VERIFICADORA

Descrição de atividades desenvolvidas nos momentos presenciais
Como se constata isso?

Descrição dos recursos utilizados para a recuperação de alunos com rendimento insuficiente
Como se constata isso?

A estrutura física da escola é a originalmente comprovada? Foi ampliada e aperfeiçoada? Foi reduzida e desqualificada?
Como se constata isso?

O acervo da biblioteca foi ampliado? Há política de ampliação e atualização do acervo?
Como se constata isso?

O acervo virtual da biblioteca é significativo? Como é utilizado?
Como se constata isso?

Como acontece a interação do aluno com o curso? Pode ser verificado na prática – durante a visita?
Como se constata isso?

A escrituração escolar permite a constatação da identidade de cada aluno, a regularidade e autenticidade de sua vida escolar
Verificar aleatoriamente, pelo menos, cinco pastas de alunos e comentar as constatações.

A avaliação da aprendizagem dos alunos se assenta em procedimentos confiáveis?
Como se constata isso?

Mecanismos e/ou procedimentos utilizados para evitar a evasão
Como se constata isso?

RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO VERIFICADORA

Recomendações da Comissão Verificadora para sanar eventuais deficiências constatadas

PARECER CONCLUSIVO DA COMISSÃO VERIFICADORA

Com base nas constatações feitas, a Comissão Verificadora é ***favorável*** ou ***desfavorável*** ao credenciamento?

COMISSÃO VERIFICADORA

Nome	Função
	Perito

Lugar, Data.

....

Nome *Nome*

....

Nome *Nome*

De acordo

.....

Nome
Coordenador Regional de Educação

DECLARAÇÃO

Declaramos, expressamente, que verificamos todos os dados e informações inseridos nos Formulários preenchidos pelo estabelecimento e que conferem com a realidade.

A Comissão Verificadora

.....

Nome

.....

Nome

.....

Nome

Anexos

Relacione os anexos que comprovam as constatações.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

Número[a] COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO – Cidade

RELATÓRIO DE PERITO

No quadro adequado relate suas observações a respeito dos elementos relacionados.
A Comissão Verificadora anexará este a seu próprio RELATÓRIO.
Forneça à CRE cópia em meio digital e uma em papel.

Identificação do Estabelecimento

Estabelecimento
Unidade
Pólo
Curso

Relatório

Laboratório Comente – com base em sua avaliação – os seguintes aspectos, mantendo a ordem em que estão relacionados: • Espaço físico (acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência física, adequação da área disponível, em termos de leiaute, iluminação e aeração); • Mobiliário (adequação à finalidade, ergonomia, quantidade e conservação) *[registre as carências]*; • Equipamentos (disponibilidade de todos os equipamentos necessários para desenvolver as atividades práticas típicas da habilitação profissional *[registre as carências]*.

Biblioteca Comente – com base em sua avaliação – os seguintes aspectos, mantendo a ordem em que estão relacionados: • Bibliografia especializada: adequação a cada um dos componentes curriculares *[registre as carências]*; • Número suficiente de exemplares de cada obra *[registre as carências]*; • Literatura em geral relacionada com a habilitação profissional, permitindo leitura extensiva.

Lugar, Data.

.....

Nome
Perito

Número[a] COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO – Cidade

FICHA DE AUTOAVALIAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO

No quadro adequado, comente cada um dos REFERENCIAIS DE QUALIDADE [Res. Nº 300], fazendo uma autoavaliação.
Procure não ultrapassar DEZ linhas para cada comentário.
A Comissão Verificadora utilizará esses comentários em seu RELATÓRIO.
Forneça à CRE cópia em meio digital e uma em papel.

Entidade Mantenedora			Cadastro CEEd
Estabelecimento			
Unidade			
Pólo			
Endereço (Rua e Nº)			CEP
Bairro	Cidade	Telefone	E-Mail

Equipe Diretiva	
Diretor	Secretário
Coordenador do Curso	Coordenador Pedagógico

Referencial I – desenho do projeto pedagógico:
a) bases filosóficas e pedagógicas do curso; b) identidade do curso a distância que se expressa: 1. na organização da sua administração; 2. nos recursos técnicos, tecnológicos e pedagógicos e 3. no acompanhamento, na avaliação e na linguagem utilizada na apresentação da proposta; c) carga horária equivalente à da oferta presencial, devidamente demonstrada no cronograma completo a ser cumprido pelo aluno; d) política da instituição para capacitação, atualização e assessoramento permanente dos profissionais que integram o seu quadro funcional; e) regimento escolar que expresse o projeto pedagógico a ser desenvolvido no curso proposto;
Comentário do estabelecimento
Como se constatam – documentalmente – os comentários

Referencial II – equipe profissional:
a) equipe integrada pela direção e outros profissionais do quadro da escola com conhecimentos de informática para gerenciar um ambiente virtual, responsável pela concepção, produção, suporte tecnológico e avaliação do processo educacional; b) carga horária dos professores e tutores com tempo reservado ao planejamento e acompanhamento das atividades específicas de um curso a distância;
Comentário do estabelecimento

Como se constatam – documentalmente – os comentários

Referencial III – interatividade entre professor e aluno::
a) meios utilizados para disponibilizar informações sobre horários de atendimento; endereços, telefones e identificação dos professores e pessoal de apoio; maneiras de acessar esses contatos e os recursos existentes para a interação entre professor e aluno; b) número proporcional de professores/hora disponíveis para assegurar plantões de atendimento; c) momentos presenciais de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, além dos previstos no § 1º do artigo 1º do Decreto federal nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, e as estratégias de trabalho a serem utilizadas nessas oportunidades; d) estratégias que evidenciem procedimentos e atividades para incentivar a interação e a comunicação entre os alunos do curso;
Comentário do estabelecimento
Como se constatam – documentalmente – os comentários

Referencial IV – recursos didáticos:
a) ambiente de rede, plataforma, portal e mídias a serem utilizadas na proposta pedagógica que evidenciem a existência das ferramentas síncronas e assíncronas necessárias para alcançar os objetivos do curso; b) meios de aprendizagem que evidenciem integração entre os materiais impressos, televisivos, de informática ou outros, articulados pela mediação dos professores ou tutores em momentos presenciais ou virtuais; c) guia que oriente o aluno quanto às características da educação a distância, com informações gerais sobre o curso, suas exigências e orientações, entre outras, referentes a: 1 – pré-requisitos para o ingresso; 2 – orientações metodológicas para o estudo a distância e a indicação quanto ao número ideal de horas que o aluno deve dedicar, por dia/semana, ao seu estudo; 3 – endereços de acesso à apostila do curso na forma eletrônica e simulados de provas, caso tais recursos estejam previstos; 4 – tempo limite para completar o curso; 5 – orientações sobre o processo de avaliação adotado; 6 – necessidade de deslocamentos para provas, estágios ou laboratórios e os locais onde serão realizadas essas atividades; 7 – materiais e meios de comunicação disponíveis aos alunos; 8 – indicações dos recursos mínimos que o equipamento de informática a ser utilizado pelo aluno deve possuir; 9 – modos de interação e comunicação com os professores e tutores; 10 – condições para interromper temporariamente os estudos; 11 – formas de utilização das ferramentas síncronas (teleconferências, chats, fax, telefones) para interação em tempo real com os alunos em horários preestabelecidos; 12 – formas de utilização das ferramentas assíncronas (fóruns de discussão, e-mail) para a realização de atividades e/ou atendimento sem marcação prévia de horário;
Comentário do estabelecimento
Como se constatam – documentalmente – os comentários

Referencial V – infraestrutura:
a) equipamentos suficientes para instrumentalizar o processo pedagógico e a relação proporcional alunos/meios de comunicação; b) acervos atualizados, amplos e representativos de livros, periódicos, de imagens, áudio, vídeos, sites, à disposição de alunos e professores; c) política de reposição, manutenção, modernização e segurança dos equipamentos da sede e dos polos, quando houver; d) salas e locais adequados ao número máximo de alunos a ser atendido por turma nos momentos presenciais, além de laboratórios e biblioteca equipados para atender aos objetivos do curso;
Comentário do estabelecimento
Como se constatam – documentalmente – os comentários

Referencial VI – avaliação:
a) perfil esperado dos alunos que buscam educação a distância; b) informações referentes às avaliações desde o início do processo pedagógico com o cronograma das avaliações parciais e finais a serem realizadas durante o curso, destacando os momentos presenciais obrigatórios; c) conceito e prática de avaliação coerentes entre si, envolvendo autoavaliação e avaliação em grupo, tanto do aluno como do curso; d) mecanismos para recuperação de estudos e as respectivas avaliações; e) formas de avaliação quando diagnosticados casos de avanço escolar, explicitando as implicações quanto ao período de integralização do curso e ao cronograma estabelecido pela instituição; f) garantia do sigilo e segurança nas avaliações, zelando pela confiabilidade dos resultados.
Comentário do estabelecimento
Como se constatam – documentalmente – os comentários

Lugar, Data.

.....

Nome
Diretor

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DE CURSO PELO ALUNO

NÃO ASSINE, NEM ESCREVA SEU NOME NESTE QUESTIONÁRIO

O objetivo deste questionário é coletar opiniões de alunos sobre diferentes aspectos do Curso.
As respostas fornecerão indicativos da qualidade do Curso, permitindo aplicar correções, se necessário.
Portanto, a seriedade nas respostas às questões é de suma importância.

Marque com X, conforme for o caso: S (sim) N (não) NA (não se aplica, ou não sei).

Estabelecimento:	***Localidade:***
Curso:	***Data:***
Sexo:	***Idade:***

Variáveis	***S***	***N***	***NA***
1. Área: Finalidades e Objetivos			
Conheço o Plano do meu Curso?			
Conheço os objetivos do meu curso?			
Fui informado das competências que deverei desenvolver durante o curso?			
2. Área: Conteúdo			
Conheço os objetivos dos componentes curriculares?			
Os conteúdos dos componentes curriculares estão de acordo com seus objetivos?			
O conteúdo abordado nos componentes curriculares permite relacionar a teoria com a prática?			
3. Área: Avaliação da Dinâmica do Componente Curricular			
O Plano de Trabalho do professor foi apresentado e discutido com os alunos?			
A metodologia utilizada no componente curricular favorece a aprendizagem?			
Sou incentivado a discutir os resultados e as conclusões das aulas teórico-práticas?			
4. Área: Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem			
Os instrumentos utilizados avaliam o meu domínio das competências profissionais?			
Tenho oportunidade de refazer trabalhos em que não fui bem sucedido?			
Há orientação sobre os erros cometidos nas atividades de avaliação?			
5. Área: Autoavaliação dos Alunos			
Estudo e faço as atividades (trabalho, leituras, etc) exigidas no componente curricular?			
Cumpro rigorosamente o número mínimo de momentos presenciais?			
Procuro estabelecer relação entre o conteúdo abordado no componente curricular e outros conteúdos ou fatos já conhecidos?			
6. Área: Avaliação do Professor pelo Aluno			
No componente curricular, tenho sido incentivado a participar, discutir e expressar minhas idéias?			
O professor orienta o aluno na realização de atividades teórico-práticas?			
O professor dá assistência para a superação de dificuldades individuais?			
7. Área: Avaliação dos Recursos Didático-Pedagógicos e Infraestrutura			
O material disponível nas aulas teórico-prático é suficiente, permitindo a todos os alunos a sua utilização?			
As condições físicas disponíveis são adequadas para a realização das aulas teórico- práticas?			
A plataforma de aprendizagem a distância é eficaz para alcançar os objetivos do curso?			
8. Área: Avaliação do Estágio Curricular Obrigatório			
Existem meios necessários ao acompanhamento do aluno no campo de estágio?			
O professor supervisiona as atividades no campo de estágio?			
O estágio está proporcionando o embasamento para o exercício profissional?			
9. Livre expressão			
No verso, acrescente qualquer comentário que considere relevante ou apresente sugestões para melhorar o Curso.			

Comentários

RESOLUÇÃO CEED Nº 319, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.*

Institui os Núcleos de Aprendizagem de Idiomas e regulamenta seu funcionamento no Sistema Estadual de Ensino.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, com as alterações introduzidas pela Lei estadual nº 10.591, de 28 de novembro de 1995, art. 11, inciso III, item 1, e com fundamento na Lei federal nº 11.161, de 5 de agosto de 2005, arts. 4º e 5º,

RESOLVE:

Ficam instituídos, no Sistema Estadual de Ensino, os Centros de Estudos de Língua Moderna de que trata a Lei federal nº 11.161, de 5 de agosto de 2005, art. 4º, aqui designados Núcleos de Aprendizagem de Idiomas – NAI.

Os Núcleos de Aprendizagem de Idiomas serão credenciados, segundo as normas que regem o credenciamento para a oferta de cursos no Sistema Estadual de Ensino.

§ 1° Os Núcleos de Aprendizagem de Idiomas serão de dois tipos:

I - Vinculados a uma escola credenciada para oferta de níveis da Educação Básica; e

II - Credenciados exclusivamente para a oferta de aprendizagem de idiomas.

§ 2º A oferta do ensino de língua nos Núcleos de Aprendizagem de Idiomas terá duas modalidades:

I - Primeira Língua – PL, referente à língua estrangeira obrigatória do Plano de Estudos; e

II - Segunda Língua – SL, referente à língua estrangeira facultativa.

§ 3º Cabe ao aluno escolher, no ato da matrícula, as línguas que cursará como Primeira Língua e Segunda Língua.

§ 4º Não desejando cursar a língua facultativa, o aluno assinará termo de renúncia à Segunda Língua.

Núcleo de Aprendizagem de Idiomas vinculado à escola

O Núcleo de Aprendizagem de Idiomas vinculado a uma escola, denominada escola-base, oferecerá atendimento de alunos de, pelo menos, mais uma escola, denominada escola conveniada, mediante intercomplementaridade.

§ 1º A designação será “Núcleo de Aprendizagem de Idiomas –”, seguido do nome da escola credenciada.

§ 2º A escola conveniada informará, nos históricos escolares, sua vinculação ao respectivo Núcleo de Aprendizagem de Idiomas, mencionando o Parecer de credenciamento.

§ 3º O Regimento Escolar da escola-base deverá prever e regular o Núcleo de Aprendizagem de Idiomas.

§ 4º Podem ser matriculados candidatos da comunidade, respeitada a faixa etária na constituição de turmas, os quais receberão certificado de participação em atividade de caráter cultural.

Núcleo de Aprendizagem de Idiomas sem vínculo à escola

O Núcleo de Aprendizagem de Idiomas sem vínculo com escola do Sistema Estadual de Ensino, credenciado exclusivamente para a oferta de aprendizagem de idiomas, firmará convênios para atendimento de alunos de escolas credenciadas por aquele Sistema, denominadas escolas conveniadas.

§ 1º A designação será “Núcleo de Aprendizagem de Idiomas –”, seguido do nome fantasia do estabelecimento credenciado.

§ 2º Poderão ser credenciadas, segundo este tipo, escolas livres de idiomas que comprovem atuação continuada, durante, pelo menos, os cinco anos anteriores ao pedido.

§ 3º Tratando-se de franquias, o credenciamento deverá ocorrer individualmente pelos franqueados, vedado o credenciamento genérico do franqueador.

§ 4º A oferta na modalidade Primeira Língua ocorrerá, obrigatoriamente, na sede da escola conveniada.

§ 5º Aulas na sede do Núcleo de Aprendizagem de Idiomas somente podem ser oferecidas na modalidade Segunda Língua.

§ 6º A escola conveniada informará, nos históricos escolares, sua vinculação ao respectivo Núcleo de Aprendizagem de Idiomas, mencionando o Parecer de credenciamento.

Credenciamento de Núcleos de Aprendizagem de Idiomas

Para o credenciamento de um Núcleo de Aprendizagem de Idiomas, será elaborado um Protocolo Regimental que define seu funcionamento e sua relação com as escolas conveniadas e uma Minuta do Convênio a ser firmado.

§ 1º O Protocolo Regimental complementa o Regimento das escolas conveniadas no que se refere ao ensino de idiomas, devendo o Convênio fazer expressa menção a essa condição.

§ 2º No caso de Núcleo de Aprendizagem de Idiomas vinculado a uma escola, os termos do Protocolo Regimental serão transcrito para o Regimento Escolar.

Art. 6º O Protocolo Regimental obedecerá às seguintes regras básicas:

I – Oferta de línguas estrangeiras modernas, conforme demanda, com ênfase para Inglês, Espanhol, Alemão e Italiano;

II – Oferta de Língua Portuguesa para estrangeiros, visando ao Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), sempre que a demanda o recomendar;

III – Organização das turmas, rigorosamente, por nível de adiantamento;

IV – Número máximo de vinte alunos por turma;

V – Número mínimo de quatro horas-aula, ou duzentos minutos letivos semanais, em, pelo menos, dois dias não consecutivos;

VI – Exercício do magistério por profissionais habilitados, nos termos do art. 7º abaixo;

VII – Emprego de metodologia específica, abrangendo as quatro competências básicas de uso do idioma: ler, ouvir, escrever e falar;

VIII – Organização dos cursos em níveis sucessivamente mais adiantados, com clara definição dos conhecimentos e competências a alcançar em cada nível;

IX – Transições entre níveis desvinculadas do período letivo;

X – Avaliação da aprendizagem com finalidade formativa; e

XI – Biblioteca com acervo na língua de aprendizagem, com livros adequados para os diferentes níveis de adiantamento e com acesso dos alunos às estantes.

Habilitação para o magistério

Art. 7º Poderão lecionar nos Núcleos de Aprendizagem de Idiomas:

I - portador de Licenciatura Plena em Letras, com habilitação na língua estrangeira pretendida;

II - portador de Licenciatura Curta em Letras, com habilitação na língua estrangeira pretendida;

III - portador de qualquer licenciatura em Letras, com certificado de proficiência na língua estrangeira pretendida;

IV - portador de qualquer licenciatura, em outra área ou disciplina, com certificado de proficiência na língua estrangeira pretendida; e

V – estudante do curso de Letras, preferencialmente do último ano, com habilitação na língua estrangeira objeto da docência, quando comprovada a inexistência dos profissionais relacionados nas alíneas anteriores.

Art. 8º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Aprovada, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 18 de janeiro de 2012.

Sonia Maria Nogueira Balzano
Presidente

Publicada no Diário Oficial do Estado em 07 de fevereiro de 2012.

JUSTIFICATIVA

Cuida-se, nesta Resolução, de regulamentar, para o Sistema Estadual de Ensino, o disposto na Lei federal nº 11.161, de 5 de agosto de 2005, que “Dispõe sobre o ensino da língua espanhola” nas escolas de ensino básico, verbis:

> Art.3º Os sistemas públicos de ensino implantarão Centros de Ensino de Língua Estrangeira, cuja programação incluirá, necessariamente, a oferta de língua espanhola.
>
> Art. 4º A rede privada poderá tornar disponível esta oferta por meio de diferentes estratégias que incluam desde aulas convencionais no horário normal dos alunos até a matrícula em cursos e Centro de Estudos de Língua Moderna.
>
> Art. 5º Os Conselhos Estaduais de Educação e do Distrito Federal emitirão as normas necessárias à execução desta Lei, de acordo com as condições e peculiaridades de cada unidade federada.

É fato notório que os universitários brasileiros não dominam, a contento, nenhuma língua estrangeira, uma vez que a escola básica não tem conseguido alcançar níveis satisfatórios de domínio das competências linguísticas necessárias para seu efetivo emprego prático. Entre outras causas, está reduzido número de aulas semanais – às vezes, tão somente uma –, enturmação sem utilização de critérios de nivelamento por adiantamento, descontinuidade ao longo da sucessão de séries ou etapas no Ensino Fundamental e Médio.

Se alcançar um razoável desempenho em uma língua estrangeira moderna já era uma quase impossibilidade, com a oferta de duas, a situação fica ainda mais difícil. Nesse sentido, a organização dos Centros de Estudos de Língua Moderna pode ajudar a solucionar as dificuldades, desde que algumas condições para alcançar efetividade sejam estabelecidas.

No âmbito da oferta do estudo da língua estrangeira, é de reconhecer que os mais bem sucedidos resultados são obtidos pelas escolas de idiomas de livre oferta, ou por iniciativas de Universidades, com seus centros de idiomas.

Este Conselho, ao procurar soluções para atender a nova lei que tornou obrigatória a oferta da Língua Espanhola no Ensino Médio, percebeu que uma das melhores opções estava em procurar incorporar essas ofertas ao Sistema Estadual de Ensino, mediante o devido credenciamento. É o que se faz com os Núcleos de Aprendizagem de Idiomas.

Apesar de a Lei federal nº 11.161/2005 falar de "Centro de Estudos de Língua Moderna", é necessário tomar essa disposição de forma genérica e não determinante da estrita denominação desse instituto. No Rio Grande do Sul, a designação "Centro" está reservada para o estabelecimento de ensino constituído de várias Unidades de Ensino. Por outro lado, o Sistema Estadual de Ensino já acolhe os "Núcleos de Educação de Jovens e Adultos", cujo modelo se aproxima – sem ser igual – aos agora pretendidos "Centros de Estudos de Língua Moderna".

Os Núcleos de Aprendizagem de Idiomas devem, desde logo, garantir oportunidades de efetividade e bons resultados na aquisição das competências linguísticas básicas. Para isso, determinam-se condições para a oferta, baseadas no que se sabe do exercício do magistério de línguas estrangeiras: nivelamento por estágio de domínio do idioma, turmas reduzidas, número mínimo de horas semanais de estudo, acesso à literatura, entre outras.

Cuidou-se também de estabelecer uma diferença entre um Núcleo de Aprendizagem de Idiomas sediado numa escola já credenciada e o credenciamento de uma instituição nova, exclusivamente para a oferta do ensino de idiomas. Na primeira, os alunos das escolas conveniadas podem cursar a língua obrigatória no Núcleo. Na segunda, a oferta da língua obrigatória será feita, necessariamente, no ambiente da escola conveniada, sob a responsabilidade do Núcleo, sem que isso venha a caracterizar uma terceirização, stricto sensu.

O domínio pelos professores de uma metodologia adequada, fundada numa didática da língua estrangeira, é condição para a efetividade do processo de aprendizagem. Assim,

recomenda-se que todo docente que vier a trabalhar num Núcleo de Aprendizagem de Idiomas passe por um processo de atualização de conhecimentos nessa área. Além disso, e sempre que atendida a habilitação para o exercício do magistério, a realização de estágio ou o transcurso de um período de convivência no país de origem da língua, é recomendável. Não parece descabido afirmar que, pelos benefícios que decorrem de uma imersão cultural dessa natureza, o investimento que uma entidade mantenedora teria de realizar para oportunizá-la a seus docentes seria plenamente justificável e, certamente, viável.

Dado que é usual que o número de horas-aula dedicadas à língua estrangeira nas escolas é muito reduzido – duas, às vezes uma aula semanal – pode causar estranheza o número aqui fixado de quatro horas-aula semanais. Na verdade, esse é o número mínimo recomendado para alcançar resultados satisfatórios. Sempre resta à escola que o considerar demasiado manter a oferta em seu horário normal de aulas, como vinha fazendo até agora, ainda que seja altamente recomendável modificar com urgência tal prática.

Para entender por que outros países conseguem melhores resultados nessa área, basta lembrar um currículo de uma escola francesa: sete horas da língua-mãe, cinco horas de Inglês, mais quatro horas de outra língua de escolha do aluno, entre Alemão, Italiano e Espanhol. Não se espera tanto de uma escola brasileira, uma vez que inchamos a matriz curricular com inúmeros componentes curriculares de duvidosa validade educativa. Todavia, continuar a oferecer uma tão minguada carga horária só pode levar ao fracasso.

A valorização da Língua Portuguesa foi contemplada, mediante a referência ao Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), que é conferido aos estrangeiros com desempenho satisfatório em teste padronizado de Português, desenvolvido pelo Ministério da Educação e instituído pela Portaria nº 1.350, de 25 de novembro de 2010.

O exame é aplicado no Brasil – em postos aplicadores credenciados – e em outros países com o apoio do Ministério das Relações Exteriores. Internacionalmente, o Celpe-Bras é aceito em empresas e instituições de ensino como comprovação de competência na língua portuguesa e, no Brasil, é exigido pelas universidades para ingresso em cursos de graduação e em programas de pós-graduação. Outorgado pelo MEC, o Celpe-Bras é o único certificado brasileiro de proficiência em Português como língua estrangeira reconhecido oficialmente. É conferido em quatro níveis: intermediário, intermediário superior, avançado e avançado superior.

Vale referir ainda outra alternativa para a oferta qualificada da língua estrangeira na escola, qual seja, o estabelecimento de parceria com as tradicionais escolas livres de idiomas, mediante a qual – mesmo sem recorrer à constituição de um Núcleo de Aprendizagem de Idiomas – a escola de idiomas presta assessoria em termos de metodologia de ensino e atualização e aperfeiçoamento de professores. Para tanto, não há necessidade de intervenção dos órgãos normativos ou administrativos do Sistema Estadual de Ensino.

O Conselho Estadual de Educação inova, oferecendo uma solução capaz de fazer diferença na busca incessante por qualidade no Sistema Estadual de Ensino.

Em 11 de janeiro de 2012.

Dorival Adair Fleck – relator
Domingos Antônio Buffon
Dulce Miriam Delan
Hilda Regina Silveira Albandes de Souza
Neiva Matos Moreno
Raul Gomes de Oliveira Filho
Ruben Werner Goldmeyer

RESOLUÇÃO CEED Nº 320, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.*

Atualiza normas para o credenciamento de estabelecimento de ensino e autorização para funcionamento de cursos e regula procedimentos correlatos.
Dá nova redação ao art. 12 da Resolução CEED nº 300, de 15 de julho de 2009.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, com base no inciso IV, artigo 10 da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no item 1, inciso III, artigo 11 da Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, com a redação dada pela Lei estadual nº 10.591, de 28 de novembro de 1995,

R E S O L V E :

Art. 1º O credenciamento de estabelecimento de ensino e a autorização para o funcionamento de curso no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul serão regulados pela presente Resolução.

§ 1º Para os efeitos desta Resolução, entende-se por curso cada um dos três níveis que compõem a Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – e, na Educação Profissional, cada uma das suas habilitações.

§ 2º Na Educação Básica, devem ser credenciados como cursos distintos as ofertas nas modalidades:

I – Educação especial;

II – Educação indígena; e

III – Educação do campo.

§ 3º Havendo credenciamento de Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio comuns, a oferta na modalidade de Educação de Jovens e Adultos não implica novo credenciamento, e vice-versa, bastando a inserção de regramento específico no Regimento Escolar.

Credenciamento de Estabelecimento de Ensino

Art. 2º O credenciamento de estabelecimento de ensino consiste em sua integração ao Sistema Estadual de Ensino mediante ato do Conselho Estadual de Educação, fundado em comprovação pela parte interessada de dispor de local com as condições de infraestrutura física necessárias para a oferta de curso(s) por ela indicado(s).

§ 1º A solicitação de credenciamento será encaminhada ao Conselho Estadual de Educação através do órgão regional em cuja jurisdição se localiza o estabelecimento de ensino, em qualquer época do ano.

§ 2º O pedido de credenciamento de estabelecimento de ensino será acompanhado do respectivo pedido de autorização para funcionamento de curso(s).

§ 3º Quando se tratar de oferta de curso na forma de Educação a Distância, a entidade mantenedora comprovará dispor, no que couber, dos recursos e meios, nos termos da Resolução CEED nº 300, de 15 de julho de 2009.

§ 4º Não serão credenciados sob a forma de Educação a Distância, além do Curso Normal, cursos técnicos das seguintes habilitações profissionais:

I – Técnico em Enfermagem;

II – Técnico em Estética;

III – Técnico em Hemoterapia;

IV – Técnico em Saúde Bucal;

V – Técnico em Imobilizações Ortopédicas;

VI – Técnico em Massoterapia;

VII – Técnico em Nutrição e Dietética

VIII – Técnico em Órteses e Próteses;

IX – Técnico em Podologia;

X – Técnico em Prótese Dentária;

XI – Técnico em Radiologia; e

XII – Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos.

Art. 3º A solicitação de credenciamento constará de:

I – Pedido firmado por representante legal da entidade mantenedora, dirigido à Presidência do Conselho Estadual de Educação;

II – Comprovante de propriedade do(s) imóvel(eis) ou de direito a seu usoIdentificação da entidade mantenedora e do estabelecimento de ensino, conforme ANEXO I devidamente preenchido;

IV – Descrição das condições físicas do estabelecimento de ensino, conforme ANEXO II, devidamente preenchido;

XV – Planta(s) técnica(s), podendo ser croqui(s) em escala, do(s) prédio(s) com a identificação clara dos ambientes relacionados no ANEXO II;

V – Planta, podendo ser croqui em escala, de localização do(s) prédio(s) no terreno e deste em relação ao quarteirão onde está situado;

VI – Fotografias das dependências e instalações, com ênfase para os aspectos de acessibilidade para usuários com mobilidade reduzida, mostrando, pelo menos:

a) Aspecto geral da fachada do prédio;

b) Acesso externo, mostrando rampas e escadas;

c) Recepção a pais e alunos;

d) Secretaria;

e) Sala de professores;

f) Salas de aula;

g) Instalações sanitárias para professores e para o público em geral;

h) Instalações sanitárias para alunos, de uso comum e adaptadas para cadeirantes;

i) Laboratórios;

j) Biblioteca;

k) Quadras e ginásios esportivos;

l) Áreas livres; e

m) Meios de circulação interna, se houver mais de um piso.

VIII – Plano de formação contínua do corpo docente.

Art. 4º Para o credenciamento de Núcleo de Aprendizagem de Idiomas será exigido, além do prévio cadastramento da entidade mantenedora privada:

I – Pedido firmado por representante legal da entidade mantenedora, dirigido à Presidência do Conselho Estadual de Educação;

II – Cópia do Protocolo Regimental, conforme Resolução CEEd nº 319, de 18 de janeiro de 2012;

III – Cópia da Minuta de Convênio;

IV – Comprovação de metodologia de ensino específica;

V – Biblioteca:

a) Fotografias dos ambientes; e

b) Relação da bibliografia disponível, distribuída por nível de adiantamento;

VI – Relação do corpo docente com comprovação da respectiva habilitação para o magistério.

Art. 5º O credenciamento de estabelecimento de ensino para oferta de cursos técnicos de nível médio, de cursos de especialização técnica e de cursos sob a forma de Educação a Distância será por tempo limitado.

§ 1º O pedido de recredenciamento deverá iniciar a tramitação de modo que o respectivo processo dê entrada no Conselho Estadual de Educação entre 360 e 180 dias antes da data limite.

§ 2º O prazo de vigência do primeiro credenciamento será de três anos e, dos recredenciamentos subsequentes, de cinco anos.

Art. 6º O pedido de recredenciamento constará de:

I – Pedido firmado por representante legal da entidade mantenedora, dirigido à Presidência do Conselho Estadual de Educação;

II – Identificação da entidade mantenedora e do estabelecimento de ensino, conforme ANEXO I, devidamente preenchido;

III – Descrição das condições físicas do estabelecimento de ensino, conforme ANEXO II, devidamente preenchido;

IV – Planta(s) técnica(s), podendo ser croqui(s) em escala, do(s) prédio(s) com a identificação clara dos ambientes relacionados no ANEXO II;

V – Planta, podendo ser croqui em escala, de localização do(s) prédio(s) no terreno e deste em relação ao quarteirão onde está situado; e

VI – Fotografias, conforme especificado no art. 3º, inciso VII, retro;

VII – Cursos autorizados a funcionar, com indicação do ato autorizativo, conforme ANEXO I – item 4, devidamente preenchido; e

XVI – Plano de formação contínua do corpo docente.

Parágrafo único. No recredenciamento, não devem ser anexados documentos referentes à autorização para funcionamento do curso, a menos que haja alterações nos Planos de Estudos, Planos de Curso ou no Regimento Escolar.

Art. 7º As exigências estabelecidas nas normas para a oferta de cada curso, relativas às condições de infraestrutura física, devem estar atendidas quando da solicitação de credenciamento.

Parágrafo único. No caso de indeferimento de pedido de credenciamento, o estabelecimento de ensino não poderá renová-lo antes de decorridos dois anos da data de publicação do ato de indeferimento.

Art. 8º Recebida a solicitação de credenciamento ou de recredenciamento e constatada a existência dos dados e informações referidos na presente Resolução, bem como os estabelecidos nas normas específicas para cada curso, o órgão regional da Secretaria da Educação constituirá Comissão Verificadora para examinar *in loco* a conformidade dos dados e informações contidos no expediente com as condições reais apresentadas pelo estabelecimento de ensino.

Parágrafo único. Após a verificação *in loco* das condições do estabelecimento de ensino e do(s) curso(s) e a elaboração do relatório, conforme Resolução CEEd nº 318/2012 pela Comissão designada, o órgão regional remeterá o processo à Secretaria da Educação que o encaminhará a este Conselho para exame e emissão de Parecer.

Autorização para Funcionamento de Curso

Art. 9º A autorização para o funcionamento de curso consiste em sua integração ao Sistema Estadual de Ensino mediante ato do Conselho Estadual de Educação fundado na comprovação de que o estabelecimento de ensino dispõe das condições pedagógicas estabelecidas nas normas específicas para o desenvolvimento do(s) curso(s) pretendido(s).

§ 1º A autorização para o funcionamento de curso será por prazo indeterminado.

§ 2º O pedido de autorização para o funcionamento de curso será encaminhado ao Conselho Estadual de Educação através do órgão regional da Secretaria da Educação em cuja jurisdição se localiza o estabelecimento de ensino, no mesmo expediente da solicitação de credenciamento para a oferta do curso.

§ 3º Os pedidos de ampliação de séries no Ensino Fundamental e a ampliação de atendimento a faixas etárias na Educação Infantil deverão ser instruídos como pedido de autorização para o funcionamento de curso.

§ 4º O ato autorizativo fará referência ao conjunto da oferta, na hipótese de ampliação prevista no parágrafo anterior.

§ 5º

Art. 10 A solicitação de autorização para o funcionamento de curso constituir-se-á de:

I – Pedido firmado por representante legal da entidade mantenedora e dirigido à Presidência do Conselho Estadual de Educação;

II – Regimento Escolar e, conforme norma específica, Plano de Estudos, Plano de Curso ou equivalente;

III – Relação do corpo docente com os respectivos comprovantes de habilitação;

IV – Plano de formação contínua do corpo docente da escola; e

V – Termo de compromisso da entidade mantenedora de promover a titulação de todo o corpo docente, caso houver professores não habilitados.

Art. 11 O curso entrará em funcionamento em prazo estabelecido no respectivo ato de autorização.

§ 1º O estabelecimento deverá comunicar ao respectivo órgão regional da Secretaria da Educação a data de efetivo início das atividades do curso com, pelo menos, cinco dias úteis de antecedência.

§ 2º Cabe ao órgão regional da Secretaria da Educação informar ao Conselho Estadual de Educação a data de início das atividades do curso, ou o esgotamento do prazo concedido para início.

§ 3º No caso de o curso não entrar em funcionamento no prazo estabelecido, o respectivo ato de credenciamento do estabelecimento de ensino e de autorização para funcionamento de curso perderão a sua validade, sendo automaticamente emitido Parecer tornando-os sem efeito, com fundamento na comunicação de esgotamento de prazo pelo órgão regional da Secretaria da Educação.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, novo pedido de credenciamento do estabelecimento de ensino para a oferta do mesmo curso só poderá ser encaminhado depois de decorridos 2 (dois) anos da data de publicação do ato tornando sem efeito o anterior credenciamento.

§ 5º Estabelecimentos de ensino públicos que entrarem em funcionamento após o início normal do período letivo, inclusive os previstos no art. 20, e cujo corpo discente seja formado por alunos recebidos em transferência de outras escolas, considerarão, no cômputo de dias letivos anuais, os dias cumpridos pelos alunos nas escolas de origem.

Art. 12 Havendo necessidade de efetuar a reorganização curricular ou pedagógica de cursos autorizados a funcionar, efetua-se a readequação de curso, no caso de:

I – Educação Profissional – Plano de Curso e/ou Regimento Escolar;

II – Curso Normal – Plano de Estudos e/ou Regimento Escolar; e

III – Educação de Jovens e Adultos – Regimento Escolar.

§ 1º A readequação do curso ocorrerá mediante processo próprio, protocolado junto ao órgão regional da Secretaria da Educação, podendo ser protocolado diretamente junto a este Conselho, no caso de escola da iniciativa privada.

§ 2º O expediente será instruído com a seguinte documentação:

I – Pedido firmado por representante legal da entidade mantenedora, dirigido à Presidência do Conselho Estadual de Educação;

II – Justificativa das alterações do curso;

III – Cópia do Regimento Escolar vigente;

IV – Cópia da proposta do novo Regimento, se for o caso;

V – Cópia do Plano de Curso ou do Plano de Estudos vigente;

VI – Cópia da proposta do novo Plano de Curso ou do Plano de Estudos; e

VII – Declaração do representante da Mantenedora de que o(s) curso(s) permanece(m) no mesmo local e oferece(m) condições iguais ou melhores do que as apresentadas quando do credenciamento do Curso.

Art. 13 Fica assegurado aos alunos matriculados o direito à conclusão do curso anteriormente aprovado.

Parágrafo único. Essa determinação aplica-se à turma, cabendo ao aluno concluir o curso no período normal de sua oferta.

Cessação de Funcionamento de Curso

Art. 14 A cessação de funcionamento de curso devidamente autorizado no Sistema Estadual de Ensino consiste no encerramento da oferta de ensino desse curso como um todo.

§ 1º A suspensão temporária de funcionamento somente é admitida de parte – série, ciclo ou nível ou outra forma de organização – do curso, em razão de circunstâncias excepcionais e passageiras.

§ 2º No interesse dos alunos, a cessação poderá ser gradativa.

§ 3º A cessação de funcionamento de curso ocorrerá sempre ao final do semestre, da série, do ciclo, ou da unidade de tempo estabelecida na organização adotada pelo estabelecimento de ensino, salvo quando houver transferência de todos os alunos do curso.

Art. 15 O estabelecimento que, por decisão de sua mantenedora, cessar o funcionamento de curso autorizado a funcionar, será descredenciado para essa oferta, mediante Parecer deste Conselho, com base em processo encaminhado pela Secretaria da Educação.

§ 1º O pedido de descredenciamento de estabelecimento para a oferta de curso que tenha cessado seu funcionamento será encaminhado ao órgão regional da Secretaria da Educação, até noventa dias após o encerramento das atividades letivas.

§ 2º As escolas municipais situadas na zona rural poderão suspender a oferta de ensino pelo prazo máximo de vinte e quatro meses corridos, desde que tenham comunicado o fato, ao final do ano letivo, ao respectivo órgão regional da Secretaria da Educação.

Art. 16 A solicitação de emissão de ato de descredenciamento por cessação de funcionamento de curso será constituído de:

I – Pedido do representante legal da entidade mantenedora dirigido ao Presidente do Conselho Estadual de Educação;

II – Justificativa para o encerramento da oferta de ensino;

III – Informação sobre o destino dos alunos remanescentes, se houver;

IV – Cópia dos atos de criação da escola e/ou do curso e dos de designação, denominação e, se for o caso, reorganização da escola, quando se tratar de estabelecimento público, estadual ou municipal;

V – Cópia do ato de credenciamento da escola, se for o caso, e de autorização para funcionamento do curso;

VI – Cronograma de encerramento do funcionamento do curso, se for gradativo;

VII – Informações sobre as condições e o destino da escrituração escolar e do arquivo; e

VIII – Cópia da ata de reunião de comunicação prévia aos segmentos escolares atingidos pela decisão de cessar o funcionamento do curso, atendendo ao princípio da gestão democrática e ao da motivação dos atos administrativos, no caso de mantenedora pública.

Art. 17 Recebido o pedido que trata da cessação de funcionamento de curso, o órgão regional da Secretaria da Educação designará Comissão Verificadora para, *in loco*, verificar:

I – Conformidade dos dados e das informações nele contidos com a realidade da escola; e

II – Condições da escrituração escolar e do arquivo que permitam a constatação da identidade de cada aluno, bem como a regularidade e a autenticidade de sua vida escolar.

§ 1º A Comissão Verificadora sempre fará referência ao número e destino dos alunos remanescentes e às condições de seu deslocamento à nova escola.

§ 2º Constatada deficiência e/ou irregularidade na escrituração escolar e/ou no arquivo, a Comissão Verificadora orientará seu saneamento e/ou correção antes do encaminhamento do processo à Secretaria da Educação.

Art. 18 O acervo da escrituração escolar e do arquivo da escola que cessar suas atividades será recolhido ao órgão regional da Secretaria da Educação.

§ 1º Por conveniência dos interessados e/ou por exiguidade de espaço em determinado local, a documentação escolar poderá ficar sob a guarda de estabelecimento de ensino ou de órgão público que ofereça a indispensável segurança ao acervo, sob a responsabilidade do órgão regional da Secretaria da Educação.

§ 2º A documentação escolar de estabelecimento municipal de ensino que tiver cessado as atividades, será recolhida ao órgão municipal de educação, ficando sob sua guarda e responsabilidade.

§ 3º Havendo cessação de funcionamento de curso como definido no § 1º do art. 1º desta Resolução, mas continuando a existir o estabelecimento, o acervo da escrituração e do arquivo permanecerá no próprio estabelecimento.

Art. 19 Nos documentos escolares expedidos a ex-alunos de curso que tiver cessado seu funcionamento, além dos dados e informações necessários à identificação do estabelecimento, constará referência ao ato de descredenciamento por cessação de funcionamento do curso.

Parágrafo único. Os documentos serão expedidos:

I – Pelo diretor, quando o acervo permanecer no próprio estabelecimento;

I – Pelo titular do órgão regional da Secretaria da Educação ou por quem designado por ele; ou

III – Pelo titular do órgão municipal de educação, ou por quem designado por ele, quando se tratar de estabelecimento da rede municipal de ensino.

Atendimento Emergencial

Art. 20 O Poder Público estadual ou municipal poderá oferecer, emergencialmente, o Ensino Fundamental, sempre que ocorrer desequilíbrio na densidade populacional ou demanda real de alunos.

§ 1º A necessidade de atendimento em razão de demanda real deve ser justificada com:

I – Manifestação da comunidade escolar local; e

II – Declaração do órgão regional da Secretaria da Educação sobre a inexistência de oferta pública para atendimento dos alunos na localidade.

§ 2º Tratando-se de estabelecimento de ensino estadual ainda não criado, a comunicação de atendimento emergencial será feita no próprio processo de criação da escola que tramitará em regime de urgência.

§ 3º Quando houver atendimento emergencial, nos termos do *caput* deste artigo, serão dispensados os atos prévios de credenciamento de instituição de ensino e de autorização, devendo ser estes pedidos encaminhados no decorrer do primeiro ano de funcionamento do curso.

Art. 21 O atendimento emergencial será comunicado pela Secretaria da Educação a este Conselho no prazo máximo de trinta dias a contar da data de seu início.

Parágrafo único. A data de início do atendimento emergencial sob responsabilidade de um órgão municipal de educação será por ele comunicado, de imediato, ao órgão regional da Secretaria da Educação que o informará a este Conselho.

Mudança de sede e alterações em imóveis

Art. 22 Na hipótese de mudança de sede, a entidade mantenedora encaminhará pedido ao Conselho Estadual de Educação, contendo todos os documentos necessários para o credenciamento.

Art. 23 A utilização das novas dependências poderá ocorrer após a emissão, pela órgão regional, de Termo de Permissão para Mudança, mediante vistoria prévia à ocupação.

Parágrafo único. A Comissão Verificadora incumbir-se-á de realizar vistoria dos novos ambientes, no prazo de cinco dias úteis, contados do recebimento do expediente com o pedido, para:

I – Confrontar todos os dados e informações contidos no expediente encaminhado com a situação real observada;

II – Registrar em Relatório, nos termos da Resolução CEEd nº 318, de 18 de janeiro de 2012, suas constatações, oferecendo os esclarecimentos necessários quando dados e/ou informações não refletirem, no todo ou em parte, a realidade do estabelecimento de ensino;

III – Emitir, se for o caso, os Termos de Permissão pertinentes; e

IV – Encaminhar o expediente ao Conselho Estadual de Educação para manifestação definitiva.

Art. 24 Havendo ampliação de instalações em imóvel credenciado para a oferta de curso, a utilização das novas dependências poderá ocorrer após a emissão, pelo órgão regional, em caráter terminativo, de Termo de Permissão para Uso, mediante vistoria prévia à ocupação.

Sanções

Art. 25 O descumprimento da legislação ou das normas de ensino constitui irregularidade sujeita às sanções previstas na presente Resolução e na legislação vigente.

§ 1º A autoridade da administração do Sistema Estadual de Ensino ou das redes públicas incorre em irregularidade quando permite, incentiva ou determina o funcionamento de curso sem a devida autorização, ou o atendimento emergencial sem cumprimento das exigências e procedimentos estabelecidos nesta Resolução.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, a Presidência do Conselho Estadual de Educação encaminhará solicitação fundamentada à Secretaria da Educação de abertura de inquérito administrativo para apurar responsabilidades.

§ 3º A solicitação da Presidência fundamentar-se-á em memorando da Comissão que constatar a irregularidade, com identificação do respectivo processo.

Art. 26 O encaminhamento por entidade mantenedora da iniciativa privada de pedido de credenciamento de estabelecimento de ensino e/ou de autorização para o funcionamento de curso, instruído com dados e/ou informações inverídicos ou colocar em funcionamento escolas não credenciadas e cursos não autorizados configuram irregularidade.

§ 1º A entidade mantenedora de estabelecimento de ensino que se enquadrar nas situações previstas no *caput*, não será concedido o credenciamento de qualquer estabelecimento ou a autorização para funcionamento de curso pelo prazo de três anos, contados da data de publicação do parecer que negar o pedido formulado.

§ 2º Ocorrendo a prática referida no *caput*, quando o credenciamento de estabelecimento de ensino já tiver sido concedido, será o mesmo tornado sem efeito, não podendo ser renovado o pedido antes de decorrido o prazo de três anos, contados da data de publicação do correspondente parecer.

§ 3º As sanções previstas nos parágrafos anteriores serão aplicadas com base na comprovação de irregularidades em peças do processo, garantidos o contraditório e a ampla defesa em sede administrativa.

§ 4º A aplicação das sanções anteriormente referidas não constituem impedimento a que terceiros busquem a responsabilização civil do agente por eventuais danos a eles causados.

Art. 27 Ocorrendo infringência da legislação e/ou norma de ensino vigente, em curso autorizado a funcionar em estabelecimento integrante do Sistema Estadual de Ensino:

I - Enquanto estiverem sendo aplicados os procedimentos de apuração ou, se for o caso, de correção das irregularidades, poderá ser suspenso o credenciamento do estabelecimento de ensino para a oferta do curso envolvido, a exclusivo critério do Conselho Estadual de Educação;

II – Após a apuração final dos fatos, o estabelecimento de ensino poderá ser descredenciado para a oferta do curso envolvido ou de todos os demais cursos, conforme a gravidade das irregularidades constatadas, a exclusivo critério do Conselho Estadual de Educação.

§ 1º A suspensão do credenciamento e o descredenciamento de estabelecimento de ensino ocorrem mediante ato declaratório emitido pelo Conselho Estadual de Educação, por tempo a ser definido, ressalvados os prazos estabelecidos na presente Resolução.

§ 2º O descredenciamento para a oferta de curso implica o encerramento de sua oferta, sendo a situação dos alunos remanescentes examinada, caso a caso, pelo Conselho Estadual de Educação.

§ 3º Ocorrendo infringência referida no *caput*, a transferência de entidade mantenedora do estabelecimento de ensino envolvido não produzirá efeitos no Sistema Estadual de Ensino.

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 28 Pedidos de credenciamento ou de recredenciamento de estabelecimento de ensino e de autorização para o funcionamento de cursos encaminhados por entidade privada tramitarão no Conselho Estadual de Educação somente se o cadastro da entidade mantenedora estiver atualizado neste Órgão.

Art. 29 O ato de descredenciamento de estabelecimento de ensino e o ato de descredenciamento para a oferta de curso poderão ser emitidos com prazos a vencer, a critério do Conselho Estadual de Educação.

Art. 30 Ao apreciar o pedido de credenciamento ou recredenciamento de estabelecimento de ensino e de autorização para o funcionamento de curso e constatar insuficiência ou falta de dados e/ou informações, o prazo de tramitação do processo será suspenso e o Conselho Estadual de Educação poderá:

I – Solicitar a presença de representante legal do estabelecimento de ensino para esclarecimentos;

II – Determinar a juntada de documentos; ou

III – Baixar o processo em diligência.

Parágrafo único. Ao serem utilizados os procedimentos referidos nos incisos I e II, a comunicação far-se-á com o estabelecimento de ensino, no caso de se tratar de iniciativa privada, e com a entidade mantenedora, em se tratando de estabelecimento público.

Art. 31 Ocorrendo sinistro em prédio escolar, as aulas poderão ser oferecidas em prédio de estabelecimento de ensino da própria ou de outra entidade mantenedora ou destinado a outra finalidade.

§ 1º O sinistro e as circunstâncias de sua ocorrência serão imediatamente comunicadas a órgão regional da Secretaria da Educação que o informará a este Conselho.

§ 2º Para a continuidade dos estudos, os alunos poderão ser abrigados em diversas escolas da localidade, mediante uma transferência escolar temporária.

§ 3º Definido o novo local para o desenvolvimento do ensino, a entidade mantenedora do estabelecimento de ensino em que ocorreu o sinistro prestará informações ao órgão regional da Secretaria da Educação sobre as condições de infraestrutura do novo local e o prazo de sua ocupação.

§ 4º O prédio e as instalações utilizados nessas circunstâncias deverão apresentar condições suficientes de segurança e salubridade para os usuários.

§ 5º A ocorrência de sinistro não exime o estabelecimento de ensino de cumprir o disposto na legislação e nas normas respectivas sobre horas e dias letivos.

Art. 32 A denominação inicial do estabelecimento de ensino constará do processo de seu credenciamento.

Parágrafo único. A alteração de denominação de qualquer estabelecimento de ensino será comunicada ao Conselho Estadual de Educação e à Secretaria da Educação.

Art. 33 Os ANEXOS I e II da Resolução CEED nº 266, de 20 de março de 2002, integram a presente Resolução.

Art. 34 O art. 12 da Resolução CEED nº 300, de 15 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

> Art. 12. O primeiro credenciamento da instituição, ato concomitante ao da autorização para o desenvolvimento do curso, será concedido pelo prazo de 3 (três) anos e os subseqüentes recredenciamentos, por cinco anos.

Art. 35 Os cursos técnicos, para cuja oferta os estabelecimentos foram credenciados sem prazo determinado, estarão sujeitos a recredenciamento segundo o seguinte escalonamento, observando-se o disposto no art. 5, § 1º retro:

I – Em 2012 – os cursos credenciados em 2006 e em 2003 e anos anteriores;

II – Em 2013 – os cursos credenciados em 2004, 2005 e 2007;

III - A partir de 2014, os cursos que tiverem completado cinco anos desde a data do último ato de credenciamento.

Art. 36 Revogam-se, expressamente, a Resolução CEED nº 266, de 20 de março de 2002, a Resolução CEED nº 275, de 28 de janeiro de 2004, a Resolução CEED nº 282, de 15 de junho de 2005, a Resolução CEED nº 287, de 12 de abril de 2006, a Resolução CEED nº 303, de 09 de setembro de 2009, a Resolução CEED n° 308, de 07 de abril de 2010, e a Resolução CEED nº 309, de 21 de julho de 2010.

Art. 37 – A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ressalvados os processos que já se encontram protocolados no Sistema Estadual de Ensino.

Aprovada, por maioria, em sessão plenária de 18 de janeiro de 2012, com o voto contrário dos Conselheiros Celso Floriano Stefanoski, Domingos Antônio Buffon, Dulce Miriam Delan, Marco Antônio Sozo e Neiva Matos Moreno.

Sonia Maria Nogueira Balzano
Presidente

Publicada no Diário Oficial do Estado em 07 de fevereiro de 2012.

JUSTIFICATIVA

Passados quase dez anos da emissão da Resolução CEED nº 266, de 20 de março de 2002, cumpre efetivar uma atualização, eis que experiências colhidas as recomendam.

Mantêm-se as definições básicas que presidiram aquela norma, quais sejam: o credenciamento verifica as condições físicas do estabelecimento para a oferta de um curso e

a autorização examina os aspectos pedagógicos para essa oferta. O que se pode fazer, no tocante a esses aspectos é tornar menos burocráticos os procedimentos, promovendo economia processual.

Para isso, radicaliza-se, agora – na trilha do que já vinha fazendo a Comissão Especial de Educação Profissional – a separação entre esses dois momentos. Quando elementos relacionados com as condições físicas entram em questão – como na mudança de sede –, apenas as exigências relativas ao credenciamento são matéria de comprovação. De outra parte, havendo alteração de caráter pedagógico, que reflita nos Planos de Curso, nos Planos de Estudos ou nos Regimentos, apenas esses serão apresentados a exame, com seus elementos acessórios.

Esta Resolução altera, mais uma vez, os procedimentos relativos à mudança de sede, eis que se reconheceu a impossibilidade de os estabelecimentos cumprirem a risca a norma anterior. Ou cumpriam a norma, ou mudavam de sede. Na verdade, o Conselho Estadual de Educação agora deposita um voto de confiança nas Coordenadorias Regionais de Educação, na justa medida em que lhes atribui a faculdade de permitir a mudança de sede, em caráter preliminar, e a ocupação de novas instalações, em caráter terminativo.

A Resolução aperfeiçoa, também, os procedimentos no que diz respeito às sanções que, na norma anterior, apresentavam algumas imprecisões de interpretação.

A Resolução CEEd nº 318, de 18 de janeiro de 2012, introduziu uma série de modelos de relatórios para uso das Comissões Verificadoras das Coordenadorias Regionais de Educação, destinadas a equalizar e uniformizar as informações fornecidas em processos. Tais relatórios também contribuirão para qualificar os procedimentos de credenciamento de estabelecimentos de ensino.

Uma última referência torna-se necessária, no que diz respeito ao corpo docente das escolas. Sendo elemento fundamental na qualificação dos processos educativos, a presença de licenciados em todos os níveis e modalidades da educação básica precisa ser garantida.

Comissões deste Conselho têm adotado como medida o estabelecimento do prazo de dois anos, contados do início das atividades do curso, para que a entidade mantenedora comprove a existência de corpo docente integralmente habilitado. Esse é o prazo normal para a realização, por exemplo, de um Curso Especial de Formação Pedagógica.

A partir de agora deixa de ser exigido termo de comprometimento do professor em buscar sua titulação, eis que tem se mostrado um recurso sem eficácia. Em seu lugar responsabiliza-se a entidade mantenedora por proporcionar condições para que os docentes contratados sem habilitação passem a ser titulados. Não o providenciando, corre ela o risco do descredenciamento para a oferta do curso.

Em 10 de janeiro de 2012

Dorival Adair Fleck – relator
Domingos Antônio Buffon
Dulce Miriam Delan
Hilda Regina Silveira Albandes de Souza
Neiva Matos Moreno
Raul Gomes de Oliveira Filho
Ruben Werner Goldmeyer

CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTO
E AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS
INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS DISPONÍVEIS

ANEXO I – IDENTIFICAÇÃO

MUNICÍPIO	CRE

1 - Dependência administrativa

ESTADUAL ☐	Municipal ☐	Privada ☐

2 - Entidade mantenedora

DENOMINAÇÃO				CADASTRO NO CEED	
ENDEREÇO (RUA, Nº)					
				CEP	
CIDADE		EMAIL			
CAIXA POSTAL		FONE		FAX	

3 - Estabelecimento

DENOMINAÇÃO					
ENDEREÇO (RUA, Nº)					
				CEP	
CIDADE		EMAIL			
CAIXA POSTAL		FONE		FAX	

	UNIDADE DE ENSINO				
	ENDEREÇO (RUA, Nº)				
				CEP	
	CIDADE		EMAIL		
	CAIXA POSTAL		FONE	FAX	

4 - Cursos autorizados

EDUCAÇÃO INFANTIL		ENSINO FUNDAMENTAL		Ensino Médio		Curso Normal		CURSOS TÉCNICOS	
CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO (RELACIONAR)									
OUTROS CURSOS (RELACIONAR)									

5 - Observações

ANEXO II – FICHA 1 – TERRENO E EDIFICAÇÕES

1 – Terreno

1.1 - Área Total	m²	1.2 - Área Livre	m²

2 – Edificações

Exclusivo para atividade educacional	SIM		NÃO	
Acesso próprio desde o logradouro público	SIM		NÃO	
Cópia de Alvará específico para a atividade ou Certidão (para entidades privadas)	SIM		NÃO	

Número de blocos (ou prédios)		**Área total construída**	m²

INFORMAÇÕES SOBRE OS BLOCOS QUE CONSTITUEM O COMPLEXO ESCOLAR
CADA AMBIENTE DEVE ESTAR DEVIDAMENTE IDENTIFICADO PARA PERMITIR SUA LOCALIZAÇÃO NA PLANTA E NAS FICHAS ESPECÍFICAS

UNIDADE		**Bloco**		IDENTIFICAÇÃO	
ENDEREÇO (RUA, Nº)					
CIDADE				CEP	

a) Área construída de cada pavimento do bloco

TÉRREO	M²	2º PAV.	m²	3º PAV.	m²	4º PAV.			m²

Há barreiras de acesso ao bloco a portadores de deficiência física?	SIM		NÃO	

3 – Observações

INDICAR AQUI, SE HOUVER – RELATIVAMENTE A CADA BLOCO –, AS BARREIRAS ARQUITETÔNICAS QUE IMPEDEM O ACESSO A PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E ONDE SE LOCALIZAM EM RELAÇÃO AO PRÉDIO.

ANEXO II – FICHA 2 – AMBIENTES PARA OS SERVIÇOS TÉCNICO-PEDAGÓGICOS

4 - Sala dos Professores

4.1 – Localização				IDENTIFICAÇÃO			
4.1.1 - Bloco		4.1.2 – Pavimento		4.1.3 - Área		m²	
4.1.4 - Uso exclusivo				SIM		NÃO	
4.1.5 - Iluminação e ventilação natural e direta				SIM		NÃO	
4.1.6 - Proteção adequada nas janelas com incidência de sol				SIM		NÃO	
4.1.7 - Equipamentos							
1				Quantidade			

5 - Sala para Supervisão

5.1 – Localização				IDENTIFICAÇÃO			
5.1.1 - Bloco		5.1.2 – Pavimento		5.1.3 - Área		m²	
5.1.4 - Uso exclusivo				SIM		NÃO	
5.1.5 – Iluminação e ventilação natural e direta				SIM		NÃO	
5.1.6 - Proteção adequada nas janelas com incidência de sol				SIM		NÃO	
5.1.7 - Equipamentos							
				Quantidade			

6 - Sala para Orientação Educacional

6.1 – Localização				IDENTIFICAÇÃO			
6.1.1 - Bloco		6.1.2 – Pavimento		6.1.3 - Área		m²	
6.1.4 - Uso exclusivo				SIM		NÃO	
6.1.5 – Iluminação e ventilação natural e direta				SIM		NÃO	
6.1.6 - Proteção adequada nas janelas com incidência de sol				SIM		NÃO	
6.1.7 -Equipamentos							
1				Quantidade			

7 - Outros serviços técnicos

7.1 – Localização				IDENTIFICAÇÃO			
7.1.1 - Bloco		7.1.2 – Pavimento		7.1.3 - Área		m²	
7.1.4 - Uso exclusivo				SIM		NÃO	
7.1.5 – Iluminação e ventilação natural e direta				SIM		NÃO	
7.1.6 - Proteção adequada nas janelas com incidência de sol				SIM		NÃO	
7.1.7 - Equipamentos							
1				Quantidade			

8 – Observações

INDICAR AQUI, SE HOUVER – RELATIVAMENTE A CADA AMBIENTE –, AS BARREIRAS ARQUITETÔNICAS QUE IMPEDEM O ACESSO A PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E ONDE SE LOCALIZAM EM RELAÇÃO À SALA.

ANEXO II – FICHA 3 – AMBIENTES PARA OS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

9 – Portaria

9.1 - Localização	JUNTO AO PORTÃO		JUNTO À PORTA PRINCIPAL	
9.1.1 -Equipamentos				
1		Quantidade		

10 – Secretaria

10.1 – Localização				IDENTIFICAÇÃO			
10.1.1 - Bloco		10.1.2 – Pavimento		10.1. 3 - Área		m²	
10.1.4 - Uso exclusivo				SIM		NÃO	
10.1.5 - Iluminação e ventilação natural e direta				SIM		NÃO	
10.1.6 - Proteção adequada nas janelas com incidência de sol				SIM		NÃO	
10.1.7 - Equipamentos							
1				Quantidade			

11 - Sala de Direção

11.1 – Localização				IDENTIFICAÇÃO			
11.1.1 - Bloco		11.1.2 – Pavimento		11.1.3 - Área		m²	
11.1.4 - Uso exclusivo				SIM		NÃO	
11.1.5 - Iluminação e ventilação natural e direta				SIM		NÃO	
11.1.6 - Proteção adequada nas janelas com incidência de sol				SIM		NÃO	
11.1.7 - Equipamentos							
				Quantidade			

12 - Outros serviços administrativos

12.1 – Descrição							
12.2 – Localização				IDENTIFICAÇÃO			
12.2.1 - Bloco		12.2.2 Pavimento		12.2.3 - Área		m²	
12.2.4 - Uso exclusivo				SIM		NÃO	
12.2.5 - Iluminação e ventilação natural e direta				SIM		NÃO	
12.2.6 - Proteção adequada nas janelas com incidência de sol				SIM		NÃO	
12.2.7 - Equipamentos							
				Quantidade			

13 – Observações

INDICAR AQUI, SE HOUVER – RELATIVAMENTE A CADA AMBIENTE –, AS BARREIRAS ARQUITETÔNICAS QUE IMPEDEM O ACESSO A PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E ONDE SE LOCALIZAM EM RELAÇÃO À SALA.

ANEXO II – FICHA 4 – SEGURANÇA E FACILIDADES

14 - Prevenção e proteção contra incêndio

14.1 - Laudo do órgão competente	SIM		NÃO		VENCIMENTO EM	/ /				
14.2 - Plano de prevenção e proteção contra incêndio aprovado pelos Bombeiros							SIM		NÃO	
14.3 – Iluminação de emergência nas dependências utilizadas à noite							SIM		NÃO	
14.4 – Corredores	14.4.1 - Largura igual ou maior que 1,20M						SIM		NÃO	
	14.4.2 - Piso de material não escorregadio						SIM		NÃO	
	14.4.3 - Iluminação e ventilação natural direta a cada 20M						SIM		NÃO	
14.5 – Escadas	14.5.1 - Largura igual ou maior que 1,20M						SIM		NÃO	
	14.5.2 - Piso de material não escorregadio						SIM		NÃO	
	14.5.3 - Iluminação e ventilação natural direta						SIM		NÃO	
	14.5.4 Localização a menos de 30M da sala de aula mais distante						SIM		NÃO	
	14.5.5 - Corrimão	NENHUM		DE UM LADO		DOS DOIS LADOS				

15 - Outros meios para deslocamento vertical

15.1 – Elevadores	SIM		NÃO		LOCALIZAÇÃO – BLOCO(S)		PAVIM. ATENDIDOS: DO		AO	
15.2 – Rampas										
15.2.1 – rampa externa de acesso ao prédio							SIM		NÃO	
15.2.2 - Rampas internas							SIM		NÃO	
					LOCALIZAÇÃO – BLOCO(S)		PAVIM. ATENDIDOS: DO		AO	
15.3 - Outro equip.	SIM		NÃO		LOCALIZAÇÃO – BLOCO(S)		PAVIM. ATENDIDOS: DO		AO	

16 – Bebedouros

16.1 - Quantidade total												
16.2 - Localização	BLOCO	PAVIMENTO	NO CORREDOR			NA ÁREA DE CIRCULAÇÃO			NA ÁREA DE RECREAÇÃO		
1											

17 – Observações

INDICAR AQUI, SE HOUVER , QUAL O OUTRO EQUIPAMENTO (ITEM 15.3) PARA DESLOCAMENTO VERTICAL DE ACESSO A PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E ONDE SE LOCALIZAM EM RELAÇÃO AO PRÉDIO.

ANEXO II – FICHA 5 – ÁREA HIGIÊNICO-SANITÁRIA

18 - Instalações sanitárias

18.1 – Construção em alvenaria	SIM		NÃO		**1.2 - Ventilação natural**	SIM		NÃO	
18.3 - Revestimentos	18.3.1 - Material liso e lavável nas paredes					SIM		NÃO	
	18.3.2 - Material liso e lavável nos piso					SIM		NÃO	

18.4 – Sanitários								
18.4.1 -Localização	IDENTIFICAÇÃO	BLOCO	PAVIMENTO	VASOS	MICTÓRIOS	LAVATÓRIOS	CHUVEIROS	USUÁRIOS
1								

18.4.2 - Box ou banheiro com vaso sanitário adaptado a portadores de deficiência física	IDENTIFICAÇÃO	BLOCO	PAVIMENTO	QTDADE.	USUÁRIOS

19 – Observações

ANEXO II – FICHA 6 – ATIVIDADES FÍSICAS

20 – Espaços destinados à recreação e/ou à Educação Física de propriedade da escola

20.1 - Área livre descoberta	SIM		NÃO		ÁREA	m²
20.2 - Área livre coberta	SIM		NÃO		ÁREA	m²
20.3 - Quadra esportiva descoberta	SIM		NÃO			
20.4 - Quadra esportiva coberta	SIM		NÃO			

20.5 - Equipamentos	ESPECIFICAÇÃO	QTDADE.	LOCALIZAÇÃO
1			

21 - Espaços destinados à recreação e/ou à Educação Física cedidos ou alugados

21.1 - Endereço (Rua, nº)						
21.2 - Distância da escola ao espaço cedido ou alugado						M
21.3 - Área livre descoberta	SIM		NÃO		ÁREA	
21.4 - Área livre coberta	SIM		NÃO		ÁREA	m²
21.5 - Quadra esportiva descoberta	SIM		NÃO			
21.6 - Quadra esportiva coberta	SIM		NÃO			

21.7 - Equipamentos	ESPECIFICAÇÃO	QTDADE.	LOCALIZAÇÃO
21			

22 – Observações

INDICAR AQUI, SE HOUVER, QUAIS AS BARREIRAS ARQUITETÔNICAS QUE IMPEDEM O ACESSO A PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E ONDE SE LOCALIZAM EM RELAÇÃO AOS AMBIENTES.

ANEXO II – FICHA 7 – AMBIENTE PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

2.3 - SALAS DE ATIVIDADES

23.1 - IDENTIFICAÇÃO				NÚMERO DE SALAS		ÁREA DE CADA SALA		m²	
23.1.1 - LOCALIZAÇÃO	BLOCO			PAVIMENTO					
23.1.2 - SANITÁRIO JUNTO À SALA						SIM		NÃO	
23.1.3 - JANELAS									
LARGURA		ALTURA		ALTURA DO PEITORIL		LOCALIZADA NA PAREDE DE MAIOR EXTENSÃO			
1 M		M		M		SIM		NÃO	

23.1.4 – MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS									
ALUNOS			PROFESSOR		QUADRO		PROTEÇÃO NAS JANELAS COM INCIDÊNCIA DE SOL		
	CADEIRAS	MESAS	CADEIRA	MESA	SIM	NÃO	SIM	NÃO	
QUANTIDADE									
MEDIDA (ALTURA)	CM	CM	OUTROS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS (ESPECIFICAR)						
1									

→

2.4 - AMBIENTES ESPECÍFICOS

24.1 – SALA PARA ATIVIDADES MÚLTIPLAS								
IDENTIFICAÇÃO					ÁREA DA SALA		m²	
24.1.1 - LOCALIZAÇÃO	BLOCO				PAVIMENTO			
24.1.2 - SANITÁRIO JUNTO À SALA					SIM		NÃO	
24.1.3 – CONDIÇÕES	PRECÁRIO		SATISFATÓRIO		BOM		EXCELENTE	
INSTALAÇÕES								
CONSERVAÇÃO								
HIGIENE								
SALUBRIDADE								
SEGURANÇA								

24.2 – BERÇÁRIO								
IDENTIFICAÇÃO					ÁREA DA SALA		m²	
24.2.1 - LOCALIZAÇÃO	BLOCO				PAVIMENTO			
24.2.2 - SANITÁRIO JUNTO À SALA					SIM		NÃO	
24.2.3 – CONDIÇÕES	PRECÁRIO		SATISFATÓRIO		BOM		EXCELENTE	
INSTALAÇÕES								
CONSERVAÇÃO								
HIGIENE								
SALUBRIDADE								
SEGURANÇA								

24.3 – SALA PARA REPOUSO								
IDENTIFICAÇÃO					ÁREA DA SALA		m²	
24.3.1 - LOCALIZAÇÃO	BLOCO				PAVIMENTO			
24.3.2 - SANITÁRIO JUNTO À SALA					SIM		NÃO	
24.3.3 – CONDIÇÕES	PRECÁRIO		SATISFATÓRIO		BOM		EXCELENTE	
INSTALAÇÕES								
CONSERVAÇÃO								
HIGIENE								
SALUBRIDADE								
SEGURANÇA								

24.4 – SOLÁRIO

	IDENTIFICAÇÃO				ÁREA DA SALA		m²	
24.4.1 - LOCALIZAÇÃO	BLOCO				PAVIMENTO			
24.4.2 – CONDIÇÕES	PRECÁRIO		SATISFATÓRIO		BOM		EXCELENTE	
INSTALAÇÕES								
CONSERVAÇÃO								
HIGIENE								
SALUBRIDADE								
SEGURANÇA								

24.5 - LOCAL PARA PREPARO DA ALIMENTAÇÃO

	IDENTIFICAÇÃO				ÁREA DA SALA		m²	
24.5.1 - LOCALIZAÇÃO	BLOCO				PAVIMENTO			
24.5.2 – CONDIÇÕES	PRECÁRIO		SATISFATÓRIO		BOM		EXCELENTE	
INSTALAÇÕES								
CONSERVAÇÃO								
HIGIENE								
SALUBRIDADE								
SEGURANÇA								

24.6 - LOCAL PARA REFEIÇÕES

	IDENTIFICAÇÃO				ÁREA DA SALA		m²	
24.6.1 - LOCALIZAÇÃO	BLOCO				PAVIMENTO			
24.6.2 – CONDIÇÕES	PRECÁRIO		SATISFATÓRIO		BOM		EXCELENTE	
INSTALAÇÕES								
CONSERVAÇÃO								
HIGIENE								
SALUBRIDADE								
SEGURANÇA								

24.7 - LOCAL AMAMENTAÇÃO

	IDENTIFICAÇÃO				ÁREA DA SALA		m²	
24.7.1 - LOCALIZAÇÃO	BLOCO				PAVIMENTO			
24.7.2 – CONDIÇÕES	PRECÁRIO		SATISFATÓRIO		BOM		EXCELENTE	
INSTALAÇÕES								
CONSERVAÇÃO								
HIGIENE								
SALUBRIDADE								
SEGURANÇA								

24.8 - LOCAL PARA HIGIENIZAÇÃO

	IDENTIFICAÇÃO				ÁREA DA SALA		m²	
24.8.1 - LOCALIZAÇÃO	BLOCO				PAVIMENTO			
24.8.2 – CONDIÇÕES	PRECÁRIO		SATISFATÓRIO		BOM		EXCELENTE	
INSTALAÇÕES								
CONSERVAÇÃO								
HIGIENE								
SALUBRIDADE								
SEGURANÇA								

24.9 – LAVANDERIA

	IDENTIFICAÇÃO				ÁREA DA SALA		m²	
24.9.1 - LOCALIZAÇÃO	BLOCO				PAVIMENTO			
24.9.2 – CONDIÇÕES	PRECÁRIO		SATISFATÓRIO		BOM		EXCELENTE	
INSTALAÇÕES								
CONSERVAÇÃO								
HIGIENE								
SALUBRIDADE								
SEGURANÇA								

25 – Bebedouros

25.1 - Bebedouros adequados para as crianças pequenas									SIM		NÃO			
25.2 - Quantidade total														
25.3 - Localização	BLOCO		PAVIMENTO		NO CORREDOR			NA ÁREA DE CIRCULAÇÃO			NA ÁREA DE RECREAÇÃO			

26 - Instalações sanitárias para a Educação Infantil

26.1 – Construção em alvenaria	SIM		NÃO		**26.2 - Ventilação natural**	SIM		NÃO		
26.3 Revestimentos	Material liso e lavável nas paredes					SIM		NÃO		
	material liso e lavável nos piso					SIM		NÃO		
26.4 – Uso exclusivo						SIM		NÃO		
26.5 - Vasos sanitários de tamanho adequado ou com estrado						SIM		NÃO		
26.6 - Sanitário para adultos com box e chuveiro						SIM		NÃO		

27 - Local para atividade ao ar livre

27.1 – Uso exclusivo pelas crianças da Educação Infantil	SIM		NÃO		
27.2 - Espaços livres para brinquedos e jogos	SIM		NÃO		
27.3 - Praça de brinquedos com aparelhos	SIM		NÃO		
EQUIPAMENTOS (APARELHOS) DA PRAÇA DE BRINQUEDOS	1				

28 – Observações

INDICAR AQUI, NECESSARIAMENTE, TODOS OS AMBIENTES QUE OFERECEM BARREIRAS ARQUITETÔNICAS AO ACESSO DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA.

ANEXO II – FICHA 8 – SALAS DE AULA

29 - Salas de aula

29.1 - Identificação		NÚMERO DE SALAS		ÁREA DAS SALAS		m²		
29.1.1 - Dimensões	LARGURA	M	COMPRIMENTO	m	ALTURA	M		
29.1.2 - Localização	BLOCO		PAVIMENTO					

29.1.3 – Janelas												
LARGURA		ALTURA		ALTURA DO PEITORIL		LOCALIZADA NA PAREDE DE MAIOR EXTENSÃO						
1	m		m		M			SIM		NÃO		

29.1.4 - Mobiliário e equipamentos												
	ALUNOS		PROFESSOR		QUADRO				PROTEÇÃO NAS JANELAS COM INCIDÊNCIA DE SOL			
	CADEIRAS	MESAS	CADEIRA	MESA	SIM		NÃO		SIM		NÃO	
QUANTIDADE												
MEDIDA (ALTURA)	cm	cm	OUTROS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS (ESPECIFICAR)									
		1										

→

30 – Observações

INDICAR AQUI, NECESSARIAMENTE, TODAS AS SALAS DE AULA QUE OFERECEM BARREIRAS ARQUITETÔNICAS AO ACESSO DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA.

ANEXO II – FICHA 9 – LABORATÓRIOS DE CIÊNCIAS

31 - Sala do Laboratório de Ciências Físicas e Biológicas (laboratório único)

31.1 – Localização				IDENTIFICAÇÃO	
31.1.1 – Bloco		31.1.2 Pavimento		31.1.3 - Área	m²
31.1.4 - Uso exclusivo				SIM	NÃO
31.1.5 – Bancadas					
LOCALIZAÇÃO		DIMENSÕES			
CENTRALIZADA	CONTRA PAREDES	LARGURA	COMPRIMENTO	ALTURA	
		M	m	M	
31.1.6 - Mobiliário					
1				Quantidade	

32 - Equipamentos do Laboratório de Ciências Físicas e Biológicas

32.1.1 – Biologia		
		Quantidade
32.1.2 – Física		
		Quantidade
32.1.3 – Química		
		Quantidade

33 – Materiais do Laboratório de Ciências Físicas e Biológicas

33.1.1 – Biologia		
		Quantidade
33.1.2 – Física		
		Quantidade
33.1.3 – Química		
		Quantidade

34 - Sala do Laboratório de Biologia

34.1 – Localização				IDENTIFICAÇÃO	
34.1.1- Bloco		34.1.2 – Pavimento		34.1.3 - Área	m²
34.1.4 – Uso exclusivo				SIM	NÃO
34.1.5 – Bancadas					
LOCALIZAÇÃO		DIMENSÕES			
CENTRALIZADA	CONTRA PAREDES	LARGURA	COMPRIMENTO	ALTURA	
		M	m	M	
34.1.6 – Mobiliário					
				Quantidade	

35 - Equipamentos do Laboratório de Biologia

35.1.1 – Biologia		
		Quantidade

36 – Materiais do Laboratório de Biologia

36.1.1 – Biologia		
1		Quantidade

37 - Sala do Laboratório de Física

37.1 – Localização				IDENTIFICAÇÃO	
37.1.1 – Bloco		37.1.2 - Pavimento		37.1.3 - Área	m²
3.1.4 - Uso exclusivo				SIM	NÃO
37.1.5 - Bancadas					
LOCALIZAÇÃO		DIMENSÕES			
CENTRALIZADA	CONTRA PAREDES	LARGURA	COMPRIMENTO	ALTURA	
		M	m	M	
37.1.6 - Mobiliário					
1				Quantidade	

38 - Equipamentos do Laboratório de Física

38.1.1 – Física		
1		Quantidade

39 – Materiais do Laboratório de Física

39.1.1 – Física		
1		Quantidade

40 - Sala do Laboratório de Química

40.1 – Localização				IDENTIFICAÇÃO	
40.1.1 – Bloco		40.1.2 - Pavimento		40.1.3 - Área	m²
40.1.4 - Uso exclusivo				SIM	NÃO
40.1.5 - Bancadas					
LOCALIZAÇÃO		DIMENSÕES			
CENTRALIZADA	CONTRA PAREDES	LARGURA	COMPRIMENTO	ALTURA	
		M	m	M	
40.1.6 - Mobiliário					
1				Quantidade	

41 - Equipamentos do Laboratório de Química

41.1.1 - Química		
1		Quantidade

42 – Materiais do Laboratório de Química

42.1.1 - Química		
1		Quantidade

43 – Observações

INDICAR AQUI, SE HOUVER, QUAIS AS BARREIRAS ARQUITETÔNICAS QUE IMPEDEM O ACESSO A PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E ONDE SE LOCALIZAM EM RELAÇÃO AO LABORATÓRIO DE QUÍMICA

ANEXO II – FICHA 10 – SALAS ESPECIAIS

44 - Sala especial, oficina ou laboratório

44.1 - Denominação										
44.2 - Fim a que se destina										
44.3 – Localização						IDENTIFICAÇÃO				
44.3.1 - Bloco		44.3.2 – Pavimento			44.3.3 - Área			m²		
44.4 - Uso exclusivo						SIM		NÃO		
44.4.1 - Adequação ergonômica			PRECÁRIA		SATISFATÓRIA		BOA		EXCELENTE	
	DO MOBILIÁRIO									
	DO EQUIPAMENTO									
44.5 - Mobiliário										
1								Quantidade		
44.6 - Equipamentos										
1								Quantidade		
44.7 - Materiais										
1								Quantidade		

→

45 – Observações

INDICAR AQUI, SE HOUVER, QUAIS AS BARREIRAS ARQUITETÔNICAS QUE IMPEDEM O ACESSO A PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E ONDE SE LOCALIZAM EM RELAÇÃO AOS AMBIENTES DESCRITOS.

ANEXO II – FICHA 11 – BIBLIOTECA

46 – Biblioteca

46.1 - Localização	BLOCO		PAVIMENTO		IDENTIFICAÇÃO			
46.2 - Área		M²	**46.3 - Area de consulta**			m²		
46.4 - Uso exclusivo				SIM		NÃO		
46.5 - Proteção adequada nas janelas com incidência de sol				SIM		NÃO		
46.6 - Mobiliário				QUANTIDADE				
46.7 - Equipamentos	1			QUANTIDADE				

47 – Observações

INDICAR AQUI, SE HOUVER, QUAIS AS BARREIRAS ARQUITETÔNICAS QUE IMPEDEM O ACESSO A PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E ONDE SE LOCALIZAM EM RELAÇÃO À BIBLIOTECA.

ANEXO II – FICHA 12 – ACERVO BIBLIOGRÁFICO

48 - Obras de referência (dicionários, enciclopédias, etc.)

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO

49 - Literatura Infantil (faixa etária: Educação Infantil)

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

50 - Literatura Infantil (Ensino Fundamental -–séries iniciais)

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

51 - Literatura (Ensino Fundamental – séries finais)

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

52 - Literatura (Ensino Médio)

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

53 - Língua Portuguesa

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

54 - Línguas estrangeiras

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

55 – Artes

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

56 – História

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

57 – Geografia

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO

58 – Matemática

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

59 - Ciências (Ensino Fundamental)

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

60 – Física

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

61 – Química

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

62 – Biologia

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

63 - Educação Física

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

64 - Filosofia e Sociologia

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO

65 - Educação Profissional

COMPONENTE CURRICULAR					
Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

→

66 - Outras obras

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

67 - Assinaturas de jornais, revistas e outros periódicos

Nº	PERIÓDICO	EDITORA	PERÍODO DE ASSINATURA			
			DE		A	

RESOLUÇÃO CEED Nº 321, DE 21 DE MARÇO DE 2012.*

Revoga a Resolução CEED nº 273, de 16 de julho de 2003.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO do Rio Grande do Sul, com fundamento no artigo 11, inciso I, da Lei estadual nº 9.672, de 19 de janeiro de 1992, com a redação dada pela Lei estadual nº 10.591, de 28 de novembro de 1995, e no item I do inciso IV do art. 5º do Regimento deste Colegiado,

R E S O L V E

Art. 22º Fica revogada a Resolução CEED nº 273, de 16 de julho de 2003.

Art. 23º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Em 20 de março de 2012.

Aprovada, por maioria, em sessão plenária de 21 de março de 2012, com a abstenção das Conselheiras Vera Luiza Rübenich Zanchet e Marisa Timm Sari.

Sonia Maria Nogueira Balzano
Presidente

J U S T I F I C A T I V A

Na revisão de suas normas a que este Conselho está procedendo com a finalidade de aperfeiçoá-las e atualizá-las, percebeu-se que a Resolução CEED nº 273, de 16 de julho de 2003, incorria em séria impropriedade. Por um lado, interferia na autonomia pedagógica da escola e, por outro, tornava inútil o instituto da reclassificação, procedimento obrigatório na transferência escolar, especialmente quando se trata de transição entre regimes curriculares diferentes.

Com a revogação da referida Resolução, fica reparada a falha e restaurado o pleno vigor da Lei federal nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Em 20 de março de 2012.

Dorival Adair Fleck – relator
Domingos Antônio Buffon
Dulce Miriam Delan
Hilda Regina Silveira Albandes de Souza
Neiva Matos Moreno
Raul Gomes de Oliveira Filho

RESOLUÇÃO CEED Nº 322, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.*

Manifesta-se quanto ao prazo estabelecido para o ato de recredenciamento disposto no art. 35, inciso I, da Resolução CEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, com fundamento no art.10, inciso V, da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no art. 11, inciso III, itens 1, 2 e 4 da Lei estadual n° 9.672, de 19 de junho de 1992, com as alterações introduzidas pelas Leis estaduais n° 10.591, de 28 de novembro de 1995, e n° 11.452, de 28 de março de 2000, e na Resolução CEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012,

R E S O L V E :

Art. 1º Os pedidos de recredenciamento dos estabelecimentos de ensino credenciados para a oferta de cursos técnicos de nível médio, nos anos de 2006, 2003 e anos anteriores, deverão iniciar sua tramitação no ano de 2012, sendo os pedidos protocolados na respectiva Coordenadoria Regional de Educação.

Art. 2º Será assegurado o início das atividades letivas em 2013 para os cursos técnicos de nível médio nos estabelecimentos de ensino que respeitarem o prazo estabelecido no art. 1° desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Aprovada, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 29 de agosto de 2012.

Augusto Deon
Presidente

J U S T I F I C A T I V A

O Conselho Estadual de Educação exarou a Resolução nº 320, de 18 de janeiro de 2012, que estabelece em seu art. 35:

> Art. 35 Os cursos técnicos, para cuja oferta os estabelecimentos foram credenciados sem prazo determinado, estarão sujeitos a recredenciamento segundo o seguinte escalonamento, observando-se o disposto no art. 5º, § 1º retro :
>
> I – Em 2012 – os cursos credenciados em 2006 e em 2003 e anos anteriores;
>
> II – Em 2013 – os cursos credenciados em 2004, 2005 e 2007;
>
> III - A partir de 2014, os cursos que tiverem completado cinco anos desde a data do último ato de credenciamento.

O art. 5º, § 1º, da referida Resolução, estabeleceu o prazo entre 360 e 180 dias antes da sua data limite, para entrada do processo de recredenciamento no Conselho Estadual de Educação. Considerando que o mesmo se mostrou insuficiente para o cumprimento do disposto no inciso I do art. 35, este Colegiado decide por ampliar esse prazo.

Em 23 de agosto de 2012

Antonio Maria Melgarejo Saldanha – relator
Neiva Matos Moreno
Sinthia Santos Mayer
Viviane Braz Trogildo

RESOLUÇÃO CEED Nº 323, DE 17 DE OUTUBRO DE 2012.*

Fixa normas para o funcionamento da Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul e estabelece outras providências.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO do Rio Grande do Sul – CEEd/RS, com fundamento no Art. 10, inciso V, da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no art. 11 inciso III, itens 1, 2 e 4 da Lei estadual nº 9.672, de 19 de janeiro de 1992, com as alterações introduzidas pelas Leis estaduais nº 10.591, de 28 de novembro de 1995, e nº 11.452, de 28 de março de 2000, no Decreto federal nº 5.773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto federal nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007 e na Emenda à Constituição Estadual de 1988, nº 64, de 18 de abril de 2012, e atendendo ao disposto na legislação específica nesta Resolução e nos demais atos normativos pertinentes,

R E S O L V E:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As Instituições de Ensino Superior integrantes do Sistema Estadual de Ensino, quanto a sua organização acadêmica, classificam-se em:

I - Universidades;

II - Centros Universitários;

III - Faculdades Integradas ou Centros de Educação Superior;

IV - Faculdades, Institutos ou Escolas Superiores.

Art. 2° As Universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros de profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão, e de domínio e cultivo do saber humano, com a autonomia e os requisitos referidos na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

§ 1° É facultada a criação de Universidades especializadas por campo do saber.

§ 2° As Universidades poderão organizar-se na forma de *multicampi,* admitindo-se outras denominações.

§ 3° Os *campi* ou equivalentes da Universidade serão especificados no ato de credenciamento de, no mínimo, um curso reconhecido e passarão a ter autonomia, desde que apresentem condições e estrutura física para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Art. 3° Os Centros Universitários são instituições de ensino superior que abrangem mais de uma área de conhecimento, caracterizando-se pela excelência nas atividades de ensino, comprovada pela qualificação do corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico, oferecidas à comunidade escolar, com grau de autonomia definido no ato do credenciamento, sendo-lhes asseguradas, no mínimo, as seguintes possibilidades:

I. Oferta de seus cursos de graduação reconhecidos, fora da sede, criando vagas em número nunca superior as do curso reconhecido, salvo para atender situações emergenciais, mediante convênio com o poder público;

II. Criação de novas habilitações na área dos cursos reconhecidos, promovendo a necessária expansão do número de vagas;

III. Aumento do número de vagas nos cursos reconhecidos, para oferecê-los em novos turnos ou permitir até 02 (dois) ingressos anuais.

§ 1º As novas habilitações previstas no inciso II deverão submeter-se a processo de reconhecimento.

§ 2° Os Centros Universitários poderão organizar-se na forma de *multicampi,* admitindo-se outras denominações.

§ 3° Os *campi,* ou equivalentes, de Centros Universitários serão especificados no ato de credenciamento de, no mínimo, um curso reconhecido e passarão a ter autonomia desde que apresentem condições e estrutura física para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Art. 4° Podem ser credenciadas como Faculdades Integradas ou Centros de Educação Superior as instituições de ensino superior originadas da reunião de Faculdades, Institutos Superiores de Educação ou Escolas Superiores com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento que não atendam às condições para serem credenciadas como Centros Universitários.

Art. 5° Poderão ser credenciadas como Faculdades, Institutos Superiores de Educação ou Escolas Superiores as instituições de ensino superior que ofereçam pelo menos um curso de graduação na mesma área de conhecimento.

Parágrafo único. Os Institutos Superiores de Educação manterão:

I - cursos destinados à formação de docentes para a Educação Infantil e para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de Educação Superior que pretendam atuar na docência da Educação Básica;

III - programas de educação continuada para profissionais de educação dos diversos níveis de ensino da Educação Básica.

Art. 6º O credenciamento de Instituições de Ensino Superior integrantes do Sistema Estadual de Ensino, organizadas sob quaisquer das formas previstas do art. 1° desta Resolução, bem como o reconhecimento de cursos de Educação Superior, serão renovados periodicamente, conforme Parecer aprovado pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação, após processo regular de avaliação.

Art. 7º Todo e qualquer encaminhamento da Instituição de Ensino Superior ao Conselho Estadual de Educação, assinado pelo representante legal, é dirigido à Presidência do Conselho.

Art. 8º A estrutura e a organização do currículo pleno dos cursos são de competência das Instituições de Ensino Superior, de acordo com legislação própria, diretrizes curriculares nacionais, carga horária mínima e projeto pedagógico do curso com o perfil do profissional a ser formado.

TÍTULO II

DO CREDENCIAMENTO E DA RENOVAÇÃO DO CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Art. 9º O credenciamento consiste no ato administrativo pelo qual a Instituição de Ensino Superior fica habilitada para atuar na Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, de acordo com o disposto no art. 1º desta Resolução.

Art. 10. A renovação de credenciamento consiste no ato administrativo pelo qual fica ratificada ou alterada a habilitação da Instituição de Ensino Superior para atuar na Educação Superior.

Parágrafo único. O pedido de renovação de credenciamento deverá ser encaminhado ao Conselho Estadual de Educação no prazo de até 06 (seis) meses antes do término da validade do credenciamento.

Capítulo I

DO CREDENCIAMENTO

Seção I

Do Credenciamento de Universidades

Art. 11. Os processos que visam ao credenciamento de Universidade, apoiados no princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e extensão, serão protocolados no Conselho Estadual de Educação a qualquer tempo, contendo informações sobre:

I - Condições de ordem jurídica, econômico-financeira e organizacional da Mantenedora, contendo:

a) documento com informações sobre a organização jurídica, econômico-financeira e organizacional da mantenedora;

b) cópia(s):

1) atos constitutivos, devidamente registrados no órgão competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica, na forma da legislação civil;

2) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF;

3) comprovante de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, quando for o caso;

4) certidões de regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

5) certidões de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

II - Condições de ordem administrativa e acadêmica:

1) Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI que deverá conter, pelo menos, os seguintes elementos:

a) missão, objetivos e metas da instituição em sua área de atuação, bem como seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;

b) projeto pedagógico da instituição;

c) cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, especificando-se a programação de abertura de cursos, aumento de vagas, ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, a previsão de abertura dos cursos fora de sede;

d) organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação do número de turmas previstas por curso, número de alunos por turma, locais e turnos de funcionamento e eventuais inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, atividades práticas e estágios, desenvolvimento de materiais pedagógicos e incorporação de avanços tecnológicos;

e) perfil do corpo docente, indicando requisitos de titulação, experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica, bem como os critérios de seleção e contratação, a existência de plano de carreira, o regime de trabalho e os procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro;

f) organização administrativa da instituição, identificando as formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos e os procedimentos de autoavaliação institucional e de atendimento aos alunos.

2) Infraestrutura física e instalações acadêmicas, especificando:

a) com relação à biblioteca: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROMS físicos e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos;

b) com relação aos laboratórios: instalações e equipamentos existentes e a serem adquiridos, identificando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos, os recursos de informática disponíveis, informações concernentes à relação equipamento/aluno; e descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas;

c) plano de promoção de acessibilidade e de atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte, dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

3) oferta de cursos de mestrado e doutorado.

4) demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras.

5) anexos: Estatuto, Regimento Geral e atos que os aprovaram.

6) Programa de avaliação institucional com descrição do uso de resultados da avaliação institucional para a tomada de decisão pela Instituição de Ensino Superior (IES).

Seção II

Do Credenciamento de Centros Universitários

Art. 12. Os processos que visam ao credenciamento dos Centros Universitários serão protocolados no Conselho Estadual de Educação a qualquer tempo, devendo conter o previsto nos incisos I e II do art.11, desta Resolução.

Seção III

Do Credenciamento de novo c*ampus*

Art. 13. A solicitação para o credenciamento de novo *campus* por Universidade e Centro Universitário, em localidades diferentes da sua sede, será encaminhada por meio de projeto, no qual deverão constar:

I - justificativa da necessidade de expansão do ponto de vista institucional, social e econômico-financeiro;

II - apresentação das metas de expansão constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI;

III - caracterização da localidade e da área de influência do novo *campus*, especialmente em relação à oferta de cursos superiores na região;

IV - estrutura física, incluindo equipamentos, laboratórios, salas de aula, biblioteca e outros recursos de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão no novo *campus*;

V - planejamento administrativo e financeiro do processo de implantação do novo campus;

VI - descrição do corpo docente com respectiva titulação, formas de admissão, disciplinas, cursos e locais em que atua e carga horária semanal no *campus*;

VII - caracterização dos cursos a serem oferecidos;

VIII - definição das áreas de pesquisa e programas de extensão a serem desenvolvidas no novo *campus*;

IX - cópia dos atos legais internos que aprovaram a criação do *campus* e do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

Seção IV

Do Credenciamento de Faculdades Integradas ou Centros de Educação Superior, Faculdades, Institutos Superiores de Educação ou Escolas Superiores

Art. 14. Os processos que visam ao credenciamento de Faculdades Integradas ou Centros de Educação Superior, Faculdades, Institutos Superiores de Educação ou Escolas Superiores serão protocolados no Conselho Estadual de Educação a qualquer tempo, devendo conter, no que couber, o disposto nos incisos I e II do Art. 11, desta Resolução.

Capítulo II

DA TRAMITAÇÃO

Seção I

Da Tramitação dos Processos de Credenciamento de Universidades e Centros Universitários

Art. 15. Os processos de credenciamento de Universidade e de Centro Universitário, protocolados no Conselho Estadual de Educação, para a sua tramitação, necessitam de:

I – Designação, pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, de Comissão de Verificação composta por 02 especialistas com experiência docente em Ensino Superior que apresentará relatório conclusivo de verificação/visita *in loco*;

II – Designação de relator pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação;

III - Minuta de parecer, pelo relator, que, preliminarmente, será levada à apreciação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior;

IV - Apreciação do parecer da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior em Sessão Plenária do Conselho Estadual de Educação, para decisão final.

V – Publicação do Parecer de credenciamento, do Conselho Estadual de Educação no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Único: Em caso de decisão final desfavorável ao credenciamento pelo Conselho Estadual de Educação, facultar-se-á à Instituição requerente, direito a pedido de reconsideração no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação do ato oficial.

Art. 16. Somente após o credenciamento, com a publicação do ato no Diário Oficial do Estado, a Instituição poderá utilizar as prerrogativas de sua autonomia universitária.

Seção II

Da Tramitação dos Processos de Credenciamento de novo *campus* de Universidade e de Centro Universitário

Art. 17. Os processos de credenciamento de novo *campus* de Universidade e/ou de Centro Universitário, protocolados no Conselho Estadual de Educação, para a sua tramitação, necessitam de:

I – Designação, pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, de Comissão de Verificação composta por 02 especialistas com experiência docente em Ensino Superior que apresentará relatório conclusivo de verificação/visita *in loco*;

II – Designação de relator pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação;

III - Minuta de parecer, pelo relator que, preliminarmente, será levada à apreciação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior;

IV - Apreciação do parecer da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior em Sessão Plenária do Conselho Estadual de Educação, para decisão final;

V – Publicação do Parecer do Conselho Estadual de Educação de credenciamento de novo *campus* de Universidade e/ou de Centro Universitário no Diário Oficial do Estado.

Art. 18. Somente após o credenciamento, com a publicação do ato no Diário Oficial do Estado, a Instituição poderá utilizar as prerrogativas de sua autonomia universitária.

Seção III

Da Tramitação dos Processos de Credenciamento de Faculdades Integradas ou Centros de Educação Superior, Faculdades, Institutos Superiores de Educação ou Escolas Superiores

Art. 19. Os processos de credenciamento de Faculdades Integradas ou Centros de Educação Superior, Faculdades, Institutos Superiores de Educação ou Escolas Superiores, protocolados no Conselho Estadual de Educação, para a sua tramitação, necessitam de:

I – Designação, pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, de Comissão de Verificação composta por 02 especialistas com experiência docente em Ensino Superior que apresentara relatório conclusivo de verificação *in loco*;

II – Designação de relator pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação;

III - Minuta de parecer, pelo relator, que, preliminarmente, será levada à apreciação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior;

IV - Apreciação do parecer da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior em Sessão Plenária do Conselho Estadual de Educação, para decisão final;

V - Publicação do Parecer do Conselho Estadual de Educação, de credenciamento no Diário Oficial do Estado.

Art. 20. Somente após o credenciamento, com a publicação do ato no Diário Oficial do Estado, a Instituição poderá utilizar as prerrogativas legalmente conferidas.

Capítulo III

DA RENOVAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

Art. 21. A renovação do credenciamento de Instituições de Ensino Superior será precedida por análise realizada pela Comissão de Avaliação Externa prevista no *caput* do art. 26 desta Resolução e designada pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, de acordo com os critérios estabelecidos no art. 15.

I - Na elaboração do Parecer final, o relator levará em consideração o Relatório Final previsto no inciso I do art. 15 desta Resolução, e, após submetido à apreciação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior, terá deliberação final do Plenário do Conselho Estadual de Educação.

II - Aprovado o Parecer pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação, o mesmo será publicado no Diário Oficial do Estado.

§ 1º Para o cumprimento deste artigo, será aplicado, no que couber, o disposto nos incisos I e II do art. 11 da presente Resolução.

§ 2º Identificadas deficiências ou irregularidades no processo de avaliação e esgotado o prazo fixado para saneamento, nunca inferior a 06 (seis) meses, haverá reavaliação; constatada a permanência das mesmas, haverá a suspensão temporária ou a desativação de cursos e habilitações ou a suspensão temporária de atributos da autonomia didático-pedagógica ou na reclassificação acadêmica da Instituição.

TÍTULO III

DA AVALIAÇÃO

Art. 22. A avaliação, no contexto desta Resolução, é o processo sistemático de diagnóstico, análise e identificação das Instituições de Ensino Superior e de seus cursos.

§ 1º A avaliação tem como finalidade conhecer e aferir as condições e a relevância dos objetivos e metas definidas pela Instituição, implementação, eficiência, impacto social e eficácia dos resultados.

§ 2º A avaliação tem por foco a globalidade da Instituição e a especificidade de seus cursos, visando analisar as funções primordiais e secundárias para tomada de decisões institucionais e para os processos de credenciamento e de renovação de credenciamento.

§ 3º Para a execução dos processos referentes à avaliação, utilizar-se-ão os parâmetros e instrumentos do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, instituído pela Lei federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que se constituem nas seguintes modalidades:

I - avaliação institucional: autoavaliação e avaliação externa *in loco*;

II - avaliação de cursos;

III - avaliação do desempenho dos estudantes.

Capítulo I
DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Art. 23. A avaliação das Instituições de Ensino Superior do Sistema Estadual de Ensino terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas, obrigatoriamente, as seguintes:

I - a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;

II - as políticas para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica e as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III - a responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social e à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV - a comunicação com a sociedade;

V - as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – a organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – a infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca e recursos de informação e comunicação;

VIII – o planejamento e a avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;

IX – as políticas de atendimento aos estudantes e egressos;

X – a sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Parágrafo único. Na avaliação das Instituições, as dimensões listadas no *caput* deste artigo serão consideradas de modo a respeitar a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas.

Seção I

Da Autoavaliação

Art. 24. A autoavaliação, componente central que confere estrutura e coerência ao processo avaliativo da Instituição, integrando os demais componentes do mesmo, será coordenada pela Comissão Própria de Avaliação - CPA.

§ 1º A autoavaliação consiste no processo diagnóstico de atribuição de significados, por toda a comunidade universitária e membros da comunidade externa, a um conjunto de dados/informações, coletados de forma sistemática e ampla, sobre os aspectos que determinam a finalidade de existência da Instituição.

§ 2º A periodicidade da autoavaliação será de 3 (três) anos e seus resultados deverão ser expressos em relatórios e disponibilizados à comunidade universitária e encaminhados ao Conselho Estadual de Educação.

Art. 25. Cada Instituição de Ensino Superior constituirá Comissão Própria de Avaliação – CPA com as atribuições de condução do processo de autoavaliação, de sistematização e de prestação das informações solicitadas no processo de avaliação, obedecidas as seguintes diretrizes:

I - constituição por Ato do dirigente máximo da Instituição ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, sendo vedada uma composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II - atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição.

Seção II

Da Avaliação Externa

Art. 26. A avaliação externa *in loco* nas Instituições de Ensino Superior – IES será realizada por comissão designada pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, composta por dois especialistas, ambos com experiência em educação superior, e deve ocorrer após o término do(s) processo(s) de autoavaliação, obedecendo as seguintes etapas:

I - visita dos avaliadores à Instituição; e

II - elaboração do Relatório de Avaliação com base no(s) relatório(s) de autoavaliação, cuja periodicidade está prevista no § 2º do art. 24 desta Resolução, nos documentos da IES, nas informações advindas dos diversos processos avaliativos (ENADE e Avaliação de Cursos), nas entrevistas e nos demais dados e resultados levantados durante a visita.

§ 1º O Relatório Final da Comissão será disponibilizado pelo Conselho Estadual de Educação à IES, no prazo de, no máximo, 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, para que a mesma emita suas considerações, se assim o pretender.

§ 2º A periodicidade do processo de avaliação externa é de 03 (três) anos para Faculdades Integradas ou Centros de Educação Superior de Educação, Faculdades, Institutos ou Escolas Superiores, 06 (seis) anos para Centros Universitários e 09 (nove) anos para Universidades.

§ 3º Os resultados da avaliação externa da IES servirão como referência para o processo de seu credenciamento e renovação de credenciamento.

Capítulo II

DA AVALIAÇÃO DE CURSOS

Art. 27. A avaliação externa de cursos tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações e à organização didático-pedagógica e para fins de reconhecimento e renovação de reconhecimento da Instituição de Ensino Superior.

§ 1º A avaliação externa de cursos é realizada nos termos do art. 26 desta Resolução.

§ 2º A avaliação externa de cursos utilizará instrumentos e procedimentos próprios.

Art. 28. A periodicidade da avaliação externa de cursos coincidirá com o prazo previsto para o reconhecimento e a renovação do reconhecimento.

§ 1º O curso que obtiver desempenho igual ou menor que o conceito 01 (um), do ENADE será submetido à avaliação externa, por meio de instrumento próprio, no prazo de 06 (seis) meses, contados a partir da publicação dos resultados.

§ 2º A tramitação do processo de avaliação seguirá, o disposto no art. 49 da presente Resolução, no que couber.

Capítulo III

DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

Art. 29. A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP.

§ 1º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

§ 2º O ENADE será aplicado periodicamente ao final do primeiro e do último ano de curso, aos alunos de todos os cursos de graduação, admitida a utilização de procedimentos amostrais.

§ 3º A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a traçar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

§ 4º O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, por ele avaliados, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial, na forma da legislação vigente.

§ 5º Será de responsabilidade do dirigente da Instituição de Ensino Superior a inscrição de todos os alunos habilitados à participação no ENADE.

Capítulo IV

DAS NORMAS GERAIS DA AVALIAÇÃO

Art. **30.** A coordenação do processo de avaliação das Instituições, bem como de cursos, será de responsabilidade do Conselho Estadual de Educação e a realização da avaliação do desempenho dos estudantes será responsabilidade do INEP.

Art. 31. O Conselho Estadual de Educação tornará público e disponível o resultado da avaliação das Instituições de Ensino Superior e de seus cursos.

Parágrafo único. O Conselho Estadual de Educação disponibilizará à Conferência Nacional de Economia Solidária - CONAES relatório, informações e dados relativos à avaliação das IES, visando à melhoria e à integração da educação superior em termos nacionais.

Art. 32. A avaliação das Instituições de Ensino Superior resultará na atribuição de conceitos a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, sendo os níveis 4 e 5 indicativos de excelência, os níveis 1 e 2 indicativos de carência e/ou aspectos a melhorar e o nível 3 indicativo do mínimo aceitável para os processos de credenciamento e renovação de credenciamento de Instituições.

Art. 33. Os resultados considerados insatisfatórios ensejarão o diligenciamento da Instituição, pelo Conselho Estadual de Educação, com determinações claras de ações e metas a serem cumpridas, em prazo determinado, para a superação das causas que conduziram aos referidos resultados.

§ 1º O descumprimento da diligência, no todo ou em parte, poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades:

I - suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos;

II - cassação do credenciamento da Instituição.

§ 2º As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas pelo Conselho Estadual de Educação, ficando assegurado o direito de ampla defesa e do contraditório.

Art. 34. Os responsáveis pela prestação de informações falsas ou pelo preenchimento de formulários e relatórios de avaliação que impliquem omissão ou distorção de dados a serem fornecidos ao Conselho Estadual de Educação responderão civil, penal e administrativamente por essas condutas.

Art. 35. Para a capacitação dos avaliadores externos, se necessário, pode o Conselho Estadual de Educação solicitar o apoio da CONAES.

TÍTULO IV

DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36. As Universidades e os Centros Universitários, no exercício de sua autonomia, poderão criar, autorizar e organizar em sua sede ou sede de seus *campi*, cursos de educação superior, devendo comunicar, no prazo de 60 (sessenta) dias, o ato autorizatório ao Conselho Estadual de Educação.

§ 1º As Universidades e os Centros Universitários poderão criar cursos, fora da sua sede ou da sede de seus *campi* ou equivalentes, devendo, no prazo de 60 (sessenta) dias, comunicar ao Conselho Estadual de Educação o ato de criação.

§ 2º Nos casos de cursos criados fora de seus *campi* ou equivalentes deverão encaminhar processos de reconhecimento nos termos dos artigos 47 e 48 desta Resolução, podendo, a critério da IES, serem reconhecidos juntamente com os da sede, necessariamente, com verificação *in loco*.

Art. 37. Reconhecimento é o ato formal, de caráter temporário, concedido pelo Conselho Estadual de Educação, por um período de até 05 (cinco) anos, que outorga validade e fé pública à IES para que possa emitir diplomas com validade nacional.

Capítulo II

DOS CURSOS SEQUENCIAIS

Art. 38. Os cursos sequenciais de Educação Superior, nos termos da legislação vigente, são de duas modalidades:

I - cursos superiores de formação específica, com destinação coletiva, conduzindo a diploma;

II - cursos superiores de complementação de estudos, com destinação coletiva ou individual, conduzindo a certificado.

Art. 39. Os cursos superiores de formação específica estão sujeitos à autorização e ao reconhecimento, ressalvada, quanto à autorização, a autonomia das Universidades e Centros Universitários.

Seção I

Da Autorização

Art. 40. A Instituição que não se caracterizar como Universidade nem como Centro Universitário e que desejar oferecer curso superior de formação específica deverá encaminhar solicitação de autorização ao Conselho Estadual de Educação, nos termos do art. 45 desta Resolução, no que couber.

Seção II

Da Tramitação

Art. 41. Os processos a que se refere o artigo anterior, uma vez protocolados no Conselho Estadual de Educação, terão a tramitação prevista no art. 46 desta Resolução.

Seção III

Do Reconhecimento

Art. 42. Os pedidos de reconhecimento de curso superior de formação específica deverão dar entrada no Conselho Estadual de Educação imediatamente após transcorridos 2/3 (dois terços) da integralização curricular do curso.

Art. 43. Os processos que se destinam ao reconhecimento de curso superior de formação específica deverão dar entrada no protocolo do Conselho Estadual de Educação, instruídos com os documentos previstos no art. 48 desta Resolução, no que couber.

Seção IV

Da Tramitação

Art. 44. Os processos de reconhecimento de curso superior de formação específica, encaminhados ao Conselho Estadual de Educação, serão protocolados, autuados e dirigidos à Comissão de Ensino Médio e Educação Superior e terão a tramitação prevista no art. 49 desta Resolução.

Capítulo III

DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Seção I

Da Autorização

Art. 45. Os processos que visam à autorização de cursos de graduação ou de novas habilitações em Faculdades Integradas ou Centro de Educação Superior, Faculdades, Institutos Superiores de Educação ou Escolas Superiores deverão conter as seguintes informações:

I - justificativa da necessidade social;

II - organização curricular, regime e duração do curso, habilitação(ões) oferecida(s), ementário e bibliografia das disciplinas;

III - qualificação e regime de trabalho do corpo docente;

IV - número de vagas e divisão de turmas e turnos;

V - descrição das instalações físicas disponíveis;

VI - descrição das condições de laboratórios e equipamentos didáticos;

VII - descrição das condições de biblioteca;

VIII - planejamento econômico-financeiro, no qual fiquem evidenciadas as condições de manutenção do curso;

IX - descrição de como será efetuado, supervisionado e avaliado o estágio;

X - demonstração da regularidade fiscal e parafiscal da Instituição mantenedora;

XI - parecer do Órgão Colegiado competente sobre a aprovação do projeto do curso.

Parágrafo único. O projeto deverá ser acompanhado do Regimento Interno da Instituição de Ensino Superior com as adaptações necessárias para o novo curso ou habilitação, quando for o caso.

Seção II

Da Tramitação

Art. 46. Os projetos a que se refere o artigo anterior, uma vez protocolados no Conselho Estadual de Educação, para a sua tramitação, necessitam de:

I – Designação, pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, de Comissão de Verificação composta por 02 especialistas com experiência docente em Ensino Superior que apresentará relatório conclusivo de verificação/visita *in loco*;

II – Designação de relator pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação;

III - Minuta de parecer, pelo relator, que, preliminarmente, será levada à apreciação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior;

IV - Apreciação do parecer da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior na Sessão Plenária do Conselho Estadual de Educação, para decisão final;

V – Publicação do Parecer de autorização do Conselho Estadual de Educação, no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. Das decisões da Sessão Plenária do Conselho Estadual de Educação, caberá pedido de reconsideração no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação.

Seção III

Do Reconhecimento

Art. 47. Os pedidos de reconhecimento de cursos de graduação e de novas habilitações deverão dar entrada no Conselho Estadual de Educação imediatamente após transcorridos 2/3 (dois terços) da integralização curricular do curso.

§ 1º No caso de o curso ser ofertado em mais de um *campus*, o processo de reconhecimento ou de renovação de reconhecimento deverá descrever as condições de oferta em cada um dos locais.

§ 2º Fica a critério da Instituição, a opção de encaminhar processo de reconhecimento único do curso ofertado em vários locais ou em processo separado com reconhecimento próprio.

Art. 48. Os processos que se destinam ao reconhecimento de cursos de graduação e de novas habilitações deverão dar entrada no protocolo do Conselho Estadual de Educação, instruídos com os seguintes documentos, quando couber:

I - Dados gerais da Instituição;

II - Descrição das formas de articulação e execução das políticas e diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional com o projeto pedagógico do curso;

III - Projeto pedagógico do curso:

1. Missão do curso

2. Objetivos do curso

3. Perfil profissiográfico (habilidades, competências e atitudes)

4. Ensino, pesquisa e extensão (descrição sobre as formas de articulação do ensino com a pesquisa e extensão):

4.1. Ensino:

a) descrição das políticas e diretrizes do ensino;

b) organização e desenvolvimento curricular;

c) matriz curricular, regime e duração do curso;

d) alterações curriculares e respectivos atos legais;

e) ementário e referências bibliográficas das disciplinas;

f) estágio/monografia/trabalho de conclusão de curso;

g) sistemática de avaliação do processo ensino-aprendizagem.

4.2. Extensão:

a) descrição das políticas e diretrizes de extensão;

b) descrição das atividades de extensão (programas, projetos desenvolvidos e em desenvolvimento).

4.3. Pesquisa:

a) descrição das políticas e diretrizes de pesquisa;

b) descrição dos programas de pesquisa com as respectivas linhas.

5. Corpo docente:

5.1. política institucional de capacitação docente;

5.2. formas de admissão docente;

5.3. análise descritiva do corpo docente, contendo os seguintes itens:

a) relação do corpo docente, especificando titulação, disciplina, credenciamento, carga horária institucional e do curso, admissão do docente na Instituição, experiência docente;

b) correlação entre titulação e atividade exercida;

c) projeção da capacitação docente para os próximos três anos.

6. Corpo discente:

6.1. descrição de normas e formas de acesso ao curso;

6.2. descrição das formas de registro e controle acadêmico;

6.3. número de vagas e relação candidato-vaga;

6.4. divisão de turmas e turnos;

6.5. evolução da matrícula e evasão;

6.6. análise do rendimento acadêmico desde o início do curso;

6.7. descrição das formas de assistência aos discentes: bolsa de estudos, bolsa de pesquisa e/ou extensão, monitoria, serviços de orientação e outras formas de assistência e orientação.

7. Corpo diretivo e técnico-administrativo do curso.

8. Estrutura física:

8.1. quantificação sumária do espaço destinado às atividades-fim: salas de aula, laboratórios, salas ambientes, auditórios, equipamentos e outros espaços;

8.2. descrição do espaço destinado às atividades–fim;

8.3. quantificação sumária do espaço destinado às atividades-meio: gabinetes, secretarias e outros espaços de apoio;

8.4. quantificação e descrição sumária da estrutura existente para pessoas com necessidades especiais.

9. Biblioteca:

9.1. estrutura física e organizacional;

9.2. descrição das políticas de articulação com os órgãos internos e a comunidade externa;

9.3. descrição da política de expansão do acervo;

9.4. descrição das formas de acesso ao acervo;

9.5. acervo bibliográfico específico;

9.6. informatização;

9.7. convênios;

9.8. programas;

9.9. regulamento.

10. Avaliação:

10.1. descrição sumária do programa de avaliação institucional;

10.2. resultado da avaliação institucional do curso: análise dos resultados da avaliação interna e externa, se houver.

Parágrafo único. A aplicação dos subitens 4.2 e 4.3 do inciso III deste artigo é facultativa às Instituições não universitárias.

Seção IV

Da Tramitação

Art. 49. Os processos a que se refere o artigo anterior, uma vez protocolados no Conselho Estadual de Educação, para a sua tramitação, necessitam de:

I – Designação, pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, de Comissão de Verificação composta por 02 especialistas com experiência docente em Ensino Superior que apresentará relatório conclusivo de verificação *in loco*;

II – Designação de relator pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação;

III - Minuta de parecer, pelo relator, que, preliminarmente, será levada à apreciação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior;

IV - Apreciação do parecer da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior na Plenária do Conselho Estadual de Educação, para decisão final;

V – Publicação do Parecer no Diário Oficial do Estado.

§ 1º Identificadas deficiências ou irregularidades no processo de avaliação com vistas ao reconhecimento de curso(s) e esgotado o prazo fixado para saneamento, nunca inferior a 06 (seis) meses, haverá reavaliação, que poderá resultar em reconhecimento com providências a cumprir ou suspensão temporária ou desativação de cursos e habilitações ou não reconhecimento.

§ 2º Os alunos de curso cujo reconhecimento não seja renovado terão assegurado o direito à transferência para curso idêntico, em série ou período correspondente, em outra Instituição, ouvido o Conselho Estadual de Educação.

§ 3º Das decisões da Sessão Plenária do Conselho Estadual de Educação, caberá pedido de reconsideração no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação do ato oficial.

Seção V

Da Renovação do Reconhecimento de Cursos

Art. 50. Os cursos reconhecidos serão submetidos periodicamente ao processo de renovação de reconhecimento.

Parágrafo único. Os processos de renovação do reconhecimento serão instruídos conforme o disposto no art. 48 desta Resolução, no que couber.

Seção VI

Da Tramitação

Art. 51. Os processos a que se refere o artigo anterior, uma vez protocolados no Conselho Estadual de Educação, para a sua tramitação, necessitam de:

I – Designação, pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, de Comissão de Verificação composta por 02 especialistas com experiência docente em Ensino Superior apresentará relatório conclusivo de verificação *in loco*;

II – Designação de relator pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação;

III - Minuta de parecer, pelo relator, que, preliminarmente, será levada à apreciação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior;

IV - Apreciação do parecer da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior na Plenária do Conselho Estadual de Educação, para decisão final;

V – Publicação do Parecer no Diário Oficial do Estado.

§ 1º Identificadas deficiências ou irregularidades no processo de avaliação, com vistas à renovação do reconhecimento do curso, e esgotado o prazo fixado para saneamento, nunca inferior a 06 (seis) meses, haverá reavaliação, que poderá resultar em reconhecimento com providências a cumprir ou suspensão temporária ou desativação de cursos e habilitações ou não renovação de reconhecimento.

§ 2º Os alunos de curso cujo reconhecimento não seja renovado terão assegurado o direito à transferência para curso idêntico, em série ou período correspondente, em outra Instituição, ouvido o Conselho Estadual de Educação.

§ 3º Das decisões da Plenária do Conselho Estadual de Educação, caberá pedido de reconsideração no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação do ato oficial.

Seção VII

Da Alteração de Vagas: Aumento, Diminuição e Redistribuição de Vagas

Art. 52. As Faculdades Integradas ou Centros de Educação Superior, Faculdades, Institutos Superiores de Educação ou Escolas Superiores, no tocante à possibilidade de alteração de vagas, deverão encaminhar ao Conselho Estadual de Educação projeto próprio, contendo, pelo menos, as seguintes informações:

I - justificativa da necessidade social;

II - documentação da autorização de funcionamento e/ou reconhecimento do respectivo curso ou habilitação;

III - qualificação e regime de trabalho do corpo docente, quando houver aumento e/ou redistribuição de vagas;

IV - comprovação da estrutura física e das condições econômicas que garantam e viabilizem o aumento ou a redistribuição de vagas.

Art. 53. Os pareceres relacionados com os pedidos de alteração de vagas têm sua tramitação simplificada pela Comissão de Ensino Médio e Educação Superior.

Parágrafo único. Os pedidos de reconsideração e de recurso deverão ser encaminhados no prazo de 60 (sessenta) dias, cada um, a contar da data da publicação do ato oficial.

Seção VIII
Da Extinção de Cursos

Art. 54. As Instituições de Ensino Superior não universitárias, integrantes do Sistema Estadual de Educação, deverão comunicar, oficialmente, a extinção de cursos e/ou habilitações com a devida justificativa ao Conselho Estadual de Educação, que se manifestará em Parecer.

Capítulo IV

DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Art. 55. O ensino de pós-graduação compreende os cursos *lato sensu* e *stricto sensu*, abertos à matrícula de candidatos diplomados em cursos de graduação que atendam às exigências das Instituições de Ensino Superior.

§ 1º Os cursos *lato sensu* compreendem cursos de especialização.

§ 2º Os cursos *stricto sensu* compreendem os cursos de mestrado e doutorado.

Seção I

Dos Cursos de Pós Graduação: Especialização

Art. 56. Os cursos de pós-graduação *lato sensu*, oferecidos por Instituições de Ensino Superior devidamente credenciadas, independem de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, devendo atender ao disposto nesta Resolução.

§ 1º Incluem-se na categoria de cursos de pós-graduação *lato sensu* aqueles cuja equivalência se ajusta aos termos desta Resolução.

§ 2º Excluem-se desta Resolução os cursos de pós-graduação – aperfeiçoamento e outros.

§ 3º Os cursos de pós-graduação *lato sensu* são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e demais cursos superiores que atendam às exigências das Instituições de Ensino.

§ 4º As Instituições credenciadas para atuar nesse nível ensino poderão ofertar cursos de especialização exclusivamente na área do saber e no endereço definidos no Ato de seu credenciamento, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 57. Os cursos de pós-graduação *lato sensu*, por área do saber, previstos no § 4º do art. 56 desta Resolução, ficam sujeitos à avaliação do Conselho Estadual de Educação, na ocasião do recredenciamento da Instituição.

Art. 58. As Instituições que oferecem cursos de pós-graduação *lato sensu* deverão fornecer informações referentes a esses cursos sempre que solicitadas pelo órgão coordenador do Censo do Ensino Superior, nos prazos e condições estabelecidos.

Art. 59. O corpo docente dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, deverá ser constituído por professores especialistas ou de reconhecida capacidade técnico-profissional, sendo que dois terços destes, pelo menos, deverão apresentar titulação de mestre ou de doutor obtido em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido.

Art. 60. Os cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, têm duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, não computado o tempo de estudo individual ou em grupo sem assistência docente e o reservado, obrigatoriamente, à elaboração individual de monografia ou trabalho de conclusão de curso.

Art. 61. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* a distância somente poderão ser oferecidos por Instituições credenciadas pela União, conforme o disposto no § 1º do art. 80 da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Parágrafo único. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos a distância deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial individual de monografia ou trabalho de conclusão de curso.

Art. 62. A Instituição responsável pelo curso de pós-graduação *lato sensu* expedirá Certificado de Conclusão a que farão jus os alunos que tiverem obtido aproveitamento, segundo os critérios de avaliação previamente estabelecidos, sendo obrigatória a freqüência máxima de 75% (setenta e cinco por cento), nos cursos presenciais.

§ 1º Os Certificados de Conclusão de cursos de pós-graduação *lato sensu* devem mencionar a área de conhecimento do curso e ser acompanhados do respectivo histórico escolar, do qual devem constar, obrigatoriamente:

I - relação das disciplinas, carga horária, nota ou conceito obtido pelo aluno e nome e qualificação dos professores por elas responsáveis;

II - período de realização do curso e sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico;

III - título da monografia ou do trabalho de conclusão do curso e nota ou conceito obtido;

IV - declaração da Instituição de que o curso cumpriu todas as disposições da presente Resolução;

V - citação do ato legal de credenciamento da Instituição.

§ 2º Os Certificados de Conclusão de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, na modalidade presencial ou a distância, devem ser obrigatoriamente registrados por Instituição credenciada que efetivamente ministre o curso.

§ 3º Os Certificados de Conclusão de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, que se enquadrem nos dispositivos estabelecidos nesta Resolução terão validade nacional.

Seção II

Dos Cursos de Pós Graduação: Mestrado e Doutorado

Art. 63. Os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, oferecidos por Instituições de Ensino Superior integrantes do Sistema Estadual de Ensino, têm por objetivo a formação e qualificação para o exercício do magistério, em cursos de graduação, para pesquisa e para atividades técnico-científicas.

Art. 64. Os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, oferecidos por Instituições de Educação Superior integrantes do Sistema Estadual de Ensino, para que tenham validade nacional, serão acompanhados, reconhecidos e avaliados pelo Conselho Estadual de Educação.

Parágrafo único. Os cursos de pós-graduação, de Mestrado e de Doutorado, disciplinados pela presente Resolução, somente poderão ser divulgados e iniciados após reconhecimento pelo Conselho Estadual de Educação.

Art. 65. Os cursos de pós-graduação de Mestrado e de Doutorado somente poderão ser oferecidos por Instituições de Ensino Superior que ministrem, na mesma área, cursos de graduação.

Parágrafo único. O ingresso nos cursos de Mestrado e de Doutorado está condicionado à apresentação de diploma de graduação, nos termos do art. 44, inciso III, da Lei federal nº 9.394/1996.

Subseção I

Do Reconhecimento

Art. 66. Os processos que visam ao reconhecimento dos cursos de pós-graduação de Mestrado e de Doutorado serão protocolados no Conselho Estadual de Educação a qualquer tempo, contendo informações sobre:

I – Instituição de Ensino Superior;

a) identificação da mantenedora;

b) identificação da mantida.

II - Dirigentes:

a) Reitor e Pró-Reitor de Pós-Graduação;

b) Coordenador do curso.

III - Proposta/Curso

a) nome do curso, área básica e área de avaliação;

b) nível do curso, situação e histórico;

c) relação do(s) curso(s) de graduação na área do curso de mestrado/doutorado.

IV - Infraestrutura:

a) infraestrutura exclusiva para o curso;

b) salas para docentes e para alunos, equipadas com computadores;

c) especificação dos laboratórios de pesquisa e recursos disponíveis;

d) biblioteca, recursos disponíveis, caracterização do acervo, financiamentos e informações adicionais.

V - Caracterização da proposta:

a) contextualização institucional e regional da proposta;

b) histórico do curso;

c) cooperação e intercâmbio;

d) associação de IES e relação das demais participantes.

VI - Áreas de concentração:

a) relação das áreas de concentração, descrição e caracterização;

b) relação das linhas de pesquisa, associando cada linha à respectiva área de concentração.

VII - Caracterização do Curso:

a) nível, objetivos e perfil do profissional a ser formado;

b) total de créditos para titulação, número de vagas e periodicidade de seleção;

c) descrição sintética da oferta do curso;

d) relação das áreas de concentração.

VIII - Disciplinas:

a) relação das disciplinas obrigatórias e não obrigatórias, carga-horária, número de créditos;

b) ementa;

c) bibliografia.

IX - Corpo docente:

- relação do corpo docente permanente/colaborador, disciplina, titulação (ano, IES, país, nível, área de titulação), horas de dedicação semanal na IES, dedicação ao curso e experiência de orientação concluída.

X - Produção Docente:

a) produção docente dos últimos três anos (tipo de produção, título da produção e complementação);

b) produção técnico-científica ou tecnológica: relacionar docente, tipo (patente depositada, patente em exploração comercial, software, protótipos e outros) título, empresa, país, e descrição de uso.

XI - Projetos de pesquisa:

- nome do projeto de pesquisa, linha de pesquisa, ano de início, descrição do projeto, docentes participantes.

XII - Consolidação docente/disciplina;

XIII - Consolidação corpo docente – vínculo e titulação;

XIV - Consolidação corpo docente – orientação e produção;

XV - Informações complementares;

XVI - Documentos.

Parágrafo único. Os processos de reconhecimento dos cursos de Mestrado e de Doutorado deverão conter como anexos o regimento/regulamento do curso, ato de autorização/criação do curso.

Art. 67 O relatório de recomendação positiva da CAPES poderá substituir o processo de reconhecimento referido no Art. 66, desta Resolução.

Art. 68. O reconhecimento dos cursos de pós-graduação de Mestrado e de Doutorado será concedido pelo Parecer do Conselho Estadual de Educação, por até 05 (cinco) anos.

Art. 69. Durante o período de vigência do reconhecimento, a Instituição de Ensino Superior poderá, sob sua responsabilidade, introduzir alterações que julgar pertinentes e necessárias ao bom andamento do curso, dando ciência ao Conselho Estadual de Educação.

Art. 70. O pedido de renovação do reconhecimento do curso deverá dar entrada no Conselho Estadual de Educação, em até 03 (três) meses antes do término do prazo concedido; a falta do requerimento implicará, automaticamente, o seu cancelamento.

Art. 71. O processo de renovação do reconhecimento será idêntico, no que couber, ao processo de reconhecimento original, previsto no art. 66 desta Resolução.

Subseção II

Da Tramitação

Art. 72. Os processos a que se refere o artigo anterior, uma vez protocolados no Conselho Estadual de Educação, para a sua tramitação, necessitam de:

I – Designação, pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, de Comissão de Verificação composta por 02 especialistas com experiência docente em Ensino Superior, que apresentará relatório conclusivo de verificação *in loco*;

II – Designação de relator pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação;

III - Emissão de Minuta de parecer, pelo relator, que, preliminarmente, será levada à apreciação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior;

IV - Apreciação do parecer da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior na Sessão Plenária do Conselho Estadual de Educação, para decisão final;

V – Publicação do Parecer no Diário Oficial do Estado.

§ 1º Dentre os especialistas previstos no inciso I, pelo menos um deverá atuar em Instituição de Ensino Superior universitária de outro Estado da Federação.

§ 2º Das decisões do Plenário do Conselho Estadual de Educação, caberá pedido de reconsideração no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação do ato oficial.

Subseção III

Das Disposições Gerais

Art. 73. O tempo máximo para conclusão do curso pelo aluno será de 04 (quatro) anos para o Mestrado e 06 (seis) anos para o Doutorado.

Art. 74. Os cursos de Mestrado e de Doutorado compreendem 02 (dois) níveis independentes e terminais.

§ 1º Para a obtenção do grau de Mestre, serão exigidos exames de qualificação e defesa de dissertação, de acordo com os critérios estabelecidos pela Instituição de Ensino Superior no Regimento do curso, compatíveis com as características da área de conhecimento.

§ 2º Para a obtenção do grau de Doutor, serão exigidos exames de qualificação e defesa de tese que represente trabalho original, fruto de atividade de pesquisa e que importe em contribuição para o desenvolvimento da área do conhecimento, de acordo com os critérios estabelecidos no Regimento do curso.

§ 3º Ao aluno do curso de Mestrado que cumprir somente os créditos em disciplinas, sem a defesa da dissertação dentro do prazo regimental, será atribuído o Certificado de Especialização.

Art. 75. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos deverão informar a área de concentração realizada e, no verso, o respectivo histórico com as seguintes informações:

a) relação das disciplinas com a respectiva carga-horária, nome do professor com sua titulação e nota ou conceito da avaliação final;

b) período em que o curso foi cumprido pelo titulado e duração total;

c) título da dissertação ou tese, especificando o respectivo orientador, a data de conclusão do conceito atribuído;

d) assinaturas dos representantes da Instituição, na forma legal.

Art. 76. Os cursos de Mestrado e de Doutorado deverão ter, respectivamente, no mínimo, 24 (vinte e quatro) e 48 (quarenta e oito) créditos em atividades de ensino e pesquisa, aos quais devem ser acrescidos 06 (seis) créditos pela dissertação e 12 (doze) créditos pela tese.

§ 1º Os detentores do título de Mestre, ao ingressarem no curso de Doutorado da mesma área ou afim, poderão ter validados até 32 (trinta e dois) créditos, a critério da Instituição de ensino.

§ 2º Cada crédito corresponde a, no mínimo, 15 h/a (quinze horas-aula).

§ 3º É permitida a celebração de convênios entre Instituições de Ensino Superior para que o estudante possa ser autorizado a realizar atividades de ensino e/ou pesquisa fora da sede do curso, no País ou no exterior, desde que seja garantida a existência de orientadores individuais qualificados.

TÍTULO V

DO CREDENCIAMENTO DE DOCENTES

Art. 77. O credenciamento de docentes para o exercício do magistério em nível superior é feito pelas Instituições de Ensino Superior, de acordo com as exigências e os critérios estabelecidos em seus estatutos e regimentos, observado o seguinte:

I - a titulação mínima para o exercício do magistério em cursos de graduação é o título de Mestre, admitida a presença no corpo docente do curso de até 30% (trinta por cento) de portadores do título de Especialista que comprovem experiência profissional ou produção intelectual, técnica ou científica relacionada com a disciplina ou, ainda, em casos excepcionais, por profissionais de notório saber;

II - a titulação mínima para o exercício do magistério em Cursos de Especialização ou de Aperfeiçoamento é o título de Mestre, admitida a presença no corpo docente do curso de até 30% (trinta por cento) de portadores do título de Especialista que comprovem experiência profissional ou produção intelectual, técnica ou científica relacionada com a disciplina;

III - a titulação mínima para o exercício do magistério em cursos de Mestrado é o título de Doutor, admitida a presença, no corpo docente de cada curso, de até 20% (vinte por cento) de Mestres que comprovem experiência profissional ou produção intelectual, técnica ou científica relacionada com a disciplina;

IV - a titulação mínima para o exercício do magistério em cursos de Doutorado é o título de Doutor, podendo integrar o corpo docente do curso, em caráter excepcional, não portadores do título que comprovem alta qualificação, experiência profissional e produção intelectual técnica ou científica relacionadas com a disciplina.

Parágrafo único. O descumprimento do presente artigo poderá implicar descredenciamento do docente e/ou reposição das aulas.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 78. A oferta de cursos de graduação na modalidade de ensino a distância será objeto de regulamentação específica.

Art. 79. Os processos de reconhecimento de curso, autorização de novos cursos, credenciamento de novo *campus* ou equivalentes, encaminhados após a aprovação desta norma observarão as respectivas disposições.

Parágrafo único. Transitoriamente, a Universidade do Estado do Rio Grande do Sul – UERGS deverá observar os seguintes prazos:

I - Cinco anos para reconhecimento dos cursos ora ofertados, com vistas às condições mínimas previstas no § 3º do art. 2º desta Resolução;

II - Dez anos para a renovação do credenciamento da Instituição de Ensino Superior, prevista no art. 21 desta Resolução.

Art. 80. As alterações estatutárias e/ou regimentais das Instituições de Ensino Superior deverão ser encaminhadas ao Conselho Estadual de Educação.

Art. 81. Ficarão na dependência de parecer do Conselho Estadual de Educação as medidas relativas à:

I - desativação ou reativação de cursos e/ou de habilitações, quando ocorrer em Instituições de Ensino Superior não Universidades e Centros Universitários;

II - transferência de cursos e/ou de habilitações de uma para outra entidade mantenedora;

III - alteração regimental, quando ocorrer em Instituições de Ensino Superior não Universidades e Centros Universitários.

Art. 82. Tratando-se de desativação das atividades escolares, o registro acadêmico deverá ser arquivado:

I - na própria Instituição de Ensino Superior, quando se tratar de desativação de curso;

II - no caso de Instituição de Ensino Superior, em outra Instituição de Ensino Superior indicada pela Presidência do Conselho Estadual de Educação, observado o critério da proximidade geográfica.

Art. 83. É vedada a realização de qualquer atividade acadêmica antes da autorização legal de funcionamento do curso nas Instituições que não detêm autonomia universitária.

Art. 84. Das decisões dos órgãos máximos das Instituições de Ensino Superior em matéria de ensino, caberá recurso ao Conselho Estadual de Educação, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação do respectivo ato.

Parágrafo único. A aplicação do prazo fixado neste artigo ocorrerá somente na hipótese da ausência de prazo previsto nos Estatutos correspondentes.

Art. 85. Os diplomas de cursos superiores serão registrados pelas Universidades e Centros Universitários que os expedirem, e os expedidos por Instituições sem autonomia universitária, por universidades conveniadas.

Art. 86. Ficam revogadas as Resoluções CEED nº 263, de 24 de outubro de 2001, e CEED nº 277, de 18 de agosto de 2004, do Conselho Estadual de Educação, ressalvando-se que os processos protocolados até a data da publicação da presente Resolução serão analisados à luz das normas vigentes à época.

Art. 87. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Em 09 de outubro de 2012.
Aprovada, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 17 de outubro de 2012.

Augusto Deon
Presidente

---

* Publicada no Diário Oficial do Estado em 05 de agosto de 2013.

J U S T I F I C AT I VA

A história do Ensino Superior no Sistema Estadual de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul é de pouco mais de dez anos.

Em 2001, o Conselho Estadual de Educação, pelos Pareceres CEED nº 450/2001 e nº 1.150/2002, autoriza o funcionamento de cursos e credencia a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, respectivamente.

A Resolução CEED nº 263, de 24 de outubro de 2001, dispõe sobre credenciamento de instituições de ensino superior e autorização para o funcionamento de cursos no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, e a Resolução CEED nº 277, de 18 de agosto de 2004, dispõe sobre procedimentos para reconhecimento de cursos de nível superior e sua renovação no Sistema Estadual de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul.

A partir do Decreto federal nº 5.773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto federal nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, é necessária nova normatização que regule a oferta de Ensino Superior no Sistema Estadual de Ensino.

A presente Resolução prevê outros procedimentos, não só para credenciamento e reconhecimento de cursos, contemplados nas Resoluções anteriormente referidas, mas, também, para credenciamento, renovação de credenciamento, avaliação institucional, avaliação de cursos, avaliação do desempenho dos estudantes, normas gerais sobre tipologia de cursos: graduação e cursos sequenciais, autorização de cursos, reconhecimento, renovação de reconhecimento e extinção de cursos, alteração e/ou redistribuição de vagas, normas gerais para cursos de pós-graduação *latu e stricto sensu* – autorização e reconhecimento, além de normas gerais para credenciamento de docentes.

Estão previstos, ainda, nesta Resolução, os prazos para adaptação e transição da Universidade Estadual de Educação – UERGS, única instituição de ensino superior vinculada ao Sistema Estadual de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul a esta regulação.

Em 09 de outubro de 2012.

Ruben Werner Goldmeyer - relator
Antonio Maria Melgarejo Saldanha
Cecília Maria Martins Farias
Claudimir Rossetto
Raul Gomes de Oliveira Filho
Sonia Maria Nogueira Balzano
Thalisson Silveira da Silva
Viviane Braz Trogildo

RESOLUÇÃO CEED Nº 324, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012.

Altera o inciso V e acrescenta o inciso XI ao artigo 18 da Resolução CEED nº 300, de 15 de julho de 2009, que estabelece normas complementares para a oferta da Educação a Distância – EaD no Sistema Estadual de Ensino.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, com base no inciso V do artigo 10 da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no item I, inciso III, do artigo 11 da Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, com redação dada pela Lei estadual nº 10.591, de 28 de novembro de 1995, e considerando o disposto no Decreto federal nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, e na Portaria Normativa nº 2, de 10 de janeiro de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º Altera o inciso V e acrescenta o inciso XI ao artigo 18 da Resolução CEED nº 300, de 15 de julho de 2009, que passam a vigorar com a seguinte redação:

> Art. 18. [...]
>
> V - Alvará de Prevenção e Proteção contra Incêndio ou Laudo firmado por profissional habilitado, consignando que o prédio e as instalações não oferecem risco iminente de sinistro e que há condições de prevenção e proteção contra incêndio nos locais mencionados para o curso;
>
> [...]
>
> XI – Alvará de Localização específico para a atividade proposta ou Certidão comprovando que o prédio está de acordo com as exigências legais do município necessárias para a atividade pretendida, expedido pelo órgão competente da municipalidade.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Aprovada, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 21 de novembro de 2012.

Augusto Deon
Presidente

---

* Publicada no Diário Oficial do Estado em 27 de novembro de 2012.

J U S T I F I C A T I V A

Esta Resolução uniformiza as exigências para o credenciamento das instituições de ensino e autorização da oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância, tornando clara a aplicação do disposto no parágrafo único do artigo 1º da Resolução CEED nº 300/2009:

> Art. 1º A presente Resolução estabelece normas complementares para a oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD) no Sistema Estadual de Ensino, nos níveis fundamental e médio, nas seguintes modalidades educacionais:
>
> I – educação de jovens e adultos;
>
> II – educação especial, exclusivamente para alunos surdos, cegos, cadeirantes ou portadores de altas habilidades;
>
> III – educação profissional.
>
> Parágrafo único. A educação a distância como uma modalidade educacional com peculiaridades próprias deve, além das disposições desta Resolução, organizar-se pelas normas específicas para a educação de jovens e adultos, educação especial e educação profissional do Sistema Estadual de Ensino.

A oferta desses níveis e modalidades de ensino é normatizada, no Ensino Fundamental, pelo Parecer CEED nº 1.400, de 11 de dezembro de 2002; no Ensino Médio, pelo Parecer CEED nº 580, de 5 de julho de 2000; na Educação Profissional, pela Resolução CEED nº 276, de 29 de janeiro de 2004; na Educação de Jovens e Adultos, pela Resolução CEED nº 313, de 16 de março de 2011, e, na Educação Especial, pelo Parecer CEED nº 251, de 14 de abril de 2010.

Considerando que as normas acima citadas já preveem a apresentação de Laudo Técnico firmado por profissional habilitado como documento para a comprovação das condições segurança e proteção contra incêndio, esta Resolução acrescenta essa alternativa no inciso V do art.18 da Resolução CEED nº 300/2009.

Além disso, pelo mesmo motivo, inclui nesse artigo o inciso XI, que prevê a apresentação de Alvará de Localização para atividades educacionais ou documento equivalente, expedido pelo Poder Público Municipal, como responsável legal, observando a especificidade das legislações de cada município.

Em 08 de novembro de 2012.

Thalisson Silveira da Silva – relator
Viviane Braz Trogildo
Antonio Maria Melgarejo Saldanha
Celso Floriano Stefanoski
Sinthia Santos Mayer

RESOLUÇÃO Nº 325, DE 26 DE JUNHO DE 2013.

Fixa normas complementares para reconhecimento de cursos de Educação Superior ofertados por instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul em parceria com instituições do Sistema Federal de Ensino.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL - CEEd, no exercício de sua função normativa constitucional e com fundamento no que dispõe o inciso IV do art. 10 da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Decreto federal nº 5.773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto federal nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e na Emenda Constitucional nº 64, de 18 de abril de 2012, e considerando o disposto na Resolução CEEd nº 323, de 17 de outubro de 2012, e demais atos normativos pertinentes,

RESOLVE:

Art. 1º - Nos processos de solicitação de reconhecimento e/ou de renovação de reconhecimento de cursos de graduação, ofertados em parceria com instituições do Sistema Federal de Ensino, devem ser anexadas cópias do Termo de Parceria que define as competências de cada ente e do Relatório de Visita *in loco,* realizada por especialistas, em atendimento às exigências das normas do Sistema Federal.

Art. 2º - Para a tramitação prevista no art. 49 da Resolução CEEd nº 323/2012, dispensa-se o previsto no inciso I, o qual se transcreve:

"I – Designação, pela Presidência do Conselho Estadual de Educação, de Comissão de Verificação composta por 02 especialistas com experiência docente em Ensino Superior com elaboração de relatório conclusivo de verificação *in loco*;"

Art. 3º – O Relatório da Visita *in loco,* elaborado por especialistas indicados pelo Sistema Federal de Ensino, é a base da minuta de parecer, nos termos do inciso III do art. 49 abaixo transcrito, e conclusão do trâmite:

"III – Emissão de minuta de parecer pelo relator que, preliminarmente, será levada à apreciação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior;"

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Aprovada, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 26 de junho de 2013.

Augusto Deon
Presidente

* Publicada no Diário Oficial do Estado em 05 de setembro de 2013.

J U S T I F I C A T I V A

O Conselho Estadual de Educação exarou a Resolução CEEd nº 323, de 17 de outubro de 2012, que "Fixa normas para o funcionamento da Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul e estabelece outras providências."

Frente à situação de parceria entre instituições de ensino superior integrantes dos Sistemas Estadual e Federal de Ensino, faz-se necessário estabelecer normas complementares.

Considerando o previsto nos artigos 47 a 51, da referida Resolução, que orientam os procedimentos para a instrução de processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação nas instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul, esta Resolução pretende pontuar aspectos que não foram contemplados na Resolução CEEd nº 323/2012.

Em 25 de junho de 2013.

Ruben Werner Goldmeyer – relator
Cecília Maria Martins Farias
Antonio Maria Melgarejo Saldanha
Raul Gomes de Oliveira Filho
Sonia Maria Nogueira Balzano
Viviane Braz Trogildo

RESOLUÇÃO Nº 327, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Exige o documento competente, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul, altera e dá nova redação aos dispositivos referentes à Prevenção e Proteção Contra Incêndio constantes nas normas deste Conselho que tratam de credenciamento e/ou recredenciamento e autorização para funcionamento de cursos da Educação Básica e Educação Superior das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CEEd, no uso de suas atribuições, com base no inciso V do artigo 10 da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no item I, inciso III, do artigo 11 da Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, com redação dada pela Lei estadual nº 10.591, de 28 de novembro de 1995, e na Lei Complementar nº 14.376, de 26 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial do Estado de 27 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Todos os estabelecimentos de ensino já integrantes ou que vierem a integrar o Sistema Estadual de Ensino deverão ter o documento competente expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul – CBMRS, em atenção à Lei Complementar nº 14.376/2013.

§ 1º Pedidos de credenciamento de instituições que não integram o Sistema Estadual de Ensino, ou de credenciamento por mudança de sede de instituições que já integram o sistema estadual de ensino para oferta de cursos em edificações construídas após a publicação da referida Lei Complementar, deverão vir acompanhadas do documento competente expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul – CBMRS.

§ 2º - Pedidos de credenciamento de instituições que não integram o Sistema Estadual de Ensino, ou de credenciamento por mudança de sede em instituições que já integram o sistema estadual de ensino, para oferta de cursos em edificações já existentes quando da publicação da Lei Complementar nº 14.376/2013, deverão vir acompanhados de documento que comprove, de forma inequívoca, que a edificação está enquadrada na exceção prevista no Art. 55 da referida Lei.

§ 3º - Os estabelecimentos de ensino integrantes do Sistema Estadual de Ensino que, por ocasião de seu credenciamento e/ou recredenciamento, não apresentaram o documento competente, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul, deverão apresentá-lo no prazo de até 5 (cinco) anos, a contar da data de publicação da Lei Complementar nº 14.376/2013.

Art. 2° Dá nova redação aos dispositivos referentes à prevenção e proteção contra incêndio, constantes nas normas abaixo relacionadas:

I - Parecer CEED nº 580, de 05 de julho de 2000, que: *"Estabelece condições para a oferta do ensino médio no Sistema Estadual de Ensino"*, no Anexo I – Roteiro comum, alínea "i" alterada para

> Anexo I [...] i) Documento competente, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul – CBMRS, nos termos da Resolução CEEd nº 327/2014;

II - Parecer CEED nº 1.400, de 11 de dezembro de 2002, que *"Estabelece normas para a oferta do ensino fundamental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul" n*o Anexo I – alínea "c" alterada para

> Anexo I [...] c) Documento competente, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul – CBMRS, nos termos da Resolução CEEd nº 327/2014;

III - Parecer CEED nº 398, de 15 de junho de 2005, que *"Estabelece condições para a oferta da educação infantil no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul" n*o Roteiro I, alínea "f" e, no Roteiro II, alínea "e", alteradas para

> Roteiro I [...] f) Documento competente, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul – CBMRS, nos termos da Resolução CEEd nº 327/2014.
>
> Roteiro II [...] e) Documento competente, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul – CBMRS, nos termos da Resolução CEEd nº 327/2014.*;*

IV - Resolução CEED n° 276, de 29 de janeiro de 2004, que *"Estabelece procedimentos complementares aos pedidos de credenciamento de instituição de ensino e de autorização para funcionamento de curso técnico e de especialização de nível técnico. Dá outras providências",* Inciso VII do artigo 1º alterado para:

> Art. 1º [...] VII - Documento competente, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul – CBMRS, nos termos da Resolução CEEd nº 327/2014;

V - Parecer CEED nº 251, de 14 de abril de 2010, que *"Regulamenta a implementação, no Sistema Estadual de Ensino, do disposto na Resolução CNE/CEB nº 4, de 02 de outubro de 2009, que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, e dá outras providências" n*o Anexo I, alínea "e" alterada para

> Anexo I [...] e) Documento competente, expedido pelo *Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul – CBMRS*, nos termos da Resolução CEEd nº 327/2014*;*

VI - Resolução CEEd n° 313, de 16 de março de 2011, que *"Consolida normas relativamente à oferta da Educação de Jovens e Adultos – EJA, no Sistema Estadual de Ensino, e dá outras providências, em consonância com as diretrizes nacionais fixadas nas Resoluções CNE/CEB nº 3/2010 e nº 7/2010",* alínea "f " do artigo 13 alterada para

> Art.13 [...] f) Documento competente, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul – CBMRS, nos termos da Resolução CEEd nº 327/2014*;*

VII - Resolução CEED nº 300, de 15 de julho de 2009, *que Estabelece normas complementares para a oferta da Educação a Distância – EaD no Sistema Estadual de Ensino",* Inciso V do Artigo 18 alterado para

> Art. 18 [...] V - Documento competente, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul – CBMRS, nos termos da Resolução CEEd nº 327/2014;

VIII - Resolução CEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012, que *"Atualiza normas para o credenciamento de estabelecimento de ensino e autorização para funcionamento de cursos e regula procedimentos correlatos. Dá nova redação ao art. 12 da Resolução CEED nº 300, de 15 de julho de 2009",* no Anexo II – Ficha 4 – Segurança e Facilidades, alterado para

> 14.1 Documento competente, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul – CBMRS, nos termos da Resolução CEEd nº 327/2014;
>
> 14.2 Suprimido nos termos da Resolução CEEd nº 327/2014.

Art. 3º No Art. 13 da Resolução CEEd nº 323, de 17 de outubro de 2012, que *"Fixa normas para o funcionamento da Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul e estabelece outras providências",* fica incluído o inciso X com a seguinte redação:

> Art. 13 [...] X - documento competente expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul – CBMRS, nos termos da Resolução CEEd nº 327/2014.

Art. 4º Fica revogada a Resolução CEEd nº 326, de 22 de janeiro de 2014.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Aprovada, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 02 de abril de 2014.

Augusto Deon
Presidente

---

* Publicada no Diário Oficial do Estado em 09 de abril de 2014.

J U S T I F I C A T I V A

A Comissão Especial, instituída pela Portaria CEEd n° 06, de 15 de abril de 2013, teve o objetivo de rever os atos deste Conselho referentes à prevenção e proteção contra incêndio, constantes nas normas que tratam do credenciamento de escolas e de autorização de funcionamento de cursos no Sistema Estadual de Ensino, e apresentar minuta de Ato a ser apreciada pelo Plenário, no prazo de 30 dias. Por determinação da Portaria CEEd nº 04, de 12 de março de 2014, foram efetuados estudos e apresentados ao Colegiado as alterações necessárias na Resolução CEEd nº 326, de 22 de janeiro de 2014.

Após o estudo realizado, tomando por base as normas exaradas por este Conselho frente à aprovação da Lei Complementar nº 14.376/2013, resolve alterar os atos normativos deste Colegiado que tratam do tema.

Destacam-se, da Lei acima citada, os artigos 5º e 55, os quais se transcrevem:

> **Art. 5.º** Fica proibida, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, a expedição de quaisquer licenças e/ou autorizações precárias, provisórias e definitivas de funcionamento, pelo município no âmbito de suas competências, sem a apresentação, por parte do proprietário ou de seu procurador, ou pelo responsável pelo uso da edificação, do Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndios − APPCI − expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul − CBMRS.
>
> [...]
>
> **Art. 55.** As edificações já existentes deverão adaptar-se às disposições desta Lei Complementar no prazo de até 5 (cinco) anos, contados da sua publicação.

Entende-se por documento competente a expedição, pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul – CBMRS, de ato formal pelo qual se manifesta sobre o assunto em tela, sendo esse documento hábil e indispensável nos processos que tratam dos pedidos de credenciamento/recredenciamento para a oferta da educação básica e educação superior das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino. Desta forma, não será mais aceito o Laudo de Prevenção e Proteção contra Incêndio, expedido por profissional habilitado.

Coube a este Conselho, a partir da sanção da Lei Complementar, buscar compatibilizar o texto legal com as normas de cunho educacional e as situações apresentadas por instituições de ensino quando dos seus pedidos de credenciamento/ recredenciamento ou credenciamento por mudança de sede, dando nova redação a todos os atos anteriormente exarados por este Colegiado.

Neste sentido, também determina os procedimentos que deverão ser adotados quando da solicitação de novos pedidos de credenciamento para oferta de cursos por instituições já integrantes, ou que vierem integrar o Sistema Estadual de Ensino.

Em 27 de março de 2014.

Raul Gomes de Oliveira Filho – relator
Neiva Matos Moreno - relatora
Thalisson Silveira da Silva - relator

6 – INDÍCE

LEGISLAÇÃO FEDERAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL 11

LEI Nº 9.394 - DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.. 15

LEI Nº 12.513 - DE 26 DE OUTUBRO DE 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e no 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências.....47

LEI Nº 12.711 - DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 61

LEI Nº 12.852 - DE 5 DE AGOSTO DE 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. 62

LEI Nº 13.005 - DE 25 JUNHO DE 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.....76

DECRETOS

DECRETO Nº 7.611 - DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.....104

DECRETO Nº 7.626 - DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. 107

DECRETO Nº 7.824 - DE 11 DE OUTUBRO DE 2012**.** Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. 110

ATOS DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Parecer CNE/CP Nº 8/2012 - DE 06 DE MARÇO DE 2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. 113

Parecer CNE/CP nº 14/2012 - DE 06 DE JUNHO DE 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. 142

Parecer CNE/CEB nº 1/2011 - DE 23 DE JANEIRO DE 2012. Questionamento do Conselho de Educação Escolar Indígena do Amazonas a respeito da transformação deste colegiado em órgão normativo, tendo em vista as características e especificidades da Educação Escolar Indígena.....165

Parecer CNE/CEB 5/2011 - DE 04 DE MAIO DE 2011. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. 173

Parecer CNE/CEB Nº 6/2011 - DE 01 DE JUNHO DE 2011. Reexame do Parecer CNE/CEB nº 15/2010, com orientações para que material utilizado na Educação Básica se coadune com as políticas públicas para uma educação antirracista.....226

Parecer CNE/CEB Nº 8/2011 - DE 07 DE JULHO DE 2011. Admissibilidade de períodos destinados a férias e a recesso em instituições de Educação Infantil. 235

Parecer CNE/CEB Nº 9/2011 - DE 30 DE AGOSTO DE 2011. Análise de proposta de fortalecimento e implementação do regime de colaboração mediante arranjos de desenvolvimento da educação 241

Parecer CNE/CEB Nº 10/2011 - DE 05 DE OUTUBRO DE 2011. Consulta sobre a oferta de língua estrangeira nas escolas indígenas de Ensino Médio. 261

Parecer CNE/CEB Nº 14/2011 - DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011. Diretrizes para o atendimento de educação escolar de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância. 267

Parecer CNE/CEB nº 3/2012 - DE 26 DE JANEIRO DE 2012. Atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.....272

Parecer CNE/CEB Nº 5/2012 - DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012. Alteração das Resoluções CNE/CEB nº 2/2004 e nº 2/2006 para a inclusão de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e obrigatoriedade de oferta de aulas de Língua e Cultura Japonesas e de cadastro no censo escolar do Ministério da Educação.....276

Parecer CNE/CEB Nº 10/2012 - DE 12 DE ABRIL DE 2012. Validade de estudos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, realizados na República Argentina, para prosseguimento de estudos no Brasil.....279

Parecer CNE/CEB Nº 11/2012 - DE 09 DE MAIO DE 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. 284

Parecer CNE/CEB Nº 13/2012 - DE 10 DE MAIO DE 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. 339

Parecer CNE/CEB Nº 16/2012 - DE 05 DE JUNHO DE 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. 372

Parecer CNE/CEB Nº 20/2012 - DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012 - Consulta sobre a legitimidade da realização das atividades de vivência e prática profissional em ambientes de empresas de setor produtivo. 429

Parecer CNE/CEB Nº 23/2012 - DE 06 DE DEZEMBRO DE 2012. Reexame do Parecer CNE/CEB nº 8/2011, que trata da admissibilidade de períodos destinados a férias e a recesso em instituições de Educação Infantil 432

Parecer CNE/CEB nº 2/2013 - DE 31 DE JANEIRO DE 2014. Consulta sobre a possibilidade de aplicação de “terminalidade especifica” nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio.....437

Parecer CNE/CEB nº 3/2013 - DE 03 DE FEVEREIRO DE 2013. Consulta sobre a autonomia de instituições privadas de Educação Superior para oferta de cursos técnicos de nível médio 441

Parecer CNE/CEB nº 6/2013 - DE 14 DE MARÇO DE 2013. Definição de normas para declaração de validade de documentos escolares emitidos por escolas de Educação Básica que atendem a cidadãos brasileiros residentes no exterior. 447

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1 - DE 10 DE MARÇO 2011. Fixa normas de funcionamento das unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações.....456

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1 - DE 23 DE JANEIRO DE 2012. Dispõe Sobre a implementação do regime de colaboração mediante Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE), como instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade social da educação..... 458

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2 - DE 30 JANEIRO DE 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. 460

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 3 - DE 16 DE JANEIRO DE 2012.Define diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância.....469

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 4 - DE 6 DE JUNHO DE 2012. Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. 471

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 5 - DE 22 DE JUNHO DE 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. 475

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 6 - DE 20 DE SETEMBRO DE 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.....489

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 8 - DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. 503

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL 550

LEI N.º 13.669 - DE 13 DE JANEIRO DE 2011. Institui o Projeto "Música nas Escolas" no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. 556

LEI N.º 13.721 - DE 28 DE ABRIL DE 2011. Determina aos clubes de futebol sediados no Rio Grande do Sul que assegurem matrícula em instituição de ensino aos jogadores menores de 20 (vinte) anos a eles vinculados, e dá outras providências.. 557

LEI Nº 13.990 - DE 15 DE MAIO DE 2012. Introduz modificações na Lei n.º 10.576, de 14 de novembro de 1995, que dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público e dá outras providências. 558

LEI Nº 14.038 - DE 6 DE JULHO DE 2012. Institui o Programa Universidade para Todos no Rio Grande do Sul – PROUNI *RS.* 564

LEI Nº 14.278 - DE 26 DE JULHO DE 2013. Institui a Política Estadual de Incentivo à Permanência de Jovens e Adultos no Meio Rural através da Qualificação da Oferta Educacional e dá outras providências. 570

LEI COMPLEMENTAR Nº 14.376 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013. Estabelece normas sobre Segurança, Prevenção e Proteção contra Incêndios nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. 572

LEI N.º 14.461 - DE 16 DE JANEIRO DE 2014. Regulamenta o inciso VI do art. 199 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul 642

LEI COMPLEMENTAR N.º 14.555 - DE 02 DE JULHO DE 2014. Altera a Lei Complementar n.º 14.376, de 26 de dezembro de 2013, que estabelece normas sobre Segurança, Prevenção e Proteção contra Incêndios nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. 644

DECRETO Nº 49.134 - DE 23 DE MAIO DE 2012. Regulamenta a Lei nº 13.721, de 28 de abril de 2011, que determina aos clubes de futebol sediados no Rio Grande do Sul, que assegurem matrícula em instituição de ensino aos jogadores menores de vinte anos a eles vinculados e dá outras providências. 656

DECRETO Nº 49.727 - DE 19 DE OUTUBRO DE 2012. Dispõe sobre o estágio educacional em órgãos e entidades da Administração Pública Estadual. 657

DECRETO Nº 51.316 - DE 21 DE MARÇO DE 2014. Institui a Escola em Tempo Integral no Ensino Fundamental dos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual, conforme o disposto na Lei n.º 14.461, de 16 de janeiro de 2014. 662

ATOS DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

INDICAÇÃO nº 40 - DE 18 DE MAIO DE 2011. Uniformes escolares.....665

INDICAÇÃO Nº 41 - DE 11 DE SETEMBRO DE 2013. Orienta quanto ao uso de câmeras de vídeo nas dependências internas das instituições que integram o Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul. 669

INDICAÇÃO Nº 42 - DE 18 DE SETEMBRO DE 2013.Manifesta-se sobre a relevância da aplicação da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente - FICAI, com vistas à garantia do direito à educação a todos os estudantes das escolas do Sistema Estadual de Ensino. 674

PARECER CEED Nº 194/2011 - DE 28 DE JANEIRO DE 2011. Orienta o Sistema Estadual de Ensino sobre a organização curricular do Ensino Fundamental de nove anos, face ao disposto no Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e na Resolução CNE/CEB nº 7/2010, especificamente quanto à organização dos três anos iniciais do ensino fundamental. 679

PARECER CEED Nº 241/2011 - DE 11 DE MARÇO DE 2011. Acolhe a implantação do "Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA" nas Escolas Técnicas e de Ensino Médio da Rede Pública Estadual do Rio Grande do Sul.....683

PARECER CEED Nº 335/2011 - DE 30 MARÇO DE 2011. Responde consulta sobre entendimento de "estudos concluídos com êxito". 686

PARECER CEED Nº 446/2011 - DE 04 DE MAIO DE 2011. Manifesta-se sobre atendimento do aluno matriculado no Colégio Cidade das Hortênsias, em Canela, acometido da Síndrome do Pânico. 688

PARECER CEED Nº 973/2011 - DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011. Altera as normas para a expansão da oferta de vagas no ensino fundamental, no ensino médio e na educação profissional da rede pública estadual. Torna sem efeito o Parecer CEED nº 347, de 29 de março de 2000, e o Parecer CEE nº 938, de 25 de maio de 1982.....689

PARECER CEED Nº 1.031/2011 - DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011. Responde a solicitação encaminhada pelo Secretário de Estado da Educação a respeito do prazo de encaminhamento dos Regimentos Escolares Parciais da modalidade de Educação de Jovens e Adultos para as escolas estaduais indígenas, nos termos do item 4 deste Parecer. 699

PARECER CEED Nº 1.069/2011 - DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011. Manifesta-se sobre atendimento do aluno matri-culado na 3ª série do ensino médio na Escola Técnica Estadual Frederico Guilherme Schmidt, em São Leopoldo, acometido de Síndrome impeditiva de frequência à Escola. 700

PARECER CEED Nº 1.098/2011 - DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011. Orienta o Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul sobre a inclusão obrigatória do ensino da Música nas instituições de Educação Básica. 703

PARECER CEED Nº 1.099/2011 - DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011. Responde consulta sobre a organização e o funcionamento de escolas municipais do campo, no município de São Gabriel. 708

PARECER CEEd Nº 156/2012 - DE 27 DE JANEIRO DE 2012. Toma conhecimento da proposta da Secretaria da Educação de promover alterações em Planos de Estudos de cursos de ensino médio comum e Cursos Normais e em Planos de Curso de Educação Profissional, para o ano letivo de 2012, exclusivamente.
Permite a aplicação emergencial e transitória dos denominados "regimentos referência", exclusiva-mente no ano letivo de 2012.
Determina que, no decorrer do ano de 2012, sejam encaminhados a exame os Regimentos Escolares dos Cursos Normais e seus respectivos Planos de Estudos.
Determina que, no decorrer do ano de 2012, sejam encaminhados a exame os Regimentos Escolares e os Planos de Curso dos cursos técnicos que vierem a ser oferecidos de forma integrada com o ensino médio.
Determina outras providências. 711

PARECER CEEd Nº 157/2012 - DE 27 DE JANEIRO DE 2012. Orienta sobre o exercício do magistério em estabelecimentos do Sistema Estadual de Ensino, a título efetivo e emergencial.
Consolida normas anteriormente exaradas.
Determina procedimento. 718

PARECER CEED Nº 310/2012 - DE 04 DE ABRIL DE 2014. Aprova o Regimento Escolar Padrão para o ensino médio "politécnico" a ser adotado por escolas da Rede Pública Estadual que solicitarem credenciamento e autorização para o funcionamento desse curso a partir do ano letivo de 2012. 735

PARECER CEEd Nº 319/2012 - DE 04 DE ABRIL DE 2012. Dá nova redação ao item 20 do Parecer CEED nº 257/2006. 736

PARECER CEEd Nº 320/2012 - DE 04 DE ABRIL DE 2012. Responde consulta da Secretaria da Educação sobre exigibilidade de estágio na formação de profissionais da educação não docentes.....737

PARECER CEEd Nº 737/2012 - DE 03 DE OUTUBRO DE 2012. Responde consulta sobre o pedido da Sociedade Vicente Pallotti sobre prazos de novo credenciamento de instituição de ensino. 739

PARECER CEEd Nº 765/2012 - DE 10 DE OUTUBRO DE 2012. Responde consulta, nos termos deste Parecer, sobre aproveitamento de estudos em Curso Técnico de nível médio. 741

PARECER CEEd Nº 767/2012 - DE 10 DE OUTUBRO DE 2012. Manifesta-se sobre os procedimentos a serem adotados para a oferta do ensino fundamental e/ou ensino médio ou da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, em escola(s) já credenciada(s) e autorizada(s) por este Conselho, para a(s) referida(s) oferta(s). 745

PARECER CEEd Nº 98/2013 - DE 22 DE JANEIRO DE 2013. Responde consulta, encaminhada pela Secretaria da Educação, a respeito de oferta emergencial de ensino médio na Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro, localizada no Assentamento Bom Será, no município de Santana do Livramento. 746

PARECER CEEd Nº 232/2013 - DE 18 DE MARÇO DE 2013. Responde consulta sobre transferência de alunos entre instituições de ensino com diferentes organizações curriculares, no ensino médio. 748

PARECER CEEd Nº 270/2013 - DE 02 DE ABRIL DE 2013. Responde consulta sobre os efeitos do artigo 64 da Lei federal nº 12.663, de 5 de junho de 2012, na organização dos calendários escolares, em 2014, no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul. 749

PARECER CEEd Nº 525/2013 - DE 02 DE JULHO DE 2013. Responde consulta do Colégio Mutirão de Caxias do Sul, em Caxias do Sul, referente à adoção do instituto da classificação de aluna visando à conclusão e certificação do ensino médio, após período de afastamento por motivos de saúde. 751

PARECER CEEd Nº 543/2013 - DE 09 DE JULHO DE 2013. Responde consulta sobre matrícula de aluno, oriundo do ensino fundamental de 8 anos, em extinção, no ensino fundamental de 9 anos.
Determina providências.....754

PARECER CEEd Nº 790/2013 - DE 08 DE OUTUBRO DE 2013. Responde ao pedido de autorização do Serviço Social da Indústria do Rio Grande do Sul – SESI/RS, para o oferecimento de atividades presenciais de cursos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na forma de Educação a Distância, em ambientes presenciais de aprendizagem, a serem desenvolvidas no ambiente de trabalho do industriário.....758

PARECER CEEd Nº 325/2014 - DE 09 DE ABRIL DE 2014. Atualiza e complementa as normas que tratam dos registros escolares na Educação Básica pelos estabelecimentos de ensino integrantes do Sistema Estadual de Ensino.....762

PARECER CEEd Nº 549/2014 - DE 08 DE JULHO DE 2014. Manifesta-se, nos termos dos itens 8 a 12 e 15 a 17 deste Parecer, acerca da oferta de Educação Física pelos estabelecimentos de ensino do Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul. 777

RESOLUÇÃO CEED nº 314 - DE 04 DE MAIO DE 2011. Dispõe sobre o credenciamento e a autorização para funcionamento de educação infantil e de ensino fundamental de nove anos de duração no Sistema Estadual de Ensino, em decorrência da Lei federal nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006.
Revoga a Resolução CEED nº 294, de 09 de julho de 2008. 781

RESOLUÇÃO CEED Nº 315 - DE 13 DE JULHO DE 2011. Altera a redação da alínea b) do inciso IV e o inciso VIII do §1º do artigo 2º da Resolução CEED n° 253, de 19 de janeiro de 2000, que “Consolida e amplia as normas para a designação de estabelecimentos de educação básica do Sistema Estadual de Ensino e estabelece outras providências”.....783

RESOLUÇÃO CEEd Nº 316 - DE 17 DE AGOSTO DE 2011. Altera Resolução CEED nº 313, de 16 de março de 2011, quanto à carga horária de atividades não presenciais e ao prazo estabelecido para encaminhamento de textos regimentais e dá outras providências. 784

RESOLUÇÃO CEEd Nº 317 - DE 1º DE NOVEMBRO DE 2011. Regula a declaração de equivalência de estudos ao ensino médio e a revalidação de diplomas de cursos técnicos e de formação para o magistério em nível médio, concluídos ou realizados no exterior. 786

RESOLUÇÃO CEEd Nº 318 - DE 18 DE JANEIRO DE 2012. Orienta procedimentos a adotar por Comissões de Verificação de órgãos regionais da Secretaria da Educação, nos casos de credenciamento e recreden-ciamento de estabelecimentos de ensino para a oferta de cursos.
Institui modelos de documentos. 795

RESOLUÇÃO CEEd Nº 319 - DE 18 DE JANEIRO DE 2012. Institui os Núcleos de Aprendizagem de Idiomas e regulamenta seu funcionamento no Sistema Estadual de Ensino. 816

RESOLUÇÃO CEEd Nº 320 - DE 18 DE JANEIRO DE 2012. Atualiza normas para o credenciamento de estabelecimento de ensino e autorização para funcionamento de cursos e regula procedimentos correlatos.
Dá nova redação ao art. 12 da Resolução CEED nº 300, de 15 de julho de 2009. 821

RESOLUÇÃO CEEd Nº 321 - DE 21 DE MARÇO DE 2012. Revoga a Resolução CEED nº 273, de 16 de julho de 2003. 850

RESOLUÇÃO CEEd Nº 322 - DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Manifesta-se quanto ao prazo estabelecido para o ato de recredenciamento disposto no art. 35, inciso I, da Resolução CEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012. 851

RESOLUÇÃO CEEd Nº 323 - DE 17 DE OUTUBRO DE 2012. Fixa normas para o funcionamento da Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul e estabelece outras providências. 852

RESOLUÇÃO CEEd Nº 324 - DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012. Altera o inciso V e acrescenta o inciso XI ao artigo 18 da Resolução CEED nº 300, de 15 de julho de 2009, que estabelece normas complementares para a oferta da Educação a Distância – EaD no Sistema Estadual de Ensino. 880

RESOLUÇÃO CEEd Nº 325 - DE 26 DE JUNHO DE 2013. Fixa normas complementares para reconhecimento de cursos de Educação Superior ofertados por instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul em parceria com instituições do Sistema Federal de Ensino.....882

RESOLUÇÃO CEEd Nº 327 - DE 02 DE ABRIL DE 2014. Exige o documento competente, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul, altera e dá nova redação aos dispositivos referentes à Prevenção e Proteção Contra Incêndio constantes nas normas deste Conselho que tratam de credenciamento e/ou recredenciamento e autorização para funcionamento de cursos da Educação Básica e Educação Superior das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino. 883